

O trabalho intitulado “Transição ao Socialismo: a participação política dos trabalhadores nas empresas estatais de Cuba” aborda a participação dos trabalhadores nas empresas estatais cubanas, enfatizando o contexto recente de “Actualización económica y social”. Analisa a participação a partir das formas de propriedade e as relações de apropriação social dos resultados a favor de toda a sociedade. O livro aprofunda as formas de participação dos trabalhadores nas empresas estatais em processo de transição socialista e suas relações com outras formas de propriedade e apropriação como um sistema liderado pela empresa estatal e seus trabalhadores.

OLGA PÉREZ SOTO
La Habana, 14 de maio de 2019

Aline Fardin Pandolfi

TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO



Aline Fardin Pandolfi

TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO

A Participação Política dos Trabalhadores nas
Empresas Estatais de Cuba



Este livro é resultado de nossas inquietações e estudos relativos ao esgotamento do modo de produção capitalista e às evidências de que este não é uma alternativa para o futuro da humanidade. Frente a isto, buscamos demonstrar aqui elementos relativos às experiências histórico-concretas que intencionaram transitar para o socialismo, tendo por objeto principal a participação política dos trabalhadores nas empresas estatais.

A análise específica da experiência cubana deveu-se aos avanços que a ilha teve no campo social desde a vitória revolucionária em 1959. Cuba segue sendo exemplo para América Latina/ Caribe e para o mundo de que, mesmo em condições concretas especialmente difíceis, é possível sustentar o projeto societário socialista e realizar mudanças estruturais visando, em longo prazo, constituir a nova sociedade e o homem novo.

A apropriação da produção pelos trabalhadores, a participação política, as formas de propriedade e a propriedade estatal em processos de transição ao socialismo, são os pilares do debate presente neste livro que, vindo a público, objetiva incentivar a perspectiva revolucionária de caráter socialista/comunista como alternativa necessária ao processo de negação das contradições do capitalismo.

ALINE F. PANDOLFI
Vitória, 10 de maio de 2019


LUTAS ANTICAPITAL

Aline F. Pandolfi é Assistente Social, Mestre e Doutora em Política Social pela UFES. Realizou Doutorado Sanduíche na Universidad de La Habana, Cuba. Atualmente é Professora do Departamento de Serviço Social/ UFES e membro do grupo de estudos Dinheiro Mundial e Financeirização.

**TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO:
A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS
TRABALHADORES NAS EMPRESAS
ESTATAIS DE CUBA**

Aline Fardin Pandolfi

Aline Fardin Pandolfi

**TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO:
A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS
TRABALHADORES NAS EMPRESAS
ESTATAIS DE CUBA**

1ª edição
LUTAS ANTICAPITAL
Marília - 2019

Editora LUTAS ANTICAPITAL

Editor: Julio Okumura

Conselho Editorial: Andrés Ruggeri (Universidad de Buenos Aires - Argentina), Bruna Vasconcellos, Candido Giraldez Vieitez (UNESP), Dario Azzellini (Cornell University – Estados Unidos), Édi Benini (UFT), Fabiana de Cássia Rodrigues (UNICAMP), Henrique Tahan Novaes (UNESP), Júlio César Torres (UNESP), Lais Fraga (UNICAMP), Mariana da Rocha Corrêa Silva, Mauricio Sardá de Faria (UFRPE), Neusa Maria Dal Ri (UNESP), Paulo Alves de Lima Filho (FATEC), Renato Dagnino (UNICAMP), Rogério Fernandes Macedo (UFVJM).

Projeto Gráfico e Diagramação: Mariana da Rocha Corrêa Silva e Renata Tahan Novaes

Revisão das Citações e Referências: Alana Huttner Wolter

Imagem da capa: Renato Just Paes

Capa: Mariana da Rocha Corrêa Silva

Impressão: Renovagraf

Pandolfi, Aline Fardin.

P189t Transição ao socialismo: a participação dos trabalhadores nas empresas estatais cubanas / Aline Fardin Pandolfi – Marília: Lutas anticapital, 2019. 274p.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-53104-27-7

1. Socialismo. 2. Trabalhadores. 3. Sociedades de economia mista - Cuba. I. Título.

CDD 335

Ficha elaborada por André Sávio Craveiro Bueno CBR 8/8211
FFC – UNESP – Marília

1ª edição: maio de 2019
Editora Lutas anticapital
Marília –SP
edlutasanticapital@gmail.com
www.lutasanticapital.com.br

Sumário

| | |
|---|------------|
| PREFÁCIO..... | 7 |
| INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 1.A APROPRIAÇÃO DA PRODUÇÃO PELOS TRABALHADORES EM PROCESSOS DE TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO..... | 29 |
| 2.A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS ESTATAIS EM PROCESSOS DE TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO..... | 87 |
| 3.AS PARTICULARIDADES DAS FORMAS DE PROPRIEDADE E DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS ESTATAIS DE CUBA..... | 133 |
| 4. A CONTEMPORANEIDADE DA REVOLUÇÃO CUBANA E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS ESTATAIS..... | 193 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 249 |
| REFERÊNCIAS..... | 259 |

PREFÁCIO

Neste ano de 2019, Cuba está comemorando os sessenta anos da vitória da Revolução, conduzida pelo *Movimento 26 de Julho e liderado por Fidel Castro*, contra o ditador Fulgêncio Batista, que iniciou a construção de uma nova sociedade, em transição ao socialismo. Naquela época, Cuba encontrava-se em uma condição semicolonial, submetida e dependente dos Estados Unidos (EUA), o principal produto de exportação era o açúcar, cuja produção era comandada por empresas americanas e o principal mercado era igualmente os EUA. A maioria da população, tanto urbana quanto rural, vivia em condições tenebrosas, devido à pobreza e à miséria, e com relações de trabalho em condições de semiescravidão. Essas condições são muito bem retratadas neste livro. Por outro lado, a elite local, associada aos capitalistas dos EUA, vivia luxuosamente nos hotéis, cassinos e bordéis controlados pelas máfias americanas. A Revolução foi o caminho que as massas cubanas encontraram para superar essas condições: suprimir a pobreza e a miséria do povo, retomar o comando da economia e da política, obter efetivamente a independência, a soberania e o orgulho nacional.

Para tanto, a primeira tarefa do processo revolucionário foi retomar o controle e o comando dos meios de produção, das fábricas, das terras, dos bancos e do comércio interno e externo. Assim, ela nacionalizou as propriedades de estrangeiros, principalmente americanos, oferecendo pagamentos e compensações, que foram recusados pelos capitalistas americanos. Em seguida, estatizaram as empresas e as terras e realizaram uma ampla reforma agrária, através da Lei da Reforma Agrária em 17 de maio de 1959. A primeira grande propriedade rural expropriada foi da própria família de Fidel, que deixou alguns de seus familiares furiosos contra ele.

Naquele momento, a Revolução Cubana era uma revolução nacionalista que pretendia obter a independência e a soberania nacional. Os revolucionários, mesmo com divergências internas, ainda não pretendiam avançar pelo caminho da construção do socialismo, até chegar ao estágio do comunismo.

As desapropriações e expropriações foram recebidas com júbilo pelos revolucionários, mas com uma ferrenha oposição dos principais interesses dos EUA na Ilha. Assim, o governo americano “fechou” o mercado ao açúcar cubano e iniciou um bloqueio contra as necessidades do comércio e das finanças cubanas no sistema capitalista internacional. As matérias primas, máquinas e equipamentos necessários à produção interna foram proibidas de serem exportadas para Cuba. Logo em seguida, em abril de 1961, ocorreu a tentativa frustrada de invasão e deposição do governo revolucionário por paramilitares cubanos exilados, treinados e dirigidos pela Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA). A invasão contou com o apoio das Forças Armadas americana, além de milhares de contrarrevolucionários cubanos. Os invasores e seus aliados internos foram derrotados após três a quatro dias de combates e mais de 1.200 invasores foram capturados e julgados, a maioria foi condenada a 30 anos de prisão, mas foi devolvida em pouco tempo aos EUA após negociações em troca de alimentos e remédios.

Essa não foi a primeira ingerência dos EUA na América Latina. Desde a famosa Doutrina Monroe, de 1823, resumida na frase “América para os americanos”, e a Doutrina do Destino Manifesto, os EUA têm guerreado, como a guerra contra o México (1846-1848) que teve que ceder quase a metade de seu território, eles têm invadido e cooptado governos da América latina até os dias de hoje. São numerosas as intervenções militares ou pelos seus órgãos de inteligência em vários países da América Latina ao longo do século XX que mudaram decisivamente o desenlace da luta de classes nestes continentes.

A vitória da Revolução Cubana ocorreu nas condições da guerra fria entre os EUA e a União Soviética após a Segunda Guerra Mundial que, de aliadas, tornaram-se inimigas, com interesses divergentes, até os dias de hoje. Naquele período, do início dos anos 1960, o mundo estava dividido, em duas partes, entre as áreas de dominação colonial, domínio econômico e de interesses entre os blocos capitalistas e socialistas, comandados pelos EUA por um lado e por outro pela URSS. O apoio da URSS à Revolução Cubana acirrou as divergências e passou por um momento crítico de quase guerra nuclear, com a chamada Crise dos Mísseis, em 1962.

Assim, a partir do momento em que os EUA iniciaram os ataques e o bloqueio contra Cuba, o novo governo revolucionário não encontrou alternativa senão declarar a natureza da revolução como uma revolução socialista e iniciar suas relações com o bloco soviético. A partir daí, foi gradativamente incorporando-se à esfera soviética, em particular ao COMECON, o mercado comum dos *países socialistas*. Essa nova relação foi extremamente complexa devido às diferenças técnicas e tecnológicas de máquinas, equipamentos, componentes e produtos finais. Toda indústria existente em Cuba teve que ser remodelada aos novos padrões.

A constituição de uma sociedade em transição ao socialismo exigiu, desde seu início, a ampla e maciça participação popular em todos os níveis. Cuba implantou um novo regime político com formas representativas e organismos de participação direta.

Os representantes da população nas diversas instâncias são indicados pela própria população, não há nenhuma exigência que sejam membros do Partido Comunista de Cuba e seus mandatos são revogáveis. Em Cuba o voto nas eleições não é obrigatório, mas em todas as eleições a participação ultrapassou 90% dos eleitores. As decisões mais importantes como mudanças constitucionais

são discutidas, emendadas, reformuladas e aprovadas nas Assembleias do Poder Popular, com maciça participação. Mesmo com eleições livres e com a participação direta da população nas decisões de governo, todos os países capitalistas acusam esse governo de ditatorial e não só pretendem como efetuaram incontáveis tentativas de derrubá-lo durante mais de meio século. Além das dezenas de tentativas de assassinato de seu maior líder: Fidel Castro.

A construção de uma sociedade socialista, com formas sociais, estatais e privadas de propriedade, exige um sistema de planificação central que substitua as decisões anárquicas, do que produzir, quanto produzir, para quem produzir, que se observam nas economias capitalistas. Exige igualmente um novo sistema de circulação, distribuição e apropriação da riqueza produzida.

Se no plano político foram criadas as novas formas de participação, expressão política e decisões populares, no interior da produção, nas fábricas e fazendas, essa participação encontrou muitos entraves e dificuldades. As metas de produção articuladas pela planificação deveriam partir das decisões nas unidades particulares de produção, que deveriam articular-se com as demais unidades. Esse processo aparentemente técnico é complexo e exige toda uma série de decisões que afetam diretamente os trabalhadores em seus postos de trabalho.

Este livro conta o desenvolvimento desse processo em Cuba, também compara-o com as experiências dos países integrantes da URSS que efetuaram experiências semelhantes. Aline trata toda essa experiência como resultado de um processo histórico particular, com idas e vindas e toda a complexidade da participação política dos trabalhadores cubanos nas empresas estatais. Estas empresas, por definição, não devem buscar o lucro a qualquer custo, como as empresas capitalistas. Elas devem atender às determinações decorrentes da planificação central e seu objetivo deve ser o de melhorar as condições de vida do povo

cubano. As maiores dificuldades para o avanço do processo revolucionário encontram-se no contexto internacional do bloqueio, sanções e da propaganda emitida continuamente dos EUA para Cuba.

Cuba é o único país das Américas que está buscando construir uma sociedade socialista há sessenta anos. Enquanto a URSS e o COMECON existiam, mesmo acossados pela guerra fria, o processo cubano avançou gradativamente melhorando as condições de vida, de educação, de saúde e bem-estar de toda população. Com os melhores indicadores, equiparáveis aos países mais desenvolvidos, que foram mantidos mesmo com o fim da URSS, em 1991.

Naquele momento, os EUA resolveram aprofundar ainda mais o bloqueio com a *Lei Helms-Burton*, na esperança de que o povo cubano decidisse abandonar a transição ao socialismo, derrubasse o governo, e retornasse à via capitalista, subordinada e dependente dos EUA. Não foi o que aconteceu. Quase três décadas depois, Cuba continua em sua caminhada, bastante solitária, em busca da construção de uma sociedade socialista. Para isso, a participação política em geral e também no interior das empresas estatais cubanas é um dos fatores essenciais. Este livro é o resultado de uma longa pesquisa e retrata as idas e vindas, avanços e recuos, do processo democrático cubano. É uma leitura obrigatória para quem pretende entender um pouco mais a sociedade cubana e ir além da propaganda político-ideológica que habita e alimenta as mentes daqueles que querem permanecer na ignorância.

Paulo Nakatani

Vitória, 27 de maio de 2019

INTRODUÇÃO

Nesta introdução, primeiro apresentaremos as motivações para estudar a participação política dos trabalhadores nas empresas estatais de Cuba. Em seguida, iremos expor alguns antecedentes históricos do processo revolucionário cubano, bem como a relevância dessa pesquisa para a atualidade. Neste texto também serão apresentados o tema, o problema e os objetivos deste livro, bem como os procedimentos metodológicos e a forma como está organizada a exposição que segue. Este livro é resultado da pesquisa de doutorado realizada entre 2013 e 2017.

A partir do movimento de aproximações sobre o funcionamento do modo de produção capitalista alcançou-se algum grau de compreensão acerca de suas contradições e limites no que se refere à realização material e espiritual do ser humano¹. Devido à compreensão deste contexto é que no âmbito do doutoramento a proposta foi aprofundar os estudos acerca da necessidade histórica pela constituição de uma nova forma de sociedade, a qual tenha por objetivo prioritário a realização humana e que, portanto, negue o modo capitalista de produção. Por isso, situamos este trabalho no campo daqueles que buscam refletir a necessidade e possibilidade histórica da transição ao socialismo e posteriormente ao comunismo².

¹ De acordo com Marx na Ideologia Alemã, quando aborda a “contaminação” do espírito pela matéria, demonstrando a relação intrínseca entre a vida material e a formação da consciência, Marx e Engels (2009c, p.34).

² Considerando que o modo de produção capitalista segue (re) produzindo suas contradições e as consequências destas para as classes trabalhadoras; considerando toda a teoria marxista do valor-trabalho, juntamente com as produções no âmbito político e filosófico de Marx e Engels (fundadores do socialismo científico), as quais elucidam no âmbito teórico essas contradições e sugerem possibilidades de luta e superação dessa forma de sociedade; defende-se neste trabalho, assim como Boron (2010), Vásquez (2010)

O *locus* particular da investigação é a experiência da Revolução Cubana e as transformações econômicas e sociais que este país tem realizado desde a tomada do poder pelo movimento revolucionário, em 1959. A pesquisa foi marcada por uma aproximação com a realidade deste país através da realização do Doutorado Sanduíche. Este permitiu a frequência a diversas disciplinas no Doutorado em Economia Política da Universidade de Havana (Cuba), visitar alguns espaços de trabalho, participar de conferências e seminários, e efetivar a coleta de dados documentais sobre a participação política dos trabalhadores nas empresas estatais. Também houve a participação em grupo de pesquisa sobre política social em Cuba no qual se discutiu diversas questões relativas à política social, mas também as transformações mais gerais que o país tem incorporado neste contexto de *Actualización del Modelo Económico y Social* cubano, direcionado principalmente pelos *Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución* (2011).

Para compreender a Revolução Cubana e seu atual processo de transição ao socialismo é fundamental conhecer alguns aspectos de sua história.

Cuba, como muitos países da América Latina que estavam sob a disputa dos reinados Português e Espanhol, sofreu um longo período de colonização espanhola. A coroa espanhola utilizaria o país para autodefesa militar e para obter êxito político e econômico, especialmente pela exploração do açúcar. Devido à produção maciça do açúcar, Cuba irá atrair o interesse de outros países, especialmente dos Estados Unidos da América (EUA). A Espanha colonizou Cuba por longos 400 anos, o cenário de trabalho forçado, má alimentação e desorganização dos modos tradicionais de vida, vão conduzir a um processo de quase eliminação da população nativa do país que passa de aproximadamente 100.000 habitantes para 5.000. Tal exploração colonial não

e Mészáros (2011), que se mantém a necessidade e possibilidade de realização do socialismo e comunismo mundial.

ocorreu sem resistências, nesse período ocorreu a conhecida Guerra dos 10 anos, de 1868 a 1878, além diversas outras rebeliões internas terem sido reprimidas pela coroa Espanhola. Os principais produtos produzidos e extraídos do país são o ouro, madeira, tabaco, café e o açúcar. Os trabalhadores nesse período mesclam a população branca “livre”³ e negros escravos. Já em fins do século XIX se tem um aumento da população escrava chegando a 77% do total da população do país (RIVEREND, 1974).

Nesse período e já no início do século XX, se tem um processo de industrialização com o registro de tensões entre os trabalhadores “livres” e os trabalhadores escravos, registrando um crescimento do setor urbano e de alguma consciência operária, ainda que incipiente. Entre a população operária “livre” já se tem alguns registros de reivindicações, enquanto os grupos mais ricos defendiam a luta contra a coroa Espanhola a favor da emancipação Nacional (FERNANDES, 1979).

A dominação espanhola chegou ao fim em 1898. Neste período o desenvolvimento das forças produtivas era baixíssimo, não se constituindo de forma substancial as classes burguesas dominantes e nem trabalhadoras operárias.

Com o fim da colonização espanhola, iniciou a exploração norte americana sobre Cuba, principalmente do açúcar produzido no país. Cuba foi incorporada comercial e financeiramente aos EUA, sendo o primeiro grande mercado que propiciou a expansão do imperialismo estadunidense. Vale destacar que do açúcar produzido por Cuba entre 1896 e 1900, 92% foi exportado para os EUA (CHE, 2004; RIVEREND, 1974).

³ Usamos entre aspas o “livre”, por interpretarmos a liberdade nos termos que argumenta Marx (2010) nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* de 1844, ao considerar que a liberdade não se realiza na sociedade capitalista.

Nesse período, havia grupos pertencentes às classes mais ricas de Cuba que defendiam e fortaleciam os interesses norte americanos. A relação de dependência externa de Cuba era marcada pela apropriação privada dos meios de produção pelos estadunidenses. A maioria destas indústrias produziam açúcar, sendo 36 centrais açucareiras de propriedade norte-americana, as quais produziam 42% do açúcar do país. Também era de propriedade norte americana os serviços telegráficos, telefônicos, de eletricidade, a gasolina, os aparelhos de rádio e TV, os bens de consumo duráveis além de grande parte dos alimentos, dentre outros. Entre 1950 e 1958, os investimentos de empresas norte americanas em Cuba, cresceram 52% (RODRÍGUEZ; CARRIAZO, 1990; SAENZ, 2004).

A história de colonização e de neocolonização norte americanos no país, culminou em um “[...] sistema econômico deformado estruturalmente, em função de produzir açúcar [principalmente para os] Estados Unidos”, assim, a economia cubana estava inserida no capitalismo mundial sob a condição de “[...] país monoprodutor e monoexportador de açúcar e multi-importador de mercadorias americanas”. Cuba se caracterizava por uma economia extremamente dependente de matérias-primas e de bens de consumo básicos, inclusive alimentos, segundo (RODRÍGUEZ; CARRIAZO, 1990, p.3, tradução nossa).

A exploração norte americana deixava a população cubana sob as piores condições de vida e, até 1958, conforme aponta Fidel Castro em sua conhecida defesa que deu origem ao livro *A história me absolverá* (2011, p.40), havia mais de 500 mil trabalhadores no campo que trabalhavam 4 meses no ano “[...] passando fome no tempo restante, compartilhando a miséria com seus filhos [...]”. Estes recebiam salários de subsistência durante o período da colheita e, no restante dos meses, ficavam desempregados – uma superpopulação

relativa flutuante além de latente⁴. Havia um frágil parque industrial, com ausência de matérias-primas próprias e baixo desenvolvimento científico e tecnológico. O analfabetismo alcançava quase um milhão de pessoas (aproximadamente 13% da população), a metade das crianças em idade escolar estava fora da escola, apenas 717 mil estudantes estavam matriculados no ensino primário, a educação técnica e de nível médio era muito escassa e o ensino superior alcançava um número ainda menor de pessoas. O atendimento à saúde era inacessível para a maioria dos cubanos. Havia mais de 600 mil trabalhadores desempregados e deve-se registrar que mais da metade de todo território nacional era de propriedade de cerca de 4.000 proprietários, a maioria norte americanos (CASTRO, 2011; SAENZ, 2004).

Estes antecedentes históricos demonstram as condições de vida de grande parte da população do país e é neste contexto que ocorre a luta revolucionária.

Com o aprofundamento das contradições e através da estratégia de guerra de guerrilhas⁵ é que o movimento revolucionário avança, tendo por principal dirigente Fidel Castro. Estes elementos possibilitaram a organização e adesão⁶ de grande parte dos trabalhadores (principalmente do campo) em prol da luta revolucionária. Desde o início deste processo até a sua vitória, foram aproximadamente dois anos

⁴ Flutuante devido ao caráter sazonal de sua contração e latente devido ao grande “exército” de desempregados no campo continuarem esperando essa e outras possibilidades para vender sua força de trabalho.

⁵ A estratégia da *Guerra de guerrilhas* se destina primeiro à tomada do poder político, para isso, a guerrilha deve buscar o apoio da população, das massas, se configurando como a vanguarda revolucionária do povo, Che (2004). A guerrilha enquanto vanguarda deve se organizar de maneira a catalisar as forças populares e desenvolver sua capacidade de ataque.

⁶ Che (2004) também apontou que parte dos grupos privilegiados do país também apoiou a luta armada, devido aos seus interesses pela riqueza produzida – visto que até esse momento a maior parte dessa riqueza era apropriada pelos estadunidenses.

de luta armada no país, a qual havia iniciado ainda em 26 de julho de 1956, com o assalto ao Quartel de Moncada no oriente da ilha – liderado por Fidel Castro. Naquela ocasião, o grupo de rebeldes foi preso, dentre eles Fidel Castro, ou assassinado pelo Governo Militar (de Fulgência Batista), mas a partir daquele momento, se inicia a mobilização pela luta revolucionária, por isso, a data é conhecida como da “vitória das ideias”.

Após o ataque ao quartel de Moncada, em 1953, a prisão e o exílio⁷, Fidel Castro com mais 81 combatentes embarcam no Granma, para Cuba. A chegada foi em uma área pantanosa chamada de Belic – alguns quilômetros da Praia de Coloradas (destino previsto), no domingo do dia 02 de dezembro de 1957 (sete dias após terem saído do México). Poucos sobreviveram aos ataques das forças armadas de Fulgência Batista, eram 17 quando voltaram a se reunir na Sierra Maestra, em janeiro de 1958 (TAIBO II, 2011).

Quando ocorre o movimento revolucionário na década de 1950, o militar Fulgência Batista estava como representante máximo do governo cubano. Este, governava desde 10 de março de 1952, após um golpe militar que visou impedir a realização das eleições previstas para junho do mesmo ano – da qual o Partido Ortodoxo provavelmente sairia vitorioso. Após assumir o governo, Fulgência anulou a Constituição de 1940, que estava em vigor no país e, buscou manter a defesa dos interesses do capitalismo internacional, especialmente norte americano (CASTRO, 2011).

É a partir do processo revolucionário que se concretizou “[...] as formas mais diretas de relação de massa com o poder [...]”, a própria luta armada, a “[...] destruição violenta do poder que existia, o armamento geral do povo [...]”, dentre outros aspectos, retratam “[...] um grau de participação

⁷ No exílio, no México – para onde eram enviados militantes exilados à época - conheceu o jovem médico e militante Ernesto Che Guevara e o convidou para formação de um grupo de Guerrilheiros e para participar da Revolução Cubana.

nunca antes visto nem sonhado” (MARTÍNEZ, 1989, p.33). A geração que viveu este movimento fez parte efetivamente das mudanças engendradas nos primeiros anos da revolução. Foi esta também, a geração que vivenciou as extremas dificuldades do período até 1958, que participou da decisão coletiva de derrubada da ordem estabelecida e da ascensão de um novo projeto de sociedade.

Desde a tomada do poder pelo exército rebelde em 1959, Cuba passou por mudanças significativas em sua estrutura econômica e social. Dentre estas, a estatização de quase todas as empresas que haviam no país. Apesar de inicialmente não se intitular socialista, a Revolução Cubana realizava mudanças que se distanciavam dos interesses do capitalismo imperialista no país, os mesmos que guiavam o governo anterior. Mas, desde então, o processo revolucionário Cubano enfrenta desafios internos e externos. Os internos são principalmente devido ao baixo desenvolvimento das forças produtivas, a dependência por matérias primas fundamentais e a baixa produtividade do trabalho⁸ nas empresas estatais. Os desafios externos se referem principalmente ao bloqueio americano⁹ e à perda das relações estabelecidas com CAME

⁸ A produtividade a que nos referimos, trata-se da elevação máxima da produção de valores de uso por parte de cada trabalhador, (MARX, 2008a).

⁹ A ruptura diplomática dos EUA com o Governo cubano se deu em 03 de janeiro de 1961. O bloqueio americano se iniciou em 1962, logo após a declaração de que a Revolução Cubana assumia um caráter socialista, que ficou registrado por um discurso de Fidel Castro em 1961 após a conhecida tentativa de invasão na “Playa Girón”. A batalha se deu após a invasão norte-americana nessa praia ao sul da ilha. O Governo Revolucionário Cubano foi vitorioso, com o apoio da população. Após 1962, o bloqueio foi regulamentado através da publicação de uma vasta legislação aprovada pelo Governo norte-americano. Esta legislação interfere nas relações externas entre Cuba e os demais países do mundo, sendo a Lei Torricelli (Lei pela Democracia em Cuba) e a Lei Helms-Burton (que interfere nos investimentos estrangeiros em Cuba), as principais leis em vigor atualmente. Apesar da anunciada reaproximação diplomática entre Cuba e os EUA (em dezembro de 2014), a legislação que sustenta o

(Conselho de Ajuda Mútua e Económica)¹⁰, após a queda da União Soviética no início dos anos de 1990.

Mesmo assim, de 1959 até os dias atuais, Cuba obteve avanços fundamentais em todos indicadores sociais¹¹. Com o intuito de proporcionar a todos os trabalhadores a apropriação dos meios de produção, inicia-se o processo de desapropriação em agosto de 1960, com posterior estatização das fábricas existentes no país. Até outubro do mesmo ano praticamente todas as empresas privadas haviam sido estatizadas, sendo que a maior parte dos proprietários eram dos Estados Unidos. Neste contexto, buscava-se a ampliação da participação dos trabalhadores em todo o processo de constituição da nova sociedade. Assim como ela havia surgido, de um amplo processo de mobilização em torno da luta armada.

Atualmente, Cuba passa por várias mudanças decorrentes da *Actualización del Modelo Económico y Social*. Dentre essas mudanças estão a regulamentação para o funcionamento e gestão de várias formas de propriedade e as mudanças especificamente nas empresas estatais, as quais passam a ter ampliada sua autonomia na gestão, produção e controle dos recursos materiais e financeiros, bem como apresenta novos marcos para a participação política dos

bloqueio contra Cuba é mantida. Para mais informações sobre este tema, vide Dávalos (2012).

¹⁰ Cuba integrava o CAME desde 1972 e, há mais de 30 anos, mantinha 80% de seu comércio exterior vinculado ao grupo de países europeus que buscava constituir o socialismo.

¹¹ Cuba está entre os países do mundo que possuem os melhores números em termos educacionais e de acesso a saúde. A taxa de mortalidade infantil continua sendo reduzida anualmente, sendo em média de 4,2 por 1000 nascidos vivos, em 2013 (ONEI (2013)). Sobre a educação a taxa de alfabetização entre os jovens de 15 a 24 anos é de 100% em Cuba. Segundo Relatório do PNUD (2016), Cuba está entre os países do mundo que possui IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) considerado muito elevado. Esses números são únicos se comparados aos demais países latino-americanos e caribenhos.

trabalhadores (CUBA, 2011).

Diante deste cenário de mudanças, uma questão que se colocou foi: considerando o contexto de *Actualización del Modelo Económico y Social*, como se caracteriza a participação política dos trabalhadores nas empresas estatais de Cuba? A partir desta questão investigamos a participação política dos trabalhadores nas empresas estatais deste país.

Este livro apresenta a análise deste estudo, considerando o contexto de *Actualización del Modelo Económico y Social*. Indica-se que a partir deste contexto, se ampliou a participação política dos trabalhadores nas empresas estatais cubanas, a qual entende-se aqui como fundamental para o processo de apropriação social da produção ao longo da transição ao socialismo. Esta ideia se sustenta na previsão do atual marco legal, o qual defende a participação política dos trabalhadores nas empresas estatais com a intenção de elevar a produtividade do trabalho¹². Entendemos que a elevação da produtividade do trabalho decorreria do aprofundamento da apropriação social da produção.

Este livro tem ainda os seguintes objetivos: refletir sobre as formas de propriedade e a apropriação da produção pelos trabalhadores durante a transição ao socialismo para entender o papel da empresa estatal neste contexto; refletir a relação entre Estado, planificação, forma política e participação política em processos de transição ao socialismo; apresentar a constituição das empresas estatais cubanas ao longo de sua revolução para analisar as mudanças recentes na organização das formas de propriedade; apresentar a forma política em vigor em Cuba em sua transição ao

¹² Em Cuba, a finalidade de aumentar a produtividade do trabalho é a elevação do nível de vida de toda a população, e, não há qualquer relação com o princípio de aumento da produtividade do trabalho na sociedade capitalista, que tem, por objetivo fim, a expansão dos lucros de uma determinada classe.

socialismo; analisar a participação política dos trabalhadores nas empresas estatais cubanas para refletir sobre o processo de apropriação social da produção na transição ao socialismo.

O motivo de estudar a participação política dos trabalhadores no âmbito particular da empresa estatal é o fato de esta forma de propriedade ser considerada a principal ao longo dos processos de transição ao socialismo. A empresa estatal e a cooperativa são consideradas (por pesquisadores do tema e pela direção de experiências concretas de transição ao socialismo) as formas de propriedade próprias do socialismo, denominadas recorrentemente de “propriedade social”, “propriedade socialista” ou “setor socialista da economia”. Neste livro tem-se a compreensão das formas de propriedade como uma totalidade, sendo elas inseridas no contexto geral da transição ao socialismo. Não há, portanto, que realizar uma separação entre formas de propriedade próprias de um modo de produção, quando está em vigor um processo de transição do capitalismo ao socialismo. Neste contexto, todas as formas de propriedade formam uma totalidade em contradição, presente e necessária ao funcionamento daquela economia em transição. Durante esta transição, ocorrem alterações em relação à forma de propriedade que exerce o domínio em uma sociedade ou em outra. A forma estatal é fundamental em diversos aspectos para potencializar a transição ao socialismo, mas não deve ser única. Para além da forma de propriedade, há que se alterar as relações de produção, a forma como os trabalhadores se apropriam das condições objetivas necessárias à sua (re) produção, o que requer alterações nos mecanismos de decisão e controle sobre a produção, na participação política no interior das diversas unidades produtivas e também empresas estatais. Há que considerar que a empresa estatal da transição ao socialismo cumpre um papel social na sociedade e funciona com base na planificação, não tendo relação com as empresas estatais capitalistas que tem por objetivo principal a acumulação de capital. A discussão sobre a

transição ao socialismo, a apropriação da produção pelos trabalhadores, as formas de propriedade e a empresa estatal na transição ao socialismo está exposta no capítulo primeiro.

Sobre a participação política em processos de transição ao socialismo, há que se considerar ser este tema fundamental para os dias atuais, sobretudo para àqueles que defendem o projeto de sociedade socialista. Várias experiências do denominado “socialismo real”, e também ao longo da história da experiência cubana, foram marcadas por um processo de centralização, especialmente das decisões políticas. Tal aspecto contribuiu com o aprofundamento da burocratização do aparato estatal, bem como gerou conflitos de interesses entre aqueles que desempenhavam funções de direção nas instituições estatais e os demais trabalhadores da sociedade, levando a certo distanciamento entre as massas e seus representantes. Dessa forma, no capítulo segundo, realizou-se o debate sobre a forma política e a participação política no âmbito da sociedade em geral em processos de transição ao socialismo. Neste capítulo também se abordou aspectos sobre o Estado e a planificação. Outra esfera de participação política se refere às decisões no âmbito das unidades produtivas, das diversas formas de propriedade, sendo que neste livro as reflexões centraram-se na empresa estatal. Assim, pensar a participação política dos trabalhadores nas empresas estatais, é pensar a participação enquanto mecanismo de decisão, de interferência dos trabalhadores nas decisões. Pontuou-se ainda a importância da participação política para o processo de apropriação social da produção, visto ser o espaço da produção fundamental no que se refere à concretização dos processos de decisão pelos trabalhadores na transição ao socialismo.

Desde o início do governo revolucionário (1959) Cuba realizou a desapropriação de diversas empresas que existiam no país e que eram propriedade privada, especialmente pertencente a estrangeiros (estadunidenses). A desapropriação foi realizada com a intenção de realizar a apropriação social

dos meios de produção e de conduzi-los a ser propriedade de todo o povo, através da constituição da forma de propriedade estatal. Este modelo estava inspirado em princípios do marxismo-leninismo, conforme aponta Lenin (2010 p.36) “[...] o primeiro ato pelo qual o Estado se manifesta realmente como representante de toda a sociedade [é] a posse dos meios de produção em nome da sociedade [...]”. Após a Revolução Cubana, é certo afirmar que já não estavam na direção da sociedade as antigas classes do país, e que, passou a ser instaurada uma “ditadura do proletariado”, no sentido de que os interesses defendidos pelo novo governo que nascia correspondiam aos interesses das classes trabalhadoras espoliadas da riqueza (ENGELS, 2015; LENIN, 2010; MARX, 2012). Em termos numéricos, atualmente Cuba registra a presença de 1.992 empresas estatais¹³, as quais são responsáveis por ramos importantes da economia do país, como: a produção industrial de açúcar, tabaco, níquel, dentre outros, (ONEI, 2014). É nas empresas estatais que estão aproximadamente 70% dos trabalhadores cubanos.

A exposição dos elementos acerca do processo histórico de constituição das empresas estatais cubanas, das mudanças nas formas de propriedade e das mudanças na apropriação social da produção pelos trabalhadores a partir da revolução, está no capítulo terceiro. Neste capítulo também se realiza a discussão histórica sobre a forma política cubana, a participação política dos trabalhadores na sociedade em geral e nas empresas estatais até a década de 1990.

No último capítulo realizou-se uma reflexão acerca do atual período de *Actualización del Modelo Económico y Social* cubano, pontuando aspectos relativos às alianças entre Cuba e outros países da América Latina e Caribe e os elementos

¹³ As empresas estatais citadas pela ONEI (Oficina Nacional de Estadística e Información) representam o conjunto das seguintes empresas cubanas: uniões, organizações económicas estatais de tipo autofinanciadas, empresas de organizações política de massas, bancos estatais e grupos empresariais, ONEI (2014).

mais gerais de seu atual processo de transição ao socialismo. Neste capítulo também se analisou as alterações recentes nas formas de propriedade, com o intuito de problematizar o atual lugar da empresa estatal cubana na transição ao socialismo. Por último, se apresentou a forma política e a participação política dos trabalhadores no âmbito da sociedade em geral, bem como se analisou a participação política dos trabalhadores nas empresas estatais, refletindo sobre o processo de apropriação da produção pelos trabalhadores do país. Este capítulo considerou os anos 2000 até 2016.

Nossa análise considerará as particularidades histórico-concretas de Cuba a partir do processo revolucionário iniciado em 1959. Isto requer considerar que esse é um movimento constante de idas e vindas próprio de sociedades em transição ao socialismo, pois se trata de constituir uma sociedade sobre a qual não existe parâmetro de forma e conteúdo, ou outras experiências histórico-concretas, e, que é sustentada pela vontade política daqueles que conduzem esse projeto de sociedade.

Neste sentido, a delimitação de um objeto de estudo é aqui realizada com a intenção de possibilitar uma análise parcial mais aprofundada, contudo, o retorno à totalidade, a qual apresenta elementos que influem na determinação de nosso objeto é um movimento imprescindível na nossa análise. Assim, este livro resulta de pesquisa exploratória, pois se trata da imersão de nosso questionamento e do objeto particular em um contexto econômico e social mais amplo.

A pesquisa que culminou nesta obra utilizou os seguintes documentos: *Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución* (2011); Resolução 13/2000, trata dos estímulos aos trabalhadores que atuam na área de auditoria; Resolução 13/2004, trata dos estímulos aos trabalhadores em geral; Resolução 48/2007, que trata dos estímulos aos trabalhadores promovidos a quadros políticos ou sindicais; Decreto-lei 252/2007 e Decreto-lei 281/2007, que regulam a implementação do *Sistema de*

Perfeccionamiento Empresarial; Código do Trabalho de Cuba (2014); *Informe del diagnóstico del impacto en el Sistema Empresarial Estatal de las Medidas Aplicadas para su Perfeccionamiento* (2015); *Conceptualización del Modelo Económico y Social Cubano de Desarrollo Socialista e Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social hasta 2030: propuesta de visión de la nación, ejes y sectores estratégicos* (2016).

Ainda durante o período da realização do Doutorado sanduiche, visitamos o *Centro de Informação, Capacitação e Arquivo* do Ministério do Trabalho e Seguridade Social (MTSS), na data de 14 de janeiro de 2015, onde conseguimos grande parte destes documentos digitalizados.

Outra fonte importante de dados se deu pela *Universidad de la Habana*. Esta autorizou o uso de alguns dados de entrevistas junto a trabalhadores das empresas estatais, a partir da análise da implementação do *Sistema de Perfeccionamiento Empresarial* em algumas empresas do país. Dessa forma, a pesquisa que resultou no documento *Informe del diagnóstico del impacto en el Sistema Empresarial Estatal de las Medidas Aplicadas para su Perfeccionamiento* (2015) objetivou principalmente: analisar o nível de conhecimento das medidas aprovadas; avaliar o grau de implementação alcançado; e identificar as principais limitações ou barreiras. Para isso, foram entrevistados 553 trabalhadores de empresas estatais, sendo o número total de trabalhadores nas empresas estatais de aproximadamente 3 milhões.

Após a coleta dos dados é *mister* organizar e ter ciência da forma como serão analisadas as informações recolhidas e registradas. De acordo com Luna (2002, p. 19), as “[...] respostas a um questionário, transcrições de entrevistas, documentos, registros de observação representam apenas informações à espera de um tratamento que lhes dê um sentido e que permita que a partir delas se produza um conhecimento até então não disponível”.

Nossa investigação foi qualitativa e delimitada em

determinado período histórico. Os elementos considerados serão contextualizados historicamente e estarão limitados em certo tempo e espaço, sofrendo modificações e alterações oriundas do próprio movimento da realidade.

Com o intuito de identificar se nossa questão já havia sido respondida por outras investigações que a antecederam, realizou-se uma revisão bibliográfica em diversos livros e artigos de autoria de investigadores cubanos e, em sites que disponibilizam as produções acadêmicas como teses e dissertações.

Na revisão realizada em artigos e livros de autoria dos investigadores cubanos, encontramos estudos sobre Cuba que tratam do processo de transição ao socialismo, das formas de propriedade, das empresas estatais e da participação política dos trabalhadores na sociedade em geral e nas empresas estatais. Entretanto, não se identificou estudos que objetivassem analisar o processo de participação política dos trabalhadores nas empresas estatais no período de *Actualización del Modelo Económico y Social*, considerando para isso as formas de propriedade e a apropriação social da produção ao longo da transição ao socialismo.

Nesta revisão foram identificados autores que discutem aspectos em torno de nosso objeto de estudo, como: Alhama (2013) que possui trabalhos sobre os coletivos laborais e a interferência dos trabalhadores nas decisões das empresas. Há estudos que apontam o papel fundamental que possui a propriedade estatal diante da intenção de realizar a apropriação social da produção, como a abordagem de Figueroa (2002). Foram identificados estudos que versam sobre a constituição de novas relações de produção e as diferentes formas de propriedade que convivem no contexto cubano, como: Figueroa, Labrada e Flores (2002); Alhama, (2013).

Sobre a participação dos trabalhadores nas empresas estatais, se identificou importantes elementos no livro de Harnecker (1974). Este também traz uma importante

pesquisa situada na década de 1970 sobre o processo de participação política dos trabalhadores nas empresas estatais cubanas. Há também um debate recente sobre as mudanças introduzidas na economia cubana desde 2011 que pode ser encontrado em Alhama (2013), Alhama; Brigos (2016), Monreal (2016).

Além de artigos e livros, continuamos a revisão bibliográfica através da busca por trabalhos acadêmicos (artigos, dissertações, teses, etc.), mas percebeu-se que há uma lacuna no que se refere à reflexão sobre o processo de participação dos trabalhadores nas empresas estatais cubanas em processo de transição ao socialismo e como mecanismo fundamental para apropriação social da produção durante a transição ao socialismo.

Com este livro apreende-se que a participação política dos trabalhadores nas empresas estatais de Cuba ainda está em processo de implementação e, até o momento, não apresenta dados que evidenciem sua ampliação na realidade concreta, tendo ainda vários desafios por enfrentar. Ratificou-se que também em Cuba a participação política dos trabalhadores nas empresas estatais é fundamental para a apropriação da produção pelos trabalhadores. Sendo esta indispensável ao processo de transição ao socialismo.

Assim, iniciar-se-á a exposição com reflexões acerca da apropriação social da produção pelos trabalhadores em processos de transição ao socialismo.

1

A PROPRIAÇÃO DA PRODUÇÃO PELOS TRABALHADORES EM PROCESSOS DE TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO

O texto que segue busca refletir sobre o processo de apropriação da produção pelos trabalhadores através das diferentes formas de propriedade, considerando que estas se alteram ao ocorrer o trânsito de uma sociedade a outra. Para isso, neste capítulo percorrer-se-á o seguinte caminho: primeiro, se discutirá a (re) produção humana através de formas de propriedade diversas que se constituíram ao longo da história e se vinculam às respectivas relações de produção, depois, buscar-se-á discutir as formas de propriedade e a apropriação da produção em processos de transição ao socialismo. Onde se evidenciará: a complexidade dessa transição, as possíveis formas de propriedade presentes em seu percurso e as particularidades da apropriação da produção neste contexto. Esta reflexão inicial subsidiará a discussão a ser realizada no capítulo segundo, sobre a participação política dos trabalhadores em processos de transição ao socialismo. Além disso, subsidiará as reflexões realizadas no capítulo terceiro, onde analisaremos o debate em Cuba sobre as formas de propriedade, e, em especial, a prioridade empregada à forma de propriedade estatal em processos de transição ao socialismo.

1.1. A (re) produção humana e as formas de propriedade nos determinados modos de produção

Este item será subdividido em três subitens seguintes, com a intenção de melhor delimitar os temas e conteúdos aqui debatidos. No primeiro subitem, que trata da relação do homem com a natureza e sua (re) produção social, apontar-se-ão os elementos mais gerais sobre a (re) produção humana, identificando a concepção de homem presente nesta pesquisa,

o desenvolvimento das relações humanas e seu processo de produção e de trabalho. No segundo subitem, abordar-se-á a passagem de um modo de produção a outro e as mudanças quanto à apropriação da produção pelos trabalhadores através das diversas formas de propriedade. No terceiro subitem, apontar-se-ão os elementos do capitalismo que forjam a necessidade pela sociedade futura, com a intenção de elencar alguns dos principais aspectos presentes no modo de produção capitalista que aprofundam suas contradições e potencializam as possibilidades de ruptura com este modo de produção.

1.1.1. A relação do homem com a natureza e a (re) produção social

A abordagem aqui não busca especificar a manifestação imediata da relação homem/ natureza em uma formação socioeconômica específica e situada em determinado tempo e espaço, mas busca compreender as determinações mais gerais da relação homem/ natureza em prol da (re) produção das condições indispensáveis à sua existência e a satisfação de suas necessidades.

A partir do estudo das sociedades que precederam o modo de produção capitalista¹⁴ Marx (2011) identificou a satisfação das necessidades humanas como elemento de todos os modos sociais de produção. O homem em qualquer organização social relaciona-se com seus meios de produção pela mediação do trabalho com a intenção de satisfazer suas necessidades em geral, acessar seus meios de subsistência e preservar sua vitalidade. Nesse movimento, Marx (2011,

¹⁴ Especialmente nos *Grundrisse*, obra elaborada entre 1857-58 publicada em duas partes em Moscou em 1939 e 1941 sob o título *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie (Elementos fundamentais para a crítica da economia política)*. A versão na íntegra foi publicada em Berlim em 1953, sendo que este texto não foi publicado por seu autor, Marx (HOBSBAWM, 1975).

p.401) apontou que, “[...] as condições originais da produção aparecem como pressupostos naturais, condições naturais de existência do produtor, exatamente como o seu corpo vivo aparece como o pressuposto de si mesmo [...]”. Dessa forma, a relação do homem com as condições objetivas para sua (re) produção aparece como inerente e própria do homem, tal como surgiu em sua relação natural com a natureza. Assim, é o pressuposto primeiro da existência humana a necessidade humana por comida, bebida, moradia, vestimenta etc; sendo o “[...] primeiro ato histórico [do homem] a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da vida material [...]”, (MARX; ENGELS, 2009c, p.33).

Dessa forma, é através do processo de trabalho que, o homem em atividade (o *trabalho vivo*) e junto dos meios de produção atua para obter os produtos que irão satisfazer suas necessidades, condição esta indispensável à sua existência. De acordo com Marx (2011, p.237), o “[...] *processo de trabalho* [...], em virtude de seu caráter abstrato, [...] é comum a todas as formas de produção [...]”, apresentando características particulares em cada forma de sociedade¹⁵.

Assim, no processo de trabalho entendido universalmente,

[...] a matéria prima é consumida ao ser modificada, conformada pelo trabalho, e o instrumento de trabalho é consumido ao ser desgastado nesse processo, ao ser gasto. Por outro lado, o trabalho é igualmente consumido ao ser utilizado, posto em movimento, e desse modo é despendido um determinado quantum de força muscular etc. do trabalhador, pelo que ele se esgota. Contudo, o trabalho não é só consumido, mas é ao mesmo tempo fixado, materializado, da forma de atividade na de objeto, de repouso; como mutação do objeto, o trabalho modifica sua própria configuração e, de atividade, devem ser. O final do processo é o *produto*, no qual a matéria-prima aparece

¹⁵ Conforme aparece no modo de produção capitalista, como apontaremos adiante.

unida ao trabalho e o instrumento de trabalho se converteu igualmente de simples possibilidade em efetividade [...] como produto, entretanto, o resultado do processo de produção é *valor de uso*, (MARX, 2011a, p.325).

Trata-se então da relação estabelecida entre o homem e a natureza, mediada pelo trabalho, de produção de valor de uso com o intuito de atender as necessidades humanas na forma mais imediata. Nesta relação, o homem é proprietário de seus meios de produção e dos produtos do seu trabalho, o homem é soberano das condições de sua existência, pois, a “[...] propriedade sobre o próprio trabalho é mediada pela propriedade sobre a condição de trabalho”, (MARX, 2011a, p.392). Assim, o “[...] trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio entre o homem e a natureza [...]”, (MARX, 2008a, p.64; 65). Dessa forma, em qualquer sociedade o homem produz bens úteis, destinados a atender às necessidades humanas¹⁶. Esta relação universal, conforme dissemos, sofre modificações e se particulariza segundo as formações socioeconômicas histórico-concretas.

Vale dizer que a propriedade em si significa essa relação de apropriação das condições de produção pelo homem, postas a ele como pressupostos naturais de sua existência. Segundo Marx (2011, p.403), essas condições “[...] constituem somente o prolongamento de seu corpo. O ser humano existe de maneira dupla, seja subjetivamente, como ele próprio, seja objetivamente, nessas condições naturais inorgânicas de sua existência [...]”. Portanto, não se trata de considerar o conjunto dessas relações de propriedade “[...] em sua *expressão jurídica*, como *relações da vontade*, mas em sua forma real, isto é, como *relações de produção* [...]”, (MARX,

¹⁶ Essas necessidades podem ser de toda ordem, tanto materiais como espirituais e se modificam a depender do espaço e do tempo.

2011a, p.261, grifo do autor)¹⁷. Diferente então das formas de propriedades, é necessário entender a propriedade a partir dessa relação do homem com a natureza, mediante a qual ele se apropria dos meios necessários à (re) produção material da vida humana.

Com o intuito de consubstanciar sua abordagem, Marx utilizou exemplos de formações socioeconômicas específicas¹⁸. Este recurso metodológico não é utilizado com a intenção de se apontar uma ordem histórico-cronológica generalizada mundialmente, mas de identificar as mediações entre as determinações gerais e aquelas que particularizam determinada formação socioeconômica. A partir disso, registra-se que as primeiras formas de propriedades se expressaram na família ampliada no clã, no intercasamento entre famílias e ainda na combinação de vários clãs.

Há que se considerar que nestas primeiras formas de organização humana (observadas por Marx) as condições objetivas necessárias à (re) produção eram propriedade comum de todos os indivíduos membros destes grupos (*gens*) ou tribos, sendo o homem vinculado às condições objetivas de sua (re) produção como sendo dela a parte inorgânica, a apropriação da produção ou dos meios de produção lhe era inerente (ENGELS, s/d.; MARX, 2011a).

As formas de propriedade relativas ao mundo antigo são originalmente representativas da propriedade comum dos meios de produção, que se caracteriza exatamente pela relação do homem com a natureza como sendo dela a parte inorgânica, apropriando-se das condições objetivas necessárias à sua (re) produção. Frente a isto, as relações de

¹⁷ Em Carta à J.B. Schweitzer escrita em 1865, em resposta à solicitação do julgamento de Marx sobre Proudhon.

¹⁸ Os exemplos de formações socioeconômicas utilizadas por Marx nos Grundrisse são: o despotismo oriental asiático, o escravismo ocidental, a forma de sociedade germânica e a eslava. Estes foram utilizados com a intenção de identificar elementos generalizadores, abstratos, presentes em qualquer formação socioeconômica (HOBSBAWM, 1975).

produção eram marcadas por um processo de domínio que fazia parte do coletivo de membros de determinado *gens*, não havendo formas de dominação ou hierarquização quanto ao processo de produção e de distribuição – entendida a distribuição como inerente à produção, tendo em si os elementos relativos à determinada forma de produção. Essa forma de propriedade caracterizou os primeiros grupos identificados como humanos e foi progressivamente sendo alterada. Nos exemplos¹⁹ elencados no texto A origem da família, da Propriedade Privada e do Estado, de Frederich Engels de 1884, a forma de propriedade comum presente nas antigas *gens* correspondia também à forma como os humanos estabeleciam as relações afetivo-sexuais naquele período. Frente às primeiras formas de propriedade privada²⁰ se evidencia o interesse por restringir a transferência de heranças apenas aos filhos/as, o que culminou na consolidação e disseminação do casamento monogâmico e no interesse crescente por acúmulo de riquezas. A família monogâmica e patriarcal evidenciou também o domínio do homem sobre a mulher e toda a família, de modo que “[...] o homem tomou posse também da direção da casa, ao passo que a mulher foi degradada, convertida em servidora, em escrava do prazer do homem e em mero instrumento de reprodução”, afirmou Engels (s/d., p.64) em exemplo relativo principalmente a sociedade Grega, mas que se generaliza com a disseminação da forma de casamento monogâmico e o papel

¹⁹ Os exemplos que se apresentam no livro partem da sociedade Iroquesa, Grega, Romana, Germânica e Ateniense. Ressalta-se que esses processos não ocorrem de forma simultânea e não seguem uma sequência histórica cronológica em cada um destes locais ou no mundo, mas servem de exemplo para a compreensão dessas mudanças em uma perspectiva mais abstrata e generalista.

²⁰ Que neste contexto inicial são ainda muito incipientes e bem distintas da conformação que assumem no modo de produção capitalista.

a que ficou subjugada a mulher²¹. Assim, a família monogâmica não foi, “[...] de modo algum, fruto do amor sexual individual, [mas] foi à primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas em condições econômicas [...]”, (ENGELS, s/d., p.71).

Assim sendo, Marx e Engels (2009c) afirmaram ser a primeira forma de divisão do trabalho a que ocorreu entre o homem e a mulher, a divisão sexual do trabalho, e, depois, Engels (s/d.) relatou ser também esta relação à primeira forma de opressão²². Esta relação de opressão vinculada à monogamia e às primeiras formas de apropriação privada da riqueza e das terras são concomitantes ao surgimento da exploração do trabalho a partir da apropriação do excedente da produção. A primeira forma de exploração do trabalho que passa a ser predominante por um período na sociedade é a caracterizada pelo trabalho escravo. Nesta, uma minoria passa a se apropriar da maior parte da produção.

Conforme aponta Engels,

O aumento da produção em todos os ramos – criação de gado, agricultura, artes e ofícios domésticos – tornou a força de trabalho do homem capaz de produzir mais do que o necessário para a sua subsistência. Aumentou ao mesmo tempo a quantidade de trabalho diário que cabia a cada membro da *gens*, da comunidade doméstica ou da família isolada. Passou a ser conveniente conseguir mais força de trabalho, o que se conseguiu por meio da guerra. Os prisioneiros de guerra foram transformados em escravos. [Tem-se então] a primeira grande divisão da sociedade em suas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados (ENGELS, s/d, p.172).

²¹ No mesmo texto, o autor indica como inerente a forma de casamento monogâmico o adultério e a prostituição.

²² Aqui entendido como o ato de exercer o poder sobre alguém, de oprimir alguém, que pode se manifestar em relações individuais ou coletivas, mediante a opressão de um grupo sobre outro.

Neste contexto, a produção passa a assumir forma particular. Se antes este processo se caracterizava por ser condição para (re) produção da vida humana, agora apresenta, além desta determinação mais geral, a particularidade de se caracterizar como processo destinado a valorização, a criação de mais valor para outrem. A divisão da sociedade em classes culminou no domínio da forma de produção baseada na exploração do trabalho, mediante a apropriação do excedente do trabalho humano por um grupo minoritário (de exploradores). Essa mesma divisão da sociedade em classes irá caracterizar o modo de produção capitalista, que apresenta por classes específicas a burguesia e o proletariado, tendo por forma particular de exploração a compra da força de trabalho como mercadoria, o trabalho assalariado²³.

Além da divisão do trabalho caracterizada pela divisão da sociedade em classes sociais, há a divisão do trabalho que ocorre no próprio processo de produção, quando se divide inicialmente trabalho material e trabalho intelectual. Tal fato é fundamental, pois altera a relação da consciência com a práxis existente, quando se trata da realização de trabalhos que não se entrelaçam diretamente com elementos da realidade concreta, como foram os ideólogos e os sacerdotes no período em que escreve Marx e Engels (2009c) a *Ideologia Alemã* (1845- 1846) ²⁴. A partir dessa divisão, afirmam Marx e Engels (2009c, p.35) que “[...] a consciência pode realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real [...]”, a consciência está em condições de produzir teoria. Marx e Engels (2009c) também destacaram o papel das relações entre os países e a influência de uma consciência

²³ O que retomaremos no próximo subitem deste capítulo.

²⁴ Texto produzido entre 1945 e 1946 em que os autores negam o materialismo de Feuerbach e avançam na compreensão da inexistência de uma natureza essencialmente humana, que não seja historicamente determinada.

universal sobre a consciência que se difunde em âmbito nacional. Além da divisão em classes, a divisão trabalho se desenvolveu de modo que a produção, o consumo, a fruição, o trabalho e a forma de apropriação da produção passaram a ser realizados por grupos de indivíduos diferentes.

1.1.2. As mudanças na forma de apropriação da produção pelos trabalhadores na passagem de um modo de produção a outro

Dessa forma, à medida que a organização gentilica foi chegando ao fim – um processo marcado pela expansão da exploração do trabalho, pelo aprofundamento da divisão do trabalho, pela disseminação da propriedade privada e da relação patriarcal – a sociedade se expande e passa a ultrapassar a organização por *gens* e o “[...] Estado se desenvolvia sem notar”, (ENGELS, s/d, p.122). O Estado passa a se constituir como instituição responsável por: organizar a interligação entre os diversos grupos antes independentes e defendê-los de ataques externos e gerir os interesses antagônicos entre as classes. O Estado e suas funções, apropriação da produção, a divisão do trabalho, a divisão de classes entre exploradores e explorados assumem formas diversas e determinações particulares, por exemplo, na sociedade escravocrata, na feudal, dentre outras. Vale destacar que neste texto não temos por objetivo aprofundar as características que possui as formas de propriedade nessas formações socioeconômicas particulares, mas iremos apontar os aspectos mais importantes que estas apresentaram.

Nas sociedades escravocratas predominou a forma de exploração do trabalho através do trabalho escravo. Apesar de a escravidão haver assumido formas particularidades em diferentes países e momentos históricos, nessa formação socioeconômica a relação de exploração estava marcada, principalmente, pelo fato de a maior parte da riqueza produzida pelos escravos ser apropriada pelos exploradores

(HUBERMAN, 2010). Além disso, um elemento particular da relação de escravidão é o fato de, na relação entre Senhor e Escravo, os próprios escravos serem propriedade dos Senhores. Estes eram, portanto, também proprietários das pessoas escravizadas, que poderiam ser vendidas por determinado preço estabelecido no mercado. Assim, o trabalhador escravizado, em geral, apropriava-se apenas dos suprimentos necessários à reprodução de sua força de trabalho. O período em que predominou esta forma de apropriação dos resultados do trabalho e também dos sujeitos que o realizavam conviveu com formas de propriedade relativas ao modo de produção anterior – marcado pela produção e distribuição coletivizada. Da mesma forma, após longo tempo, esta forma vai progressivamente sendo substituída pela generalização de outras relações de produção pautadas em uma nova forma de apropriação do excedente do trabalho e de exploração do trabalho.

No denominado período feudal, a relação predominante de exploração se configurava entre os Servos e os Senhores Feudais. Os Servos estavam vinculados a terra (organizada pela divisão em feudos) e só passariam ao domínio de outro Senhor a partir da transferência de posse da terra na qual trabalhavam, o que era realizado pelo Rei. Ou seja, os servos seguiam produzindo no mesmo local, mas produziam um excedente que seria apropriado por outrem, apropriando-se da produção apenas no que competia à parcela indispensável a sua reprodução e de sua família. Pensando a passagem de um modo de produção a outro como um processo que traz determinações novas, ao mesmo tempo em que mantém aspectos da formação socioeconômica anterior, no período de predomínio da sociedade feudal coexistiam as relações de escravidão ao mesmo tempo em que as relações de produção feudais foram sendo submetidas às relações de produção burguesas que emergiram muitos anos depois, a partir dos burgos franceses e da expansão da produção manufatureira.

Neste interim, a forma de Estado correspondia ao

Absolutista. Este Estado apresentou características particulares nos diferentes países em que se constituiu, especialmente na Europa, não sendo possível a precisão exata de um período que corresponda a seu surgimento e dissolução, havendo registros de que entre o século XVI e XX esta forma de Estado sofreu derrotas nos diversos países do continente Europeu. Na medida em que se desenvolve a produção pré-industrial, surgem novas formas de divisão do trabalho e se demanda a expansão para novos mercados (inclusive internacionais), o Estado Absolutista deixa de corresponder à estrutura econômica da sociedade e sofre o processo de Revolução Burguesa (MARX; ENGELS, 2009a).

Assim, no processo de trânsito de um modo de produção a outro a relação homem/ natureza sofre modificações, as quais mantêm elementos da sociedade anterior ao mesmo tempo em que alteram: as formas de propriedade, as relações de produção e todas as demais relações sociais, sendo que a “luta do homem com a natureza” ou “[...] a “unidade do homem com a natureza” [...] apresenta-se de modo diferente em cada época de acordo com o menor ou maior desenvolvimento da indústria [...]”, (MARX; ENGELS, 2009c, p. 30 e 31). De acordo com o que afirmaram Marx e Engels (2009c, p.30 e 31) em “a Ideologia Alemã”, os homens não são homens com elementos naturais intrínsecos, mas são principalmente “homens históricos reais”. É a partir das condições histórico-concretas que se forjam as mudanças relativas as relações de produção, as formas de propriedade e de apropriação da produção. As diferenças que possam haver entre os diferentes grupos e como eles se comportam diante da terra e de sua produção também dependerá das condições naturais e econômicas de cada um deles, como: a forma de exploração da terra, a extensão do território, a sua relação com as outras comunidades, dentre outros. As forças produtivas têm na sua primeira grande forma a própria comunidade; é o fato de os seres humanos produzirem a partir de uma organização coletiva como a pecuária e a

agricultura que levou a uma ampliação da produtividade e ao surgimento de relações de produção mais desenvolvidas que as anteriores. Entretanto, é a partir do avanço das técnicas de produção, das inúmeras novas maneiras da divisão do trabalho, dos novos Regimes Políticos representando o Estado, dentre outras mudanças, que vem sendo alterada a relação homem/ natureza ao longo da história (HOBSBAWM, 1975; MARX, 2011a).

Portanto, o que precisa ser explicado não é “[...] a *unidade* do ser humano vivo e ativo com as condições naturais, inorgânicas, do seu metabolismo com a natureza e, em consequência, a sua apropriação da natureza [...]”, mas é o movimento de *separação* “[...] entre essas condições inorgânicas da existência humana [...]”, (MARX, 2011a, p.401).

Com a conformação da sociedade capitalista se estabelece a relação de exploração e plena expropriação das condições objetivas de realização do trabalho humano por um grupo minoritário de pessoas, o qual se apropria dos meios de produção, deixando desprovidos destas condições a maior parte dos produtores. Este processo afetou (e afeta) uma grande quantidade de trabalhadores, os quais passaram a compor a nova classe de explorados do mundo moderno, pois eles detêm como propriedade apenas sua capacidade/ força de trabalho. A relação de compra e venda da mercadoria força de trabalho é o que irá caracterizar o trabalho assalariado na sociedade capitalista. Diferente das relações de exploração anteriores, em que o trabalhador estava “aprisionado” a seu dono ou a terra onde produzia, na sociedade capitalista se mistifica uma relação de liberdade, a partir da qual o trabalhador estaria “livre” para vender sua força de trabalho e negociá-la com seu comprador. Na aparência, o trabalhador estaria “livre” para vendê-la, entretanto, está submetido à obrigatoriedade por vendê-la pelo preço estabelecido no mercado de trabalho, em virtude da permanente ameaça do desemprego e da necessidade por manter sua reprodução

social – sendo a força de trabalho sua única propriedade, vendê-la é condição necessária à sua sobrevivência. O trabalho assalariado se caracteriza pelo pagamento de salário ao trabalhador que possibilite adquirir uma cesta de consumo suficiente à sua reprodução e de sua família (neste caso o salário corresponderia ao valor da reprodução da força de trabalho). Entretanto, esta seria uma situação em abstrato referenciada por Marx (2008a), pois na realidade os trabalhadores podem receber um salário que oscile em torno de seu valor, sendo comum nos países pobres e dependentes o pagamento de salários abaixo do valor de reprodução da força de trabalho. Mesmo assim, em qualquer forma de contratação salarial no capitalismo, está presente a exploração do trabalho, pois sempre é pago ao trabalhador um valor menor do que ele gerou durante sua jornada de trabalho, sempre há um excedente a ser apropriado pelo capitalista, sendo este o motivo da contratação do trabalhador: utilizar a força de trabalho para adquirir mais valor, mais-valia²⁵. Assim, no capitalismo se configurou um “[...] processo histórico que dissolve as diferentes formas em que o trabalhador é proprietário, ou em que o proprietário trabalha [...]”, segundo Marx (2011, p.408), este “[...] processo histórico foi o divórcio de elementos até então unidos - [...] não é que um dos elementos desaparece, mas que cada um deles aparece em uma relação negativa com o outro [...]”, o trabalhador versus o capital²⁶ (MARX, 2011a, p.413).

Neste interim a produção, que antes do modo de

²⁵ A mais-valia pode se manifestar como mais-valia absoluta, extra e/ou relativa, essa discussão está desenvolvida em *O Capital*, principalmente nos capítulos V e X (MARX, 2008).

²⁶ Capital este que significa um produto coletivo, resultado do trabalho, mas apropriado por uma classe respectiva, os capitalistas. Grupo este que ocupa uma posição social, além de pessoal, de acordo com Marx e Engels (2009c, p. 54), “[...] o capital não é, pois, uma força pessoal, é uma força social”. A qual não pode ser entendida sem que se entenda a posição social ocupada pelos capitalistas.

produção capitalista estava mais caracterizada por processos de trabalho relativamente isolados e individualizados, passa a se conformar de maneira coletiva. Manifesta-se então a contradição²⁷ entre a produção social (de forma que os produtos do trabalho passam a resultar da junção do trabalho de diversos produtores) e sua apropriação privada. Não é que deixe de existir a produção isolada e individual, mas conforme afirma Engels (2015, p.306, grifo do autor), “[...] a produção social revolucionou todo o antigo modo de produção [Medieval] [...]”.

Assim,

Veio, então, a concentração dos meios de produção em grandes oficinas e manufaturas, sua metamorfose em meios de produção realmente sociais. Porém, os meios de produção e os produtos sociais foram tratados como se continuassem sendo meios de produção e produtos de indivíduos. Eles foram apropriados não por aqueles que realmente haviam posto os meios de produção em movimento e de fato haviam confeccionado os produtos, mas por capitalistas [...] agora o possuidor dos meios de trabalho continuava a se apropriar do produto, mesmo ele não sendo mais o *seu* produto, mas exclusivamente produto do *trabalho alheio* (ENGELS, 2015, p. 307, grifo do autor).

Este processo expropriou a maior parte dos produtores das condições de (re) produzir a própria vida, limitando-os a condição de vendedores da força de trabalho para garantir a

²⁷ De acordo com Mao (1999, p.42) “[...] as contradições existem no processo de desenvolvimento de todos os fenômenos, e penetram o processo de desenvolvimento de cada fenômeno, do começo ao fim [...]”, sendo esta a universalidade da contradição, seu caráter absoluto. Há ainda que se identificar, nos diversos processos concretos, a contradição principal e as contradições secundárias, sendo estas determinadas por aquela. No modo de produção capitalista, a relação de exploração de classes, que culmina na apropriação privada da riqueza socialmente produzida, é que caracteriza a contradição principal (MAO, 1999).

sobrevivência. A partir de então o trabalho assalariado, que existia a bastante tempo de maneira isolada e concomitante à escravidão, passa a ser dominante. Com a generalização do trabalho assalariado e da produção de mercadorias colocadas à venda no mercado vai se consolidando o modo de produção capitalista. As leis econômicas inerentes a esta sociedade passam a atuar de forma mais incisiva nas relações de produção, se consubstanciando um processo no qual “[...] reina a anarquia da produção [...]”, (ENGELS, 2015, p.308).

Aquele que produz não se apropria da riqueza socialmente produzida, mas apenas a acessa através de seus salários, os quais em geral se limitam a proporcionar o necessário à sobrevivência. O trabalhador no capitalismo se reconhece cada vez menos no processo de produção e no seu resultado, devido à apropriação dessa riqueza ser privada e pertencente a outrem. Assim, a desvalorização do mundo humano ocorre em proporção direta à valorização do mundo dos objetos (MARX; ENGELS, 2009a); (MARX, 2008a).

Nesse sentido, é fundamental compreender o *trabalho estranhado*²⁸. Este se manifesta em dois âmbitos: na relação do trabalhador com os produtos do seu trabalho e no próprio processo de produção. Ao perguntar-se sobre a quem pertenceria o produto do trabalho, se ao trabalhador lhe é estranho, Marx responde:

Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, um poder estranho [que] está diante dele, então isto só é possível pelo fato de [o produto do trabalho] pertencer a um *outro homem fora o trabalhador*. Se sua atividade lhe é martírio, então ela tem de ser fruição para um outro e alegria de viver para um outro. Não os deuses, não a natureza, apenas o homem mesmo pode ser este poder estranho sobre o homem. [...] Se ele se relaciona, portanto,

²⁸ Esta discussão está inicialmente realizada no Manuscrito *Trabalho estranhado e propriedade privada*, que é parte dos *Manuscritos econômicos e filosóficos* produzidos por Marx em 1884 para estudos e reflexões pessoais.

com o produto do seu trabalho, com o seu trabalho objetivado, enquanto objeto *estranho*, hostil, poderoso, independente dele, então se relaciona com ele de forma tal que um outro homem estranho a ele, inimigo, poderoso, independente dele, é o senhor deste objeto. Se ele se relaciona com a sua própria atividade como uma [atividade] não livre, então ele se relaciona com ela como a atividade a serviço de, sob o domínio, a violência e o jugo de outro homem (MARX, 2010a, p.86).

A atividade de trabalhar, o processo de trabalho, se volta para o trabalhador como uma atividade não pertencente a ele, que é independente dele e contra ele, diferenciando-se das atividades inatas ao ser humano como comer e reproduzir-se.

O estranhamento assume a forma específica de fetichismo no capitalismo desenvolvido, de modo que, a igualdade que estabelece o mercado entre mercadorias diferentes, produtos de trabalhos qualitativamente diferentes, abstrai o caráter útil do trabalho, “[...] põe de lado a desigualdade existente entre eles e os reduz ao seu caráter comum de dispêndio de força humana de trabalho, de trabalho humano abstrato” (MARX, 2008a, p.95). Nestas relações de troca, os produtos do trabalho humano se apresentam como se fossem independentes da produção humana – exatamente por desconsiderar nessa ocasião o caráter útil do trabalho, sua especificidade -, disfarça a relação social que existe entre os produtores dessas mercadorias. Dessa forma, “[...] uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”, (MARX, 2008a, p.94). O denominado fetichismo é essa forma de estranhamento que mistifica a relação social humana, por uma relação social entre coisas.

O processo de separação do produtor das condições objetivas para a realização do trabalho levou o estranhamento a assumir nova forma na sociedade capitalista, a de

fetichismo. Portanto, para alterar essa forma, é necessário um longo processo de ruptura com as relações de produção capitalistas, considerando a forma de propriedade dominante e a contratação da força de trabalho como mercadoria, atingindo, principalmente, a contradição principal deste modo de produção, qual seja a produção social em contraposição a apropriação privada da riqueza.

Nessa perspectiva, Marx (2008a) no capítulo XXIII de “O’ Capital” irá desenvolver a tese sobre a “lei geral da acumulação capitalista”, a qual indica que em virtude dessa contradição entre produção social e apropriação privada, há uma tendência geral no capitalismo de aumentar a riqueza ao mesmo tempo em que aumenta a pobreza; concentrar e centralizar a riqueza em um número cada vez menor e mais rico de capitalistas, ao mesmo tempo em que aprofunda as precárias condições de vida dos trabalhadores em geral.

É da crítica à sociedade capitalista, a qual ao longo de seu percurso histórico tem deixado cada vez mais evidente seus limites estruturais, que emerge na concepção teórica de Marx e Engels os elementos relativos à transição do capitalismo ao socialismo e posteriormente ao comunismo. Na estrutura do capitalismo, mesmo que os salários correspondessem a uma farta cesta de consumo para os trabalhadores nos diversos países capitalistas do mundo – uma ideia inexequível –, a desigualdade social e o aprofundamento da pobreza relativa se manteriam, evidenciando a relação de exploração própria deste modo de produção. Longe de pretender esse funcionamento e em se tratando de uma sociedade dividida em classes com interesses antagônicos, o capitalismo aprofunda a exploração do trabalho, a expansão do exército industrial de reserva, o achatamento dos salários ao máximo e a reprodução da miséria concomitante a reprodução da riqueza (MARX, 2008a).

1.1.3. As contradições do capitalismo que forjam a necessidade pela sociedade futura

O aprofundamento do conflito de classes presente na sociedade capitalista entre burguesia e proletariado, bem como das contradições presentes na própria estrutura de (re) produção do capital, foram apontados por Marx e Engels com a perspectiva de que haveria a tomada do poder pelos trabalhadores do mundo – o que permitiria iniciar a construção da nova sociedade. A compreensão da relação entre a estrutura econômica e superestrutura em Marx contribui para essa reflexão. No campo da estrutura econômica encontram-se as relações de produção²⁹, todo processo de produção econômica real que sustenta a reprodução material da vida humana. Já na superestrutura está o aparato jurídico e político, no qual se constituem determinados níveis de consciência social e que são também aspectos das relações de produção, das relações sociais em sua totalidade. A partir da crítica a dialética hegeliana³⁰ Marx irá apontar que, nessa relação entre estrutura e superestrutura, é na superestrutura que o homem terá constituída sua consciência a partir da produção econômica, sendo neste âmbito estabelecidas relações entre os próprios

²⁹ Relação de produção é o ato social de produzir para abastecer as necessidades, que corresponde a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas, em determinado tempo e espaço. Sendo que, “[...] a totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência [...]”, (MARX, 2008b, p.47).

³⁰ A proposição de inversão da dialética hegeliana foi o que permitiu compreender dessa maneira o movimento entre estrutura e superestrutura; diferentemente de Hegel que concebia a realidade em movimento dialético a partir do qual as ideias conformariam a materialidade existente. Consultar esse debate em *Crítica da filosofia do direito de Hegel* de 1843, (MARX, 2010c).

homens e entre estes e seus meios de produção ou de trabalho (objetos de trabalho, instrumentos de trabalho e reprodução do próprio trabalhador) (MARX, 2008b). Dessa maneira, pontuou ainda Marx (2011, p.60)³¹ que, “[...] sobre as diferentes formas da propriedade, sobre as condições sociais da existência se eleva toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, modos de pensar e visões da vida distintos e configurados de modo peculiar [...]”, ou seja, na relação entre estrutura e superestrutura, haveria ainda uma variação entre as classes dos distintos modos de viver e também de formação da consciência e modos de pensar.

A medida então que as contradições nas relações de produção se aprofundam e as classes que sofrem o processo de dominação, opressão e exploração levantam suas indignações e se organizam coletivamente há a possibilidade de tomada do poder e de alteração das relações de produção em sua totalidade, no âmbito da superestrutura e da estrutura econômica. Afirma Marx (2009, p.125) no texto *Miséria da Filosofia* de 1847 que as “[...] relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar a sua vida [...]” serão também alteradas todas as relações sociais.

Diferente dos demais períodos de passagem de um modo de produção para outro e devido ao alcance mundial do modo de produção capitalista, sua ultrapassagem deverá promover a emancipação das classes trabalhadoras de todo o mundo, conforme pontuou Marx (2009, p.17), “[...] de uma vez e para sempre, de toda a exploração, opressão, distinção de classe e luta de classes”³², o que significa uma transformação a nível universal.

³¹ Em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, redigido entre 1851 e 1852 (MARX, 2011a).

³² Engels nos Prefácios às edições alemã (1883) e inglesa (1888) do *Manifesto Comunista*; atribui a fundamentação dessa ideia a Marx.

Portanto, é no âmbito do próprio capitalismo que se conformam as possibilidades para o surgimento da nova sociedade, a qual buscará negar as contradições da sociedade anterior. Tendo em vista este aspecto, a resposta dada pelo capitalismo à expansão e elevação ao extremo da anarquia da produção no âmbito da sociedade em geral foi justamente o seu oposto: “[...] a crescente organização da produção como produção social em cada um dos estabelecimentos produtivos [...]”, (ENGELS, 2015, p.309). Mesmo com a crescente organização/ planejamento da produção em cada estabelecimento, a contradição entre produção social e apropriação privada culminou na contradição³³ entre a organização/ planejamento no âmbito de cada estabelecimento e a anarquia da produção no âmbito da sociedade em geral, sendo esta uma das contradições a serem enfrentadas em processos de transição do capitalismo para o socialismo e depois para o comunismo.

As relações de produção no âmbito do capitalismo manifestam contradições próprias deste modo de produção, um processo de transição do capitalismo para o socialismo demandará, portanto, romper com estas relações de produção, bem como com suas formas de propriedade.

Neste modo de produção, o Estado através de seus Regimes Políticos é também composto pela relação contraditória entre as classes e visa garantir a conservação das relações de produção capitalistas. No âmbito destas relações, os Governos cumprem papel fundamental no que tange a coerção política, que se realiza a partir de suas instituições quando necessita garantir, à força, a manutenção das relações de produção capitalistas (CORAZZA, 1987).

A anarquia da produção em geral, aliada a outras leis³⁴

³³ Sendo esta uma das contradições secundárias expressas no modo de produção capitalista (MAO, 1999).

³⁴ No próprio *Anti-Duhring* Engels trata sobre as crises causadas pela superprodução, mas é especialmente em *O’Capital* que Marx

que regem a economia capitalista, conduzem a ocorrência de diversas crises, as quais também são inerentes a este modo de produção. Nestes contextos que surgem as empresas estatais na sociedade capitalista, criadas pelos Governos enquanto representantes, majoritariamente, da classe de capitalistas, mas que aparecem como representantes da sociedade em geral. Assim, passa a se apresentar no capitalismo a forma de propriedade estatal concomitante com as outras formas de propriedade, sendo predominante a propriedade privada. A propriedade estatal, na aparência e na perspectiva jurídica, seria uma entidade que representaria a sociedade em geral, mas na essência, visa reproduzir as relações de produção capitalistas.

É a partir desta interpretação acerca do planejamento e organização das relações de produção no capitalismo por seus Regimes Políticos, que Engels apontará como tática inicial à possibilidade de transição do capitalismo ao socialismo, e posteriormente ao comunismo, a tomada do poder pelos trabalhadores e o processo de planificação a partir das empresas estatais aliadas a um plano nacional³⁵. Assim, apontar-se-á no item que segue os elementos relativos à possibilidade da transição do capitalismo para o socialismo e depois para o comunismo, bem como as formas de propriedade e as relações de produção que passam a se conformar neste contexto.

aprofundará sobre o tema ao tratar da lei tendencial da queda da taxa de lucro, por exemplo.

³⁵ Outros pontos sobre o Estado, sua relação com o Partido e sobre a planificação em processos de transição ao socialismo serão aprofundados no capítulo segundo desta tese.

1.2. A apropriação da produção pelos trabalhadores e as formas de propriedade em processos de transição ao socialismo

Este item também conta com três subdivisões internas. No primeiro ponto abordar-se-ão os aspectos relativos à transição do capitalismo ao socialismo e ao comunismo. A partir dessa discussão, num segundo subitem apontar-se-ão as alterações nas formas de propriedade, as modificações nas relações de produção e o processo de apropriação da produção que se daria na transição ao socialismo. Em seguida e, no último subitem, se pretende levantar as particularidades das alterações e o debate sobre as formas de propriedade na experiência conhecida por “socialismo real”, com a intenção de identificar o papel atribuído às empresas estatais nesta experiência. Estes elementos são aqui considerados com o intuito de perceber àqueles que influenciaram a experiência cubana.

1.2.1. A transição do capitalismo ao socialismo e comunismo

Marx e Engels foram os primeiros a fundamentar cientificamente o processo de ruptura com a sociedade capitalista e de construção consciente de uma nova sociedade, baseada na apropriação coletiva dos meios de produção e dos resultados do trabalho. Esta apropriação da produção corresponderia à apropriação dos meios de produção, ou seja, das condições objetivas necessárias à (re) produção humana, a produção em si e a seu resultado (considerando distribuição e consumo dos bens socialmente produzidos). Em seus principais textos³⁶ estes autores evidenciaram essa

³⁶ Alguns dos textos em que essa ideia se apresenta explicitamente são: *a Ideologia Alemã* de Marx e Engels escrita entre 1845 e 1846; o *Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels escrito em 1848; A

transformação social não apenas como possível, mas especialmente como necessária. As abordagens anteriores foram consideradas no campo do socialismo utópico devido a serem caracterizadas como céticas, igualitaristas e utópicas, pois, apesar de reconhecerem a necessidade pelo fim da oposição entre cidade e campo, da família, do lucro privado e do trabalho assalariado, essas teses não mencionavam e não evidenciavam a necessidade pela luta de classes como mecanismo para romper com o modo de produção capitalista. Por este motivo Marx e Engels pertenciam ao grupo político que se identificava como comunistas, pois até meados do século XIX o grupo denominado de socialistas eram os “[...] partidários de sistemas utópicos, particularmente os owenistas na Inglaterra e os fourieristas na França [...] os mais diversos curandeiros sociais que aspiravam suprimir [...] as lacunas sociais sem danar minimamente o capital nem o lucro”, (ENGELS, 2009a, p.28 e 29)³⁷. Dessa forma, Marx e Engels não utilizaram os termos socialismo/ socialistas em seus primeiros textos, o que posteriormente foi retificado por Engels, (MARX; ENGELS, 2009b; ENGELS, 2015).

Apesar de apontarem diversos elementos fundamentais acerca da possibilidade de transição da sociedade capitalista para o socialismo e depois para o comunismo, os autores em tela não elaboraram uma teoria da transição para a sociedade futura. Entretanto, a partir dos processos de transição de um modo de produção a outro e das particularidades que conformam o modo de produção capitalista e suas contradições, o que fizeram Marx e Engels foi apontar a

guerra civil na França de 1871, onde Marx e Engels analisaram a experiência da Comuna de Paris; a *Crítica do Programa de Gotha* de Marx de 1875; a própria obra de maior maturidade de Marx, *O'Capital*, escrito por um longo período entre 1847 até quase o fim da vida do autor, em 1883; e os textos de Engels: *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (1880) e *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã* (1886).

³⁷ Em 1890, no Prefácio à Edição Alemã do *Manifesto do Partido Comunista*.

possibilidade científica de construção de uma nova sociedade a partir do planejamento consciente dos homens e mulheres organizados em prol de atender as necessidades humanas, não apenas individuais, mas coletivas e sociais.

Nessa perspectiva também afirmou Rosa Luxemburgo anos depois,

[...] nós sabemos mais ou menos o que nós temos de superar em primeiro lugar para liberar o caminho da economia socialista, no entanto, que tipos de milhares de medidas concretas práticas, grandes e pequenas, são necessárias para a introdução dos princípios socialistas na economia, no direito, em todas as relações sociais, sobre isso não há nenhum programa partidário socialista e nenhum manual socialista. Isso não é nenhuma lacuna, mas exatamente a vantagem do socialismo científico em relação ao utópico (LUXEMBURGO, 2013, p. 97).

São diversos textos do conjunto das obras de Marx e Engels (de cunho teórico-científico, mas também político) que expressam o movimento dialético da passagem de um modo de produção a outro. A partir da investigação acerca da origem e constituição do modo de produção capitalista os autores puderam levantar aspectos gerais sobre a transição de um modo de produção a outro. Para compreender o funcionamento desta organização histórico-concreta estes autores empregaram o método de conhecimento da realidade denominado de materialismo histórico e dialético. Através deste, conseguiram apreender o movimento entre um determinado nível de abstração e a realidade concreta, o qual permite conhecer aspectos relativos ao conteúdo dos objetos investigados, os diferenciando da forma particular que assumem nas determinadas sociedades.

A partir deste método que busca a apreensão do movimento da realidade, o processo de transição a uma sociedade posterior ao capitalismo não estaria isento de obstáculos, contradições e inúmeros desafios internos

(relativos à condição da sociedade que o realiza) e externos (advindos das relações internacionais). Assim, esse movimento e seus percalços se apresentam em alguns dos textos do conjunto da obra dos autores supracitados, sendo que em um deles – novamente a partir de um exercício de abstração frente às diversas realidades histórico-concretas e na perspectiva de uma interpretação que identifique elementos mais gerais – Marx distingue uma primeira fase da transição de uma segunda. A primeira fase emergiria da própria sociedade capitalista e, por isso, apresentaria “[...] em todos seus aspectos, no econômico, no moral e no intelectual, a marca da velha sociedade de cuja entranha procede”, (MARX, 2009a, p.29, tradução nossa). Nessa fase cada produtor individual receberia da sociedade o que a ela houvesse dado depois de realizada as deduções necessárias, as quais seriam relativas: à reprodução e ampliação dos meios de produção; ao fundo de reserva e seguro para acidentes do trabalho; aos gastos com a administração e a produção; à manutenção e ampliação dos fundos sociais de consumo (escolas, serviços de saúde e outros) e; àquelas destinadas às pessoas não capacitadas para o trabalho. Assim, a sociedade retornaria a cada um o correspondente a determinada quantidade de trabalho individual aportado, após feitas as devidas deduções relativas ao fundo comum, sendo que a distribuição se daria a partir do acesso aos “depósitos sociais de meios de consumo”.

Esta denominada primeira fase apresentaria “defeitos” inevitáveis diante da passagem para outro modo de produção e deveria apresentar as condições para transitar ao comunismo. Entretanto, Marx e Engels não indicaram que todo o processo de transição seguiria essa mesma estrutura de fases, bem como advertiram posteriormente que poderia haver uma transição direta do capitalismo ao comunismo³⁸. Afinal, a transição do capitalismo para uma sociedade superior é um movimento de idas e vindas e em construção,

³⁸ O que se abordará adiante, considerando o debate sobre a transição na Rússia, em 1881.

trata-se de uma sociedade nova, sem precedentes. É esta ideia de movimento que fundamenta a investigação destes autores acerca da passagem de um modo de produção a outro.

O termo transição foi empregado por Marx e Engels em alguns textos em que trataram desta passagem. Na Crítica ao Programa de Gotha, Marx (2009a, p.39, tradução e grifo nosso) afirmou que, “[...] a este período corresponde também um período político de *transição* [...]”. No texto Miséria da Filosofia, Marx (2009b, p.126, grifo do autor) desenvolverá argumentos contrários aos utilizados por Proudhon³⁹ e apontará que a forma de produção material da vida se altera ao longo da história, bem como as ideias, as categorias e todas as relações sociais, assim, todas estas são “[...] tão pouco eternas quanto às relações que exprimem. Elas são *produtos históricos e transitórios*”. Na mesma perspectiva Engels (1982, pg.2) assinalou que, todas as “[...] etapas históricas que se sucedem nada mais são que outras tantas *fases transitórias* no processo de desenvolvimento infinito da sociedade humana, do inferior para o superior. Todas essas fases são necessárias e legítimas [...]”, originadas em um contexto social que clama por sua necessidade e configuração determinada. Contudo, a partir do momento em que surgem condições novas, “amadurecidas”, as quais surgem do interior da sociedade em decadência, há a transição para relações de produção novas e, esta também, “[...] terá um dia de envelhecer e perecer [...]”, (ENGELS, 1982, pg.2).

Aqui há uma ideia muito importante no que se refere à apreensão da realidade realizada pelos autores. Diferente dos demais pesquisadores de seu tempo, Marx e Engels reconheciam as modificações ao longo da história da

³⁹ Após um período de estreita amizade, a diferença na compreensão da realidade e, conseqüentemente, de sua interpretação e exposição, levou ao distanciamento entre Marx e Pierre Joseph Proudhon, que por Carta se corresponderam acerca dessas diferenças e não mais mantiveram relações pessoais, teóricas ou políticas. Todas as diferenças estão expressas no livro *Miséria da Filosofia*.

humanidade, identificaram o movimento de passagem de formas de relações de produção menos desenvolvidas para outras mais desenvolvidas, sendo este movimento considerado a partir de certa linha de evolução das forças produtivas, da divisão do trabalho e da complexificação das próprias relações de produção.

Destaca-se que a passagem para um novo modo de produção não se realiza através da eliminação imediata das contradições existentes, presentes e herdadas do modo de produção anterior, o que ocorre é o movimento denominado de *suprassunção*⁴⁰. Marx afirmou (2011, p.217) nos Grundrisse que as novas relações de produção “[...] não se desenvolvem do nada, nem do ar nem do ventre da ideia que se põe a si mesma; mas o fazem no interior do desenvolvimento da produção existente e das relações de produção tradicionais herdadas, e em contradição com elas [...]”. Com essa ideia em vista, a transição a outro modo de produção tem por base o desenvolvimento da história da humanidade até aquele período⁴¹. Esta ideia está assim evidenciada em carta de Marx a V. Annenkov de 1846,

Os homens não são livres para escolher as suas forças produtivas – base de toda a sua história -, pois toda força produtiva é uma força adquirida, produto de uma atividade anterior. Portanto, as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas essa mesma energia é circunscrita pelas condições em que os homens se acham colocados, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social anterior, que não foi criada por eles e é produto da geração precedente. O simples fato de cada geração

⁴⁰ Traduzido do alemão “Aufhebung”, esta palavra representa a ideia simultânea de conservação, negação e superação, e expressa esse movimento dialético. A tradução de “Aufhebung” para *suprassunção* é utilizada nas traduções das obras de Marx realizadas pela Boitempo, conforme expresso por Jesus Ranieri na Apresentação dos *Manuscritos econômicos-filosóficos* (1844), (MARX, 2010a).

⁴¹ Esta ideia também se evidencia em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, redigido entre 1851 e 1852 (MARX, 2011b).

posterior deparar-se com formas produtivas adquiridas pelas gerações precedentes, que lhes servem de matéria-prima para novas produções, cria na história dos homens uma conexão, cria uma história da humanidade. [...] Os homens jamais renunciam àquilo que conquistaram, mas isso não quer dizer que não renunciem jamais à forma social sob a qual adquiriram determinadas forças produtivas (MARX, 2009b, p. 245, grifo nosso).

A supressão marca os diversos momentos em que se deram a transição de uma forma de sociedade a outra, pois há a negação e superação de elementos anteriores que se contrapuseram ao desenrolar de novas forças produtivas e ao mesmo tempo ocorre a conservação de outros tantos elementos, dentre eles, as conquistas humanas até aquele determinado momento da história. A transição do capitalismo ao socialismo até o comunismo não será diferente, ao mesmo tempo em que deverá romper com diversos aspectos inerentes à lógica do capital, conservará outros em sua forma atual, em especial as inúmeras conquistas científicas e tecnológicas até o período.

Assim, a passagem para uma sociedade pós-capitalista ocorreria inicialmente através da denominada *transição ao socialismo*. Este processo é entendido aqui de forma diversa de como foi compreendido em inúmeros textos, livros e discursos políticos de algumas experiências histórico-concretas. Entende-se este processo de transição ao socialismo e depois ao comunismo a partir do movimento dialético de supressão, um processo de transmutação constante, de investidas e retrocessos, de alternâncias, jamais estanque ou estático, de negação de elementos antigos de forma concomitante a instauração de elementos novos. Dessa forma, a *transição ao socialismo* seria esse processo de saída do modo de produção capitalista, processo este marcado por diversas investidas em relações de produção que particularizem esse momento e as mudanças em vista, a partir de intensas e frequentes modificações; que não possui

precedentes históricos ou parâmetro de forma, conteúdo ou tempo, possui apenas referências histórico-concretas de projeção desta sociedade e da luta por construí-la. Essa transição também não se limitaria a um país isolado, sem que haja um movimento de alianças com outros países do mundo.

O primeiro ato do processo de transição é a tomada do poder pelos trabalhadores. A luta revolucionária é inerente ao processo de transição para outro modo de produção, sem esta, não é possível destituir o poder das classes que exercem o domínio na sociedade precedente, a qual direciona a economia conforme seus interesses. Nas palavras de Marx e Engels⁴² (2010b, p. 51, grifo do autor) “[...] qualquer revolução dissolve a *antiga* sociedade; nesse sentido, é *social*. Toda e qualquer revolução derruba o *antigo poder*; nesse sentido ela é *política*”. Diante da divisão da sociedade em classes que possuem interesses antagônicos, o cume deste antagonismo é a “revolução total”. Um processo revolucionário não pode restringir-se a mudanças no campo da estrutura ou apenas da superestrutura, uma revolução é sempre política, econômica, social, cultural etc. (MARX, 2009b).

O desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção burguesas possuem alcance mundial, de forma que as nações de todo o mundo passaram a “[...] adotar o modo burguês de produção, [...] a introduzir a chamada civilização, quer dizer, fazer-se burgueses [...] se forja um mundo a sua imagem e semelhança” (MARX; ENGELS, 2009a, p.43, tradução nossa). Dessa forma, o processo de transição para o socialismo, e posteriormente para o comunismo, só pode se realizar plenamente se ultrapassar os limites nacionais, já que teriam o capitalismo mundial como sociedade precedente. Ainda de acordo com Trotsky (2007, p.65), “[...] a revolução socialista começa no âmbito nacional, mas nele não pode permanecer [...] senão sob a forma de um regime transitório [...]”.

⁴² O texto é *Glosas críticas ao artigo: O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano*, escrito em 1844.

Ao responder a pergunta sobre a viabilidade da transição ao socialismo efetivar-se em “um só país” afirmam Marx e Engels (2009a, p.98, tradução nossa) que “[...] Não. A grande indústria, ao criar o mercado mundial, tem unido já estreitamente todos os povos do globo terrestre [...] [de forma] que cada um depende do que ocorre na terra do outro. [...]”. Afirmam ainda que “[...] a revolução comunista não será uma revolução puramente nacional, senão que se produzirá simultaneamente em todos os países, [...] ao menos na Inglaterra, na América do Norte, na França e na Alemanha [...]”. Foram estes os países que Marx e Engels vislumbraram como potenciais ao processo revolucionário (que deve ser mundial) devido ao grau de desenvolvimento das forças produtivas que estes apresentavam. O processo revolucionário se desenvolveria mais ou menos rapidamente em cada país em particular, pois entre eles estão dadas condições histórico-concretas diferentes. Da mesma forma, o processo de transição no âmbito histórico-concreto apresentaria diversas características particulares em cada país e, por isso, também utilizamos neste texto a expressão *processos de transição ao socialismo*. Segundo Marx e Engels (2009a, p.60) os países mais avançados em termos de desenvolvimento das forças produtivas “[...] poderiam por em prática quase todas as seguintes medidas”: a expropriação da propriedade privada da terra; o estabelecimento de altos impostos pelo Estado; o fim do direito da herança; a centralização do crédito a partir de um Banco Nacional; centralização dos meios de transporte; ampliação do número de fábricas que pertencem ao Estado; obrigação de trabalho a todos e expansão da produção agrícola; combinação da produção agrícola e industrial, de forma a reduzir, até eliminar, a diferença entre campo e cidade; educação pública e gratuita para todas as crianças e eliminação da presença destas nas fábricas, conforme era comum no período em que escrevem os autores. Mas é por considerar as particularidades dos diversos países que Marx responderá por Carta à Vera Zasulich em 1881 que às

condições da Rússia naquele período deixavam abertas às possibilidades históricas de - a partir de iminente processo revolucionário Russo juntamente com um de abrangência ao menos Continental -, serem iniciadas transformações sociais que possibilitariam a transição do capitalismo diretamente ao comunismo. Isso porque a Rússia apresentava relações de produção pautadas na forma de propriedade comum da terra através de comunas rurais e, por estar inserida em um contexto de capitalismo internacional com alto desenvolvimento das forças produtivas, era possível que a presença da propriedade coletiva da terra existente no país fosse um ponto de partida para o desenvolvimento do comunismo, desde que aproveitadas às forças produtivas existentes nos demais países capitalistas⁴³ (MARX; ENGELS, 2009b).

Lenin (1980)⁴⁴ defendeu a ideia de que a Revolução socialista poderia triunfar primeiro em alguns países capitalistas que em outros, inclusive em um país inicialmente isolado. Dessa forma, o proletariado triunfante em determinado país, após expropriar os capitalistas deste, contribuiria com as classes trabalhadoras de outros países. Esta ideia estava fundamentada no desenvolvimento econômico e político desigual entre os países, que vigora no modo de produção capitalista.

Partindo de Marx, Engels e Lenin, Trotsky também evidenciou que os países possuem ritmos diferentes de transição ao socialismo, não havendo uma ordem lógica que pudesse prever e caracterizar os países que alcançariam primeiro a vitória revolucionária ou até mesmo o novo modo de produção. Assim, afirmou Trotsky (2007, p. 209) que “[...]”

⁴³ Esta ideia aparece nesta carta de Marx a Vera (1881) e no Prefácio a segunda edição Russa de 1882 do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels (2009).

⁴⁴ No texto *A consigna dos Estados Unidos da Europa*, publicado como artigo em 23 agosto de 1915 no periódico *Sotsial-Demokrat*, N.f 44, (LENIN, 1980).

em determinadas circunstâncias, certos países atrasados podem chegar à ditadura do proletariado antes dos países avançados, mas só depois destes [...]” poderiam de fato transitar para o socialismo. Neste sentido, para que os países dependentes ou subdesenvolvidos possam concluir a transição ao socialismo é indispensável que tenham acesso ao grau de desenvolvimento das forças produtivas que possui alcance mundial.

A condição de subdesenvolvimento imposta pelo modo de produção capitalista a vários países do mundo os mantém em condição de dependência por tecnologias, técnicas de produção e por diversos bens de consumo. Estes países subdesenvolvidos e dependentes não se tornarão desenvolvidos, sendo a condição deles na divisão internacional do trabalho exportar especialmente matérias-primas e continuar dependentes dos países que apresentam maior grau de desenvolvimento das forças produtivas em outros setores (FERNANDES, 2008). Dessa forma, a relação de desenvolvimento/ subdesenvolvimento é própria dessa sociedade, sendo o subdesenvolvimento uma face do atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista mundial.

Marx e Engels utilizaram o termo “revolução em permanência”⁴⁵ e “revolução permanente”⁴⁶ para evidenciar a continuidade, longevidade e imensos desafios evidentes às classes trabalhadoras para conduzir a transição do capitalismo ao socialismo e depois ao comunismo em âmbito mundial. Vale destacar que neste caso, os autores “[...] conseguiram captar um aspecto essencial das revoluções sociais do século XX [...] a fusão explosiva entre as revoluções democrática (e/ou anticolonial) e socialista, em um processo

⁴⁵ Os termos aparecem na *Mensagem do Comitê Central a Liga dos Comunistas* de 1850 escrito por Marx e Engels, (MARX; ENGELS, 2010).

⁴⁶ Este último termo sustentou a tese defendida por Trotsky alguns anos depois, vide nota de rodapé 67 deste trabalho.

ininterrupto, “permanente””, (LOWY, 2010, p.21).

O termo foi assim empregado por Marx e Engels,

[...] é de nosso interesse e é nossa tarefa tornar a revolução permanente até que todas as classes proprietárias em maior ou menor grau tenham sido alijadas do poder, o poder estatal tenha sido conquistado pelo proletariado e a associação dos proletários tenha avançado, não só em um país, mas em todos os países dominantes no mundo inteiro, a tal ponto que a concorrência entre os proletários tenha cessado nesses países e que ao menos as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos dos proletários. Para nós, não se trata de modificar a propriedade privada, mas de aniquilá-la, não se trata de camuflar as contradições de classe, mas de abolir as classes, não se trata de melhorar a sociedade vigente, mas de fundar uma nova [...] (MARX; ENGELS, 2010, p.64).

Diante do processo de internacionalização do capital e do aprofundamento das formas de exploração, o processo revolucionário quando deflagrado em determinado país deve seguir em disputa do ponto de vista internacional.

Já em princípios do século XX Lenin avançou na interpretação do imperialismo como fase superior do capitalismo⁴⁷ e na discussão sobre o direito das nações a autodeterminação ⁴⁸. Ainda em 1916, afirmou Lenin (1975) que a revolução socialista não seria “[...] um ato único, e sim uma época de violentas comoções políticas e econômicas, de

⁴⁷ As características fundamentais desta fase segundo Lenin (2012) são: o novo papel dos bancos como credores, do capital financeiro, da partilha do mundo entre alguns países centrais na economia capitalista internacional, do capital financeiro, dentre outras mudanças naquele período que caracterizavam a nova e última etapa do capitalismo, (LENIN, 2012).

⁴⁸ Os textos de Lenin sobre esse debate são diversos, especialmente antes da Revolução Russa de 1917. Alguns são: *Imperialismo fase superior do capitalismo*, de 1917; *A Revolução Socialista e o direito das nações a autodeterminação*, de 1916; e *A consigna dos Estados Unidos de Europa*, de 1915.

luta de classes mais profunda, de guerra civil, de revoluções e contrarrevoluções”. A luta de classes segue em curso após a tomada do poder pelos trabalhadores, isso em virtude de as classes que antes exerciam o domínio permanecerem disputando o poder.

A revolução para ser concluída deve tratar de ser “[...] uma revolução universal e terá, por isso, alcance universal”, (MARX; ENGELS, 2009a, p.98, tradução nossa). É nessa linha que a máxima “Proletariado de todo o mundo uni-vos!”⁴⁹ encerrou o Manifesto Comunista com o objetivo de mobilizar os trabalhadores para a luta revolucionária. Na Crítica ao Programa de Gotha Marx (2009a, p.34, tradução nossa, grifo do autor) pontuou sobre a necessidade da “[...] ação internacional das classes trabalhadoras [...]”, sem que esta dependesse necessariamente “[...] da existência de uma “*Associação Internacional dos Trabalhadores*””. Devendo-se destacar que esta Associação foi uma primeira forma histórica de busca pela organização da luta de classes a nível internacional, a qual teve uma eficácia relativamente duradoura, mas “[...] não podia prolongar-se depois da queda da Comuna de Paris” (MARX, 2009a, p.34, tradução nossa, grifo do autor).

A Comuna de Paris⁵⁰ foi à única experiência revolucionária e de início de modificações estruturais que pôde ser analisada por Marx e Engels. Ao analisá-la registraram que não foi um organismo parlamentar, mas uma corporação de trabalho, cumprindo papel executivo e legislativo ao mesmo tempo, sendo que “[...] não apenas a administração municipal, como toda a iniciativa até agora exercida pelo Estado foi colocada nas mãos da Comuna”⁵¹, (MARX, 2010b, p.53). Dessa forma, nascia ali a possibilidade

⁴⁹ A frase também abre o folheto: *Reivindicações do Partido Comunista da Alemanha* de 1848, (MARX, 2010).

⁵⁰ Retomaremos discussões sobre essa experiência no próximo capítulo desta tese.

⁵¹ Texto *A Guerra Civil na França* de 1871.

de construir uma sociedade sem classes, a partir de uma ordem econômica e social que buscava eliminar a relação de exploração do trabalho.

Nessa perspectiva,

Sim, meus senhores, a Comuna queria acabar com essa propriedade de classe que transforma o trabalho de muitos em riqueza de poucos. Ela pretendia desapropriar os desapropriadores. Ela queria tornar realidade a propriedade individual, transformando os meios de produção, a terra e o capital, de atual meio de submissão e de exploração do trabalho em simples instrumentos do trabalho livre e associado, (MARX, 2010, p. 57).

A experiência da Comuna reforçou que a passagem para outro modo de produção demanda a alteração da relação do homem com seus meios de produção, de modo que os trabalhadores se apropriem de seus instrumentos de trabalho, de sua produção e se organizem de forma associada. A Comuna de Paris também revelou a dificuldade de continuidade de uma experiência ainda isolada, sem articulação com outros países.

Portanto, neste subitem buscou-se apontar os elementos fundamentais que tratam da passagem do modo de produção capitalista para a sociedade socialista e posteriormente comunista. Muitas são às questões e polêmicas em torno dessa transição e que ainda permanecem no campo teórico e político, como: a presença ou não do mercado e do dinheiro; a questão do trabalho manual e intelectual; a nova formação do Estado e a “ditadura do proletariado”; os momentos, ou como se costumou dizer, as “etapas” dessa transição; as formas de propriedade; as relações de produção, de trabalho e a conformação do assalariamento; a forma política da futura sociedade; dentre outras. Aqui não se pretendeu tratar dessas questões em particular, estando este subitem centrado na transição em si. Mesmo assim, ao longo deste e dos demais capítulos algumas

dessas questões e polêmicas podem aparecer conforme a necessidade do debate.

Entende-se que a transição do capitalismo ao socialismo e comunismo não possui parâmetro de forma ou conteúdo, ou seja, ela irá se desenvolver conforme as condições histórico-concretas de cada país, neste sentido, não há como serem pré-definidos momentos específicos, ou “etapas” para essa transição. Entretanto, há que se considerar que se trata de mudanças gradativas, de um período de idas e vindas, e que grande parte dos países transitaria inicialmente ao socialismo e depois ao comunismo. Isto porque, imediatamente, não estariam dadas as condições necessárias para romper com os aspectos mais determinantes do modo de produção capitalista – o trabalho assalariado/ explorado e a propriedade privada. Entende-se também que a transição ao socialismo e ao comunismo só pode ser concluída em aliança com outros países do mundo, já que o novo modo de produção partiria do modo de produção capitalista mundial.

Com o objetivo de compreender uma questão particular, qual seja o papel da empresa estatal no processo de transição ao socialismo, a seguir serão apontados elementos sobre essa forma de propriedade específica e sua relevância no trânsito da sociedade capitalista à socialista.

1.2.2. Formas de propriedade e a empresa estatal na transição ao socialismo

Após a tomada do poder há que se considerar que a transição está apenas em seus “passos iniciais”, há inúmeras outras transformações que as classes, os sujeitos dessa revolução, devem iniciar. Assim, com a intenção de responder politicamente às questões dessa natureza que se colocavam ao processo de luta de classes que ocorria diante dos olhos de Marx e Engels, estes apontaram algumas mudanças iniciais à tomada do poder; aqui destacar-se-á àquelas relativas às alterações na forma de apropriação da produção,

considerando as diferentes formas de propriedade.

Sobre as formas de propriedade em processos de transição ao socialismo, ou seja, após a tomada do poder, Marx e Engels assinalaram em algumas passagens a necessidade inicial de centralizar os meios de produção no Estado. Considerando que no capitalismo já existem meios de produção estatais, a posse destes meios de produção pelos trabalhadores e sua gestão centralizada através do novo Regime Político (em formação) seria uma das primeiras ações após a tomada do poder. Dessa forma, os meios de produção e, a produção em si, que já são sociais, passariam a ser apropriados pelos trabalhadores (ENGELS, 2015).

No Manifesto do Partido Comunista Marx e Engels (2009a, p.60, tradução nossa) afirmaram que o proletariado deveria valer-se “[...] de sua dominação política para ir arrancando gradualmente da burguesia todo o capital, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado”. Destacamos aqui a palavra gradualmente para elucidar que os autores indicavam o processo relativamente lento dessas transformações, pois centralizar os meios de produção culminaria na “[...] violação despótica do direito de propriedade e das relações burguesas de produção [...]” e que isso, inclusive, pareceria insustentável de se conduzir num primeiro momento (MARX; ENGELS, 2009a, p.60, tradução nossa). Este debate aparece também nas “Reivindicações do Partido Comunista da Alemanha” de 1848 e no texto de 1847 denominado Princípios do Comunismo⁵². Este afirma que “[...] a revolução do proletariado, [...] somente poderá transformar paulatinamente a sociedade atual, e acabará com a propriedade privada unicamente quando tenha criado a necessária quantidade de meios de produção”, (MARX;

⁵² Texto elaborado em outubro de 1847 por Engels para ser o novo *Programa da Liga dos Comunistas*; apresentado ao Segundo Congresso da Liga. Estudiosos das obras de Marx e Engels acreditam haver sido este texto a base para a elaboração do Programa definitivo, o próprio Manifesto (MONAL, 2008).

ENGELS, 2009a, p.98, tradução nossa). Assim, seria possível a supressão da propriedade privada quando o desenvolvimento das forças produtivas atingisse determinado grau de produção que possibilitasse atender, ao menos inicialmente, as necessidades dos integrantes daquela sociedade. Antes disso, estariam presentes diversas formas de propriedade nas diversas experiências que iniciassem o processo de transição.

Se iniciaria o processo de apropriação da produção através da supressão da propriedade privada e da constituição da forma estatal de propriedade controlada pelos trabalhadores, substituindo progressivamente a anarquia da produção capitalista pela produção socialmente planejada (ENGELS, 2015). Assim, num processo de transição ao socialismo a empresa estatal é caracterizada, principalmente, pela função social que passa a desempenhar. Ela deve se subordinar as decisões conscientes dos trabalhadores, tendo por objetivo fundamental atender as necessidades da população do país, diferenciando-se, portanto, da empresa estatal capitalista – visto que esta tem por objetivo a acumulação de capital.

É importante, ainda neste subitem, destacar o que Marx pontuou sobre a fase superior da sociedade comunista. Nesta, estaria eliminada a escravização dos indivíduos à divisão social do trabalho, seria eliminada também a oposição entre trabalho manual e intelectual e o trabalho teria deixado de ser mero meio de vida e se tornaria “[...] a primeira necessidade vital”, (MARX, 2009a, p.31, tradução nossa). Nesta etapa superior, o trabalho virá a manifestar apenas seu caráter realizador no processo de produção de valores de uso voltados a toda sociedade mediante a apropriação da produção pelos próprios produtores. Para isso, é imprescindível o desenvolvimento das forças produtivas com o intuito de viabilizar o abastecimento das necessidades em abundância. Na instância superior, o trabalho acumulado, ou excedente, “[...] é um meio de ampliar, enriquecer e fazer mais

fácil a vida dos trabalhadores”, (MARX; ENGELS, 2009a, p.54). Assim, essa deve ser a finalidade da ampliação da produtividade, possibilitar a elevação da independência dos trabalhadores e seu pleno desenvolvimento. Conforme afirmaram Marx e Engels (2009a, p.61) no Manifesto de Partido Comunista, “[...] em substituição à antiga sociedade burguesa, [...] surgirá uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um será a condição do livre desenvolvimento de todos [...]”. Apenas na nova sociedade será possível, pela primeira vez na história humana, possibilitar a todos os seus membros “[...] uma existência que, além de satisfazer plenamente e cada dia mais abundantemente suas necessidades materiais, lhes assegura o livre e completo desenvolvimento e exercício de suas capacidades físicas e intelectuais” (ENGELS, 1982, p.30); considerando que as necessidades humanas se alteram progressivamente, diante do crescimento demográfico, da complexificação das relações de produção e sociais, e da ampliação do domínio da natureza, por exemplo.

Dessa forma, a transição da sociedade capitalista para uma sociedade que seja a esta superior deve contar com a progressiva negação da propriedade privada dos meios de produção e buscar generalizar formas de propriedade através das quais se os trabalhadores se apropriem da produção e de seus resultados, onde estes se realizem em seus processos de trabalho. Segundo Marx e Engels (2009a, p.53, tradução nossa) “[...] o traço distintivo do comunismo não é a abolição da propriedade de forma geral, e sim a abolição da propriedade burguesa [...]”, dessa forma, “[...] os comunistas podem resumir sua teoria na seguinte fórmula única: abolição da propriedade privada”. Assim, dever-se-á reestabelecer a relação entre o homem e as condições inorgânicas para o desenvolvimento de seu metabolismo com a natureza – destinado à produção de valores de uso, dever-se-á reestabelecer a unidade homem/ natureza. Essa relação é necessária à existência humana independentemente da forma

que assuma. O homem desprovido das condições para sua reprodução não existe enquanto ser individual e nem humano-genérico e quando estas condições estão apropriadas por outrem se manifesta uma relação de dominação. Nas palavras de Marx e Engels (2009a, p.54, tradução nossa), o “[...] comunismo não retira de ninguém o potencial de apropriar-se dos produtos sociais [...]”, o que retira o comunismo é o poder de dominação que ocorre pela apropriação do trabalho alheio. Na “Ideologia Alemã” Marx e Engels (2009c, p.29) afirmaram que a liberdade humana só poderá ser alcançada quando a humanidade obtiver “[...] alimentação e bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas. A “libertação” é um ato histórico e não um ato do pensamento, e é ocasionada por condições históricas [...]”.

As novas formas de propriedade e, a partir delas, as novas formas de apropriação da produção que serão constituídas nos processos de transição ao socialismo, serão também produto das mudanças que a história humana obteve no percurso do modo de produção capitalista, ou seja, terão por base a complexificação da produção e distribuição industrial internacional, as relações de produção no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, a atual divisão social, técnica e internacional do trabalho (MARX 2008a; MARX 2011a). Estes elementos devem ser considerados “[...] não no plano local, mas no plano histórico mundial, é um pressuposto prático, absolutamente necessário, pois sem ele apenas se generaliza a escassez [...]”, (MARX; ENGELS, 2009c, p.38).

Nessa mesma perspectiva, Marx (2009a, p.26 e 27, tradução nossa) irá sustentar, na Crítica ao Programa de Gotha, que a emancipação do trabalho não passa apenas pela “elevação” dos meios de produção a patrimônio comum da sociedade, os meios de produção precisariam não apenas elevar-se, mas se “[...] converterem em patrimônio comum [...]”, pois, no “[...] seio de uma sociedade coletivista, baseada

na propriedade comum dos meios de produção, os produtores não trocam seus produtos [...]”. Nesta sociedade, cada trabalhador individual e, conseqüentemente, seus produtos, se integram e compõem o trabalho comum, correspondente a toda a sociedade e aqui sim estariam dadas relações de produção que superariam as contradições mais fundamentais do capitalismo. Ainda de acordo com Engels (2015, p.161), “[...] na futura sociedade, reinará uma propriedade ao mesmo tempo individual e social [...]”. Nas formas de propriedade durante a transição ao socialismo o homem se apropria das condições objetivas necessárias à sua (re) produção, de modo que esta transição (longa e complexa) se daria a partir da forma de propriedade privada dominante na sociedade capitalista (negando-a), sendo esta já fundada na organização social da produção.

Essas novas relações de produção seriam construídas ao longo deste processo de transição, conforme já dito. Ninguém soube e não saberá precisar o tempo que se transcorrerá até a chegada ao comunismo, ao estabelecimento de relações de produção totalmente novas. A transição ao socialismo como primeiro mote da transformação do capitalismo demandaria, portanto, alterações importantes nas formas de propriedade sob os meios de produção e nas relações de produção, de modo a negar a propriedade privada como forma fundamental e as relações de produção pautadas na exploração do trabalho.

Neste contexto em que está se constituindo o Governo dos trabalhadores, a formação da propriedade estatal sob direção dessa classe é um passo importante ao processo de apropriação social da produção, mas a alteração apenas na forma de propriedade não é suficiente e não garante essa apropriação. Há a necessidade por se instituir alterações nas relações de produção, de garantir que não haja exploração do trabalho, de permitir uma forma política de organização no interior das unidades produtivas e na sociedade em geral que permita aos trabalhadores se apropriarem de fato dos meios

de produção, da produção em si, de seu trabalho e dos produtos do trabalho socialmente produzidos.

Mesmo diante dos grandes desafios, existe a necessidade por pensar estratégias e táticas de sustentação do período de trânsito nas condições histórico-concretas e particulares em que se realizam e, é nesse sentido, que se apontarão aspectos sobre a experiência soviética no item seguinte, as quais são importantes para pensar sobre a experiência cubana no capítulo terceiro e quarto.

1.2.3. Formas de propriedade e o papel da empresa estatal na experiência conhecida por “socialismo real”

Sem nos estendermos sobre as diversas experiências histórico-concretas⁵³, cabe destacar brevemente o debate que se deu na experiência que se tornou conhecida por “socialismo real”, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), acerca das formas de propriedade e o papel da empresa estatal no que se refere às mudanças na organização da produção. Esta experiência será aqui referenciada pela sua relevância histórica, seu curso temporal e, principalmente, por haver influenciado por período considerável a experiência cubana.

Ao tomarem o poder na Rússia em outubro de 1917 os bolcheviques⁵⁴ se viram diante de inúmeros desafios devido ao baixíssimo desenvolvimento das forças produtivas do país, o qual se configurava como praticamente rural; além de um nível considerável de pobreza que atingia grande parte da

⁵³ Há outras experiências como a Chinesa e a Vietnamita que seguem em curso; outras que já se findaram como a Polonesa e a Húngara; outras que se deflagraram num contexto mais recente, como a Venezuelana e a Cubana.

⁵⁴ Partido Russo que tinha por principal dirigente Lenin e que disputou com os Mencheviques a liderança pela mobilização proletária em torno da Revolução Russa. Os Bolcheviques lideraram a vitória revolucionária no país.

população, visto que a Rússia sofreu as consequências da Primeira Guerra Mundial (1914-1919). Neste contexto, os líderes⁵⁵ da revolução bolchevique, especialmente Lenin (dotado de grande capacidade teórica e política), buscavam ao mesmo tempo: dar respostas à realidade concreta Russa, que demandava as mudanças oriundas de um processo revolucionário; incentivar a luta política e o encadeamento de revoluções em outros países; e compreender teoricamente a realidade concreta com a qual se deparavam.

Durante a Revolução Russa registra-se o incentivo a revoluções de caráter socialista em outros países através do fortalecimento da organização internacional dos trabalhadores⁵⁶, pois se esperava que os processos revolucionários pudessem ocorrer especialmente nos países que apresentassem maior grau de desenvolvimento das forças produtivas. Entretanto, as revoluções foram vitoriosas nos países com processos de industrialização ainda incipientes. A Rússia e depois todo o “bloco soviético”⁵⁷ seguiram com o desafio de defender uma revolução em contexto de capitalismo imperialista. Este processo foi marcado por muitas modificações, assim, a seguir dar-se-á destaque a como foi concebido o processo de transição ao socialismo e as mudanças nas formas de propriedade.

O primeiro momento da Revolução Soviética foi marcado pelo denominado “Comunismo de Guerra” (entre 1918 e 1921), que estabeleceu como forma de propriedade

⁵⁵ Neste período os principais dirigentes da Revolução Bolchevique, além de Vladimir Ilyich Ulyanov (Lenin), foram: Leon Trotsky e Josef Stalin.

⁵⁶ Um grande exemplo é a organização da III Internacional Comunista que vigorou de 1919 até 1943, quando foi desfeita por Stalin.

⁵⁷ O denominado “bloco soviético” estava organizado a partir da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), criada em 1922 por Lenin, incorporando em sua formação inicial a Ucrânia, Armênia, Geórgia, Azerbaijão. Sendo posteriormente incluídos outros países. Estes países realizaram a revolução e se autodeterminaram em processo de transição ao socialismo.

prioritária e, quase exclusiva, a propriedade Estatal. Neste período houve a quase total eliminação das relações mercantis, toda a produção, o excedente e também a distribuição da produção foi estatizada.

Os termos “propriedade social” e “socialização dos meios de produção” foram e seguem sendo difundidos nas bibliografias no campo da esquerda quase sempre como sinônimos da estatização realizada após a tomada do poder, mas muito pouco se diz sobre o que de fato isso significa. Conforme afirma Lenin,

[...] ao criar um novo tipo de Estado, o Estado Soviético, [...] resolvemos apenas uma pequena parte de uma tarefa difícil. A dificuldade principal reside no campo econômico: realizar um registo e um controle rigorosíssimo e geral da produção e distribuição dos produtos, elevar a produtividade do trabalho, *socializar de facto* a produção (LENIN, 1977, p.2, grifo do autor).

Realizar a transição ao socialismo, e depois ao comunismo, exige um processo de mudanças muito mais densas que àquelas iniciais relativas à tomada do poder; requer alterar as relações de produção em sua totalidade e saber organizar na prática essas transformações através da planificação, o que significaria revolucionar as bases “[...] mais profundas, as econômicas [...], pois unicamente *depois* de a resolver (nos seus traços principais e fundamentais) se poderá dizer que a Rússia *se tornou* não só uma república soviética, mas também socialista”, (LENIN, 1977, p.4, grifo do autor)⁵⁸. Ou seja, é um equívoco considerar a estatização dos meios de produção como sinônimo de “socialização dos meios de produção” e/ou de “propriedade social”. O que ocorre é que os trabalhadores, através da propriedade estatal e da planificação, poderão iniciar as

⁵⁸ O texto de Lenin aqui em evidência é *As tarefas imediatas do poder soviético* de 1918.

alterações quanto à coletivização da produção; o que não se reduz a alterar a forma de propriedade dominante na sociedade, mas requer que esta alteração seja parte de um processo mais amplo de transformações, que envolve toda a sociedade e nesta, o Estado de classe passa a ser dos trabalhadores, dando início ao surgimento de novas relações de produção. Há que se considerar que, para além das formas de propriedade que se construa do ponto de vista jurídico, o processo de transição ao socialismo deve incentivar a alteração das relações de produção no sentido de que estas sejam socialmente planejadas. Vale dizer que tornar os meios de produção propriedade deste novo Estado é um passo importante após a tomada do poder, um movimento necessário, como aponta Lenin (2010 p.36), “[...] o primeiro ato pelo qual o Estado se manifesta realmente como representante de toda a sociedade [é] a posse dos meios de produção em nome da sociedade [...]”, mas destaca-se que não é suficiente.

A Rússia reviu o processo de centralização da propriedade no Estado ainda nos primeiros anos de sua experiência. Lenin preocupava-se em tentar manter a transição no país, mas através de formas diversas de propriedade, especialmente por não contar com outras revoluções em países com maior desenvolvimento das forças produtivas. Assim, entre 1921 e 1928 instituiu-se a Nova Política Econômica (NEP) que, dentre outras mudanças, visou reduzir o processo de centralização estatal, possibilitou a livre negociação do excedente e a participação da propriedade privada na economia.

Sobre o processo de transição, Lenin (1977, p. 2) foi contundente ao afirmar em 1921 que a expressão utilizada já nos primeiros anos da Revolução Russa: “República Socialista Soviética” “[...] significa a decisão do Poder Soviético de realizar a transição para o socialismo, mas de modo algum o reconhecimento da atual ordem econômica como socialista”. Neste sentido retoma a concepção de “Capitalismo de

Estado”⁵⁹ para elucidar as mudanças feitas no período da NEP na URSS; que significa uma economia na qual existem várias formas de propriedade, aquelas mais próximas da sociedade que se quer construir como cooperativas, empresas estatais (a maioria), mas também àquelas formas de propriedade oriundas da sociedade anterior, como a pequena produção mercantil. Os textos de Lenin evidenciam “[...] a clara consciência de que o novo regime que surgirá da revolução não pode ser, em nenhuma medida, outra coisa senão um regime de transição, com formas econômicas mistas e até opostas [...]”, (GERRATANA, 1987, p.31).

Bettelheim irá subdividir o período da NEP em dois momentos distintos. Um primeiro momento se situa entre março e outubro de 1921 e foi o que consubstanciou a primeira concepção da NEP. Este momento inicial estava fundamentado em considerações anteriores de Lenin (de 1918 e 1919) acerca da necessidade de responder às demandas colocadas pelos trabalhadores do campo, buscando o fortalecimento do Governo Soviético enquanto não se fazia vitoriosa a revolução em outros países. Este período foi marcado pela aplicação do imposto em espécie para: os trabalhadores do campo, o pequeno comércio e a pequena indústria. Outro aspecto desse mesmo período foi a relativa permissão de atuação do capital estrangeiro no país, com a intenção de incentivar o aumento da produtividade. Outro momento da NEP se deu a partir de outubro de 1921 e se configurou por uma extensão considerável de relações monetário- mercantis livres e pelo fortalecimento das relações

⁵⁹ A ideia de *Capitalismo de Estado* foi utilizada ainda no início da Revolução Russa em 1918, entendida naquele momento como uma etapa necessária à transição ao socialismo. Esta ideia foi retomada a partir de 1921 com a NEP, tida não mais como uma etapa do processo de transição e sim como uma “[...] política justificada pelo isolamento da Revolução Russa [...]” (BETTELHEIM, 1976, p.423). É importante destacar que o termo *Capitalismo de Estado* foi empregado pela primeira vez pelos dirigentes ou teóricos dos partidos socialdemocratas como Kautsky e Hilferding (BETTELHEIM, 1976).

políticas entre os trabalhadores do campo e da cidade, (BETTELHEIM, 1976; LENIN, 1977; 2010).

As concessões realizadas com a NEP levaram a compreensão de que a transição ao socialismo seria antecedida por um período denominado de “Capitalismo Estado”. Lenin (2010) denominou de “Capitalismo de Estado” a configuração das relações sociais capitalistas a partir do processo de estatização de empresas, as quais passaram a instituir o planejamento econômico internamente, mesmo não sendo esta uma planificação que englobe a economia em sua totalidade. Seguindo a perspectiva dos textos de Engels, Lenin indicou que a existência de empresas estatais no capitalismo e a presença do planejamento contribuiriam para avançar, após a tomada do poder, na constituição da sociedade socialista. De acordo com o autor, o “Capitalismo de Estado” representaria a antessala para a transição ao socialismo.

Ou seja, após a tomada do poder seriam iniciadas as modificações em toda a sociedade a partir da planificação centralizada (com a presença de diversas formas de propriedade) e sob direção da “ditadura do proletariado”. A transição ao socialismo seria concluída após diversas mudanças nas relações de produção, as quais se realizariam por longo período e conforme as particularidades histórico-concretas de cada país, não havendo precisão de conteúdo ou forma para esta transição, bem como considerando que esta não se concluiria em um país isolado e que não tivesse acesso às forças produtivas e técnicas desenvolvidas num contexto internacional. Após essa transição ao socialismo é que seria possível iniciar e realizar a transição ao comunismo (em que os trabalhadores se apropriariam das condições objetivas para seu trabalho, o Estado definharia devido as suas funções perderem sentido e seriam constituídas relações de produção totalmente novas).

De toda forma, compreende-se neste texto que a terminologia de *Capitalismo de Estado* empregada para

caracterizar – mesmo que os anos muito iniciais após a tomada do poder pelos trabalhadores – as mudanças advindas com o processo revolucionário leva a interpretações equivocadas acerca da transição do capitalismo ao socialismo, mesmo em seus primeiros anos. Que este momento inicial após a tomada do poder é ainda um primeiro passo para a transição ao socialismo já está dito neste texto. Entretanto, denominar este período de “Capitalismo de Estado” considera-se que pode reduzir a importância deste momento histórico a um termo que estaria mais vinculado ao modo de produção anterior. Afinal, capitalismo remete a relações de produção da sociedade de mercado em seu estágio mais desenvolvido, no qual esteja generalizada a exploração do trabalho do proletariado pela burguesia, o antagonismo entre essas classes, a propriedade privada, etc. Conforme aponta Bettelheim (1976, p.423), o período considerado “Capitalismo de Estado” previu ainda “[...] uma expropriação, em larga escala, da antiga burguesia, conservando as formas burguesas de organização e de regulamentação estatais. Inclusive dentro das empresas industriais do Estado [...]”. Neste sentido, estavam previstas a conservação de diversos aspectos presentes na forma de organização industrial das empresas capitalistas, como a presença de técnicos capitalistas para dirigir as empresas estatais, as formas capitalistas de organização, hierarquização, de assalariamento e direção dessas empresas (BETTELHEIM, 1976).

Após a tomada do poder pelos trabalhadores se iniciaria a desconstrução do modo de produção capitalista em um processo dialético de negação, conservação e superação de elementos pertencentes a essa sociedade. Assim, ao mesmo tempo em que se construiriam elementos novos com vistas a erguer a sociedade nova, se mantém e herda aspectos da sociedade em declínio. O termo “Capitalismo de Estado” tampouco remete às alterações nas relações de produção que se iniciam, mesmo que do ponto de vista das formas de propriedade; pois de imediato, remete apenas ao processo de

estatização herdado do capitalismo. Além disso, a preservação dos aspectos de organização e direção capitalistas dentro das empresas estatais, mesmo após a tomada do poder pelos trabalhadores, remete a presença muito maior da conservação, do que da negação dos aspectos fundamentais relativos à sociedade que se quer superar.

Desde os primeiros anos da Revolução Russa muitos foram os desafios a serem enfrentados pelo país – como por qualquer outro processo revolucionário que pretende transitar para o socialismo (e depois ao comunismo) – como o baixo desenvolvimento das forças produtivas, a condição de dependência pelas relações internacionais e a condição de isolamento econômico após a Revolução.

Segundo afirmação de Trotsky (2007, p.48) à época,

A força da economia soviética reside na nacionalização dos meios de produção e no fato de que são administrados segundo um plano. O ponto fraco da economia soviética, sem contar o atraso herdado do passado, reside no seu isolamento presente, consequência de outubro; isso significa que ela não pode aproveitar os recursos da economia mundial, nem de acordo com os princípios socialistas, nem mesmo de acordo com os princípios capitalistas [...].

Demonstram-se então algumas das dificuldades que enfrentou o país desde o início do processo revolucionário, especialmente devido o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas e o isolamento do mercado mundial.

A morte de Lenin em 1924 levou a novas e significativas mudanças no processo revolucionário soviético. O regime passou a ser conduzido por Josef Stalin⁶⁰. O denominado Modelo Stalinista vigorou entre 1928 e 1953.

⁶⁰ As atitudes de Stalin na direção do regime Soviético foram denunciadas após a sua morte por Nikita Khrushchev durante o XX Congresso do Partido e estão registradas no *Informe Secreto ao XX Congresso do PCUS* de 1956.

Todo este período foi marcado pela centralização estatal, pela coletivização forçada e por considerável desenvolvimento das forças produtivas com a intenção de concorrer no mercado mundial. Este último aspecto se manteve durante toda a “Guerra Fria”, que se iniciou após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e seguiu até a década de 1980.

Neste contexto, a URSS passou a encarar a transição ao socialismo a partir do cumprimento de etapas, de forma sempre progressiva. Tal fato levou a URSS a se autodeterminar uma sociedade socialista a partir dos critérios previstos em seus Manuais⁶¹. Assim, segundo Kulikov (1986, p.15) “[...] O XVII Congresso do Partido (1934) tinha todas as razões para afirmar que na URSS estavam constituídos os fundamentos da economia socialista [...]”, acreditavam que neste período as “relações socialistas de produção” dominavam as relações de produção em geral e havia de seguir aperfeiçoando o socialismo dito existente. A partir deste período é difundida a ideia de que o processo de estatização após a tomada do poder pelos trabalhadores é sinônimo de “socialização dos meios de produção” ou de “propriedade social”. No entanto, conforme dito acima, há que se considerar, fundamentalmente, que alterações este novo desenho promove nas relações de produção.

No *Manual de Economia Política* da URSS consta que as cooperativas e as empresas estatais são as formas de propriedades próprias do socialismo.

Afirma que,

A formação socialista abrange, em primeiro lugar, as fábricas, usinas, o transporte, os bancos, sovcoses, as

⁶¹ O denominado *Manual de Economia Política* foi publicado em Moscou em 1959. Este buscou indicar em sua segunda parte, “O modo de produção socialista”, como seria o processo de transição ao socialismo, as características inerentes e necessárias a cada etapa. A própria ideia de Manual e a forma como está construído indicava que caminho seguir, como um receituário; o que já indicamos ser completamente ilógico à lógica do pensamento dialético.

empresas comerciais e outras, que se encontram em mãos do Estado socialista; e, em segundo lugar, a cooperação — de consumo, de abastecimento, de crédito, de produção —, inclusive a forma superior de cooperativas agrícolas de produção — os colcoses [estes eram fazendas de produção agrícolas organizadas a partir do trabalho coletivizado] (Academia de Ciências da URSS – Instituto de Economia, 1961, n.p.).

Há, portanto, a interpretação de que existem formas de propriedades próprias do período de transição do capitalismo ao socialismo e que, mesmo que estas formas existam junto de outras, apenas as formas de propriedade relativas ao socialismo permaneceriam à medida que se conformasse a nova sociedade – ou seja, as empresas estatais e as cooperativas. Na mesma perspectiva, afirma o manual que haveria no mesmo período de trânsito “[...] formas fundamentais de economia social [...]”, sendo que estas formas seriam: “[...] o socialismo, a pequena economia mercantil e o capitalismo. [As quais] correspondem as seguintes classes: a classe operária, a pequena burguesia [...] e a burguesia [...]”, (Academia de Ciências da URSS – Instituto de Economia, 1961, n.p.). Ou seja, o período de transição seria marcado pela divisão da mesma economia em formas diversas de economia, ou, em várias “economias”. Se consideradas dessa maneira, as diversas formas de propriedade parecem cumprir um papel isolado, perde-se a perspectiva da totalidade como um complexo de múltiplas determinações. Há que se considerar que as formas de propriedades presentes num período de trânsito são todas partes de um todo, permeado por contradições. Além disso, interpretar dessa maneira as mudanças em curso em um período de transição desconsidera o próprio movimento da realidade a partir da *suprassunção* – um permanente processo de negação, conservação e superação dos diversos elementos da realidade.

Um último período da URSS foi a denominada

“Perestroika”⁶² (reconstrução ou reestruturação) e “Glanost” (Transparência), a partir de meados da década de 1980. Estas foram às denominações dos blocos de reformas instituídas na URSS após considerável período de estagnação econômica, de queda em indicadores sociais, de burocratização dos processos de direção, de ausência de participação efetiva dos trabalhadores nas várias instâncias da sociedade⁶³ e outras questões. Com a intenção de enfrentar este contexto e sustentar o processo de transição socialismo, iniciaram-se várias mudanças. Entretanto, já em janeiro de 1987, após reunião de Pleno do Comitê Central do PCUS, um processo de democratização com referência no liberalismo burguês passa a subsidiar as mudanças em curso, distanciando-as da transição ao socialismo para aproximá-las de seu questionamento. Neste sentido, aprova-se o funcionamento de cooperativas não agropecuárias a partir de outubro de 1986; a permissão de investimento estrangeiro direto a partir de janeiro de 1987; a descentralização estatal com a ampliação da autonomia, a autogestão e autofinanciamento das empresas, a partir de lei aprovada em junho de 1987; a expansão de atividades informais de trabalho; o arrendamento de terras estatais a indivíduos e cooperativas a partir de 1988; a total legalização da propriedade privada em março de 1990; a alteração no intercâmbio dos produtos entre os países do CAME, que passam a se realizar com base nos preços do mercado mundial a partir de junho de 1990, suspendendo de uma só vez o esquema de colaboração entre os países que funcionava há mais de 40 anos e privilegiava os países

⁶² O principal líder desse período foi Mikhail Gorbachev, que esteve à frente da liderança do país até findar a experiência soviética. A necessidade pelas mudanças foi indicada por Gorbachev em reunião do PCUS ainda em dezembro de 1984, sendo apresentado o Programa Econômico de reformas no XXVII Congresso do PCUS em fevereiro de 1986 (RODRÍGUEZ, 2016).

⁶³ Mesmo com estas dificuldades registrou-se avanço quanto ao nível material de vida na URSS, se considerado o período entre 1965 e 1985.

integrantes do CAME, como Cuba; e outras mudanças (FRANCISCON, 2010).

Este movimento, aliado a redução de legitimidade do regime, as dificuldades de competir em termos de desenvolvimento das forças produtivas com o capitalismo internacional⁶⁴ durante a Guerra Fria, a divisão mundial do trabalho, a subordinação da indústria soviética à técnica dos países capitalistas, dentre outros fatores, levou a dissolução da URSS em 31 de dezembro de 1991⁶⁵.

Há vários importantes autores – desde Trotsky⁶⁶ a outros mais recentes⁶⁷–, que afirmam que nem a URSS e nem nenhuma outra experiência concreta até o presente momento histórico consubstanciou-se em uma sociedade socialista. Uma sociedade socialista deveria vincular diversos aspectos,

⁶⁴ Instaurou-se uma competição relativa ao desenvolvimento das forças produtivas entre a experiência que se intitulava socialista e os demais países do capitalismo internacional, conforme afirmou Trotsky (2007, p.39), “[...] a sociedade socialista deveria apresentar, do ponto de vista da produção e da técnica, um estágio mais elevado que o capitalismo [...]”, o que se tratou de uma “[...] utopia reacionária [...]” nas palavras do autor, sendo inviável que um país conseguisse constituir todos os ramos econômicos, sem considerar questões de ordem geográfica, histórica, cultural, dentre outras.

⁶⁵ Considerando os objetivos deste texto, não há espaço para elencar maiores detalhes acerca dos motivos que levaram a dissolução do regime soviético, ou outros aspectos sobre sua experiência, mas é importante destacar que ainda no ano de 1989 sua dissolução e seu regresso ao modo de produção capitalista estava formalmente indicado pela aprovação de documentos com esta finalidade. Vide: Modrow (2015) e Bathikov; Glasev; Kara-Murza; Ortiz (2007).

⁶⁶ Leon Trotsky se opôs a Stalin em vários pontos, o principal é de cunho teórico- político sobre o processo de transição ao socialismo. Para Trotsky haveria que se seguir na perspectiva de uma revolução mundial, de fortalecimento da luta de classes a nível internacional, perspectiva que difundiu através da tese da *Revolução Permanente*. Já Stalin acreditava na possibilidade de construir o “socialismo em um só país” a partir de tese formulada em 1924 a qual considerava os avanços conseguidos na experiência Soviética (TROTSKY, 2007). Trotsky e seus seguidores foram perseguidos e ele, bem como muitos seguidores, foram assassinados.

⁶⁷ Como Stván Mézsáros e Adolfo Sanchez Vásquez.

como um grau considerável de desenvolvimento das forças produtivas e de acesso a estas do ponto de vista mundial, alterações nas relações de produção de modo a promover um nível de participação política, decisão, apropriação e domínio dos/as trabalhadores/as sob a produção (considerando os meios de produção, a produção em si, a distribuição e o consumo), dentre outros, que não foram ainda alcançados. Sobretudo, o socialismo demandaria um movimento rumo ao comunismo mundial, mediante a construção de uma nova relação entre o homem e a natureza.

1.3. Sobre a apropriação da produção e a importância da participação política em processos de transição ao socialismo

Assim, conclui-se neste primeiro capítulo que, tão importante quanto pensar as modificações em torno das formas de propriedade que seriam constituídas durante o período de transição ao socialismo, é imprescindível pensar a propriedade em seu conteúdo, a relação do homem com os meios de produção e o processo de trabalho destinado a atender as necessidades individuais e as da comunidade em que está inserido; trata-se então de compreender a forma como o homem se apropria das condições objetivas indispensáveis à sua (re) produção. Na transição do capitalismo ao socialismo devem ser iniciadas alterações no sentido de constituir novas relações de produção, novas formas de apropriação pelo homem das condições objetivas necessárias à sua sobrevivência, no sentido de que o trabalhador se aproprie de seu processo de trabalho e de produção, desde a produção até o acesso aos produtos produzidos. Este movimento passa inicialmente pela forma de propriedade estatal e controle das empresas estatais pelos trabalhadores, mas esta não precisa ser a única, pois pode haver, e é importante que haja outras formas de propriedade no processo de transição ao socialismo. Estas diversas formas

de propriedade também devem estar organizadas no sentido de coletivizar a produção e seus resultados, o que além do aspecto econômico, também implica na participação política, controle e direção pelos trabalhadores. Apenas depois disso, seria possível vislumbrar a transição para a sociedade comunista.

Conforme se apontou no decorrer do texto exposto até aqui, entende-se que este processo de transição é demasiado complexo, longo e repleto de contradições, as quais também se apresentam com particularidades em cada experiência histórico-concreta. A transição se evidencia mediante um movimento concomitante de negação, conservação e superação, pois se trata de partir de uma sociedade com particularidades e contradições que lhe são próprias e estão em pleno movimento, bem como também representam o desenvolvimento da história da humanidade até um determinado momento. Por isso, o processo de transição deve preocupar-se em superar essas contradições, ao mesmo tempo em que precisa lidar com as novas contradições oriundas das mudanças em curso durante o próprio processo de transição. A transição até o socialismo exige ainda ser um projeto societário que ultrapasse as fronteiras de apenas um país, o que possibilitaria o intercâmbio de serviços, produtos, tecnologias dentre outras necessidades que os diferentes países apresentam.

Já a transição até o comunismo contaria com rupturas mais amadurecidas e profundas com o modo de produção capitalista, estando já bastante distante deste, sendo uma forma de sociedade com particularidades que não se pode prever, mas indica-se que nesta a relação homem/ natureza se daria no sentido da plena apropriação pelo homem das condições objetivas necessárias à sua sobrevivência. A partir dessa relação, o trabalhador, os homens e mulheres da sociedade em geral, se organizariam de forma consciente, planejada e direcionada às necessidades de toda a coletividade.

No primeiro item, tratou-se da apropriação da produção pelos trabalhadores a partir do processo de (re) produção humana sem especificar os modos de produção. Depois se tratou das mudanças nas formas de propriedade e no processo de apropriação da produção pensando a passagem de um modo de produção a outro. Por último, foram apontadas as contradições presentes no capitalismo que tecem a transição à sociedade socialista, a qual possui por condição um movimento de luta de classes revolucionário.

Já no segundo item, buscou-se falar da apropriação da produção pelos trabalhadores em processos de transição ao socialismo, destacando-se as alterações nas formas de propriedade neste contexto e a partir delas as mudanças no próprio processo de apropriação da produção pelos trabalhadores. Sobre isto, por último destacou-se os aspectos presentes na experiência conhecida por “socialismo real”, os quais influenciaram diversas outras experiências de transição que se seguiram, inclusive a cubana.

Aqui, buscou-se evidenciar que, durante o período de transição, é fundamental pensar estratégias para reconfigurar a relação do homem com as condições objetivas necessárias à sua sobrevivência, alterando assim as relações de produção e a forma como homem se apropria do processo de produção e de seu resultado.

Este movimento de apropriação da produção e de seu resultado pelos trabalhadores durante a transição ao socialismo exige alterações também significativas quanto à participação política, quanto à decisão e controle da produção. Neste sentido, é fundamental num processo de transição à sociedade socialista pensar as mudanças implementadas quanto à planificação e organização social da produção, bem como identificar as formas de participação política e decisão sobre a sociedade em geral e sobre a produção em particular. Estes mecanismos devem contribuir com a concretização da apropriação da produção, pois através deles os trabalhadores se manifestam não apenas como

executores de suas funções produtivas, mas como produtores que planejam, que decidem, que constroem o processo de produção – o qual não pertence a outro e sim a eles mesmos.

Dessa forma, no próximo capítulo se refletirá sobre esse processo de participação, decisão e controle da produção pelos trabalhadores em processos de transição ao socialismo, para depois analisar o caso cubano.

2

**A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES
NAS EMPRESAS ESTATAIS EM PROCESSOS DE
TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO**

Neste capítulo, buscar-se-á refletir sobre a participação política dos trabalhadores nas empresas estatais em processos de transição ao socialismo. Além de pensar o espaço da empresa estatal, a participação política apresenta aspectos importantes a serem considerados em relação à sociedade como um todo, durante o longo processo de trânsito do capitalismo ao socialismo. Isto porque, tendo em vista que a transição partiria da sociedade capitalista, há que se identificar os elementos particulares relativos à participação política que se manifestam nesta sociedade e que deveriam ser negados e superados através de rupturas mais imediatas. Ademais de estes, há ainda os elementos que se conservariam num primeiro momento da transição, necessitando de longo tempo para se modificarem por completo. Assim, pretende-se primeiro apontar a complexidade da forma Estatal e do início da planificação após o processo revolucionário, tendo por foco a participação política dos trabalhadores nas decisões da sociedade em geral, a partir da “ditadura do proletariado”. Mesmo havendo a participação dos trabalhadores na sociedade em geral, é fundamental num processo de transição ao socialismo que a participação e decisão dos trabalhadores se dê sobre a produção, devido a este ser o lugar particular onde a apropriação da produção, especialmente dos meios de produção, se concretiza. Assim, no segundo subitem deste capítulo se abordará os aspectos relativos à participação política e controle da produção no âmbito da empresa estatal. A reflexão aqui realizada subsidiará o debate dos capítulos seguintes sobre as alterações nas relações de produção, nas formas de propriedade, de apropriação da produção e de participação política em Cuba.

2.1 A forma política de participação, decisão e controle em processos de transição ao socialismo

Neste item, apontar-se-á sobre a forma política de participação, decisão e controle em processos de transição ao socialismo. Para isso, este está subdividido em três sessões. Na primeira, buscar-se-á refletir sobre as mudanças na forma do Estado e a formação do Estado dos trabalhadores na transição ao socialismo. A partir deste, se levanta aspectos sobre o processo de transição ao socialismo e os desafios enfrentados na formação da “ditadura do proletariado”. Na sessão seguinte, se especifica elementos sobre a “democracia burguesa” e a democracia sob nova forma em um processo de transição ao socialismo, levando em conta os desafios dessa transição e da forma de participação política, decisão e controle que esta apresentará neste período de formação da “ditadura do proletariado”. Na última sessão, abordar-se-á sobre a importância da planificação como mecanismo de participação política no período de trânsito ao socialismo.

2.1.1 As alterações na forma do Estado e o Estado dos trabalhadores na transição ao socialismo

Tendo por base a discussão desenvolvida ao capítulo anterior, é a partir do processo de exploração do trabalho, da gradativa generalização da propriedade privada sobre os meios de produção e da conformação de classes sociais antagônicas, que se mostra a necessidade de existência do Estado burguês, o qual através de seus diversos Regimes políticos cumpre o papel de ordenar e amenizar os conflitos de interesses entre as classes, aparentando uma unidade social e atuando coercitivamente sempre que necessário.

Conforme explicita Engels (s/d), é o processo de transformação das sociedades gentílicas para as sociedades divididas em classes que originará o Estado enquanto uma

instituição aparentemente autônoma. Em algumas *gens*, as decisões eram organizadas a partir de todos produtores, estes decidiam e se organizavam em torno da produção coletiva. Devido ao estágio de desenvolvimento em que se encontrava a história da humanidade, este não era um contexto ordenado ou harmônico, mas que contava com diversos conflitos e desafios relacionados com a sobrevivência destas comunidades. Há que se considerar que na Grécia Antiga a organização por *gens* permitia, por exemplo, a contratação do trabalho escravo por parte daquelas famílias que tivessem dificuldades na produção. Mesmo assim, a *gens* grega apresentou um processo organizado de tomada de decisões sobre a produção a partir de certa hierarquia. Nesta, havia um grupo que exercia certa autoridade sobre os demais membros da *gens* através do conselho (*boulê*). O *boulê* inicialmente foi formado pelos próprios chefes das *gens*, mas à medida que o número de chefes se ampliou muito o grupo passou a ser constituído por indivíduos selecionados, o que evidencia um elemento aristocrático ainda que incipiente. Este conselho era responsável por tomar a decisão final sobre os assuntos mais importantes. Nesta mesma formação socioeconômica se identificou a existência das primeiras assembleias do povo que se reunia em conselhos, nas quais a população participava oralmente das decisões. Entretanto, nas assembleias dos gregos homéricos⁶⁸, especificamente, havia a assembleia geral popular, na qual os participantes não apenas faziam uso da palavra, mas também decidiam diretamente sobre os assuntos em questão através do voto, sendo a participação restrita a população masculina e que não realizava o trabalho escravo. Neste caso, o que é importante aqui destacar, conforme apontou Engels (s/d, p. 113), é que “[...] não havia ainda nenhuma força pública

⁶⁸ Engels (s/d) pontua no texto *A origem da família da propriedade privada e do Estado* uma série de distinções entre as diversas *gens* gregas. Não havia apenas uma forma de organização política na Grécia, mas diversos grupos que apresentavam particularidades.

separada do povo e que lhe pudesse ser contraposta. A democracia primitiva se encontrava ainda em pleno florescimento [...]”.

Há que se considerar então que, “[...] toda história (desde a dissolução do regime primitivo de propriedade comum da terra) tem sido uma história de luta de classes, de luta entre classes exploradoras e exploradas, dominantes de dominadas [...]”, (MARX; ENGELS, 2009a, p.17). Dessa forma, nas sociedades divididas em classes, o Estado passa a executar funções que possuem particularidades em relação ao período anterior. Antes o processo de decisão sobre a produção, seus resultados e a distribuição eram efetuados por membros da sociedade organizados sem a presença de uma entidade. Com a divisão da sociedade em classes, o Estado assume um lugar distinto, aparecendo como autônomo e desvinculado das relações de produção. O Estado consegue mistificar o antagonismo entre as classes e reproduzir as relações de produção dominantes.

Dessa forma, o Estado tal qual se forma a partir da sociedade de classes,

[...] não é, portanto, de modo algum, um poder que é imposto de fora à sociedade [...] é antes um produto da sociedade, quando essa chega a um determinado grau de desenvolvimento. É o reconhecimento de que essa sociedade está enredada numa irremediável contradição com ela própria, que está dividida em oposições inconciliáveis de que ela não é capaz de se livrar. Mas para que essas oposições, classes com interesses econômicos em conflito não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, tornou-se necessário um poder situado aparentemente acima da sociedade. [...] Esse poder, surgido da sociedade, mas que se coloca acima dela e que se aliena cada vez mais dela, é o Estado (ENGELS, s/d, p.181).

Conforme dito no capítulo primeiro desta tese, o Estado assumiu formas distintas determinadas pelas

diferentes formações socioeconômicas. Assumiu a forma do Estado Absolutista em diversos países da Europa; nos países da América Latina e Caribe, após o período Colonial e com a independência, assumiu formas de Repúblicas; e, atualmente, na grande maioria dos países do mundo a forma do Estado democrático burguês. As diversas transições de um modo de produção a outro mantêm determinantes correspondentes à sociedade anterior ao mesmo tempo em que se constituem novos determinantes, característicos das relações de produção que começam a se desenvolver. Esses processos variam de forma significativa entre as várias regiões do mundo e nos diferentes países, ou seja, variam no tempo e espaço.

O processo revolucionário que objetiva inicialmente tomar o Estado na forma capitalista e a partir dele iniciar uma revolução econômica e social, tendo em vista iniciar a transição ao socialismo é, ao mesmo tempo, um processo de transformação da estrutura da sociedade capitalista e de alterações em sua superestrutura. Assim, na medida em que a estrutura da sociedade vai sendo alterada constituem-se relações de produção com novas determinações, sendo também alteradas todas as demais relações sociais. Nesta perspectiva, o processo revolucionário ao mesmo tempo em que altera a estrutura, também se direciona para a alteração dos fatores ideológicos, culturais, religiosos, artísticos, educacionais, dentre outros, particularmente mais vinculados à superestrutura. Considerando a unidade dialética que há entre estrutura e superestrutura, de influência mútua entre os elementos de uma e outra, o projeto da sociedade socialista em curso no período de transição exige a intervenção governamental nas mais diversas frentes do país. A intervenção nessas diferentes frentes depende do contexto histórico, político, cultural, das condições econômicas, da composição demográfica, da vontade da população, dentre outros aspectos, os quais se distinguem de um país para outro. Também dependerá de quais as contradições enfrentadas por este determinado país e das relações

estabelecidas com outros países do mundo. Por isso, o processo de transição pode ser bastante diverso a depender do tempo e espaço, conforme dito no capítulo primeiro.

A expectativa de instituir um Estado com características distintas do anterior deve considerar as diversas instabilidades, pois a tomada do poder ocorre após um processo revolucionário violento e tendo diversas modificações por realizar e desafios internos e externos a enfrentar.

Nos primeiros anos pós-revolução o Governo dirigido pelos trabalhadores teria que enfrentar a luta de classes no interior do país. Haveria que contrapor grupos e organizações avessos à revolução dentro do país e na relação destes com os demais países do mundo. Este movimento demandaria uma atuação mais rígida deste Governo, especialmente quanto à segurança e estabilidade política interna, pois sem esta não há tempo hábil para responder aos diversos ataques que podem advir das classes burguesas organizadas mundialmente. É nessa perspectiva que Marx e Engels (2010) defenderam o armamento do povo em geral para a defesa do Governo dirigido pelos trabalhadores⁶⁹, sendo o próprio povo armado responsável pela segurança nacional, não estando mais essa função restrita a um grupo pertencente ao exército, por exemplo. A violência é parte do processo revolucionário e a luta de classes se mantém e, dependendo do contexto em que se realiza a revolução, se aprofunda, após a tomada do poder. Neste momento, os trabalhadores organizados possuem um papel fundamental na luta de classes, de modo que o próprio Estado se manifestará como “[...] arma da luta de classes [...]”, (LUKÁCS, 2013, p.127).

Consolidar essa nova forma de Estado é um longo e

⁶⁹ No texto *Reivindicações do Partido Comunista da Alemanha* de 1848, os autores pontuam algumas das reivindicações do Partido naquele contexto, sendo a quarta o “[...] armamento geral do povo. No futuro, os exércitos serão simultaneamente exércitos operários [...]”, (MARX; ENGELS, 2010).

profundo desafio. Neste interim, o Governo dirigido pelos trabalhadores deverá efetuar todas as ações possíveis no sentido de manter e aprofundar as novas relações sociais de produção que se constituem a partir de seus interesses, visto que, antes de tudo, ele cumpre a função fundamental de garantir a continuidade de determinadas relações sociais e relações de produção (CORAZZA, 1987).

A denominada “ditadura do proletariado” seria a forma constituída do Estado dos trabalhadores. O termo foi utilizado inicialmente por Marx na Crítica do Programa de Gotha (1875) como *“ditadura revolucionária do proletariado”*. Posteriormente, o termo foi empregado em textos diversos de Lenin e Trotsky como “ditadura do proletariado”. Esta seria uma “ditadura” em virtude de ser rígida quanto à defesa dos interesses dos trabalhadores, não havendo espaço para a participação política da burguesia. Conforme apontou Lenin (2013, p.81), “[...] o que há de semelhante entre a ditadura do proletariado e a ditadura das outras classes é que ela é provocada [...] pela necessidade de reprimir pela força a resistência da classe que perde a dominação política [...]”. A diferença da “ditadura do proletariado” para as outras formas de ditaduras é que, estas realizam a repressão contra a maioria da população (os trabalhadores que produzem a riqueza social), enquanto aquela necessita reprimir a uma minoria da população, os exploradores.

Entretanto, a “ditadura do proletariado” não deve ser concebida como rígida no sentido de cercear ou limitar a participação política daqueles trabalhadores que não estariam diretamente nas instituições do Estado. O Governo pós-revolução deveria reorganizar a sociedade no sentido de transitar para o socialismo, o que apenas seria possível através do aprofundamento da decisão dos trabalhadores sobre a produção e sobre os demais aspectos das relações sociais, realizando-se assim, a socialização dos meios de produção de fato. Este processo levaria a transição ao socialismo e, apenas após isso, estariam colocadas as

condições para iniciar o definhamento do Estado⁷⁰ e seguir a transição ao comunismo.

Tendo por horizonte a alteração nas relações de produção, no sentido de que os trabalhadores se apropriem das condições objetivas necessárias à realização de seu trabalho, se a forma de Governo dos trabalhadores num processo de transição assume um caráter de rigidez quanto à forma política de participação e decisão, os desafios à realização da referida transição se ampliam significativamente.

A tese do “definhamento do Estado” se realizaria a partir da ampliação da participação dos trabalhadores nas decisões acerca dos aspectos relativos a toda a sociedade, de modo que o Estado como organismo de poder iria gradativamente se tornando dispensável até o ponto de seu desaparecimento. Sobre este movimento, irá afirmar Lenin (2010, p.83) que, “[...] chamando as organizações de massas dos trabalhadores à participação permanente e necessária na administração do Estado, começa a [ser preparada] imediatamente a extinção completa de todo o Estado”. É evidente que a chegada a esse ponto dependeria do acesso ao desenvolvimento das forças produtivas, e, da sociedade estar em um estágio avançado de transição do socialismo ao comunismo.

A própria “ditadura do proletariado” seria constituída pelos trabalhadores em geral, esta forma de Governo só seria alcançada no momento em que estivessem erguidas as condições para seu fim.

Assim, também apontou Mao (1999, p.68) que,

[...] consolidar a ditadura do proletariado, [...] é preparar exatamente as condições para pôr fim a essa ditadura e passar a um estágio superior em que o próprio Estado, como tal, desaparecerá. Fundar e desenvolver o Partido

⁷⁰ Adiante, neste mesmo item, faremos considerações sobre este movimento.

Comunista é justamente preparar as condições para suprimir o Partido Comunista e os outros partidos políticos. [...] Eis toda uma série de contrários que, não obstante, se complementam mutuamente.

Após o aprofundamento do processo revolucionário, quando a “ditadura do proletariado” houver se instaurado enquanto forma de Governo, quando esta já estiver em processo de transição para a sociedade comunista, a necessidade da presença e atuação do Estado enquanto instituição na sociedade se reduzirá progressivamente. Assim, à medida que desaparecem as classes sociais, desaparecerá inevitavelmente “[...] o Estado. A sociedade, que reorganizará a produção na base da associação livre e igual dos produtores, mandará toda a máquina do Estado para o lugar que lhe há de corresponder: o museu de antiguidades [...]”, (ENGELS, s/d, p.185). Portanto, desde o início do processo revolucionário dever-se-á iniciar o movimento que culminará em um Estado enquanto representante da sociedade em geral e “[...] então, torna-se supérfluo. Uma vez que não haja nenhuma classe social a oprimir [...]”, conforme afirmou Lenin (2010, p.36), o “[...] Estado não é abolido: morre [...]”.

Portanto, logo após a tomada do poder pelos trabalhadores, se inicia a conformação do Estado dos trabalhadores, através do Regime político da “ditadura do proletariado”. Esta direcionará o processo de transição ao socialismo, a partir de alterações nas formas de propriedade, nas relações de produção, na forma de apropriação da produção e também na forma política de participação, decisão e controle da sociedade em geral. Sendo um processo de transição, é fundamental compreender a forma política de participação que se herda do capitalismo e os desafios que esta pode suscitar na transição ao socialismo, considerando que parte-se de um modo de produção rumo à construção de um novo.

2.1.2 A forma política de participação herdada do capitalismo e os desafios para os processos de transição ao socialismo

A participação política dos trabalhadores sobre a sociedade em geral durante os processos de transição ao socialismo está sustentada no princípio da democracia, em um contexto em que a democracia enquanto poder de participação e de decisão do povo é possível de se realizar, visto que o Governo passa efetivamente a ser o representante da maioria (LENIN, 2010; LUXEMBURGO, 2013). Vale destacar que a ideia da democracia em si está centrada na história da sociedade burguesa, sendo que muitas vezes ela foi entendida como um dos aspectos restritos ao liberalismo burguês. Isto ocorre porque várias formas de “liberdades democráticas” surgiram no contexto desta formação socioeconômica, como o sufrágio universal a partir de um processo eleitoral para a eleição de representantes, o pluralismo, a representação popular em diversas instâncias, dentre outros (COUTINHO, 1979). É fundamental lembrar que a democracia como princípio é utilizada no capitalismo em inúmeras situações para fortalecer a relação de dominação⁷¹ da burguesia para com o proletariado, a qual se manifesta no interior dos diversos países capitalistas, mas também na relação de um país com o outro⁷².

⁷¹ Esta relação se evidencia desde o início da organização do modo de produção capitalista, como por exemplo, na formação do *Partido Social-Democrata* francês nos anos de 1850, o qual se fundamentou numa coalização entre trabalhadores e pequeno-burgueses que reivindicavam instituições republicanas democráticas como meio de defender a conciliação entre as classes e promover mudanças na sociedade limitadas aos interesses da pequena-burguesia (MARX, 2011a).

⁷² Isto é notável na atualidade quando observada a relação imperialista dos Estados Unidos da América (EUA) com os demais países do mundo, sendo comumente aplicado o argumento da defesa da democracia para impor e justificar ações deste país sobre os demais. Tal fato se evidenciou no ataque ao Iraque em 2003, que

Considerando o método de Marx e Engels, é necessário ultrapassar a manifestação imediata, a forma particular que assumem os fenômenos nas formações socioeconômicas específicas, deve-se apreender suas determinações gerais, transversais a qualquer sociedade, e, a partir destas determinações gerais melhor compreender suas formas particulares. A democracia (que tem por etimologia: *demo* = povo, somado a *cracia* = governo) se apresentou em contextos distintos, como nos antigos *gens* antes mesmo do Estado institucionalizado (como gérmen da “democracia primitiva”, conforme pontuou Engels). Mas, foi no modo de produção capitalista que assumiu a forma específica de Democracia Burguesa, mediante a formação do Estado Democrático de direito⁷³, e, através deste, se generalizou a ideia de democracia e as formas de participação a ela vinculadas.

Em período correspondente à transição ao socialismo, a democracia e a participação e decisão no âmbito do Estado e em relação a sociedade em geral também apresentariam particularidades. Segundo Lenin (2013, p.81), em uma sociedade que tenha como objetivo a construção do socialismo deveria haver a modificação da democracia no sentido de possibilitar “[...] um alargamento nunca visto no mundo da utilização efetiva da democracia por parte dos oprimidos pelo capitalismo, por parte das classes trabalhadoras”. A defesa deste princípio e a busca pela construção de relações sociais e de produção nele baseadas deve ser um compromisso do processo revolucionário. Pois, a supressão das contradições

segue ocupado por tropas Norte-americanas, sendo recorrente a mistificação dos interesses econômicos dos Estados Unidos a partir da afirmativa: “em defesa da democracia”.

⁷³ Locke foi o primeiro a destacar a ideia de constituição do Estado a partir do conceito de cidadão. Para ele, o surgimento do Estado seria fundamental para garantir o direito à propriedade, e, os homens se submeteriam a um governo com essa finalidade. A concepção de Locke é vinculada à ideia da sociedade naturalmente e permanentemente burguesa, na qual a liberdade econômica fosse primordial (LOCKE, 1979).

próprias das sociedades divididas em classes não elimina as diversas opiniões e diferenças de ideias, bem como as novas contradições que possam se evidenciar ao longo das mudanças do período de transição ao socialismo e depois ao comunismo.

Dessa forma,

[...] o processo de extinção das classes faz certamente com que a sociedade *tenda* à unidade, mas não significa de modo algum a sua completa homogeneização. E, dado que mesmo essa unidade tendencial é uma unidade na diversidade, é fundamental que tais interesses divergentes encontrem uma forma de representação política adequada. [...] A pluralidade de sujeitos políticos, a autonomia dos movimentos de massa (da sociedade civil) em relação ao Estado, a liberdade de organização, a legitimação da hegemonia através da obtenção do consenso majoritário: todas essas conquistas democráticas, portanto, continuam a ter pleno valor numa sociedade socialista [...] (COUTINHO, 1979, p.04, grifo do autor).

Um processo de transição ao socialismo partiria, portanto, dos aspectos e elementos presentes na sociedade capitalista. As modificações na instância política se dariam a partir do movimento de *suprassunção*, pois se conservariam elementos relativos aos mecanismos de participação da sociedade anterior ao mesmo tempo em que se negariam os aspectos de oposição aos princípios da sociedade que se quer erguer e, parcialmente, se conseguiria superar gradativamente estes aspectos. Diante disso, a democracia burguesa já apresenta, de maneira progressiva, as características que esboçam a relação política e democrática que possivelmente se manifestará na sociedade futura, a que está no porvir. Os próprios espaços de participação política e organização dos trabalhadores em oposição aos interesses da burguesia (como alguns sindicatos, partidos, comitês de empresas, de bairro, associações profissionais, dentre outros) esboçam a

organização e disputa em prol de seus interesses e deverão seguir tendo lugar em uma sociedade em transição – apresentando nesta sociedade várias especificidades.

Rosa Luxemburgo⁷⁴ realizou uma importante reflexão acerca da vinculação entre a luta pela democracia e a luta pelo socialismo, nas palavras dela (2010, p.95), aqueles que defendem a democracia “[...] devem desejar igualmente o reforçamento, e não o enfraquecimento, do movimento socialista, e que, renunciando aos esforços socialistas, renuncia-se tanto ao movimento operário quanto à própria democracia”. Nesse sentido, a ideia de um regime político efetivamente democrático estaria acoplada a luta pela sociedade socialista e seria, necessariamente, contrário à lógica capitalista e a ideia de democracia existente e sustentada no interior deste modo de produção.

A democracia no capitalismo assume a forma burguesa, devido a função do Estado capitalista que, ao atender aos interesses prioritários da classe burguesa/dominante, dando continuidade ao modo de produção capitalista, nega os interesses das classes trabalhadoras. Estas ao longo da história do capitalismo⁷⁵ não conseguem influir sobre esse Estado de modo que este garanta majoritariamente seus interesses, isso porque o Estado burguês está determinado pelo poder econômico da burguesia e atua na reprodução das relações de produção dominantes

⁷⁴ Rosa Luxemburgo em *Reforma ou Revolução*, publicado pela primeira vez em 1900.

⁷⁵ Na história do capitalismo, até o período atual, há diversas ocasiões nas quais se expressa que a defesa da “democracia” e da participação social ocorre apenas na medida em que não ameace a reprodução das relações produção capitalistas e, na medida em que isto ocorre, os diversos mecanismos de participação política que possam existir são dominados pelos interesses das classes burguesas ou são abolidos em alguma medida. Isso se evidenciou, por exemplo, na ocasião do golpe de Luís Bonaparte na França ainda nos anos de 1850, quando “[...] a lei eleitoral de 31 de maio de 1850 excluiu [o proletariado] de toda e qualquer participação no poder político [...]” (MARX, 2011b, p.85).

nesta sociedade. Assim, irá afirmar Lenin⁷⁶ (2010, p.80) que, a “[...] ditadura do proletariado é não só inteiramente legítima como meio de derrubar os exploradores e reprimir a sua resistência, mas também absolutamente necessária para toda a massa dos trabalhadores [...]”.

Diante disso, é importante entender que o processo revolucionário e os primeiros anos após o início da transição ao socialismo são tempos de se iniciar, nos termos de Engels (2015, p.318), a “apropriação social dos meios de produção”. Entretanto, igualmente são tempos de efetuar alterações em todas as relações sociais e de produção, que envolvem não somente a produção em si, mas também a participação política e as tomadas de decisão neste âmbito e em toda a sociedade. Assim, “[...] o socialismo não elimina apenas a apropriação privada dos frutos do trabalho coletivo; elimina também – ou deve eliminar – os mecanismos de dominação e de direção da sociedade como um todo [...]”, (COUTINHO, 1979, p.07).

Um processo de transição ao socialismo deve contar com a defesa da democracia como princípio, deve garantir que os diversos espaços de representação dos interesses dos diferentes grupos (que compõem as classes trabalhadoras) existam e tenham lugar na sociedade em transição. Para isso, devem-se admitir os vários mecanismos de organização política, como partidos, sindicatos, comitês de empresa, comunidades de base, associações, dentre outros. O pluralismo deve estar preservado, de modo a não impedir uma unidade na direção do projeto de sociedade que se quer instalar. A democracia neste período de transição pode ser efetivada através de mecanismos de participação direta e/ou indireta (representativa), conforme as condições concretas de cada experiência de transição. Os mecanismos de participação direta seriam aqueles que se referem às decisões deliberadas diretamente pela população, e, os mecanismos de participação

⁷⁶ Texto *Teses sobre a democracia burguesa e a ditadura do proletariado (fragmentos)* de 1919.

indireta estariam relacionados às decisões tomadas a partir de representantes. Conforme a necessidade apresentada pelos espaços de participação política e dos temas ali discutidos e deliberados adota-se uma ou outra forma de participação, por isso a presença de mecanismos diretos e indiretos pode ser necessária, devendo haver profunda articulação entre ambos, de modo que “[...] essa articulação fará com que [os mecanismos de participação indireta] adquiram uma nova função – ampliando o seu grau de representatividade [...]”, (COUTINHO, 1979, p.07).

Após a revolução de outubro e o início da transição ao socialismo na URSS, por exemplo, muitas foram as opiniões, convergências e divergências sobre este tema. Lenin (2010, p.81) em 1919 afirmou que a transição ao socialismo com base na “ditadura do proletariado”, “[...] deve inevitavelmente trazer consigo não só a modificação das formas e das instituições da democracia”, mas ampliá-la, conforme dissemos antes, alargá-la de maneira não antes vista.

Nesta mesma perspectiva Trotsky (2007) assinalou que, para que o proletariado pudesse assegurar o caráter democrático de sua revolução deveria ultrapassar as formas de democracia burguesa que impregnavam o programa revolucionário Russo à época. Trotsky (2007) também diferenciava a democracia burguesa da democracia socialista, afirmando que esta apenas se realizaria na medida em que se opusesse a aquela, buscando vias de criticá-la e ultrapassá-la, através de um longo e permanente processo revolucionário.

Entretanto, frente às dificuldades histórico-concretas que enfrentou a experiência soviética para configurar a participação política dos trabalhadores na sociedade em transição, Rosa Luxemburgo efetuou importantes críticas à Lenin e Trotsky neste campo. Para ela a restrição ao direito eleitoral como mecanismo de escolha dos representantes, que ocorreu nos primeiros anos da experiência Soviética, foi um dos equívocos. Primeiramente, porque não havia registro de que a eleição dos representantes se mantivesse, apesar de

haver o indicativo de que o direito eleitoral seria exercido por aqueles que vivessem do trabalho, esses direitos foram negados aos demais membros da sociedade. Luxemburgo pontuou que diante das imensas dificuldades enfrentadas pelo país naqueles primeiros anos, tal restrição impediria também o voto daqueles que estavam em processo de deslocamento da cidade para o campo ou em qualquer situação de mudança na condição de trabalho e de (re) produção da vida, o que não dizia respeito “[...] apenas às classes capitalista e proprietária de terras, mas também às amplas camadas da classe média e da própria classe trabalhadora [...]”, (LUXEMBURGO, 2013, p.94).

Outro aspecto criticado por Luxemburgo foi à supressão dos direitos à reunião, associação e a liberdade de imprensa que recaiu sobre opositores ao Governo Soviético. Devido a não permitirem a manifestação e a expressão das diferenças políticas e, “[...] sufocarem a vida pública, [os dirigentes russos] tapam a fonte da experiência política e do desenvolvimento [...]”, (LUXEMBURGO, 2013, p.96). Luxemburgo também irá criticar tais iniciativas do Governo Soviético com base em um valor fundamental correspondente aos que defendem a sociedade futura, comunista: a liberdade. A liberdade seria sempre a liberdade para quem pensa diferente, de acordo com Luxemburgo (2013, p.97) “[...] liberdade apenas para os apoiadores do governo, apenas para os membros de um partido – ainda que possam ser bem numerosos – não é liberdade [...]”. Na perspectiva da autora, a transição para a sociedade socialista deve ser um produto histórico, conforme se apontou no capítulo anterior, um processo que não apresenta parâmetro de conteúdo e forma, que se concretiza a partir do movimento de busca pela satisfação da necessidade social apresentada na realidade histórico-concreta – o que também deve ser diferente de acordo com o tempo e espaço.

Sendo assim,

[...] é claro que o socialismo por sua própria natureza não pode ser imposto, introduzido por decreto. [...] Por isso, a vida pública de Estados com liberdade limitada é tão pobre, tão esquemática, tão infecunda; porque com a exclusão da democracia, acaba-se com a fonte viva de toda a riqueza e todo o progresso intelectual. [...] O conjunto das massas populares devem participar ativamente. Do contrário, o socialismo será decretado, imposto burocraticamente por uma dúzia de intelectuais (LUXEMBURGO, 2013, p.98).

Nessa linha, a construção do socialismo demandaria uma mudança na atuação política das massas que deveria se distanciar gradativamente da dominação política burguesa e ir substituindo a passividade pela iniciativa. E apesar de Lenin realizar a plena defesa da “ditadura do proletariado” enquanto um instrumento político democrático dos trabalhadores, que teriam atuação plena nas decisões do Estado inclusive no período de transição, não foi assim que se configurou o poder político soviético desde seus primeiros anos, conforme apontou Luxemburgo (2013). Para ela, entre os bolcheviques se estabeleceu uma separação entre democracia e ditadura, sendo que a democracia seria realizável quando houvesse sido feita a transição para o socialismo. Assim, afirma Luxemburgo (2013, p. 101) que “[...] a democracia socialista não começa apenas na terra prometida, quando já está criada a base da economia socialista. [...] A democracia socialista começa simultaneamente com a eliminação do domínio de classe e com a construção do socialismo [...]”. Esta democracia deveria ser prática política permanente do Governo Revolucionário desde a tomada do poder e também na constituição da “ditadura do proletariado”. Uma ditadura que deve ser a expressão da democracia sob nova forma e não expressão de sua eliminação. Para isso, “[...] essa ditadura deve ser obra da classe, e não de uma pequena minoria dirigente agindo em nome da classe, ou seja, ela deve surgir da ativa participação das massas [...]”, (LUXEMBURGO, 2013, p.101).

Mesmo diante das críticas realizadas por Rosa

Luxemburgo à forma concreta que assumiu o poder político Russo naquele período, Lenin elaborou contribuições importantes no que se refere ao aprofundamento do processo democrático que deveria compor a transição ao socialismo e que conduziria a supressão do Estado enquanto instituição.

Dessa forma, entende-se que durante o trânsito do capitalismo ao socialismo devem ir se constituindo mecanismos de participação e decisão política que negarão a forma política herdada do capitalismo – a democracia burguesa em si. Este processo ocorre a partir da superação imediata de alguns elementos, bem como da conservação de outros (que devem ser superados a mais longo prazo). A instauração da “ditadura do proletariado” já conduz a mudanças imediatas quanto à participação política e a forma de democracia que passa a se constituir na transição ao socialismo, pois ela expressa o domínio dos trabalhadores sob esse novo Estado e na condução da nova sociedade, onde passam a se constituir as novas relações de produção, pautadas na negação da exploração do trabalho e da propriedade privada.

Vale ressaltar que, após a transição ao socialismo e quando se inicia a realização da transição ao comunismo, o processo de definhamento do Estado levaria a progressiva supressão das decisões políticas nesta instância, pois os trabalhadores já se organizariam de maneira associada, sendo que se generalizariam formas de apropriação da produção, de propriedade, de controle e decisão sobre a execução totalmente livres de um poder externo.

Isso porque,

[...] os governos foram necessários durante toda época da civilização até hoje como instrumentos das classes dominantes para a submissão as massas exploradas. Eles exerceram crescentemente também funções administrativas; mas o seu caráter principal enquanto instrumento de poder foi determinado pela necessidade da manutenção do domínio de classe. Então, como a necessidade disso

desapareceu [depois de realizada a transição], também desapareceu o seu instrumento. O que permanece é a administração, uma das muitas tarefas de grupos especiais de trabalhadores; o que entra em seu lugar, o espírito vivo da organização, é a constante discussão dos trabalhadores em reflexão conjunta atenta sobre os seus assuntos comuns [...] (PANNEKOEK, 2013, p.179).

Para isso, a planificação é um dos importantes momentos que expressam o exercício da participação política e da democracia sob nova forma em período de transição ao socialismo, apresentando determinações específicas e sendo substituída por outra forma de organização e participação nas decisões dos trabalhadores ao transitar para o comunismo. Pois nesta sociedade futura o Estado não seria mais necessário, nem tampouco a forma de democracia e seus mecanismos de participação diretos e/ ou indiretos (representativos) citados neste subitem. No comunismo seria estabelecida nova forma de apropriação da produção pelo homem, alterando também a relação homem/ natureza, sendo estabelecida uma nova relação dos homens e mulheres com seus processos de trabalho e entre eles/as, o qual não se pode prever, frente à distância histórica que estamos deste período.

2.1.3. A planificação como um dos mecanismos de participação dos trabalhadores em processos de transição ao socialismo

Um dos momentos imprescindíveis de participação é a ocasião do processo de planificação da sociedade em transição ao socialismo, podendo ser utilizados mecanismos diretos e/ou indiretos (representativos) de participação. Em uma sociedade em transição ao socialismo a planificação é uma forma de regulação social da produção e se concretiza em mecanismos de decisão dos indivíduos para a organização da produção. Estes indivíduos, através dos mecanismos de participação política, avaliarão as necessidades imediatas da

sociedade, o que se objetiva para um período mais longo e como fazer para alcançar esses objetivos, dentre outros aspectos. A planificação corresponderia à sociedade como um todo, ao se pensar quais os produtos imediatos necessários à população, em que quantidade eles devem ser produzidos, quais as condições materiais concretas para viabilizar essa produção, quem irá consumir (parte da população ou toda ela), que profissionais e em que áreas do saber ou de formação são necessários para garantir essa produção, quais as matérias-primas necessárias, quais os maquinários e tecnologias deverão ser empregados, etc. (ROMEUF, 1956). Mas a elaboração do plano também irá corresponder a um local específico, por exemplo, as diversas unidades de produção ou fábricas também irão construir seus próprios planos⁷⁷, os quais devem se vincular ao plano nacional. De acordo com Romeuf (1956, p.09), a planificação relativa a setores e a economia nacional como um todo “[...] exige a existência de regulamentos, de serviços administrativos e de diretivas; isto é, de uma organização econômica cujo conjunto constitui a economia planificada [...]”.

Da mesma maneira que se deve prever o que produzir, para quem produzir, em que quantidade produzir, como produzir, etc. – pensando a produção como um processo que já traz em si a distribuição – outro elemento fundamental da planificação, mesmo em seu estágio inicial de desenvolvimento, é o estabelecimento de prazos para se cumprir o planejado conforme a necessidade da população, de modo também a evitar o desperdício no processo de produção tanto de materiais como do tempo de trabalho humano. Planificar significa também pensar a distribuição do tempo de trabalho humano, no sentido de garantir a produção, mas sem gerar uma sobrecarga de trabalho ou um desperdício do tempo de trabalho (MÉSZÁROS, 2011).

Conforme aponta Bettelheim,

⁷⁷ Sobre isto, teceremos mais apontamentos no próximo item deste capítulo.

[...] o plano corrente de produção de objetos de consumo elaborado a nível nacional, deve finalmente, levar em conta, muito amplamente, as necessidades expressas pelos consumidores, na medida em que estas sejam fisicamente possíveis (em razão dos recursos disponíveis) e respeitando as exigências de coerência dos planos e, sobretudo, as prioridades sociais [...] (BETTELHEIM, 1966, p. 16, tradução nossa).

A economia planificada não surge e nem se configura a partir de teorias, mas vai sendo constituída através das necessidades concretas, com o objetivo fundamental de atender as necessidades apresentadas pela população, e não da acumulação, conforme ocorre na sociedade capitalista (BETTELHEIM, 1966; ROMEUF, 1956).

A produção da riqueza a ser imediatamente consumida seria ordenada e distribuída ao consumidor através dos fundos sociais de consumo e, o excedente da produção, seria armazenado nos fundos de acumulação, sendo posteriormente disponibilizado à população conforme fosse demandado por outras necessidades.

A planificação é um dos instrumentos mais importantes a se desenvolver em um processo de transição ao socialismo, através dela é possível iniciar a negação da anarquia capitalista e avançar na construção de novas relações de produção. De acordo com Bettelheim (1966, p.01, tradução nossa), “[...] a planificação, o controle social sobre a produção, não é, a princípio, mais que uma possibilidade abstrata (sendo que sua transformação progressiva em realidade condiciona a consolidação e a expansão da nova ordem social)”. Assim, é o movimento que intenciona concretizar a planificação como um ato coletivo, no qual se evidencia a participação política dos diversos sujeitos da sociedade no sentido de alterar as relações de produção, que caracterizará a sociedade socialista. E só depois disso, se poderá almejar a sociedade comunista, onde o Estado

enquanto tal já será inexistente.

Torna-se insuficiente e distanciado da realidade dos trabalhadores a realização do plano apenas mediante mecanismos de participação indireta, ou seja, através de representantes que ocupem as instancias representativas do Estado. É importante vincular mecanismos de participação indireta com mecanismos de participação direta, conforme dito anteriormente.

A planificação em uma transição ao socialismo conta com uma importante atuação do Estado organizado a partir de suas instituições. Este Estado irá deixando de ser necessário à medida que suas funções principais deixam de ser requisitadas. Este é um processo muito longo que se expressa na conformação da transição ao socialismo já com possibilidades de indicar a construção da sociedade comunista, que não se pode prever em termos de prazo. Assim, a planificação progressivamente evoluiria para relações de produção entre trabalhadores associados. Esta relação é citada por Marx em uma perspectiva bastante generalista, sem qualquer intenção de precisar espaço e tempo ou precisar como ela se conformaria concretamente.

Na suposição que Marx (2008a, p.100) realiza em “O Capital” acerca da organização de uma sociedade de homens livres que “[...] trabalham com meios de produção comuns [...]”, a produção é resultado de um trabalho coletivo, pois estes homens “[...] empregam suas múltiplas forças individuais de trabalho, conscientemente, como força de trabalho social [...]”. Quando Marx se refere a *múltiplas forças individuais de trabalho*, entende-se que pretende diferenciar da *força de trabalho* genérica, relativa à troca de mercadorias na sociedade capitalista. Trata-se da somatória de forças de trabalhos qualitativamente diferentes, individuais, que conjuntamente formam a força de trabalho social, destinada principalmente a produção de valores de uso. Assim, diz Marx (2008a, p.100): “[...] em nossa associação, o produto total é um produto social. Uma parte desse produto é utilizada como

novo meio de produção. Continua sendo social. A outra parte é consumida pelos membros da comunidade [...]”. A distribuição dos produtos dependerá da organização da produção na sociedade e do grau de “[...] desenvolvimento histórico dos produtores [...]”. Marx avança em sugerir ainda a organização da distribuição pelo tempo de trabalho, sendo a cota individual na parte do produto global correspondente ao tempo de trabalho empregado por cada indivíduo a serviço da comunidade. O tempo de trabalho deveria ainda ser distribuído através da planificação, de modo a regular “[...] a proporção correta das diversas funções do trabalho para as diversas necessidades [...]”, (MARX, 2008a, p.100). Nessa forma de produção que é social, as condições objetivas da produção voltariam a ser apropriadas pelos próprios produtores.

É importante levar em conta que, essa reflexão presente em “O Capital” é citada como uma “suposição”, conforme denominou Marx, ou seja, o autor não pretendia – como não pretendeu fazer em nenhum dos seus escritos que trazem algum elemento sobre a passagem para uma sociedade pós-capitalista – receitar o caminho que se deve percorrer para a transição a outro modo de produção, onde a produção se desse por produtores associados. O que Marx e Engels se propuseram foi apontar alguns elementos indispensáveis a esse novo modo de produção, quando este já estivesse constituído, especialmente aqueles elementos que negam o modo de ser da produção capitalista, como: a substituição da propriedade privada por formas de propriedade que possibilitem a apropriação da produção por todos trabalhadores e; a eliminação da exploração do trabalho concomitante a construção de uma sociedade sem classes, organizada por produtores associados.

Nessa perspectiva que se constituiriam os denominados conselhos operários ou organizações similares de participação e decisão dentro das diversas unidades de produção e também das empresas estatais, enquanto espaços

de decisão dos trabalhadores. Estes se formariam ainda no período de transição ao socialismo e se fortaleceriam na transição até o comunismo, dando base para a constituição da nova sociedade, considerando ser este um processo aberto à construção dos sujeitos históricos e ainda distante de nosso tempo.

2.2 Participação política e controle da produção pelos trabalhadores nas empresas estatais

Este item tem por objetivo discutir o processo de participação e controle da produção pelos trabalhadores nas empresas estatais, pensando como os trabalhadores planejam e executam suas atividades no âmbito da produção. Para isso, este item foi subdividido em outros dois subitens. Na primeira parte abordar-se-á de maneira mais geral o processo de participação dos trabalhadores no interior das empresas estatais e a formação dos denominados conselhos operários. Já na segunda parte, pretende-se explicitar algumas das experiências de conselhos operários que se concretizaram em países que buscaram transitar para o socialismo, com a intenção de refletir sobre os avanços dessas experiências e também seus limites.

2.2.1. A participação política no interior das empresas estatais e os conselhos operários

Uma instância particular de participação e decisão é a própria empresa estatal da transição ao socialismo. As formas de propriedade presentes nos processos de transição ao socialismo podem ser várias, conforme se apontou no capítulo anterior, mas neste item dar-se-á enfoque ao processo de participação política e tomada de decisão pelos trabalhadores em uma forma de propriedade específica, a empresa estatal.

Segundo Mészáros (2011, p. 869), “[...] só a plena e igual participação política de todos em todos os níveis do

processo de tomada de decisão pode progressivamente retirar a sociedade de transição em sua trajetória [...]”, para avançar na superação da divisão do trabalho. O âmbito da produção é um espaço específico de decisão, de participação política e de elaboração do plano. Este espaço conta com um grupo de trabalhadores de qualificações e formações diversas, mas que com a divisão técnica do trabalho dependem mutuamente dos trabalhos realizados uns pelos outros, visto que vislumbram alcançar os resultados da produção em geral. A empresa estatal na transição ao socialismo herda aspectos relacionados à organização das empresas no capitalismo, pois como tudo que passa a ser modificado em um processo de transição, conserva alguns elementos ao mesmo tempo em que nega e supera outros. Nesta perspectiva, a hierarquização, por exemplo, que já existe na organização das instituições no capitalismo se manteve em algumas empresas estatais de países que iniciaram o processo de transição ao socialismo. A presença da hierarquia não é um problema em si, o que deve ser questionado, avaliado e vigiado é o que se identificou ao longo da história: um aprofundamento da centralização das decisões a serem tomadas na empresa ou nas diversas empresas estatais por um grupo reduzido de pessoas.

Nessa perspectiva, retoma-se aqui a ideia de que “socialização dos meios de produção” não é sinônimo de estatização, devendo haver alterações significativas e processuais nas relações de produção que vão emergindo na sociedade em transição, para além das alterações nas formas de propriedade. Nas palavras de Korsch (2013, p.164), na “[...] equiparação entre socialização e estatização baseia-se a maioria das objeções que são feitas frequentemente a “socialização”[...]”, devido à generalização da associação entre “socialização dos meios de produção” e a burocratização que se evidenciou nas diversas experiências histórico-concretas que tentaram realizar a transição ao socialismo. A estatização é importante para iniciar as alterações nas formas de

propriedade, as quais são necessárias a um processo de transição ao socialismo, mas não se limita a isto, devendo ainda ser implementadas alterações no sentido de constituir novas relações de produção, alterando a forma de apropriação da produção pelos trabalhadores no sentido da coletivização e da horizontalidade.

Assim, do ponto de vista singular, a “socialização dos meios de produção” caracterizaria uma “democracia industrial” a partir da qual a iniciativa individual não seria reduzida ou eliminada - conforme ocorreu em algumas experiências em que se desenvolveu o burocratismo -, mas ao contrário, seria potencializada, estaria mais visível e palpável do que esteve em qualquer outro momento da história do capitalismo. Assim, ao iniciar-se a transição do capitalismo ao socialismo (e posteriormente ao comunismo) - implementando-se as mudanças nas formas de propriedade, de apropriação da produção e de participação política e decisão - não se elimina a presença do interesse individual⁷⁸. Ao contrário, o interesse individual se mantém, inclusive devido às diferenças entre os distintos indivíduos⁷⁹ e entre os

⁷⁸ O que fundamentou algumas críticas às experiências histórico-concretas, pois generalizou-se na sociedade capitalista a ideia de que o socialismo ou o comunismo são formas de sociedade que negam totalmente a individualidade do ser humano por pretender igualizar uma série de aspectos sociais. Entretanto, não há dúvida de que essa crítica não condiz com a compreensão de indivíduo (de homem) que fundamenta boa parte dos pesquisadores, estudiosos e militantes do campo da esquerda e defensores daquelas formas de sociedade. A visão de homem que perpassa a teoria crítica marxista é do homem constituído em sociedade, é do *ser social*, o que nega uma natureza humana estática e indiferente ao tempo e espaço, o homem se constitui a partir de sua relação com o trabalho e com os outros homens, variando sua forma de ser ao longo da história.

⁷⁹ O indivíduo mesmo sendo um indivíduo particular, sendo que sua particularidade faz dele um indivíduo, “[...] é, do mesmo modo, tanto a *totalidade*, a totalidade ideal, a existência subjetiva da sociedade pensada e sentida para si [...]”, MARX (2010a, p.108). Cada indivíduo, portanto, apresenta particularidades que o determinam, mas essas determinações estão relacionadas com sua inserção na

diversos grupos, sendo a participação política e a tomada de decisão pelos próprios trabalhadores mecanismos importantes para a realização destes interesses, de modo que o trabalhador possa de fato fazer parte dos processos de decisão e planejamento sobre os quais atua. Entendido dessa forma, a realização do interesse individual conseqüentemente contribui para a ampliação da produtividade do trabalho (KORSCH, 2013).

Na perspectiva de Korsch (2013, p.167),

A socialização dos meios de produção longe de eliminar o estímulo ao interesse pessoal pela produção, diminuindo as forças produtivas e provocando uma redução da produtividade do trabalho social, na verdade, nessa primeira fase da economia comum, conseguirá a emancipação do trabalho, e assim um aumento do interesse econômico pessoal em um círculo significativamente maior dos participantes na produção. Diferentes salários e a participação de todos os grupos da empresa no rendimento da produção comum [...] caracterizarão a indústria socializada em sua primeira fase de desenvolvimento.

O que denomina o autor de “primeira fase da economia comum” está relacionado ao que também expressa Marx na “Crítica ao Programa de Gotha” sobre a “fase inferior do comunismo”; o que neste texto se compreende por um processo inicial de construção da sociedade socialista. Exatamente por se compreender assim, alcançar este estágio inicial de organização que cita o autor demanda mudanças importantes nas relações de produção e na forma de apropriação da produção pelos trabalhadores, o que não se dá de maneira repentina, mas também resulta de inúmeras

sociedade. Logo abaixo no mesmo manuscrito, *Propriedade privada e comunismo*, Marx irá pontuar que apesar de *pensar e ser* não serem a mesma coisa, formam juntos uma unidade, acrescenta-se aqui que formam juntos uma unidade dialética.

alterações em diversas esferas da sociedade. Em destaque na citação acima, se evidencia a relação estabelecida entre o interesse pessoal e a ampliação da participação dos trabalhadores na produção. A realização dos interesses individuais possui grande probabilidade de não se concretizar em relações de produção que, em processo de transição, primam pelo centralismo, pelo burocratismo e que reduzem (ou quase eliminam) a participação dos membros diretamente vinculados à produção nas decisões a serem tomadas sobre elas e/ou sobre outros aspectos presentes na sociedade.

A contradição⁸⁰ entre o interesse dos indivíduos ou famílias singulares e o interesse coletivo⁸¹ surge a partir das primeiras formas de divisão do trabalho. Com a divisão do trabalho o homem passa a atuar de forma cada vez mais alheia ao processo coletivo, sem consciência da totalidade de sua ação, o que, como se viu, não ocorria nas sociedades pré-capitalistas que mantinham relações de produção menos complexas. A partir da separação entre o interesse individual e o coletivo, “[...] a própria ação do homem torna-se um poder que lhe é estranho e que a ele é contraposto, um poder que subjuga o homem em vez de por este ser dominado”, (MARX; ENGELS, 2009c, p.37). Na sociedade capitalista, a divisão do trabalho configura um limite de atuação a cada trabalhador, delimita “[...] um campo de atividade exclusivo e determinado, que lhe é imposto e ao qual não se pode escapar [...]” (MARX, 2009a, p.38). Nesta mesma linha, na futura sociedade comunista o trabalhador não estará limitado a um campo exclusivo de atividade, mas poderá dispor de inúmeros saberes, que o permitiriam contribuir com a produção coletiva em áreas diversas.

⁸⁰ Esta contradição na ordem do capitalismo seria uma das contradições secundárias presentes neste modo de produção (MAO, 1999).

⁸¹ Este se refere ao relacionamento entre os indivíduos organizados em sociedade, os quais dependem reciprocamente uns dos outros mediante a relação com o trabalho e a produção.

A formação de “conselhos operários”, ou organização similar, se daria no sentido de buscar ampliar o poder de decisão desde as empresas, desde as fábricas, até outras instâncias da sociedade. Os conselhos configurariam a autogestão das empresas, que contribuiria para progressivamente substituir a organização política herdada do capitalismo – mediante largo processo de transição. Durante este largo período, a organização através de conselhos operários ou similares contribui para exercitar a democracia sob nova forma, sendo que os trabalhadores passam a participar politicamente e decidir coletivamente em seus espaços de produção. Em cada unidade de produção ou empresa estatal (objeto de nossa discussão) são os trabalhadores que possuem a responsabilidade de decidir sobre suas atividades e sobre a produção. Entretanto, não há como essas decisões e deliberações internas estarem desconectadas da instância mais geral da sociedade, da planificação estabelecida para a economia como um todo. Por isso, esta planificação também deve ser resultado de amplo processo de participação e decisão coletiva.

Através dos conselhos operários se torna possível não apenas aprovar, decidir, deliberar, mas através deles tem-se a inteira dimensão da forma de democracia presente neste período de transição, mediante o processo de discussão, decisão/ deliberação e execução pelos próprios trabalhadores.

2.2.2. Algumas experiências de conselhos operários em países que buscaram transitar para o socialismo

Ao longo das experiências que buscaram transitar para o socialismo, os conselhos operários se configuraram em importantes mecanismos de planejamento coletivo, decisão e controle da produção pelos trabalhadores. Retomar essas experiências é importante no sentido de identificar os aspectos relevantes que elas apresentam para pensar processos de transição futuros, principalmente porque se

trata de refletir sobre a participação e decisão dos trabalhadores sobre a produção, sendo este um dos elementos para se concretizar o longo processo de apropriação social da produção.

Conforme se apontou no capítulo anterior, a experiência da Comuna de Paris (1871) foi a primeira a instituir o poder operário como direção política de uma sociedade. Vale destacar que “[...] o ato de dismantelar o exército tornou-se um imperativo estratégico para a Comuna, que, ao destruir esse instrumento do Estado burguês, constitui-se num povo em armas”, (PINHEIRO, 2013, p.11). A organização política se deu por conselhos eleitos através do sufrágio universal em toda Paris, esta forma negou a organização parlamentar e atuava numa perspectiva de “corporação de trabalho” a qual exercia as funções legislativas e executivas ao mesmo tempo. Estes conselhos poderiam ser destituídos a qualquer tempo, a depender da vontade dos demais trabalhadores. Assim, a Comuna tornou-se um governo de classe “[...] revelando-se uma forma política na qual os trabalhadores organizados conseguiram exercer a democracia de classe, o autogoverno dos produtores, a democracia de novo tipo; enfim, a ditadura do proletariado” (PINHEIRO, 2013, p.11). Todas as atribuições do Estado que antes eram exercidas pelo grupo que se colocava como representante de toda a população passou a ser atribuição de todos trabalhadores organizados em conselhos operários. A Comuna tornou público e acessível aos trabalhadores o serviço de educação deixando-o liberto de qualquer intervenção do Estado e da Igreja (MARX, 2013).

Ainda sobre a organização política da Comuna,

[...] o velho governo centralizado teria que dar lugar ao autogoverno dos produtores também na província. Em um breve esboço de organização nacional, que a Comuna não teve tempo de elaborar mais, diz-se claramente que a Comuna seria a forma política da menor aldeia, e que o exército permanente seria substituído no campo por uma

milícia popular, com um tempo de serviço bastante reduzido. As comunidades rurais de cada distrito deveriam administrar os seus assuntos comuns através de uma Assembleia de deputados na capital do distrito, essas assembleias distritais enviariam então os deputados para a delegação nacional em Paris [...]. A unidade da nação não deveria ser destruída, mas ao contrário, ser organizada pela constituição da Comuna [...] (MARX, 2013, p.54).

Marx reforça nesta passagem uma afirmação que tecemos no item anterior acerca da importância de se vincular mecanismos de participação política direta e indireta para se consolidar um processo de decisão e participação que garanta a vontade da grande maioria da sociedade. A realização e presença da população nas assembleias locais permite que haja espaços em que a população participe diretamente e outros em que ela seja representada por um grupo menor por ela eleito e que defenda seus interesses. Segundo Marx (2013, p.26), a Comuna constituiu-se “[...] de uma base de instituições verdadeiramente democráticas [...]”, sendo seu objetivo final realizar a transição para a sociedade comunista.

Em um processo de *suprassunção*, a negação da forma do Estado democrático burguês visa superar diversas de suas contradições, como: a representação dita de todo o povo, mas a intenção implícita de reproduzir as relações de produção que vigoram no capitalismo; a interferência direta da Igreja nos espaços de formação ideológica e da consciência como a educação e o próprio Estado; o armamento como uma forma de proteger o Estado e a propriedade privada, dentre outras. As relações de produção que constituíram a Comuna de Paris negavam e buscavam superar diversas dessas contradições relativas à forma econômica e política do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que mantiveram e expandiram características que estavam dominadas no capitalismo, conforme aponta Marx (2013, p.55), “[...] esta nova Comuna que quebra o poder de Estado moderno foi vista como uma reanimação das comunas medievais, que primeiro

precederam esse Estado e logo serviram-lhe de base [...]”.

Sendo um governo da classe operária a Comuna lutou contra a classe apropriadora da riqueza, a qual detinha a propriedade sobre os meios de produção e a propriedade das decisões políticas. Através então da “emancipação econômica do trabalho”, que tornou todo o ser humano integrante da Comuna, iniciaram-se processos de alteração em todas as relações de produção e demais relações sociais, alterando simultaneamente a estrutura e a superestrutura.

A Comuna de Paris foi uma importante experiência no que tange a organização política do proletariado, entretanto, por se tratar de uma experiência naquele período restrita à cidade de Paris e frente a diversos desafios internos e, principalmente externos, ela foi destruída pelo aparato bélico da burguesia organizada mundialmente⁸².

Outra importante experiência se deu ainda em 1906 em São Petersburgo, antes da Revolução de outubro em 1917, sendo considerada por Trotsky a primeira experiência russa de um poder democrático. Afirmou Trotsky (2013, p.62), “[...] a verdadeira, não falsificada democracia, sem as duas Câmaras, sem a burocracia profissional, com o direito dos eleitores a destituir seus representantes [...]” a qualquer tempo. Apesar de que o poder político na Rússia ainda não havia sido tomado pelos bolcheviques, durante o processo de luta de classes o conselho de São Petersburgo significou importante exemplo de luta e resistência dos trabalhadores organizados. Esta experiência se desenvolveu no bojo da sociedade capitalista em formação naquele país. O conselho operário de São Petersburgo organizou o movimento dos trabalhadores, dirigiu greves políticas e também armou os operários. Este conselho foi uma das organizações revolucionárias da Rússia naquele período e tinha a particularidade de ser reconhecido pelos trabalhadores e pela imprensa reacionária da época como um “governo operário”.

⁸² Para maiores elementos sobre esse processo, vide: *A Guerra Civil na França de 1891*, (MARX, 2010b).

Diante disto, afirmará Trotsky (2013, p.59) que aquele “[...] conselho realmente representava o embrião e um governo revolucionário”.

A experiência deste conselho será a primeira que constituiu na história da Rússia um poder democrático⁸³, um Governo regido pelos interesses dos trabalhadores organizados. O objetivo imediato do conselho foi conseguir ampliar sua influência sobre os trabalhadores com o intuito de alcançar seu objetivo principal e de mais longo prazo: a luta revolucionária. A capacidade de mobilização do conselho operário por 50 dias demonstrou a relevância de sua atuação em uma perspectiva revolucionária, isso porque o conselho operário “[...] unia todos os grupos do proletariado por meio de um vínculo revolucionário direto [...], ele tinha a capacidade de paralisar toda a vida econômica do país [...]”, (TROTSKY, 2013, p.65). O conselho, além de organizar os trabalhadores urbanos que atuavam na indústria (o proletariado), preocupou-se em tentar organizar e mobilizar os trabalhadores do campo e os indivíduos que atuavam no exército.

Entretanto, o Conselho tratou-se de uma organização local, de classe e com perspectiva revolucionária, mas que não tinha alcance nacional devido a restringir-se a cidade de São Petersburgo. Assim, segundo Trotsky (2013, p.74), “[...] ele fez tudo o que podia, mas continuava sendo, sobretudo, o conselho de deputados de Petersburgo [...]”, não substituindo a necessidade por um órgão que realizasse a articulação da luta revolucionária em toda a Rússia. A experiência dos 50 dias do Conselho de São Petersburgo foi eliminada pelo poder coercitivo do Governo, mas naquele período a experiência foi importante para inspirar a “[...] direção democraticamente centralizada do proletariado [...]” que Trotsky (2013, p.75)

⁸³ No final do século XIX a Rússia estava sob domínio da forma de Estado Monárquico, dirigido por um Imperador e sua família, denominado de Czar. O país ainda não havia experimentado nenhuma forma de Estado próxima sequer da democracia burguesa.

destacou ser tarefa histórica do movimento revolucionário.

Outra experiência Russa foram os soviets de Petrogrado. Esta também se deu a partir da formação de conselhos operários. Os primeiros passos para sua formação ocorreram ainda no ano de 1905, sendo apenas em 1916, a partir de um amplo e novo ascenso revolucionário no país, que se fortaleceram enquanto os soviets operários. Em 1917 os soviets de deputados operários na Rússia se transformaram em deputados operários e soldados do movimento revolucionário e conseguiram uma vasta influência junto à população⁸⁴. Para que os conselhos operários ou soviets operários se transformassem em soviets de deputados operários e soldados, Zinoviev (2013) apontou a necessidade por três condições: o levante revolucionário dos trabalhadores em geral; crise econômica e política que iniciasse a perda do poder pelo velho regime; a disposição de organização dos trabalhadores em iniciar uma luta decidida e planejada pelo poder.

Entretanto, a experiência Russa – conforme já se apontou neste texto – sofreu diversas críticas em relação a como conduziu as mudanças na superestrutura política e também nas relações de produção após a Revolução de Outubro de 1917. No âmbito das relações de produção vale destacar que, ainda no início do processo revolucionário foram adotadas medidas na organização do trabalho inspiradas no sistema taylorista⁸⁵ “[...] visando a estabelecer a

⁸⁴ O soviete de Deputados de Trabalhadores e Soldados de Petrogrado foi formado por 1.200 deputados que, geralmente, se reuniam a cada duas semanas. No intervalo entre as sessões, elegia-se um Comitê Executivo Central de 110 membros, que estava limitado pela proporcionalidade dos partidos, podendo ser ainda convidados delegados dos comitês, centrais de sindicatos, de comitês de fábricas e outras organizações. Para mais informações a respeito, vide: *A estrutura do Sistema Soviético* de John Reed [1918] (REED, 2013).

⁸⁵ O taylorismo, de autoria de Frederick Taylor visava à padronização, o controle do tempo, dentre outros mecanismos para ampliar a produtividade. Já o fordismo, como ficou conhecido, foi

disciplina do trabalho e a aumentar sua produtividade [...]” (LINHART, 1983, p.77). Linhart (1983) se distancia do entendimento presente neste trabalho acerca do processo de transição ao socialismo, não expondo mediações relativas ao movimento de conservação, negação e superação de elementos em se tratando da passagem de um modo de produção para outro. Entretanto, traz uma contribuição importante ao refletir criticamente sobre a conservação (sem negação) dos aparatos científicos e tecnológicos da sociedade anterior durante a transição ao socialismo na URSS. Isto porque os avanços no campo do desenvolvimento das forças produtivas (que envolvem desde maquinários a tecnologias e processos de organização do trabalho) que procedem do desenvolvimento da história da humanidade deverão fazer parte da sociedade em transição, sem os quais ela também não poderá se desenvolver, mas fazê-lo sem negar os elementos que marcam fundamentalmente a sociedade anterior, tampouco possibilitará os avanços necessários ao processo de transição que vislumbra um modo de produção superior.

Frente então as contribuições de Linhart (1983), cabe destacar que as críticas principais feitas por ele acerca da influência do taylorismo na organização do trabalho na URSS, são: o aprofundamento da divisão técnica e social do trabalho promovida por essa forma de organização ao delimitar e classificar mais e mais os conhecimentos relativos ao processo de trabalho; uma maior burocratização do processo de trabalho devido à ampliação da hierarquia e separação entre execução e controle/ decisão sobre a produção; o incentivo a ampliação da produtividade do trabalho⁸⁶ através de

uma forma de organização e gestão do trabalho desenvolvida na fábrica da Ford por seu dono, Henry Ford ainda em 1914 e foi inspirada nas pesquisas desenvolvidas por Taylor, (HARVEY, 2013).

⁸⁶ É importante frisar que, na perspectiva de Lenin, a elevação da produtividade do trabalho daria importante base à possibilidade de redução da jornada de trabalho no período de transição ao socialismo, ou seja, as técnicas e forma de organização do trabalho

mecanismos que acentuam a separação entre o trabalho manual e intelectual e também reduz, no período inicial da transição, o tempo de trabalho livre dos trabalhadores para participarem da vida política da sociedade.

Dentre as mudanças realizadas na produção soviética, é ainda importante citar os denominados “sábados comunistas”⁸⁷ iniciados em 1919 com caráter voluntário e vislumbrando o aumento da produtividade, mas já em 1920 tem-se a “militarização do trabalho” com caráter obrigatório, também para aumentar a produtividade em virtude da situação de fome que atingia o país. Uma das críticas de Linhart (1983) é que, apesar da importância dos “sábados comunistas” como mecanismo de transformação dos hábitos e da relação com o trabalho, faltou construir o estímulo à decisão e controle pelos trabalhadores “[...] na própria estrutura do processo de trabalho”, (LINHART, 1983, p. 137).

A influência do taylorismo na organização do trabalho soviético se manteve após a morte de Lenin e, em 1935, Alexei Stakhanov inspirou o surgimento do denominado “stakhanovismo”. Isto ocorreu devido àquele jovem alcançar uma produtividade quatorze vezes maior do que a norma estabelecia para a mina de carvão onde trabalhava. Esta produção foi possível devido a um processo de divisão do trabalho que Alexei inaugurou na mina de carvão. A iniciativa foi admirada por Stalin à época e incentivada a se realizar em outras empresas estatais (LINHART, 1983).

inspiradas no taylorismo seriam aplicadas com a intenção de reduzir o tempo de trabalho necessário à produção, ampliando assim o tempo livre dos trabalhadores para a realização de outras atividades, como por exemplo, atividades políticas. Entretanto, a crítica realizada por Linhart (1983) se refere exatamente ao fato de não se identificar esse trâmite entre os mecanismos inicialmente adotados e a perspectiva futura, pois tais mecanismos não conduziram à ampliação do tempo livre e à maior participação política por parte dos trabalhadores, ao contrário, se deu uma ampliação da burocratização e da centralização das decisões no Estado.

⁸⁷ Outros elementos sobre os “sábados comunistas”, suas potencialidades e limites, consultar Linhart (1983).

Outro elemento importante a considerar sobre a experiência soviética é a forma como se organizou o Partido. A direção dada pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS), enquanto partido único, levou a um aprofundamento da burocracia no país e a um regime consideravelmente rígido. Segundo Rakovski (2013, p.198), “[...] quando uma classe toma o poder, um setor dela se converte em agente desse poder. Assim surge a burocracia [...]”. O burocratismo presente no Partido Soviético se deu em virtude de o grupo, que possuiria o denominado papel de vanguarda, haver ocupado o poder e passado a limitar a organização dos conselhos operários e de qualquer outra forma de organização independente do partido ou pertencente ao próprio partido, burocratizando de maneira excessiva toda a superestrutura política da sociedade. Devido à própria lógica interna que o Partido assumiu, “[...] ele submerge exatamente no burocratismo. Ele existe nele e por ele [...]”, (RÜHLE, 2013, p.116). Os soviets, ainda que formados a partir de eleições públicas, tiveram pré-estabelecidos pelo Partido seus “candidatos” e estavam sob a fiscalização de um Governo que, a partir da direção de Stalin, utilizava a força de maneira desmedida.

Neste sentido,

[...] O partido impede que a Rússia chegue ao sistema de conselhos. Mas sem conselhos não há construção socialista, não há comunismo. [...]. A ditadura dos bolcheviques [se transformou no] domínio de cinco por cento de uma classe sobre outras classes, e sobre noventa e cinco por cento da própria classe [...], (RÜHLE, 2013, p.116).

O que Rühle (2013) tentou demonstrar é que sem um processo de participação política e decisão desde a produção, sem que haja a miscigenação entre as relações de produção e a superestrutura – de modo que a superestrutura política seja entendida como um elemento indispensável na determinação

das relações de produção –, avançar no processo de transição ao socialismo e, posteriormente ao comunismo, se torna inviável.

Luxemburgo (2013, p.99) reforçou ainda, sobre os conselhos na experiência soviética que, “[...] com o sufocamento da vida política em todo o país, também a vida dos soviets vai parando cada vez mais. [...] sem a disputa livre de opiniões, morre a vida em cada instituição pública [...]”. A autora irá destacar ainda que o único elemento que permanece ativo nas instituições da Rússia naquele período é a burocracia.

Frente a essa análise crítica da participação política e construção da democracia nesta experiência concreta de sociedade em transição, o que se deve destacar é a importância fundamental de as decisões e a participação política dos indivíduos envolvidos ocorrerem em todas as instâncias da sociedade. Ela deve ser inerente ao conjunto das mudanças em curso desde a empresa estatal até as demais esferas da sociedade. Sendo a superestrutura política indispensável à (re) produção das relações de produção que irão caracterizar determinada experiência de transição.

A experiência mais duradoura na perspectiva da autogestão através de conselhos organizados nas empresas foi a da Iugoslávia, que se manteve por mais de 20 anos (de 1950 até a década de 1970). Nesta experiência, buscou-se organizar conselhos operários que participavam do processo de decisão e de direção nas empresas estatais. Contudo, as empresas estatais Iugoslavas mantiveram o papel do diretor, o qual era indicado por uma comissão composta em sua metade por membros do conselho operário e na outra metade por representantes da comunidade, mesclando sua função de órgão de autogestão (relativo aos trabalhadores que atuavam naquela unidade) e órgão de Estado (visto que possuíam representantes externos à empresa e que também participavam das decisões). Na Iugoslávia, além dos conselhos operários, as comissões de administração atuavam na

organização política das empresas e, durante este período, os trabalhadores fizeram críticas ao fato dessas comissões influenciarem mais na tomada de decisões nessas empresas do que o próprio conselho operário. Tal fato também se evidenciava no papel dos sindicatos e do partido no interior das empresas. Por exemplo, a lista de representantes que se candidatavam a compor os conselhos operários era preparada pelos próprios sindicatos que exerciam uma função de domínio nas eleições, podendo haver candidatos adicionais, o que raramente acontecia. Assim, o processo na Iugoslávia apresentou importante contradição interna, pois ao mesmo tempo em que se buscou implementar a democracia sob nova forma nas empresas estatais e na sociedade, reproduziu uma relação burocrática e centralista que caracterizou vários dos processos de transição ao socialismo na Europa (KEVENHÖRSTER, 2013).

Nessa medida,

[...] a autonomia da autogestão operária é colocada em questão pela “hierarquia paralela” (sindicato, partido). Porém, o diretor, situado no alto da hierarquia de poder na empresa, sobretudo nas empresas com um alto grau de centralização, decidiu consolidar a sua posição frente aos órgãos de controle da autogestão. Quanto mais alto é o grau de centralização [...], tanto mais o diretor, o presidente do conselho operário, o presidente das organizações do partido e o presidente do grupo sindical formam o verdadeiro centro do poder nas empresas [...]. (KEVENHÖRSTER, 2013, p.239).

Assim, esta experiência avançou no sentido de incentivar uma nova forma de organização política a partir das empresas estatais, sendo que internamente se experimentou a realização da democracia, mas houve importantes contradições na implementação prática. Estas contradições se deram no sentido de se constituir uma “hierarquia paralela” provada pelo grau de centralização das

decisões em membros do partido e do sindicato que atuavam na empresa. Ou seja, as decisões tomadas pelos operários ficariam comprometidas diante da permanência da centralização em alguns membros ou grupos específicos.

Na experiência Húngara⁸⁸ em 1956, se constituiu uma grande variedade e quantidade de conselhos. Foi através da organização dos diversos conselhos que ocorreu um processo revolucionário no país de oposição ao Governo Soviético. Através dos conselhos a população se organizou politicamente, tendo por motivação primeira a mobilização em torno da luta pela liberdade nacional. Nos conselhos operários da Hungria se demonstrou a realização da “democracia industrial”, na medida em que o conjunto dos trabalhadores das empresas estatais poderiam demitir membros da direção daquela empresa e indicar outros sujeitos políticos para seus postos, por exemplo (ANWEILER, 2013).

Os trabalhadores húngaros estavam em oposição ao Governo Soviético e em busca de emancipar-se da relação de submissão que mantinham com aquele Governo. Isso porque,

⁸⁸ Houve também a formação de Conselhos Operários na Polônia no ano de 1956. Em cada país estes Conselhos assumiram particularidades concretas quanto a sua organização. O modelo Iugoslavo já se manifestava como alternativa à forma política que dominou na URSS com base no Stalinismo, e, influenciou o surgimento dos conselhos em outros países (KEVENHÖRSTER, 2013). De acordo com Anweiler (2013), na Polônia foram realizadas diversas discussões no sentido de avaliar a experiência Iugoslava, havendo aquele país incorporado muitos elementos deste. Os Conselhos Operários na Polônia tinham por fundamento a autogestão operária, objetivavam romper com o burocratismo que vigorava em todos Estados que integravam a URSS e impulsionar pela primeira vez na história das experiências em transição o exercício da nova democracia. De acordo com levantamento do Conselho Central dos Sindicatos na Polônia havia em 1957 em torno de 2.523 conselhos operários nas empresas estatais daquele país. Na Polônia os Conselhos Operários mantiveram com o Partido e o Sindicato uma relação de subordinação, pois aqueles ocupavam papel central na organização política dos trabalhadores. Há ainda a experiência dos conselhos operários da Tchecoslováquia de 1968 à 1969. Vide Kovanda (2013).

a “[...] independência nacional e liberdade política eram, nos olhos dos trabalhadores, os pré-requisitos mais importantes para [...] a autoadministração operária” (ANWEILER, 2013, p. 205). A partir da organização e expansão dos conselhos húngaros, o Partido Comunista do país (já bastante diminuído) foi forçado a sancionar a formação dos mesmos, defendendo: que os conselhos decidissem sobre todas as questões relativas à produção, administração e direção das empresas; que elaborassem um plano de produção para a empresa; que previssessem o sistema salarial; que cuidassem dos investimentos, da manutenção e dos benefícios sociais dos trabalhadores da empresa, (ANWEILER, 2013).

Mesmo chegando a acordos naquele primeiro momento, em 04 de novembro do ano de 1956 ocorre nova ocupação Russa que forma o Governo soviético de Kádár, na Hungria. Frente a este contexto, os conselhos operários se levantaram em oposição ao Governo mediante luta armada que perdurou por semanas. Após o Governo haver reprimido a revolução armada, os conselhos operários mantiveram-se na direção de ampla greve no país. Neste interim, se formou em Budapeste um novo centro revolucionário denominado de “Conselho Operário Central da Grande Budapeste”, segundo Anweiler (2013, p.207), “[...] aqui se deu o passo da pura organização de empresa para uma comissão superior dos conselhos operários [...]”. Juntaram-se neste Conselho Central representantes de 21 distritos diferentes, sendo que representantes de outros conselhos operários também participavam das discussões. O Conselho Operário Central concorria ao poder com o Governo Kádár devido à sua capacidade de mobilização e organização política. Considerando isso, inicialmente o Governo Kádár realizou algumas concessões, mas no mesmo mês de novembro cerceou, através do poder militar, a realização de uma conferência dos conselhos operários de Budapeste. As diferenças e disputas entre o Governo e o Conselho Operário se acirraram, sendo imposta pelo Governo a dissolução do

Conselho Central e de todos os demais conselhos operários em dezembro do mesmo ano. Os conselhos operários passaram a tentar retomar seu papel e poder de mobilização, mas conseguiram apenas assumir funções consultivas e de caráter econômico, enquanto o partido e os sindicatos retomavam sua importância na organização política do país - assim se seguiu por todo o ano de 1957 (ANWEILER, 2013).

Com base na experiência dos conselhos da Hungria, Anweiler (2013) criticou a atitude tomada pelo Governo soviético, que ao longo de sua história somente fez distanciar-se dos princípios que promoveram a própria Revolução Russa. Esta Revolução também foi produto da organização dos sovietes em conselhos operários, mas durante seu processo de transição, estes princípios e sua prática se encontram apenas na história da URSS (ANWEILER, 2013). Tal fato se expressa em virtude das dificuldades enfrentadas pelo processo de transição Russo e, além disso, foi também criticado por inúmeros intelectuais devido aos equívocos durante sua condução.

Portanto, neste subitem buscou-se demonstrar as experiências de conselhos operários e outras organizações similares que retratam a intenção de organizar o processo de trabalho de modo participativo, sendo os próprios trabalhadores responsáveis por planejar, avaliar e decidir sobre o processo de produção.

A partir dessas experiências é possível perceber que nos processos de transição ao socialismo a possibilidade de organização de processos de trabalho e de produção mais autônomos, autogestionados, horizontalizados e que busquem romper com a hierarquia e a burocratização são possíveis. Essas mudanças estruturais são ainda determinantes no processo de transição, no sentido de progressivamente minimizar as contradições relativas aos aspectos herdados do modo de produção anterior, bem como enfrentar as novas contradições internas que podem surgir - conforme se deu em algumas das experiências que levaram à burocratização e ao

centralismo.

2.3 Aspectos gerais sobre a forma política de participação e as particularidades do caso Cubano

Este item tem por objetivo levantar os aspectos principais apontados neste capítulo e introduzir os elementos que darão sequência a essas reflexões, pensando a realidade particular de Cuba.

Neste capítulo buscou-se refletir sobre a relação entre Estado, participação e planificação diante das novas relações de produção em construção em processos de transição ao socialismo. Para isso, inicialmente buscou-se identificar a participação e a democracia como elementos presentes no capitalismo sob a forma burguesa, mas que teriam aspectos conservados, negados e superados durante os processos de transição ao socialismo. Em seguida se caracterizou o Estado que se formaria após a vitória revolucionária, o da “ditadura do proletariado”. Este seria o Estado dos trabalhadores e teria por objetivo principal a realização da transição através da implementação e sustentação de novas relações de produção, mesmo enfrentando inúmeras dificuldades e desafios. Ainda no primeiro item do capítulo, discutiu-se sobre a planificação e a estatização das empresas como importantes mecanismos para iniciar a supressão das formas de propriedade e relações de produção capitalistas, com vistas a alterar a forma de apropriação da produção pelos trabalhadores. Para isso, além de uma produção socializada, se inicia um processo de apropriação social de toda a produção (produção, distribuição e consumo) pelos trabalhadores, o que também exige participação política e poder de decisão.

É a construção dos próprios mecanismos de participação política e decisão no âmbito da sociedade em geral e também das empresas estatais que contribuirá de maneira significativa com o processo de apropriação da produção pelos trabalhadores. Dessa forma, a produção que

desde a sociedade capitalista é social, passa também a ser apropriada de maneira social durante a transição ao socialismo, por aqueles que de fato produzem. Os trabalhadores passam a estabelecer com a produção e seus resultados uma relação de objetivação, realizando-se em seu processo de produção e de trabalho, rompendo gradativamente com a relação de estranhamento.

Os processos de decisão no bojo da sociedade em transição deve ainda contar com mecanismos de participação direta e indireta (representativa), de forma que há situações em que os representantes é que decidem, mas em outras diversas situações a decisão ocorre de maneira direta, pelas próprias classes trabalhadoras (como o exemplo dos conselhos operários dentro das empresas estatais). O espaço da produção é o que pode evidenciar a participação direta de maneira muito expressiva, visto que são os próprios produtores que atuam naquele âmbito. Nesta linha, a segunda parte do capítulo buscou destacar o processo de participação e controle político da produção pelos próprios trabalhadores no âmbito da empresa estatal. Entretanto, a participação e controle da produção pelos trabalhadores deve se consubstanciar em qualquer unidade de produção, ou seja, em qualquer forma de propriedade.

Algumas experiências concretas de conselhos operários foram destacadas com a intenção de refletir sobre seus desafios e potencialidades quanto à participação política e controle político pelos trabalhadores no âmbito da produção. Os conselhos operários são um exemplo de autogestão das empresas que contribuiria no processo de substituição da forma de organização política herdada do capitalismo por relações de produção novas. Durante o largo período de transição, a organização através de conselhos operários ou similares contribuiria para exercitar a nova forma da democracia no âmbito da produção, num contexto em que os trabalhadores tivessem expressiva participação política e decidissem coletivamente.

A discussão apresentada neste capítulo sequencia o texto desenvolvido no capítulo primeiro, sendo que naquele buscou-se destacar aspectos relativos às formas de propriedade e as mudanças quanto à apropriação da produção pelos trabalhadores em processos de transição ao socialismo. Para que, a partir disso, fosse possível avançar em um debate que articulasse Estado, planificação, participação política e decisão no interior das modificações realizadas durante a transição ao socialismo, como condição fundamental para se avançar no processo de apropriação social da produção.

No próximo capítulo, apontar-se-á como este contexto de início de processo de transição ao socialismo vem se concretizando em Cuba. Após a vitória da Revolução Cubana em 1959, quando se tem a tomada do pelos trabalhadores e se iniciam transformações estruturais no sentido de modificar as relações de produção, as formas de propriedade – primeiro através de intensa estatização – e a forma de participação política dos trabalhadores em toda a sociedade e também no interior das empresas estatais.

Cuba tem conseguido avançar quanto à forma política de participação (representativa e direta) durante o processo de transição, alterando a organização partidária e os espaços de decisão no âmbito da sociedade em geral. Todas as mudanças realizadas no país enfrentam inúmeros desafios e contradições, àquelas herdadas do capitalismo e que estariam em movimento de desaparecimento, bem como outras novas que surgem das particularidades da transição ao socialismo em Cuba. Para compreender esta experiência histórico-concreta, considerar-se-ão os aspectos relativos às relações internacionais estabelecidas pelo país, sua história e os desafios postos a seu processo de transição. Estes elementos são imprescindíveis para compreender como está atualmente organizada a forma de participação política, controle e decisão dos trabalhadores no interior das empresas estatais cubanas. Assim, serão consideradas no próximo capítulo as principais

mudanças realizadas em Cuba durante o período de 1959 até a década de 1990, principalmente quanto às formas de propriedade, a participação política e controle da produção pelos trabalhadores.

3

**AS PARTICULARIDADES DAS FORMAS
DE PROPRIEDADE E DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA
DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS
ESTATAIS DE CUBA**

Neste capítulo apresentar-se-á as mudanças nas formas de propriedade e as particularidades da participação política dos trabalhadores no contexto da experiência de transição ao socialismo em Cuba. O capítulo está dividido em dois itens, que também possuem subdivisões internas. Inicialmente, destacar-se-ão aspectos sobre a participação dos trabalhadores nos primeiros anos da Revolução Cubana, com o processo de desapropriação de propriedades privadas pelo movimento revolucionário. A expropriação foi iniciada ainda no período de guerra de guerrilhas e se aprofundou ainda mais com a instauração do Governo Revolucionário a partir de 1959, levando a formação das novas empresas estatais em Cuba. No primeiro item, apontar-se-ão elementos sobre as mudanças na forma política em Cuba após 1959 e a participação política dos trabalhadores nas diversas instâncias da sociedade e nas empresas estatais até meados da década de 1970. No item seguinte, apontar-se-ão os elementos relativos às mudanças em Cuba ao longo da década de 1990, passando pelo movimento de *Retificação de erros e tendências negativas* e pelos desafios decorrentes do *Período Especial*, considerando ainda as contradições enfrentadas pelo país ao longo de todo o processo revolucionário.

3.1 As mudanças nas formas de propriedade e a participação política dos trabalhadores nos primeiros anos da Revolução Cubana

Neste item analisar-se-ão as mudanças que ocorreram

nas formas de propriedade e na participação dos trabalhadores na sociedade cubana até 1980. Para isso, primeiro abordar-se-á como se deu o início da desapropriação da propriedade privada com vistas a iniciar alterações na forma de apropriação da produção pelos trabalhadores, inicialmente através da apropriação dos meios de produção com o surgimento da forma de propriedade estatal. Em seguida, apontar-se-ão as particularidades quanto à forma política e a organização dos espaços de participação e decisão presentes na sociedade cubana em seus primeiros anos. Posteriormente, abordar-se-ão aspectos relativos à transição ao socialismo e quanto à planificação em Cuba, quando também se modificam a participação política dos trabalhadores na produção, bem como a forma de acesso aos produtos e serviços. Assim, no último subitem serão destacadas as particularidades da participação política dos trabalhadores nas empresas estatais cubanas até a década de 1970.

3.1.1 A Revolução Cubana, as novas formas de propriedade e o surgimento das empresas estatais

Conforme se apontou na parte introdutória, mais da metade das terras cubanas pertenciam a proprietários norte americanos. Estes também eram proprietários das empresas que forneciam serviços fundamentais como de comunicação e de eletricidade. No Oriente onde está a maior Província⁸⁹ de Cuba, até 1959 “[...] as terras da United Fruit Company e da West Indian [uniam] a costa norte com a costa sul” e havia grandes áreas de terras improdutivas. Em contrapartida, “[...] [havia] 200 mil famílias camponesas que não [possuíam] um palmo de terra onde semear culturas para alimentar seus filhos famintos”, (CASTRO, 2011, p.46). Naquele período, havia uma média de 400 mil famílias no campo e nas cidades

⁸⁹ A organização territorial da ilha adota a divisão em Províncias.

que viviam em condições subumanas de moradia, sem condições básicas de higiene e saúde. Os aluguéis pagos para moradia nas cidades consumiam em média 1/3 dos rendimentos dos mais de 2,2 milhões de trabalhadores que necessitavam dessa forma de contrato (CASTRO, 2011).

A propriedade privada sobre os meios de produção em contraposição à produção social da riqueza, sendo uma contradição da sociedade capitalista, também caracterizava a economia cubana (MARX, 2008). É importante destacar que Cuba era um país dependente, especialmente aos interesses das classes burguesas norte americanas. Naquele período, também estava se desenvolvendo a guerra fria, pela hegemonia mundial entre o projeto de sociedade capitalista e o projeto de sociedade socialista.

Assim, a produção da riqueza em Cuba era realizada a partir da exploração do trabalho, da relação entre comprador e vendedor da força de trabalho, mesmo que não houvesse no país uma classe operária industrial nos moldes europeus, existiam trabalhadores incorporados a um limitado setor industrial. Este caracterizado por baixo desenvolvimento das forças produtivas e dependência por matérias-primas e outros bens de consumo básicos.

Predominava no país uma grande massa de trabalhadores do campo que eram também obrigados a vender sua força de trabalho durante o período da colheita da cana de açúcar, se quisessem receber alguma remuneração – ainda que apenas durante 4 meses do ano. Essa característica da força de trabalho como mercadoria caracterizava, portanto, também a força de trabalho dos trabalhadores cubanos até 1959. Da mesma maneira, os detentores dos meios de produção se beneficiavam da exploração do trabalho destes trabalhadores, na medida em que se estabelecia uma relação salarial a partir da qual o trabalhador recebia por uma pequena parte da sua produção (MARX, 2008a). Em Cuba, assim como nos demais países dependentes (como toda a América Latina e Caribe) os preços que remuneram a

mercadoria força de trabalho (através do salário) são significativamente inferiores ao seu valor.

Se expressa na realidade cubana o processo de separação do homem das condições objetivas indispensáveis a (re) produção social, bem como a relação de exploração do trabalho explicitada por Marx e Engels. Foi a partir da relação de compra e venda da força de trabalho presente em Cuba, que Che Guevara, em abril de 1961, afirmou que os trabalhadores do campo – que foram grandes protagonistas da luta revolucionária e engrossaram o exército rebelde –, adquiriram “certa consciência proletária”, pois lutavam contra a concentração das terras sob domínio de uma minoria privilegiada, com a finalidade de adquirir “[...] terra para si mesmo e para seus filhos [...]” e, romper com a relação de trabalho assalariado temporário que vigorava no país, Che (2004, p.61). Além disso, os trabalhadores do país careciam desde alimentação a serviços básicos diversos, como saúde e educação.

Nessa mesma perspectiva e pensando os processos revolucionários nos diversos países do mundo, Lenin⁹⁰ (2010) defendeu a importância da aliança entre os milhões de trabalhadores do campo e os incipientes grupos de operários para o avanço da luta revolucionária em países que ainda não apresentavam um grau significativo de desenvolvimento das forças produtivas.

Sobre Cuba, é importante destacar que no período da revolução 53,2 % da população trabalhava no campo. Em se tratando ainda de um país com baixo desenvolvimento das forças produtivas, a unificação entre os operários das poucas indústrias e os trabalhadores do campo foi necessária e produto do processo revolucionário, pois estas classes se aliaram em torno do interesse comum de eliminar a apropriação privada imperialista das terras e empresas cubanas (CHE, 2004; RODRÍGUEZ; CARRIAZO, 1990).

⁹⁰ Em *O Estado e a Revolução* escrito entre setembro e outubro de 1917 e publicado em 1918.

Vale destacar que, mesmo de maneira incipiente, a expropriação da propriedade privada de terras em Cuba se inicia ainda no contexto da guerra de guerrilhas⁹¹, como parte da estratégia dessa forma de luta armada e que visava antecipar, a partir de suas bases, as mudanças estruturais que o movimento almejava. Com a expropriação, tem-se a distribuição dessas terras para os trabalhadores do campo que participavam politicamente do processo revolucionário, nas palavras de Guevara (2004, p.85), em se tratando do contexto cubano, “[...] o guerrilheiro é antes de tudo um revolucionário agrário”. Além disso, os guerrilheiros ofertavam serviços de saúde e educação para os trabalhadores do campo, sendo que muitos deles os acessavam pela primeira vez. Estes elementos são importantes para entender a capacidade de mobilização que teve o movimento revolucionário junto a estes trabalhadores, os quais em sua grande maioria apoiaram a luta revolucionária.

Em 01 de janeiro de 1959 se instaura o governo revolucionário, que inicialmente identificava aquela como uma revolução “para os humildes”. Assim, dentre as primeiras ações após a tomada do poder estava à expropriação⁹² e desapropriação das propriedades privadas.

Para isso, foi aprovada a primeira Lei de Reforma Agrária em 17 de maio de 1959, a qual visava expropriar os grandes detentores das terras em Cuba e repassá-las aos trabalhadores do campo. Houve a fixação de área de 27

⁹¹ Outros mecanismos adotados pela “guerra de guerrilhas”: a mobilidade constante, a vigilância constante, a desconfiança constante, a organização de proteção através de bases de apoio, a busca incessante pelo apoio das massas através de atendimento médico e alfabetização da população do campo; com a intenção de se construir um exército guerrilheiro. As guerrilhas foram lideradas por um comando central, de Fidel Castro, mantendo-se por objetivo a tomada do poder político.

⁹² A expropriação é a tomada da propriedade sem remuneração ou indenização ao expropriado. Diferente da desapropriação, situação em que há compensação. Durante o processo revolucionário cubano ocorreram os dois casos.

hectares como o mínimo necessário à moradia e sobrevivência de uma família de 5 pessoas. Os trabalhadores agrícolas teriam direito a esse mínimo de terra, o que expressaria uma forma de apropriação imediata das condições objetivas necessárias à sua (re) produção. A primeira lei também previu a criação do INRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária), o qual tinha por atribuições criar e administrar as cooperativas agrárias e as zonas de desenvolvimento agrário. Os pequenos produtores organizados nas cooperativas foram incorporados aos planos estatais e integrados ao que em Cuba se convencionou denominar de “propriedade social”, ou ainda “propriedade ou setor socialista da economia” e até mesmo “empresa socialista” como forma de aludir às empresas estatais (RODRÍGUEZ; CARRIAZO, 1990). Vale aqui retomar o exposto no capítulo primeiro sobre a importância da estatização nos primeiros anos de um processo revolucionário, sendo este um passo inicial rumo as alterações quanto a apropriação social da produção (que integrará o trabalhador, produtor a seu processo produtivo como proprietário das condições objetivas à sua (re) produção). Entretanto, a estatização não deve ser igualada à “propriedade social” ou “propriedade socialista”, pois haveria que considerar a profundidade das alterações nas relações de produção no sentido de transitar para uma sociedade pós-capitalista. O que se pode afirmar é que, através da centralização no Estado da maior parte das propriedades antes privadas, se inicia o que Engels (2015) denominou de “apropriação social dos meios de produção”, um dos elementos de um longo, complexo e árduo processo de transição – que em Cuba, neste momento ainda não se intitulava de transição ao socialismo.

Ainda assim, a primeira lei de Reforma Agrária não concluiu a expropriação das terras privadas cubanas, sabendo-se que havia 10.000 proprietários de terras considerados ricos que permaneciam na agricultura do país. Estes grupos se aliavam à burguesia norte-americana e eram contrários à revolução (RODRÍGUEZ; CARRIAZO, 1990).

Considerando-se que a transição de um modo de produção a outro é um movimento gradativo, que enfrenta desafios e que conserva, nega e supera elementos da sociedade anterior, não está descartada a presença da propriedade privada nos períodos primeiros de um Governo Revolucionário e enquanto não houver a possibilidade de sua superação, desde que esta não seja a forma de propriedade dominante.

Todas as mudanças (até hoje) realizadas em Cuba não se deram sem o registro de intensa luta de classe, especialmente em contraposição aos EUA. Este país atacou Cuba de formas diversas⁹³ com a intenção de derrotar o regime revolucionário que surgia.

Uma delas, a invasão de “Playa Girón” ou “Bahia dos Porcos” em 1961, foi um dos momentos mais determinantes para a cisão das relações entre Cuba e EUA. A batalha ocorreu após invasão dessa praia ao sul da ilha por uma Força Expedicionária Cubana, treinada e armada pela CIA. De acordo com Bandeira (2009, p.295), “[...] Kennedy preferia que a operação parecesse resultante de um movimento interno, deflagrado pelas guerrilhas. Não desejava que a operação

⁹³ Depois de o Governo americano ventilar diversas possibilidades de invasão armada à ilha, as quais foram descartadas em virtude da violação que cometeriam a diversos tratados internacionais, há registros de que a CIA (Central Intelligence Agency) enviava aviões clandestinos para ataques aos canaviais cubanos, introduzia na ilha desde 1959 grupos paramilitares para promoverem guerrilhas contrárias a revolução, atos de sabotagens, de terrorismo etc. O Governo Norte-americano incentivava ainda as várias organizações contrárias a Revolução Cubana que passaram a ser fundadas nos EUA, havendo entre elas inclusive definições sobre um Governo Provisório no exílio e até de um possível Presidente (José Miró Cardona), caso conseguissem com que a CIA findasse o processo revolucionário. Há ainda o registro de 24 denúncias de tentativas de assassinato contra Fidel Castro, sendo que 08 foram comprovadas pelo próprio Governo Norte-americano (BANDEIRA, 2009). Há a ação que se tornou conhecida por “Peter Pan”, que levou à saída de diversas crianças cubanas para os EUA devido a forte propaganda ideológica contrária a revolução, sobre este tema, vale consultar: “Operación Peter Pan, cerrando el círculo em Cuba” de Cortés (2013).

fosse muito espetacular, muito barulhenta [...]”, e, por isso, escolheram que a ação se iniciasse em local mais ermo. Sabia-se que o motivo da invasão, apesar de o Governo americano internamente alegar que era para a proteção dos EUA e de outros países da América Latina contra possíveis invasões do Governo Cubano, na verdade era para “[...] proteger as propriedades e os investimentos norte-americanos [...]” em Cuba, conforme apontou Bandeira (2009, p.299).

Entretanto, se as forças paramilitares do Governo Norte americano contavam com quase 4.000 homens treinados e armados dentro de Cuba contra o processo revolucionário, Fidel Castro já havia armado o povo⁹⁴ e já tinha uma milícia formada por cerca de 250.000 cubanos também armados e treinados para defender o projeto societário em curso. Assim, após o conflito, que contou com toda a milícia revolucionária, os dirigentes e entre eles o próprio Fidel Castro, os EUA foram derrotados e tiveram que se retirar da ilha (BANDEIRA, 2009). A partir de então considerar-se-á iniciado em Cuba um processo de transição ao socialismo e a contraposição do Imperialismo Norte-americano se aprofundou.

Por ser um país com baixo desenvolvimento das forças produtivas, subdesenvolvido e dependente, que manteve ao longo de sua história uma relação comercial quase exclusiva com os EUA, os desafios foram imensos. Após a batalha citada, em 03 de janeiro de 1961 se formalizou a ruptura diplomática dos EUA com o Governo Cubano e em 1962 foi aprovada a primeira lei regulamentando o bloqueio americano.

Em 1963 foi aprovada a segunda lei de Reforma Agrária que objetivou eliminar a forma de propriedade e de contratação capitalista presente na agricultura cubana. A Reforma Agrária realizada em Cuba, nas palavras de Che

⁹⁴ As Milícias Nacionais Revolucionárias (MNR) significaram a representação máxima da legitimidade do Governo Cubano, pois a própria população foi armada e treinada pelo Governo.

Guevara em discurso de 1963 (1982, p.10), “[...] converteu-se no cenário de uma violenta luta onde foram expropriados, sem compensação alguma, todos os grandes latifundiários de Cuba”⁹⁵. No ano de 1963, as terras que eram de proprietários estadunidenses já haviam passado a pertencer ao povo cubano e em algumas regiões os trabalhadores do campo passaram a se organizar em cooperativas, além das propriedades privadas individuais.

Sobre o caráter das mudanças realizadas no campo neste período, há autores que irão defender que houve duas etapas diferentes, uma de caráter democrático-popular e outra relacionada à transição do capitalismo ao socialismo, como aponta o texto de Figueroa; Labrada; e Flores (2002). Entende-se aqui que o processo de expropriação das propriedades do campo e a Reforma Agrária realizada em Cuba fazem parte de uma totalidade de modificações pertencentes ao processo de transição ao socialismo, que conta com a conservação, negação e superação de elementos relativos ao modo de produção anterior.

Desde o início das mudanças no campo, tem-se uma expansão considerável da produção agrícola, ocasionada especialmente pela diversificação das plantações, recuperação de terras, aumento do uso de adubo e da irrigação, as mudanças tecnológicas, dentre outras conduzidas pelo INRA. Passa-se de um total de 5 milhões de acres de terras cultivadas em 1958 para 7,8 milhões em 1961. Dentro desse curto período, a produção de vários alimentos é duplicada, como: arroz, feijão, trigo, milho, batata, amendoim, carnes, dentre outros (MORRAY, 1961).

A organização fundamental da produção no campo se

⁹⁵ Muitos estadunidenses. Há diversos destes e também cubanos que migraram para os EUA após o processo revolucionário, que seguem guardando os documentos relativos à propriedade privada que obtinham, com a expectativa de que, em se findando o processo revolucionário, poderão ser restituídos financeiramente ou obtê-las de volta (BANDEIRA, 2009).

deu pelo incentivo a cooperativas, fazendas estatais e pequenas propriedades individuais.

As mudanças na forma de apropriação da terra é um dos elementos fundamentais rumo à transição ao socialismo, pois, a terra é uma das fontes indispensáveis à produção da riqueza, conforme aponta Marx em *O' Capital* (2008a, p.65), “[...] o trabalho não é, por conseguinte, a única fonte de valores de uso que produz, da riqueza material. Conforme diz William Petty, o trabalho é o pai, mas a mãe é a terra”.

O processo de estatização das empresas cubanas ocorre juntamente com a Reforma Agrária. O número de indústrias era extremamente reduzido, a maioria de pequeno porte, com baixo desenvolvimento das forças produtivas e, as que se referiam aos setores estratégicos eram (em sua maioria) de proprietários norte-americanos. Por isso, Cuba era extremamente dependente da base tecnológica, do fornecimento de matérias primas essenciais, de peças de reposição etc., procedentes especialmente dos EUA (SAENZ, 2011).

A partir de agosto de 1960 inicia-se a estatização das fábricas, e, em outubro do mesmo ano praticamente todas as empresas privadas de menor⁹⁶ ou maior porte, haviam sido estatizadas. Esta estatização se deu com a intenção de alterar as formas de propriedade em vigor no país antes da revolução, com a intenção de desapropriar as empresas privadas e estrangeiras, convertendo-as em patrimônio nacional e de toda a sociedade. No ano de 1961, foi registrada a desapropriação de mais de 80% das empresas e, em 1963, já haviam sido estatizadas mais de 90%. Dentre outras, as

⁹⁶ Durante o processo de estatização, algumas fábricas menores pertencentes a proprietários cubanos foram estatizadas mediante a própria concessão dos proprietários que, a partir desse período, passaram a trabalhar nas fábricas, agora de propriedade estatal e, portanto, de toda a população cubana. Como o exemplo da fundição ‘Hermanos Steere’, na qual os antigos proprietários privados além de trabalharem intensamente, contribuíram com ideias inovadoras, fundamentais naquele contexto (SAENZ, 2004).

empresas na área de petróleo, energia elétrica, níquel e usinas açucareiras, foram todas estatizadas e passaram a compor a planificação centralizada da economia (CHE, 1982; SAENZ, 2011).

A estatização das empresas cubanas neste contexto é parte de todo um conjunto de mudanças que o país vinha realizando a partir do Governo Revolucionário dos trabalhadores. Portanto, em Cuba o Estado passa a ser dos trabalhadores e passa a primar pelos interesses dessa classe. Assim, este Regime político da ditadura do proletariado tem por objetivo realizar a transição ao socialismo. Apenas após o avanço dessa transição é que se iniciaria a transição ao comunismo, sendo a ditadura do proletariado o Regime político que delinaria as condições para o definhamento de toda a forma estatal, lembrando que este processo não pode ser previsto em termos de tempo e sua realização exigiria alianças com outros países (ENGELS, s/d; LENIN, 2010; MAO, 1999).

Dentre as particularidades ao caso de Cuba, este processo de desapropriação e estatização foi também marcado por um processo de nacionalização, visto que grande parte da apropriação privada estava sob domínio do capital estrangeiro, norte americano. A nacionalização representou um aspecto primeiro dentre as alterações estruturais nas formas de propriedade, sendo uma modificação jurídica e que possibilitou, a posteriori, avançar no processo de formação das empresas estatais cubanas e iniciar transformações no sentido alterar a forma de apropriação dos meios de produção. Através da lei 890 e 891 de 1960, o Estado dos trabalhadores passou a ser proprietário dos bancos e de 383 grandes empresas, incluindo 105 centrais açucareiras. Neste caso houve a compensação através da emissão de bônus pagáveis em 15 anos, exceto para os bancos canadenses que tiveram seus ativos comprados (BANDEIRA, 2009). Essas iniciativas “[...] tiveram um caráter nacional-libertador [...]”, visto que afetaram a propriedade de estadunidenses, sendo uma forma

de apropriação dos meios de produção pelas classes trabalhadoras do país e ao mesmo tempo de independentização nacional (RODRIGUÉZ; CARRIAZO, 1990, p.41, tradução nossa).

Diante das mudanças realizadas em Cuba, o bloqueio americano foi instaurado desde estes primeiros anos, conforme se apontou na introdução. Era sabido pelos dirigentes da revolução que as condições histórico-concretas de baixo desenvolvimento das forças produtivas e de dependência por matérias primas fundamentais, agravadas pelo bloqueio, eram desfavoráveis as mudanças econômicas e sociais que se pretendia realizar.

Com limites significativos nas importações, o país passa a enfrentar desafios na oferta de produtos fundamentais para a população, como diversos tipos de alimentos, produtos de higiene pessoal, dentre outros. Diante disso, Cuba inicia o estabelecimento de relações com a URSS (RODRIGUÉZ; CARRIAZO, 1990; SAENZ, 2011).

As relações econômicas com a URSS não ocorreram sem outras dificuldades. A título de exemplo, podemos destacar a importação dos produtos oriundos destes países para serem utilizados na produção cubana. Sobre a relação comercial, registram-se: as características dos produtos soviéticos, o processo de negociação, as diferenças culturais, a distância e o processo de transporte, dentre outros. Sobre a incorporação desses produtos à produção cubana, destacam-se: os produtos produzidos no bloco soviético não eram adaptáveis ao clima de Cuba tendo pouca resistência ao calor e a umidade, o que culminava em corrosão de alguns produtos; a geração de eletricidade em Cuba se dava a 60 hertz e os motores elétricos produzidos nos países socialistas eram de 50 hertz; os motores para uso não industrial em Cuba eram adaptados a corrente elétrica de 110 volts, já os fabricados pelo bloco socialista funcionavam a 220 volts; haviam ainda produtos utilizados na indústria cubana de origem americana que não continham substitutivos na

produção do “campo socialista” (SAENZ, 2011). A condição de dependência da economia cubana pode ser identificada como uma contradição que está vinculada as particularidades do país. O fato de Cuba ser uma ilha (não há fronteiras com outros países), o baixíssimo desenvolvimento das forças produtivas sendo praticamente rural, a dependência por itens diversos, desde aqueles vinculados a produção industrial até as matérias-primas mais elementares.

Outra questão que se colocou à realidade cubana foi o reduzido número de pessoal técnico para as diversas áreas, o que já era escasso antes do processo revolucionário, se tornou ainda mais com o advento da revolução. Muitos dos técnicos abandonaram o país por receio das mudanças revolucionárias, dos aproximadamente 6.000 médicos que havia em Cuba, mais da metade deles deixaram o país⁹⁷ nos três primeiros anos após a tomada do poder revolucionário. Na área de engenharia a situação era semelhante, dos 2.700 engenheiros até 1959, ficaram no país apenas 700, $\frac{1}{4}$ do total. Além desses, os formados em outras áreas também eram escassos, como físicos, biólogos, técnicos de nível médio, dentre outros (RODRIGUÉZ; CARRIAZO, 1990; SAENZ, 2011).

A crescente demanda por bens e serviços em virtude da política de generalização do emprego e de acesso à renda se soma às dificuldades colocadas desde o início do processo revolucionário. Diante disso, para possibilitar o acesso de toda a população aos produtos existentes no país, foi necessário instaurar o racionamento. Em 1962, tem-se a criação da denominada *Libreta de Controle de Abstecimento*⁹⁸. Trata-se

⁹⁷ O destino da maior parte desses profissionais foi os EUA, devido à proximidade territorial entre os países, as facilidades concedidas pelos EUA para receber os imigrantes cubanos e a propaganda ideológica contrária ao processo revolucionário.

⁹⁸ A *Libreta* em português significa caderneta, a qual é nominal e pertencente a cada cubano. Através dela a população tem acesso a uma lista de alimentos e outros produtos que são ofertados pelo Estado a preços subsidiados, havendo sido alterados alguns destes

da distribuição racionada de bens de consumo alimentícios, organizada no chamado mercado racionado ou normado, que seria inicialmente temporário até que se alcançasse certo grau de desenvolvimento das forças produtivas em que o racionamento fosse dispensável (DÍAZ, 2010; RODRIGUÉZ; CARRIAZO, 1990). Esta forma de distribuição dos produtos socialmente produzidos através da expropriação de terras e desapropriação e estatização (com caráter nacionalizador) das empresas cubanas, expressa que desde o início do processo revolucionário há mudanças na forma de o trabalhador se apropriar dos resultados da produção. Assim, as alterações na forma de propriedade em Cuba são acompanhadas por alterações nas relações de produção e na forma como o trabalhador se apropria dos produtos socialmente produzidos, sendo um dos mecanismos para isto a distribuição da produção através da *libreta de abastecimentos*. Além disso, para melhor compreender esse processo de apropriação da produção pelos trabalhadores é fundamental conhecer as mudanças nas formas de participação política que passaram a ser organizadas no interior das unidades produtivas – o que se analisará adiante em relação às empresas estatais cubanas.

Nos primeiros anos do Governo Revolucionário, Cuba registrou números nunca antes alcançados pelo país. A taxa de crescimento do Produto Social Global aumentou progressivamente, passando de 2,8%, no início do processo revolucionário, para 5,7 na década de 1970. Nesta mesma década, a taxa de desemprego não passou de 2,0% em relação ao total da população em idade para trabalhar. Na educação, o número de professores primários foi ampliado em 40,8%, em 1961 foi realizada a Campanha de Alfabetização, que praticamente eliminou o analfabetismo no país, e a Reforma Universitária, que ampliou as pesquisas científicas, o número de especialidades, a possibilidade de bolsas de estudo, dentre

produtos e suas respectivas quantidades no decorrer dos anos da revolução cubana.

outros. A saúde, mesmo com a redução pela metade do número de médicos, teve seu atendimento ampliado em virtude da nova organização, destinado a toda a população (RODRÍGUEZ; CARRIAZO, 1990). Aqui se expressa também a forma de acesso dos cubanos ao fundo de bens e serviços, sendo estes além de produtos diversos, serviços como educação e saúde. Estas duas frentes foram instituídas como prioritárias na Revolução Cubana, o que levou o país a avançar imensamente nestes setores⁹⁹.

Vale destacar que, nestes primeiros anos vigoraram as seguintes formas de propriedade no país: as cooperativas; a propriedade privada individual no campo e com território limitado; e as empresas estatais, especialmente em relação ao setor industrial.

Portanto, a formação das empresas estatais em Cuba é parte de um processo mais amplo de transformações que o país passou a realizar após a tomada do poder pelos trabalhadores em 1959. A partir de então, se constituíram novas formas de propriedade, novas relações de produção (não mais pautadas na relação de compra e venda da força de trabalho) e novas formas de apropriação da produção social. Assim, a formação das empresas estatais cubanas, junto com a Reforma Agrária, representou o início do processo de supressão da propriedade privada no país e fazia parte das mudanças estruturais que indicavam um processo de transição ao socialismo.

⁹⁹ Atualmente Cuba apresenta números relativos à saúde e educação incomparáveis a qualquer outro país da América Latina e Caribe. Por exemplo, segundo dados do Anuário Estatístico da CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe) de 2015, a taxa de mortalidade infantil em Cuba é a menor da região, apresentando uma média entre 2010 e 2015 de 5,5 mortes para cada 1.000 nascidos vivos; essa mesma taxa no Brasil é de 20,3 mortes. O mesmo relatório apresenta que a taxa de alfabetização de Cuba também é a maior da região, sendo de praticamente 100% se considerados homens e mulheres.

3.1.2 As particularidades da forma política em Cuba, a participação política no Partido e nas organizações de massa

As alterações estruturais em Cuba foram realizadas conjuntamente com as modificações na forma política. Estas, conforme apresentado no capítulo segundo, são fundamentais no sentido de se realizar um processo de apropriação social da produção, pois através delas os trabalhadores se organizam politicamente, participam e decidem sobre seus processos de trabalho e de produção. Neste subitem apontar-se-ão principalmente as mudanças na forma política da sociedade cubana em um âmbito mais geral, mudanças estas relativas às organizações de massa e a organização partidária após o processo revolucionário.

A Revolução Cubana em si produziu um intenso processo de participação popular. Isso porque resultou de imensa mobilização e expressou a vontade de todo um conjunto de trabalhadores do país. A partir da tomada do poder, há a conservação e reconfiguração de algumas organizações de massa que já existiam em Cuba, bem como foram constituídas outras com a intenção principal de fortalecer o processo revolucionário.

A Central dos Trabalhadores de Cuba (CTC) foi criada em 1939 e possuía uma larga tradição na organização das lutas dos trabalhadores cubanos, se mantendo após a tomada do poder com o papel de aglutinar todos os sindicatos do país. É importante destacar que historicamente o movimento sindical de Cuba foi muito atuante nas lutas em favor dos trabalhadores urbanos e era “[...] influenciado pelas ideias marxista-leninistas [...]” (MARTÍNEZ, 1989, p.40, tradução nossa). Diante disso, a CTC participou do movimento revolucionário e passou a contribuir com o projeto de sociedade em curso. Assim, os sindicatos cubanos estabeleceram uma relação entre os trabalhadores das diversas fábricas e a direção das empresas, atuando no

âmbito da elaboração do plano e da qualificação profissional, por exemplo. Em 1985 a CTC contava com mais de 99,5% de filiados (RODRÍGUEZ; CARRIAZO, 1987).

Já em 28 de setembro de 1960, foram criados os CDR's (Comitês de Defesa da Revolução), que teriam por objetivo mobilizar toda a população para contribuir com o projeto societário em curso após a revolução. No ano de 1987, os CDR's contavam com mais de 6,5 milhões de membros. Esta organização de massa atuou ativamente na área da saúde, contribuindo com campanhas de vacinação e exames médicos; com a vigilância sanitária e detecção de problemas de saúde a nível local; com o controle epidemiológico; com a higiene ambiental; com a promoção de campanhas de limpeza; e com o estabelecimento de moradias. Também atuou em outras frentes como a educação e as questões em torno do trabalho. Estas eram conduzidas pelos sindicatos através de sua agrupação na CTC (RODRÍGUEZ; CARRIAZO, 1987).

Outra forma de participação se deu através da organização das Milícias Nacionais Revolucionárias (MNR) em Cuba, configurando o que Marx e Engels (2010) sinalizaram como processo de armamento do povo em geral para defender o Governo representativo dos trabalhadores. Esta é uma expressão significativa de apoio popular à revolução, e de democracia sob nova forma, visto que a população se armou em defesa do Governo Revolucionário e contra as demais forças internas e externas que ousassem ameaçá-lo (BEL; LÓPEZ; CARAM, 2013).

O Governo Revolucionário Cubano, em transição ao socialismo, constituindo-se em ditadura do proletariado, é representativo da nova forma democracia diferente da democracia burguesa, conforme se apontou no capítulo segundo. Pela primeira vez na história de Cuba, depois das transformações em suas relações de propriedade e nas contradições existentes antes do movimento revolucionário, tem-se um novo Estado em formação, mas já representativo

dos trabalhadores em geral, ou seja, das maiorias. Desde 1959 estão sendo realizadas em Cuba mudanças estruturais e superestruturais no sentido de reproduzir relações de produção que apontem para uma transição ao socialismo.

Para algumas demandas relacionadas a grupos específicos, foram criadas organizações de massa também específicas. Por exemplo, com o intuito de avançar com a representação dos interesses das mulheres, foi criada a Federação de Mulheres Cubanas (FMC) em 23 de agosto de 1960, que trabalharia para ampliar a incorporação das mulheres “[...] à vida econômica, política e social do país”, (RODRÍGUEZ; CARRIAZO, 1987, p.61, tradução nossa). Foi fundada a Associação Nacional de Pequenos Agricultores (ANAP), em 17 de maio de 1961, que tinha por objetivo agrupar os novos produtores rurais a partir da Reforma Agrária. Já no âmbito da educação, havia a Organização de Pioneiros José Martí; a Federação Estudantil do Ensino Médio (FEEM); e a Federação Estudantil Universitária (FEU) (RODRÍGUEZ; CARRIAZO, 1987; BEL; LÓPEZ; CARAM, 2013).

No ano em que a revolução triunfa em Cuba, existiam três importantes organizações revolucionárias: o Movimento 26 de Julho, o Diretório Revolucionário 13 de Março e o Partido Socialista Popular; estes grupos dispunham de milhares de militantes. Após a tomada do poder iniciam-se os esforços na perspectiva de criar uma forma política dirigida de maneira única, criam-se as Organizações Revolucionárias Integradas (ORI). Esta organização seguiu até 1962, quando foi realizada uma análise sobre seu funcionamento interno por Fidel Castro, identificando e criticando o alto índice de sectarismo. A administração pública neste período acabou sendo caracterizada pelo centralismo. No mesmo ano, se funda o Partido Unido da Revolução Socialista (PURS) que veio a substituir as ORI e a partir do qual se iniciou a forma de participação política através da eleição de representantes de estudantes e trabalhadores que seriam os militantes e membros do Partido. Em 03 de outubro de 1965 se substitui

o PURS pelo Partido Comunista de Cuba (PCC), fundando e apresentando também seu Comitê Central¹⁰⁰ (HARNECKER, 1974; BEL; LÓPEZ; CARAM, 2013).

A forma de integrar-se ao partido como militante se daria através da eleição de trabalhadores exemplares, sendo as massas as responsáveis por decidir quem seriam os operários exemplares indicados a serem membros do Partido (CHE, 2004). Nesta linha, a forma de participação política que se organizou através do Partido Comunista de Cuba (PCC) foi a representativa, através da eleição dos trabalhadores que seriam os dirigentes e teriam o papel de conduzir a revolução. A função de direção realizada pelo Partido junto as massas e ao aparelho estatal não se concretizaria através da força, mas pelo convencimento (HARNECKER, 1974).

Além do Partido Comunista (PCC), há também a União de Jovens Comunistas (UJC). Esta é responsável por promover a participação ativa dos jovens nas tarefas revolucionárias, preparando-os adequadamente para assumirem tarefas de maior responsabilidade em benefício do projeto societário em curso no país (CUBA, 1976).

Há desafios que podem surgir da opção pela forma política de Partido Único, isso porque há aqueles (e aqui não se trata apenas dos opositores à Revolução) que podem não se identificar com este Partido e requisitar organizar outros. Além disso, há que se considerar como o Partido está organizado internamente, como as decisões ocorrem em seu interior. Quando o processo revolucionário passa a ser

¹⁰⁰ Em 02 de outubro de 1965 foi realizada a primeira sessão de trabalho do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba (PCC), com a fusão entre os jornais “Hoy” e “Revolución”, criando-se um único jornal oficial do Partido, chamado “Granma”. Em seu discurso em 03 de outubro de 1965, Fidel Castro também tornou pública a causa da ausência de Ernesto Che Guevara nos últimos meses, lendo a carta de despedida que lhe havia sido enviada, desfazendo assim as supostas divergências que os meios de comunicação internacionais haviam criado em torno do suposto desaparecimento de Che (BEL; LÓPEZ; CARAM, 2013).

conduzido por um grupo que se coloca como vanguarda, pode ficar comprometida a máxima horizontalidade nas decisões e na organização política no interior do próprio Partido. Pois, parte considerável das decisões cabe a este grupo e podem não ser legitimadas por parte dos trabalhadores em geral, gerando certo distanciamento entre as massas e seus dirigentes.

Sabe-se que o Governo Revolucionário Cubano concentrou-se fundamentalmente em fazer a defesa política, ideológica e bélica das mudanças em curso no país, visto que este foi alvo permanente de ataques militares e ideológicos organizados pelos EUA. Esta tarefa imediata demandou ainda maior concentração das decisões e a atenção principal do Governo em sustentar e defender a transição que se iniciava. Também por isso, os primeiros anos foram marcados por considerável centralização das decisões e também pela burocratização desencadeada pela necessidade dos dirigentes de controlar e acompanhar as modificações realizadas. Mesmo assim, historicamente o PCC é marcado por ter seus representantes indicados pela própria população, pelos próprios trabalhadores, o que ocorre a partir de reuniões e assembleias nos locais de trabalho. Os membros do partido também são os que devem promover e incentivar a participação dos demais trabalhadores nos diversos espaços de decisão coletiva.

Na década de 1970 o Governo Revolucionário começou a repensar a administração centralizada no Conselho de Ministros, assinalando diversos erros cometidos devido à vinculação entre o Partido e a administração do Estado. A partir deste período indica-se a necessidade por se criar mecanismos de participação direta da população, para além dos mecanismos de representação.

Aqui é fundamental recordar a importância de articular mecanismos de participação direta com mecanismos de participação indireta (representativa) num processo de transição ao socialismo. Em Cuba, registra-se a presença da

forma de participação direta desde o início do processo revolucionário, com a própria luta armada e a organização das milícias. Entretanto, nos espaços de decisão no âmbito do Governo e até nas unidades de produção reproduziu-se excessiva centralização e burocratização. Portanto, ao longo dos anos da experiência revolucionária, viu-se a necessidade de se constituir espaços de decisão coletiva e participação direta também nestas esferas.

Em 1972 se inicia uma reestruturação do Comitê Central do Partido, integrando e delimitando as relações entre o Partido e o aparelho administrativo do Estado, separando as atribuições correspondentes aos membros do Partido daquelas relativas aos representantes do Estado, mesmo que em muitos casos se tratavam das mesmas pessoas. No ano de 1973, todo o aparato do Partido Comunista de Cuba (PCC) foi reestruturado, o sistema judiciário foi reorganizado e se realizou o XIII Congresso da CTC. Em 1974 se organiza a primeira experiência de participação direta na gestão do Estado em Cuba, através do chamado Poder Popular de Matanzas, o qual posteriormente se disseminou por Cuba num processo de descentralização administrativa.

O aparato estatal cubano funciona por órgãos representativos, administrativos, judiciais, fiscais de controle e de defesa. Funcionam como órgãos representativos as Assembleias do Poder Popular, nos diversos níveis, e o Conselho de Estado. Há também os órgãos administrativos locais, que são os Conselhos de Administração Provincial (CAP) e Local (CAL) (PRIETO, 2016).

O espaço do Poder Popular¹⁰¹ é responsável por decidir sobre questões diversas¹⁰², devendo ainda cooperar com o

¹⁰¹ O Poder Popular significa um conjunto de órgãos, organismos estatais interrelacionados, [...] é a forma concreta que adotou a organização do Estado cubano [...] (GARCÍA, 2014, p.04, tradução nossa).

¹⁰² Ficavam a cargo do Poder Popular as escolas, as policlínicas, os hospitais, as instalações esportivas, os cinemas, os serviços de gastronomia, as padarias, dentre outros.

desempenho das unidades de produção e serviços, que continuaram sendo administradas pelos ministérios e organismos centrais. A participação política através do Poder Popular pretendia eliminar o centralismo burocrático e vertical que, todavia, existia de forma bastante alargada em muitos setores do aparelho estatal e substituí-lo pela participação política horizontalizada. A relação com os representantes também deveria se alterar, de modo que os eleitores fossem sempre aqueles que detivessem o poder e não o representante, podendo os representantes serem retirados e substituídos a qualquer tempo.

A Assembleia Nacional do Poder Popular (ANPP) se constituiu como órgão supremo, sendo integrada por Deputados eleitos através do voto popular direto. Esta é instituída em dezembro de 1976, sendo previsto no artigo 4º da Constituição da República de Cuba que, na “[...] República de Cuba, todo o poder pertence ao povo trabalhador que o exerce por meio das Assembleias do Poder Popular e demais órgãos do Estado [...]”. A proporção é de um Deputado eleito para cada 20.000 habitantes, com eleições a cada 5 anos, podendo haver reeleição. A ANPP se reúne regularmente 2 vezes ao ano, com duração de 2 a 3 dias, sendo convocadas reuniões extraordinárias conforme a necessidade. Para que as reuniões possam ocorrer, deve estar presentes ao menos metade do número total de seus integrantes. As funções legislativas são exclusivas da ANPP, sendo o único órgão que pode aprovar leis e reformar a Constituição (PRIETO, 2016). Em julho de 1976, o país realiza uma nova Divisão Político-Administrativa, a qual ampliou o número de Províncias¹⁰³.

¹⁰³Antes existiam 6 Províncias em Cuba: Pinal del Río, Habana, Matanzas, Villa Clara, Camaguey e Holguín. A partir dessa nova Divisão Político-Administrativa, passaram a ser 14 e, após uma nova alteração em 2010, passaram a ser 15, sendo a divisão que vigora atualmente a seguinte: [Pinar del Río](#), Artemisa, [La Habana](#), Myabeque, [Matanzas](#), [Cienfuegos](#), [Villa Clara](#), [Sancti Spiritus](#), [Ciego de Ávila](#), [Camagüey](#), [Las Tunas](#), [Granma](#), [Holguín](#), [Santiago de Cuba](#), [Guantánamo](#) e, o [Municipio Especial Isla de la Juventud](#).

Outros dois órgãos que também fazem parte do Poder Popular são: o Conselho de Ministros e o Conselho de Estado. Este é um órgão colegiado permanente de poder, que representa a ANPP, é integrado por 34 membros que são eleitos pela ANPP, sendo seus integrantes também Deputados e a duração do mandato a mesma da ANPP. Já o Conselho de Ministros é o máximo órgão administrativo e executivo do Governo, sendo sua direção conduzida pelo Chefe de Estado (PRIETO, 2016).

O princípio do “centralismo democrático” tem origem nas obras de Lenin a partir de suas reflexões em relação aos textos de Marx e Engels. No livro *Que fazer?*¹⁰⁴ (1998) Lenin pontuou a necessidade de se concentrar determinadas decisões nos dirigentes em virtude do desconhecimento de grande parte das classes trabalhadoras acerca dos processos de transformação social. Já em *O Estado e a Revolução* de 1917, Lenin apontou que o *centralismo democrático* significa o Estado ocupado pelos trabalhadores, dessa forma, esta é a classe dominante e todo o processo por esta conduzido desde a esfera da direção até as bases estruturais é resultado de sua atuação na sociedade, o que ele denominará também de *centralismo proletário*. A partir do *centralismo democrático*, as bases possuem autonomia para decidir sobre algumas questões de ordem local ou institucional.

Portanto, há em Cuba a presença de mecanismos de participação política direta e representativa. Sendo que as formas de participação direta estão muito vinculadas às decisões em âmbito local e institucional. Pois conforme apontou Fidel Castro em discurso em 1965, “[...] há uma infinidade de serviços e de centros que pertencem à esfera local e é um erro que o Governo central administre o que pertence à esfera local [...]”, (CASTRO, 2013, p.19).

Neste sentido, no I Congresso do Partido foi aprovado o estabelecimento de um “Sistema de Direção e Planificação da

¹⁰⁴ Escrito entre 1901 e 1902.

Economia” (SDPE), o qual estava baseado no sistema de planificação que vigorava na URSS, o cálculo econômico. A intenção era aliar a planificação centralizada com a autonomia econômica e operativa das unidades produtivas, de forma que as principais decisões econômicas fossem tomadas pelos níveis superiores do Partido e do Governo Revolucionário, ao mesmo tempo em que asseguraria “[...] a iniciativa e a ativa participação dos trabalhadores na gestão econômica, em seus correspondentes coletivos de trabalho”, (PÉREZ, 1981, p.4, tradução nossa).

Assim, a forma política em Cuba sofreu importantes alterações desde a vitória da Revolução de 1959, foram preservadas algumas organizações de massa, foram criadas outras e se constituiu o Partido Comunista de Cuba (PCC). A participação política dos trabalhadores em Cuba se realiza nestas organizações, no próprio Partido e também nas unidades de produção. O país passa a adotar a planificação econômica, e, através desta, a organizar a produção e o acesso à riqueza socialmente produzida, sendo para isso adotado mecanismos de participação política e decisão. Neste sentido, é fundamental compreender como se constituiu a planificação na economia cubana desde os primeiros anos do Governo Revolucionário e que mecanismos de participação política e decisão coletiva foram instituídos para sua realização.

3.1.3 A participação política na planificação e a transição ao socialismo em Cuba

As ações do Governo Revolucionário passaram a ser realizadas com base na planificação, a qual objetivava organizar toda a produção e distribuição da riqueza socialmente produzida, tendo por base às necessidades da população (que se alteram e tendem a se ampliar ao longo da história) naquele determinado momento (CHE, 1982; MARX; ENGELS, 2009c).

A estatização das indústrias, “[...] a produção e o

comércio do açúcar, os recursos minerais, o sistema bancário, o comércio interno e o comércio exterior, os meios de transporte e de comunicação, bem como os serviços públicos [...]”, levou a “[...] Junta Central de Planejamento (JUCEPLAN) [...] a controlar e a dirigir a economia cubana [através da] planificação [...]”, (BANDEIRA, 2009, p.329). A JUCEPLAN foi criada em 11 de março de 1960, sendo instaurada em 1962 a planificação centralizada, que teve por referência o modelo de planificação da Checoslováquia. A planificação centralizada se caracteriza pela concentração das decisões econômicas na esfera governamental, que devem considerar: os recursos, o consumo da população e suas necessidades, o intercâmbio externo, a produção, os recursos materiais, os serviços básicos, dentre outros aspectos. A elaboração do plano a partir da forma centralizada deve respaldar os planos a serem elaborados nas esferas inferiores, predominando uma relação vertical (PONS et al, 2006).

Neste contexto, Che Guevara participa dos debates sobre as reformas econômicas em Cuba, reconhecendo a existência de teses diversas para desenvolver e aperfeiçoar a planificação no país. Assim, Che inicia críticas ao modelo de planificação inicialmente adotado, que irá se desdobrar no cálculo econômico e propõe o *Sistema Orçamentário de Financiamento*, uma concepção também centralizada, mas que prevê mecanismos de participação (PONS et al, 2006). Conforme apontou Guevara (1982, p.132), “[...] o governo não pode ditar normas, fazer planos, fixar metas, sem a participação do povo, pois neste caso seria um plano frio, burocrático”. A participação política deveria então ser um elemento inerente ao processo de planificação.

A gestão de Che Guevara no Ministério das Indústrias até meados da década de 1960 foi muito importante no sentido de dar um novo significado ao trabalho e à planificação em Cuba.

Já em 1961, Cuba inicia alterações quanto ao significado do trabalho, que se distancia do trabalho como

exploração – dominante nas relações de assalariamento próprias do modo de produção capitalista. A relação dos trabalhadores com a produção e com o próprio trabalho passa a apresentar importante mudança de significado, pois “[...] tudo que o trabalhador faz pela fábrica é em benefício dele próprio [...]” e de toda a sociedade (CHE, 1982, p.76). Dessa forma, ainda na perspectiva de Che (1982, p.76), “[...] não é o trabalho que escraviza o homem, mas sim o fato de não ser o dono dos meios de produção; e que quando a sociedade chega a certa etapa, [...] é capaz de [adquirir] frente ao trabalho [...] a alegria de estar cumprindo um dever [...]”. Nessa linha, se incentivava uma relação com o trabalho como dever social, visto que estava sendo alterada a forma de apropriação dos meios de produção e da produção em si pelos trabalhadores em geral. O interesse pelo trabalho e pelo aumento da produtividade não estaria mais vinculado à necessidade por vender à força de trabalho como mercadoria, mas por ampliar a produção social, de modo que todos pudessem acessar a riqueza socialmente produzida.

Neste sentido, um dos mecanismos instituídos pelo Ministério das Indústrias à época foi o trabalho voluntário. Este seria realizado fora da jornada de trabalho e não seria remunerado, com a intenção de reduzir a distância entre o *trabalho manual* e o *trabalho intelectual*. Além da importância econômica que adquire o trabalho voluntário neste período inicial da revolução, há um fator fundamentalmente subjetivo, pois, esta forma de trabalho “[...] se converte então em um veículo de ligação e de compreensão entre nossos trabalhadores administrativos e os trabalhadores manuais para preparar o caminho em direção a uma nova etapa da sociedade [...]”, (CHE, 1982, p.76). Vale dizer que, a divisão social do trabalho seria eliminada apenas em um processo de transição à sociedade comunista, ou seja, na denominada etapa superior da futura sociedade. Neste momento, o trabalho também terá deixado de ser mero meio de vida e se tornaria uma “necessidade vital” (MARX, 2009). Nesta fase

inicial de transição ao socialismo em um país dependente como Cuba, há que se ponderar que mudanças no sentido de alterar o significado do trabalho são importantes com vistas à intencionalidade da transição, mas também demandam tempo para concretizar uma mudança dessa natureza.

A partir da defesa daquela concepção de trabalho, Che estabelecerá e conduzirá o sistema de organização da produção no Ministério das Indústrias, o denominado *Sistema Orçamentário de Financiamento*. A principal intenção de Che ao utilizar este sistema era: aliar as mudanças no âmbito da consciência ao processo de ampliação da produção material. Che defendia que a nova sociedade deveria se erguer mediante processos de transformações conduzidos conscientemente.

Che (1982), em diálogo com Bettelheim¹⁰⁵, irá considerar que a formação da consciência em fase de capitalismo imperialista se altera e se eleva com base no desenvolvimento das forças produtivas e da luta de classes em todo o mundo e não apenas com base nos processos internos de cada nação. Os processos de luta de classes nos diferentes países passam a se influenciar mutuamente, abrindo a possibilidade histórica de se deflagrarem movimentos revolucionários em países diversos a partir da tomada de uma consciência universal, advinda das relações capitalistas mundiais (MARX; ENGELS, 2009c).

É importante diferenciar o sistema orçamentário (conduzido por Che Guevara) da *Autogestão Financeira* ou *Cálculo Econômico*¹⁰⁶. Este, também vigorou na década de 1960 no Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA) em

¹⁰⁵ No texto *A planificação socialista e o seu significado*, de 1964.

¹⁰⁶ Ocorreu na década de 1960 um intenso debate internacional sobre a aplicação desses sistemas de direção da economia, dois livros que aglutina as diversas opiniões são: *O Grande debate sobre a economia em Cuba* de 2006, onde há textos dos principais participantes naquele período, como Che Guevara, Aberto Mora, Ernest Mandel, Charles Bettelheim, Carlos Rafael Rodriguez, dentre outros; e o livro da coleção *Pensamento Econômico Cubano*, tomo III sobre a Revolução.

Cuba. Estes sistemas apresentavam diversas diferenças. Uma delas é o que consideravam ser uma empresa, para o cálculo econômico, uma empresa era cada unidade produtiva ou fábrica; já para o sistema orçamentário, uma empresa era a união de todas as unidades produtivas ou fábricas de mesma base tecnológica, por exemplo, a junção de todas as unidades produtivas de açúcar formava uma só empresa. Outra diferença se refere à utilização do dinheiro, sendo que para o cálculo econômico o dinheiro possuía a função de meio de pagamento, atuava como instrumento de controle, já que os fundos de cada unidade de produção são independentes e suas relações com o banco são de subordinação; para o sistema orçamentário o dinheiro tinha função aritmética, refletia em preços a gestão das empresas. Outro ponto dissidente era quanto às normas de trabalho, as empresas do cálculo econômico usavam o trabalho regulamentado por tempo ou por peça e hora; já o sistema orçamentário regulamentava o trabalho apenas pelo tempo (CHE, 1982; MORA, 2006).

Outra diferença importante entre o cálculo econômico e o sistema orçamentário se refere aos estímulos para elevação da produtividade. No sistema do cálculo econômico o estímulo material é a forma mais importante de incentivo à produtividade. Já o sistema orçamentário funcionava a partir de mecanismos de estímulo moral, sendo utilizado o estímulo material apenas em relação ao pagamento da tarifa salarial. Para Che (1982, p.190), o estímulo material poderia ser utilizado nesta etapa revolucionária inicial, mas não deveria ser a “[...] alavanca impulsionadora fundamental”, para ele, “[...] estímulo material direto e consciência são termos contraditórios [...]”. Por isso, o estímulo material seria utilizado, mas deveria ser dominado pelo estímulo moral, que visava contribuir com a elevação da consciência nesta etapa de transição.

O sistema orçamentário previu formas de participação política na elaboração do plano no âmbito das empresas - a

partir dos mecanismos que se apontará no subitem seguinte -, sendo os trabalhadores (desde os dirigentes aos que atuavam mais diretamente na execução das tarefas) envolvidos no processo de elaboração do plano. O sistema do cálculo econômico também previa formas de participação política, já que sua implementação contava com maior autonomia das unidades produtivas. Nestas, os trabalhadores seriam responsáveis por grande parte das decisões que envolvessem a produção daquela determinada unidade.

A execução do sistema orçamentário enfrentou desafios diversos, próprios também de um processo de transição ao socialismo nas condições concretas de Cuba. Apontou Rodríguez (2006, p. 322, tradução nossa) sobre o sistema pensado por Che que, “[...] o Sistema Orçamentário está mais perto do que tem que ser a sociedade no futuro, mas isso é apenas uma hipótese e se refere a um futuro ainda muito distante, um futuro comunista”.

Um último ponto de divergência entre o sistema do cálculo econômico e o sistema orçamentário conduzido por Che é sobre a presença ou não da *lei do valor* no processo de transição para o socialismo. Para os defensores do cálculo econômico, devido ao fato de estarem presentes neste período diversos aspectos do capitalismo, seria necessário e, possível, um controle consciente da *lei do valor* durante a transição. Para Che, este controle consciente da *lei do valor* seria inviável, mesmo sabendo que esta estaria presente neste período de transição e se manifestaria nas relações com o comércio internacional, por exemplo. A transição ao socialismo deveria direcionar a eliminação de alguns elementos presentes no capitalismo como o dinheiro e o mercado (CHE, 1982).

É uma das diversas polêmicas¹⁰⁷ do processo de

¹⁰⁷ Há outras, como os períodos dessa transição, a presença ou não de diversas formas de propriedade, a centralização e descentralização das decisões, a relação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, etc.

transição ao socialismo e ao comunismo a presença ou não do mercado e do dinheiro, ou seja, se estes devem ou não ser mantidos e de que maneira e em que momento seriam eliminados durante essa longa transição. Há que se compreender que o dinheiro e o mercado (de formas variadas e conforme a realidade histórico-concreta de cada país) em geral estão presentes no processo de transição, um motivo é a necessidade pelo intercâmbio a nível internacional de matérias-primas e bens de consumo.

Vale destacar que, a presença do mercado e do dinheiro não significa que haja a presença de capital, a forma dinheiro e o mercado precedem, em milhares de anos, a forma capital e a formação da sociedade capitalista (MARX, 2008a).

Entre 1967 e 1970 se realizaram uma série de mudanças em Cuba com vistas a lutar contra o burocratismo. Para isso, o número de pessoas atuantes nos ministérios foi reduzido; o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA) e o Ministério da Fazenda foram suprimidos; o papel do dinheiro foi reduzido ao mínimo; as cobranças e pagamentos entre as empresas estatais e a contabilidade foram eliminadas. De maneira geral, a burocratização não foi reduzida e se estabeleceu um grau ainda maior de centralização, o que trouxe resultados desfavoráveis nos planos econômicos e sociais (PONS et al, 2006).

Após a saída de Che Guevara de Cuba para atuar em processos revolucionários de outros países¹⁰⁸, a JUCEPLAN adotou o “Sistema de Direção e Planificação da Economia” (SPDE), o qual eliminou o uso das categorias financeiras, a contabilidade e os custos para monitoramento da produção da empresa, havendo o controle apenas por meio de movimentos materiais. O SPDE tinha por objetivo orientar sobre como utilizar melhor os recursos para produzir mais e com mais qualidade (PÉREZ, 1981, p.3, tradução nossa). Dessa forma, cada empresa controlaria os próprios recursos e a própria

¹⁰⁸ Inicialmente atuou nos combates na África e depois na Bolívia, onde foi assassinado em 1967.

produção, com o objetivo de garantir maior entrada de recursos do que gastos.

A intenção principal com este sistema era conciliar os estímulos materiais com os estímulos morais. Os estímulos materiais seriam aqueles relacionados com o pagamento de salários conforme a produção individual, pautado no princípio de “cada qual segundo sua capacidade a cada qual segundo seu trabalho” (MARX, 2009a). O uso deste princípio está fundamentado em Marx, ao se referir ao primeiro momento das transformações, onde a presença de distorções, oriundas da sociedade anterior, são inevitáveis – afinal, trata-se de um movimento que conserva elementos da sociedade precedente, ao mesmo tempo em que nega e supera outros. Exatamente devido ao longo período da transição ao socialismo (e depois ao comunismo), processo durante o qual o trabalho segue sendo a via fundamental para satisfação das necessidades básicas.

Neste sistema o estímulo moral seria o reconhecimento público de determinada unidade produtiva ou determinados trabalhadores, conforme o desempenho individual na produção. Prevvia-se ainda o estímulo material, sendo que os trabalhadores distribuíam o excedente entre eles, conforme o estabelecido coletivamente e depois de cumprido o estabelecido pelo plano (PÉREZ, 1981).

O trabalho voluntário que era um pilar fundamental do estabelecimento do estímulo moral – se considerarmos as ideias de Che da década anterior -, passa a ser remunerado após o I Congresso do Partido, sob o argumento de que a empresa não deveria registrar uma quantidade de produtos produzidos que não fizeram parte de seus custos de produção, o que geraria então uma distorção na organização da produção da empresa (PÉREZ, 1981).

Ao longo da história da Revolução Cubana foi-se compreendendo a necessidade por manter a centralização de algumas decisões relativas à planificação macroeconômica, bem como a possibilidade por se descentralizar as decisões

relativas a alguns recursos no âmbito da microeconomia. Diversas análises ao longo dos anos do processo revolucionário demonstraram que funciona melhor a correlação entre decisões centralizadas e descentralizadas. Sendo possível, a partir destas decisões descentralizadas, uma maior participação política dos trabalhadores na elaboração do plano, o que também contribui no processo de apropriação da produção (RODRÍGUEZ, 2016).

Outras mudanças em relação à planificação e a concepção sobre a transição ao socialismo em Cuba, durante a década 1970, estão relacionadas com o fortalecimento das relações econômicas com a URSS a partir da entrada de Cuba no CAME (Conselho de Ajuda Mútua e Econômica) no ano de 1972. Registra-se nesse período o aumento das taxas de crescimento e da produção em curto intervalo de tempo, o surgimento de setores novos como a siderúrgica e a eletrônica, a ampliação significativa da capacidade energética e o aumento no número de empregos estatais e da formação de pessoal técnico qualificado. Os países do CAME estabeleceram com Cuba a troca a partir da importação do açúcar cubano, desde aí, registra-se também a concessão de crédito e o fortalecimento do envio de equipamentos, técnicos e peritos a Cuba (RODRÍGUEZ; CARRIAZO, 1987; SAENZ, 2011). Sobre a planificação, entre 1976 e 1985 passou a vigorar o modelo do *Cálculo Econômico Restringido*, com a intenção de destacar um menor alcance dos mecanismos financeiros-mercantis, adaptando a contabilidade, a estatística e as finanças. A partir deste sistema, também se realizou um importante movimento de descentralização de decisões e atividades para os territórios (PONS et al, 2006).

Os demais países que iniciaram o processo de transição ao socialismo acabaram por assimilar, segundo Figueroa (2002, p.85) “[...] os paradigmas do “socialismo real” [...]”, isso se deu devido ao fato de que, ingressar no processo de transição ao socialismo indicava “[...] o realinhamento natural e lógico desses países ao campo socialista [...]”. Não

houve mais remédio que optar por tomar emprestado o modelo de socialismo vigente e adaptá-lo as particularidades nacionais”.

Fidel Castro em discurso¹⁰⁹ na Sessão Conjunta do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em Comemoração aos 50 anos da União Soviética no ano de 1972 irá indagar, “[...] Quem poderia crer então que nossa pequena pátria, precisamente pela generosidade e solidariedade desta União Soviética, cujo cinquentenário comemoramos hoje, se converteria no primeiro Estado socialista da América Latina? [...]”, em seguida irá apontar que já não se tratava apenas a União Soviética, mas de um “campo socialista”, do qual Cuba faria parte. Este período é marcado por considerável influência da URSS na experiência revolucionária cubana. Nessa linha, o país realiza a formulação e impressão dos Manuais de Economia Política do socialismo¹¹⁰ na década de 1970. Na primeira parte do Manual cubano, Oleinik¹¹¹ (1977, p.7) aponta que dentre a bibliografia utilizada para sua elaboração estão, os documentos “[...] do movimento comunista e obreiro internacional, documentos do Partido Comunista da União Soviética, [...] os manuais de Economia Política do Socialismo publicados na União Soviética e em outros países socialistas [...]”.

Os manuais de cada país costumavam indicar em que *etapa* o país em questão se encontrava, diante daquelas estabelecidas para transitar ao socialismo. Dessa forma, apontavam que a sociedade cubana à época “[...] se encontra na etapa de edificação do socialismo e a tarefa principal e

¹⁰⁹ Discurso proferido no Palácio dos Congressos dos Kremlin, Moscou, URSS, 22 de dezembro de 1972.

¹¹⁰ Os Manuais de Economia Política do Socialismo de Cuba foram elaborados por Ivan Oleinik em 1977 juntamente com diversos economistas cubanos que incluíram em seu texto os documentos relativos ao Governo e a história da revolução em Cuba.

¹¹¹ Ivan Oleinik era doutor em Economia e professor de Economia Política da Academia de Ciências Sociais do Comitê Central do PCUS.

imediate [consistia] em continuar a construção socialista [...]”, (OLEINIK, 1977, p.13). Em fevereiro de 1976 havia sido aprovada uma nova Constituição da República de Cuba, a qual previu em seu artigo 14º que em Cuba “[...] vigora o sistema de economia baseado na propriedade socialista de todo o povo sobre os meios de produção”. Devido à incorporação de Cuba ao CAME, o texto constitucional previu ainda em seu artigo 11º que, a “[...] República de Cuba forma parte da comunidade socialista mundial, o que constitui uma das premissas fundamentais de sua independência e desenvolvimento de toda ordem”.

A perspectiva de que a passagem de um modo de produção a outro deva se realizar por meio do cumprimento de etapas pré-definidas e condicionadas umas após as outras, independentemente inclusive das particularidades histórico-concretas de cada país, vigorou em Cuba durante a década de 1970 sob influência da URSS. Ela se contrapõe à compreensão do processo de transição que se tem neste trabalho. Vale destacar que a transição ao socialismo em Cuba também deve ser entendida a partir de suas particularidades histórico-concretas, não havendo, por isso, parâmetro de tempo ou forma. Sendo necessário ao processo revolucionário cubano o estabelecimento de relações com outros países, no sentido de beneficiar-se de técnicas, tecnologias, bens e serviços necessários ao atendimento das necessidades de sua população.

A história da humanidade registra a passagem de formas de relações de produção menos para outras mais desenvolvidas, sendo este desenvolvimento considerado a partir da evolução das forças produtivas, da divisão do trabalho e da complexificação das próprias relações de produção, conforme já dito. Assim, vale destacar que não há parâmetro de forma para a constituição da sociedade pós-capitalista, inicialmente socialista, podendo inclusive haver contextos e particularidades que permitam avançar diretamente para a sociedade comunista. Entretanto, em

condições de dependência como é o caso de Cuba, a necessidade de manter relações internacionais que permitam usufruir dos avanços nas forças produtivas dos demais países é fundamental para seguir sustentando o projeto societário socialista. Manter relações internacionais já seria necessário para qualquer experiência de transição (inclusive em se tratando dos países que apresentam alto desenvolvimento das forças produtivas, pois todos necessitam dessas relações em alguma medida, no atual estágio do capitalismo), mas em países em condição de dependência econômica, por, desde matérias-primas e alimentos a tecnologias diversas, essas relações são ainda mais indispensáveis.

Nessa linha, é fundamental recordar que a revolução permanece após a tomada do poder. Conseguir que as classes trabalhadoras iniciem no país mudanças estruturais e superestruturais no sentido de transitar para o socialismo, não significa que se concluiu a revolução. Enquanto não houver um processo revolucionário mundial, há que se seguir fazendo revolução. Por isso, em Cuba se convencionou identificar o Governo dos trabalhadores como um Governo Revolucionário, bem como se diz que o país segue fazendo a revolução, defendendo a revolução, dentre outros termos que remetem a ideia de uma *revolução em permanência* (MARX; ENGELS, 2010).

Durante a década de 1980 o Governo Revolucionário Cubano inicia um profundo processo de avaliação dos desafios e contradições a serem enfrentados pelo país, o que se denominou de *Retificação de erros e tendências negativas*. Neste contexto, vários aspectos relativos à organização da sociedade em geral e a planificação foram repensados, sobre o que se abordará no próximo item deste capítulo.

Portanto, a planificação em Cuba sofreu mudanças quanto a sua forma durante os diversos períodos do processo revolucionário, sendo inicialmente marcada por duas formas distintas de organização da produção durante a década de 1960, conforme citado; já na década de 1970 passa a sofrer

forte influência dos países do “socialismo real”, tendo o cálculo econômico como sistema principal de direção e planificação da economia. Nestes períodos, a participação política na planificação hora se apresenta através de mecanismos mais diretos, mediante um processo mais descentralizado de decisões, hora está marcada por maior centralização nas decisões, o que foi sendo alterado também de acordo com as necessidades histórico-concretas do país.

3.1.4 A participação política dos trabalhadores nas empresas estatais de Cuba

A Junta Central de Planificação (JUCEPLAN) definiu como empresa pública em Cuba, na época, a “[...] integração de todas as unidades de produção”, (CHE, 1982, p.131). Estas unidades de produção exerciam atividades próximas, atuavam com orçamento similar, a partir desse orçamento, estabeleciam suas metas de produção, assinavam contratos e convênios de coletivos de trabalho. Todas as empresas deveriam incorporar os trabalhadores a seus espaços de decisão. Segundo Che (1982, p.132), a empresa deveria “[...] recorrer a seus funcionários e operários para discutir os planos, para incorporar o pessoal à produção e aos problemas da produção, de tal forma que o resultado final seja algo vivo, produto de discussões práticas [...]”.

Acerca da direção das empresas estatais, Che (1982, p.132) afirmou que “[...] de acordo com os princípios atuais de direção de empresas nos países socialistas, o administrador e o conselho de administração são os que têm a responsabilidade única e absoluta do cumprimento das funções [...]”. Dessa forma, o diretor e o conselho de administração da fábrica não poderiam transferir a outrem ou deixar de cumprir as funções que lhes foi atribuída pelo Governo Revolucionário. A partir desse princípio, Che

(2009)¹¹² distinguiu as funções que seriam próprias daquele trabalhador que ocupa o cargo de direção da instituição, sendo que este deveria: supervisionar e dirigir pessoalmente, com a participação de outros trabalhadores, a elaboração e cumprimento do plano da empresa aliado ao plano estatal; supervisionar o uso correto e eficiente dos recursos e todo o desenvolvimento do trabalho; ditar as resoluções de caráter interno; informar, orientar, estimular e treinar os demais trabalhadores; e, dentre outros, promover a participação dos trabalhadores na direção e no cumprimento do plano da relativa empresa (CHE, 1982).

A participação dos trabalhadores neste período se deu através do sindicato e do *Conselho Técnico Assessor* como participação representativa, e, também através da participação direta nas *Assembleias de Produção*.

Sobre a participação pela via sindical na década de 1960, primeiro cabe diferenciar o papel do sindicato neste período de mudanças revolucionárias em Cuba. Aos sindicatos foram atribuídas duas funções principais: a primeira foi [...] compreender a ideia geral de organização e as metas do governo, discuti-la em nível da empresa ou fábrica [...] e levá-la ao seio da massa trabalhadora [...], a segunda função foi, defender “[...] os interesses específicos e imediatos da classe trabalhadora em nível da empresa [...]”, (CHE, 1982, p.133). Essas duas funções aparentemente parecem ser opostas, mas na verdade, buscam a compatibilização do plano estatal às condições colocadas à produção para alcançá-lo, visto que o objetivo principal do Governo naquele período era ampliar a produção ao máximo e o mais rápido possível, com o intuito de possibilitar o acesso a produtos e serviços necessários à população naquele momento. Este objetivo da Revolução Cubana deveria fundamentar a atuação dos sindicatos com os trabalhadores, com a intenção de elevar a produtividade. Os sindicatos atuavam ainda no campo da

¹¹² No texto *Discusión colectiva, decisión y responsabilidad únicas* de 1961.

saúde, através da prevenção de doenças e acidentes do trabalho e, na esfera educacional, através da ampliação do nível educacional e instrucional das classes trabalhadoras¹¹³ (RODRÍGUEZ; CARRIAZO, 1987).

Neste período as empresas contavam com o denominado *Conselho Técnico Assessor*, um importante espaço de decisão e participação representativa dentro da empresa cubana. Participavam deste conselho os trabalhadores considerados mais qualificados de cada departamento de produção, com o objetivo de contribuir na tomada de decisões quanto a questões práticas relativas à produção. As decisões sobre diversas dificuldades ou possibilidades imediatas à produção eram de responsabilidade deste Conselho. Através dele se podia contar com a experiência dos trabalhadores na tomada de decisões, o que demandava uma atuação não meramente técnica, mas também política, de compromisso com o processo revolucionário, pois contribuíam no sentido de enfrentar as dificuldades presentes na produção do país. Assim, Che (1982, p. 135) em uma breve síntese, dirá que o “[...] Conselho Técnico Assessor é, pois, o laboratório experimental onde a classe operária se prepara para as grandes tarefas futuras da condução integral do país”.

As *Assembleias de Produção* são as que reuniam todos os operários de uma fábrica e onde se configurava a participação direta. Este seria o espaço onde ocorre “[...] a expressão verdadeira dos desejos e opiniões da classe operária [...]”, (CHE, 1982, p.137). Este seria o local para expor os pontos de vista e opiniões sobre a produção e o plano, além de ser onde se realizava uma avaliação do trabalho individual e

¹¹³ A CTC contribuiu de forma significativa para: a realização da Campanha de Alfabetização de 1961; a Campanha para obtenção do 6º grau como escolaridade mínima de todos trabalhadores cubanos, a partir da qual se graduaram 900.000 pessoas entre 1974 e 1981; e a Campanha de obtenção do 9º grau, sendo que até 1985, haviam se graduado aproximadamente 700.000 trabalhadores, (RODRÍGUEZ; CARRIAZO, 1987).

de todos os trabalhadores. Este é um importante exemplo de espaço de participação direta nas decisões a serem tomadas no âmbito da unidade de produção. Na própria empresa se conciliam mecanismos de participação direta e indireta.

Foram criadas as Juntas Provinciais de Coordenação, Execução e Inspeção (JUCEI) para atrelar as decisões do Governo Revolucionário às empresas, as quais atuavam no âmbito provincial e da localidade como órgão representativo do Governo para coordenação, controle e vigilância. As juntas tinham a função de buscar resolver os conflitos a nível provincial e local.

Já em 1964, Che (1982)¹¹⁴ irá apontar os desafios que permaneciam na economia cubana e aqueles que estavam surgindo nos primeiros anos da transição. Um deles estava relacionado à disciplina no trabalho, pois no processo de transição, foram herdadas empresas nas quais as relações de trabalho anteriormente estabelecidas estavam vinculadas ao assalariamento de tipo capitalista e que desmotivavam a disciplina laboral. Outro desafio, este depois da tomada do poder, foi a baixa produtividade do trabalho; e um último desafio apontado por Che (1982) foi a indisciplina financeira, relacionada ao não cumprimento do repasse do produto final das empresas para o Governo Revolucionário, sendo passados valores menores do que o previsto no plano.

Com o intuito de responder a essas dificuldades, Che (1982) acreditava na importância de se desenvolver e fortalecer as normas de trabalho para ampliar o controle sobre a produção. As normas de trabalho foram criadas com o intuito de organizar o trabalho na produção a partir da planificação e têm como objetivo “[...] fixar os gastos necessários de trabalho vivo para a realização das distintas atividades [...]”, (GONZÁLEZ, 1979, p.101). Através das normas de trabalho seria possível estimar a quantidade de trabalho médio que um trabalhador necessita empregar, nas

¹¹⁴ No texto *As tarefas fundamentais da indústria e os trabalhos de direção*.

condições da produção em determinado período, para a produção de um determinado produto. A partir disso, se determinaria o nível provável de produtividade do trabalho para os respectivos ramos ou setores da economia. Estas normas tinham por objetivo organizar toda a produção e foram elaboradas para os diversos ramos de produção. Através das normas de trabalho se organizaria o tempo de produção, intercalado com o tempo de descanso, visando acompanhar o movimento da produtividade do trabalho (GONZÁLEZ, 1979; PÉREZ, 1981).

Esta primeira década da revolução foi avaliada como idealista pelo próprio Governo Revolucionário, devido à tendência a realizar transformações muito rápidas na perspectiva da transição ao socialismo, se consideradas as particularidades histórico-concretas de Cuba (RAUBER, 2003).

Sobre a participação política dos trabalhadores nas empresas estatais, durante este período foi prevista a necessidade de que os coletivos de trabalhadores atuassem na elaboração do plano, entretanto, a organização ainda se fundamentava no *centralismo democrático* difundido pela URSS. Dessa forma, o plano não deveria ser discutido em Assembleia geral de produção (onde estariam reunidos os trabalhadores em geral), em virtude de a elaboração do plano demandar discussões mais aprofundadas, as quais seriam possibilitadas a partir de um grupo de representantes. Por isso, participariam então: “[...] a direção da empresa, a direção do núcleo do Partido e seu comitê, representantes sindicais, uma representação dos trabalhadores [...]”, (PÉREZ, 1981, p.28). Após isso, os diretores poderiam alterar algum dos encaminhamentos destinados ao plano, se identificasse a sua necessidade. Portanto, as decisões tomadas a partir da participação política dos trabalhadores poderia sofrer alteração a posteriori, pela direção da empresa.

A “centralização democrática” prevista neste período não funcionou conforme se esperava, levando a um excesso

de burocratismo e centralismo nas decisões.

Os espaços de decisão no âmbito da produção são de fundamental importância para legitimar a defesa da transição ao socialismo, é o primeiro espaço de interação entre os interesses individuais e os interesses coletivos transpassados ainda pelos interesses de toda a sociedade. É no espaço da produção que o trabalhador deve compreender seu papel no âmbito da realidade e a partir do plano, identificar as motivações de seu trabalho e de sua produção. São os próprios trabalhadores os que melhor dominam aquela realidade concreta e, por isso, os que melhor podem contribuir quanto às decisões sobre a produção. A participação política dos trabalhadores na produção é um importante aspecto para a realização do processo de apropriação da produção, de modo que estejam postas inclusive as condições para superar o estranhamento - também resultado do processo de separação entre o homem e as condições objetivas necessárias à sua sobrevivência. De acordo com Mészáros (1981, p.117, grifo do autor) “[...] a alienação da atividade produtiva só pode ser superada de maneira final na *esfera da produção* [...]”.

A seguir abordar-se-ão as mudanças na década de 1980 até meados dos anos 1990 em relação especialmente as formas de propriedade em Cuba e a participação política dos trabalhadores.

3.2 As décadas de 1980 e 1990, as novas formas de propriedade e as mudanças na participação política nas empresas estatais

Neste subitem iremos contextualizar os acontecimentos da década de 1980 até meados da década de 1990, com o objetivo de identificar as particularidades que passam a apresentar as formas de propriedade e na participação política nas empresas estatais. Inicialmente, apontar-se-ão as contradições presentes neste período e que o

Governo Revolucionário buscou responder através da chamada *Retificação de erros e tendências negativas*. Este movimento trouxe novas particularidades a participação política no interior das empresas estatais. Em seguida, abordar-se-ão os desafios que o país enfrenta quando a contradição principal volta a se manifestar com grande intensidade em virtude da queda da URSS. Neste período, conhecido por *Período especial*, as formas de propriedade do país foram alteradas de maneira importante. A partir destas mudanças, bem como do estabelecimento da circulação concomitante de duas moedas na economia cubana, a forma de apropriação da produção pelos trabalhadores se alterou, assim como a participação política no interior das empresas estatais.

3.2.1 A Retificação de erros e tendências negativas e as novas particularidades da participação política nas empresas estatais

Ainda um pouco antes do que se denominou por *Retificação de erros e tendências negativas*, que se iniciou em 1986, é importante destacar os elementos que fundamentaram essa perspectiva de retificação, se apresentando como importantes contradições.

Cuba realizou durante a década de 1980 uma *Reforma Geral dos Salários*, com a intenção de promover um aumento nos valores dos salários mínimos relativos aos diversos cargos. Os salários não estavam vinculados aos resultados do trabalho, eram pagos independente da produção realizada. Entretanto, a nova escala salarial da década de 1980 visou ampliar a remuneração dos trabalhadores mais qualificados e daqueles que assumiam posições de direção, como forma de estímulo material (FERRIOL, 1998). Essa reforma visou remunerar de maneira diferenciada e estimular profissionais como médicos, pesquisadores, docentes, dentre outros. Também previa

remuneração diferenciada aos trabalhadores dos setores prioritários da economia cubana, como o açucareiro. Cabe destacar que, o salário médio mensal registra aumento progressivo desde o triunfo revolucionário até a década de 1980 (DÍAZ, 2010; RODRÍGUEZ; CARRIAZO, 1990; FERRIOL, 1998).

Na década de 1980, o mercado livre campesino se expandiu com o objetivo de ampliar o acesso da população cubana aos produtos alimentícios, esse caminho para suplementar a alimentação da população foi reconhecido como importante nos *Lineamentos Econômicos e Sociais do Quinquênio 1981-1985*, documento que apontou a necessidade por expandir esse setor (DÍAZ, 2010). Entretanto, a atuação desse mercado levou a venda de produtos mais caros e a algum nível de apropriação e concentração de riqueza em parte dos trabalhadores do campo. Nessa linha, aponta Fidel Castro em discurso de 1986, “[...] não eram campesinos trabalhando honestamente, [...] sim pessoas que, longe de obter salários honrados cultivando a terra, se enriqueciam comerciando, roubando, vendendo caro, caríssimo”, (CASTRO, 1988, p.3, tradução nossa). A partir da liberalização do mercado campesino, ocorreu também a expansão de atividades por conta própria.

O Trabalho por Conta Própria (TPCP) pode ser exercido pelos residentes permanentes em Cuba maiores de 17 anos. As atividades exercidas através do TPCP são especificadas pela legislação¹¹⁵ do país, sendo principalmente restaurantes, padarias, cabeleireiros e a prestação de serviços na área de pintura, mecânica, soldagem e outros. O trabalhador desta modalidade possui os mesmos direitos que os demais trabalhadores do país, acessando aos diversos serviços disponíveis através da distribuição e apropriando-se da riqueza socialmente produzida.

Assim, como Fidel Castro identificou as dificuldades

¹¹⁵ Atualmente regulamentado pela resolução 42/2013.

originadas no mercado livre campesino, no mesmo discurso de 1986 - realizado em comemoração ao *XXV Aniversário da Vitória de Playa Girón* -, Fidel levantou uma série de erros e tendências negativas ao processo revolucionário e de transição em curso, os quais deveriam passar por uma retificação. Estes erros e tendências negativas foram percebidos na esfera econômica, social, político-ideológica, na administração e planificação, nas relações de trabalho e demais instancias das relações de produção e sociais (DÍAZ, 2010; MARTÍNEZ, 1989).

A utilização de um sistema de planificação na economia cubana conforme era desenvolvido na URSS, um país muito maior e com necessidades de organização e gestão diferentes, levou a ampliação do centralismo das decisões, aumentou, por exemplo, a quantidade de Ministérios e organismo, fazendo crescer o burocratismo (RAUBER, 2003).

No âmbito mais concreto, foram identificados os seguintes problemas neste período: a multiplicação da burocracia; a apelação desmedida ao interesse material; desvio de recursos estatais e corrupção; a utilização de cargos e funções para obter privilégios e vantagens materiais; uma baixa produtividade do trabalho frente ao incremento das remunerações e da manutenção da taxa de ocupação, o que resultou em liquidez monetária acumulada em posse dos trabalhadores; o mercado livre campesino gerou desestímulo ao surgimento de novas cooperativas e impulsionou a atuação de especuladores de todo tipo. Nos locais de trabalho destacam-se: a indisciplina laboral, as ausências consecutivas e a flutuação de trabalhadores entre ocupações. A taxa de flutuação entre 1986 e 1988 foi de 13%, sendo que 10% foi registrada como de interesse dos próprios trabalhadores. Acerca das ausências no trabalho industrial, a média de tempo de trabalho perdido, considerando as faltas e interrupções, foi de 35 dias por trabalhador em um ano de trabalho (DÍAZ, 2010; MARTÍNEZ, 1989; FERRIOL, 1998).

A partir da identificação desses erros e tendências

negativas, entre 1986 e 1990, se inicia uma fase denominada de *Retificação de erros e tendências negativas*. Tal iniciativa recorreu à questão moral e ética que deveria integrar a defesa pelo projeto de sociedade socialista, tendo por intenção recuperar a disciplina no trabalho e eliminar as práticas ilegítimas presentes nos espaços de trabalho. Para isso, foram eliminados o mercado livre campesino, o sistema de premiação por produtividade no trabalho e a atividade por conta própria foi restringida. A política de trabalho passou a ser regida pelo Código do Trabalho revisado pela Resolução 51 de 1º de janeiro de 1989 (FERRIOL, 1998).

A *Retificação de erros e tendências negativas* se originou de contradições oriundas do próprio processo de transformação social em curso no país. Assim, segundo Martínez (1989, p.12), o país passa por uma “[...] análise, de retificação e mudanças, que não podem estar alheios ao que sucede no mundo; mas, que é parte de [seus] problemas e das forças fundamentais com que conta para avançar [...]”. Na mesma linha, afirmou Castro (1989, p.3) que, “[...] algumas das coisas que tem originado esses problemas a temos criado nós mesmos e devemos saber retificá-las oportunamente [...]”.

A *Retificação de erros e tendências negativas* necessitava do envolvimento de toda a população cubana para realizar-se, isso porque se tratava principalmente de mudanças na relação estabelecida entre a própria população e o projeto de sociedade que se visava sustentar. Segundo Martínez (1989, p.23), ao se referir à população cubana durante esse período, a “[...] retificação iniciada em 1986 é precisamente uma apelação as forças fundamentais com que contava [...]” o país, que é o povo organizado “[...] e os valores que a eles correspondem, forças criadas pela revolução”. Para isso, as organizações de massa do país cumpriram um importante papel, os membros do Partido, a Juventude Comunista e os CDR atuaram no sentido de identificar situações que fossem de encontro do processo de retificação, deveriam estar mais vigilantes (CASTRO, 1989).

A discussão sobre a *Retificação de erros e tendências negativas* também fez parte das assembleias de trabalhadores naqueles anos, sendo tema em todos os centros de trabalho do país. Dessa forma, reuniões com os representantes do Partido, da Juventude, do Sindicato e da Administração de cada empresa “[...] estão sendo celebradas anualmente, para analisar a fundo como marcha o processo e os problemas principais”, (MARTÍNEZ, 1989, p.32).

Toda a reflexão sobre do processo de retificação levou a modificações no caráter centralizado da planificação. As decisões fundamentais sobre o plano que antes estavam concentradas na JUCEPLAN, desde 1984 passaram a ser conduzidas por um coletivo de dirigentes, através de uma direção integrada da economia. Tal mudança permitia agilidade nas tomadas de decisões, evitando as transferências de decisões entre os setores. O plano passa a ser elaborado a partir de todos os níveis organizativos, no âmbito da economia como um todo, no âmbito territorial e institucional. Neste caso, inclusive nas empresas, sendo que nestas se deveria “[...] garantir a participação ativa dos coletivos laborais”, (MARTÍNEZ, 1989, p.26).

No ano de 1988, Fidel Castro apontou que provavelmente ainda estavam apenas iniciando a retificação, pois se tratava de um processo que duraria anos, havendo dois motivos fundamentais que justificariam essa duração: o primeiro é o enraizamento de algumas dessas contradições que originaram a retificação; o segundo e, de acordo com Martínez (1989, p.25) “[...] muito mais importante, é a compreensão de que somente utilizando os instrumentos fundamentais do poder popular [...], isso é, a ação de massa, consciente e organizada, será possível vencer [...]”, essas contradições.

Para refletir sobre a retificação é fundamental retomar o pensamento de Che, o qual apontou que o fortalecimento dos estímulos materiais em detrimento dos estímulos morais importaria desafios consideráveis à formação de valores (e da

própria consciência) mais compatíveis com o processo revolucionário em curso. É inegável que a priorização dada aos estímulos materiais conduziu ao surgimento dos desafios citados, próprios do processo revolucionário cubano.

A partir disso, se retoma o trabalho voluntário nos moldes de seu surgimento, mediante a organização dos trabalhadores em pequenas brigadas. Os trabalhadores receberiam seu salário normalmente, mas trabalhariam sem limite de tempo, trabalhariam todo o tempo necessário para conclusão da atividade, especialmente em atividades voltadas para atender as necessidades coletivas (MARTÍNEZ, 1989).

Estava explícito ainda neste período a necessidade de se desmontar o mecanismo de direção da economia ainda em vigor, o SDPE. O processo de retificação significou, portanto, uma ruptura com o modelo que foi parcialmente “importado” da União Soviética, sendo necessário pensar um novo sistema de direção para a economia cubana, visando o distanciamento das práticas organizativas fundamentadas em estímulos materiais e prêmios. Aqui se iniciou a redução do número de trabalhadores que eram considerados excessivos à produção das empresas (SANCHEZ, 2002).

É a partir do processo de retificação que se inicia a reflexão sobre a implantação de um novo sistema de direção da economia e que dará origem ao *Sistema de Perfeccionamiento Empresarial*. Em abril de 1986 se inicia a implantação deste novo sistema, com o objetivo de “[...] descentralizar funções e abrir a capacidade de gestão e de criatividade dos trabalhadores [e], liberar as forças produtivas que estavam atadas pelos mecanismos burocráticos [...]”, (RAUBER, 2003, p.15).

Portanto, algumas alterações na participação política dos trabalhadores nas empresas estatais e na própria organização da economia cubana se iniciaram antes da queda do bloco soviético. Fidel Castro começou a refletir sobre as contradições presentes no país e a necessidade e importância por ampliar suas relações econômicas com outros países

antes ainda da queda do denominado *campo socialista*, com a expectativa de não permanecerem vinculados a apenas uma base tecnológica e de comércio internacional.

3.2.2 O Período Especial e as novas determinações nas formas de propriedade

Antes de ingressar na década de 1990, Cuba já havia iniciado uma abertura para o setor de turismo, o que foi aprovado a partir da primeira lei de investimentos estrangeiros (decreto-lei nº50 de 1982¹¹⁶) (RAUBER, 2003).

Mesmo diante dos desafios e contradições que se buscou responder com a *Retificação de erros e tendências negativas* durante a década de 1980, Cuba registrou grandes avanços em termos econômicos e sociais se considerado todo o período revolucionário. Os salários passaram de 108 pesos em 1970 para 187 pesos cubanos na década de 1980. A produção agrícola aumentou chegando a dobrar para praticamente todos os tipos de produtos¹¹⁷, por exemplo, a produção de arroz em 1958 era de 225.700 toneladas e passou para 517.644 toneladas em 1983, sendo que o consumo de calorias se ampliou progressivamente desde 1959, chegando a 2.914 calorias em termos de consumo médio por pessoa. Ampliou-se significativamente o acesso da população a bens de consumo como vestuário e eletrodomésticos, como refrigeradores, máquinas de lavar roupa, rádio e televisão. Na educação, tem-se uma ampliação abrupta do número de estudantes formados para cada nível educacional. Na saúde, o número de hospitais passa de 4 em 1958 para 68 na década de 1980 (RODRÍGUEZ; CARRIAZO,

¹¹⁶ Que versa *Sobre a Associação econômica entre entidades cubanas e estrangeiras*. Essa lei subsidiará a relação entre o Governo Cubano e as empresas hoteleiras internacionais que iniciarão seus investimentos no país.

¹¹⁷ Para averiguar esses números, vale consultar Rodríguez; Carriazo (1990).

1990). Estes são apenas alguns números que retratam a que e a quem veio à Revolução Cubana.

Estes números sofrem drástica alteração com a ocorrência do denominado *Período especial*¹¹⁸. Este se inicia em fins da década de 1980 e início de 1990, e é fundamentalmente provocado pela queda do bloco soviético. A partir de então, Cuba passa por insuficiências significativas na produção econômica e no acesso a diversos produtos. O país enfrenta uma contração nas importações da ordem de aproximadamente 75% em princípios da década de 1990 e, como consequência, teve que ampliar e acelerar o estabelecimento de relações com outros países, sendo estes integrantes da economia capitalista mundial (FERRIOL, 1998).

Devido à abrupta redução das importações, em 1993 o PIB cubano já havia diminuído 35% em relação ao de 1989, ainda em 1988 ocorre uma redução significativa na oferta de produtos indispensáveis à população, sendo que dos 1.560 artigos que ficavam disponíveis, apenas 11% se encontrava permanentemente no mercado racionado/ normado (distribuídos através da libreta); em torno de 35% estavam disponíveis esporadicamente e aproximadamente 54% não eram ofertados há algum tempo. O acesso aos produtos em geral sofre uma retração de 31% nos primeiros anos da década de 1990 (DÍAZ, 2010).

Os produtos passaram a ser quase que completamente ofertados pelo mercado racionado/normado, sofrendo este retração considerável. Diante disso, o acesso aos

¹¹⁸ O termo mais conhecido é *Período especial*, mas o termo completo seria *Período especial em tempos de paz* derivado do termo *Período especial em tempo de guerra*. Isto porque o plano que passou a ser aplicado na década de 1990 foi previamente elaborado pelo Governo Cubano durante a Guerra Fria, com a intenção de enfrentar as dificuldades advindas de uma possível guerra entre os EUA e a URSS, como a escassez de alimentos e combustíveis. Entretanto, as dificuldades vieram do fim do “campo socialista” e não devido a uma situação de guerra.

alimentos chegou a níveis críticos, abaixo do requerido nutricionalmente para uma dieta alimentar básica. Neste período, o consumo médio de calorias por pessoa era de 1.863 calorias, o que significava apenas 65% da média de calorias ingerida por uma pessoa em 1989 (DÍAZ, 2010; FERRIOL, 1998; RAUBER, 2003).

A retração na produção, na importação e, conseqüentemente, na distribuição de produtos através do mercado racionado, culminou no incentivo e expansão do denominado mercado negro, onde circulam produtos não autorizados pelo Governo. Esses produtos passaram a ser mais procurados pela população cubana e estima-se que em 1993 sofreram um aumento de preço de aproximadamente 40 vezes em relação aos preços de 1989. A política de manter os trabalhadores em seus empregos e com os respectivos salários possibilitou o acesso à esse mercado, até o momento em que a elevação dos preços dificultou o acesso de grande maioria dos trabalhadores. Mantendo-se os salários e sem condições de obter produtos em quantidade e variedade suficientes, a liquidez monetária cresceu drasticamente nas mãos da população (FERRIOL, 1998).

Nesse contexto de crise, há também um aumento na desigualdade social, especialmente por conta das variações nas formas/ vínculos de trabalho e nos valores das remunerações. A título de exemplo, alguns integrantes das classes trabalhadoras obtinham remunerações não equiparadas à intensidade e especificidade de seu trabalho, recebendo inclusive melhor que outros trabalhadores mais qualificados, em virtude de atuarem na venda de produtos no mercado negro. Os trabalhadores do campo, os intermediários e os donos de alguns restaurantes, passaram a ter rendas superiores se comparados aos trabalhadores assalariados do setor estatal (FERRIOL, 1998; TOGORES; GARCÍA, 2002). Vale salientar que, esse novo desafio, oriundo das condições concretas da transição em Cuba durante o *Período especial*, destoa significativamente das dificuldades presentes no

interior de países em que domina o modo de produção capitalista. Os avanços (sobretudo sociais e culturais) da Revolução Cubana são incomparáveis com as condições a que estão subjugados a grande maioria dos trabalhadores dos demais países da América Latina e Caribe.

O *Período especial* contou com maior concessão de licenças para atividades por conta própria¹¹⁹, com o objetivo de aumentar a oferta de produtos e a renda familiar. Em setembro de 1993 decide-se pela criação das *Unidades Básicas de Produção Cooperativa* (UBPC) nas terras agrícolas, de propriedade estatal, mas com a gestão cooperada. Ocorre também a entrega de terras ociosas a famílias com fins de organização em cooperativas. Coloca-se neste momento a necessidade de expansão de formas de propriedade não estatais e variadas, como alternativa vislumbrada para estimular e incrementar os níveis de produção e garantir o acesso a produtos necessários ao atendimento das necessidades da população cubana, (ALVAREZ; HARNECKER; CRUZ, 2011; FERRIOL, 1998).

Até meados de 1995, atuavam por conta própria aproximadamente 204 mil trabalhadores cubanos, estavam em empresas mistas aproximadamente 52 mil, nas UBPC havia aproximadamente 270 mil cooperativistas, sendo que mais de 15 mil famílias receberam terras para cultivo e abastecimento familiar. Registra-se ainda a presença de 19 mil trabalhadores disponíveis, dos quais 60% recebiam garantia salarial e, em torno de 07 mil, estavam alocados em atividades de trabalho temporárias (FERRIOL, 1998).

Este cenário é acirrado pela permanência e fortalecimento¹²⁰ do bloqueio americano e os imensos

¹¹⁹ A partir da aprovação do Decreto Lei 141/1992. Dois anos depois, tem-se a aprovação do Decreto Lei 192/1994 que prevê a possibilidade de comercialização dos produtos de origem contrapropista e alguns produtos estatais, segundo os preços de mercado.

¹²⁰ Através da aprovação da lei Torriceli em 1992 e da lei Helms-Burton de 1996.

empecilhos em comercializar com os diversos países do mundo. A crise é enfrentada pelo Governo mediante o compromisso de não gerar perdas às conquistas e benefícios concedidos à população desde o início do processo revolucionário até aquele momento. Em virtude disso, tem-se a defesa ao máximo dos níveis de igualdade conquistados pelo país através da manutenção da remuneração, dos vínculos de trabalho, dos níveis de saúde, educação e seguridade social, bem como se mantém a distribuição equitativa dos produtos disponíveis no país (FERRIOL, 1998; RAUBER, 2003).

Outra medida fortalecida neste contexto foi a abertura para o turismo estrangeiro, que já havia sido iniciada antes ainda da década de 1990. Com esta medida, a intenção foi ampliar a entrada de divisas e possibilitar a manutenção de relações de importação e exportação necessárias ao abastecimento da demanda interna. Ocorre uma mudança no sistema de planificação centralizada, visto que consta na economia cubana a presença de empresas mercantis com esquemas de autofinanciamento e representações de firmas estrangeiras. Segundo Ferriol (1998, p.37) “[...] este setor opera em divisas, se autofinancia com relativa independência em relação ao plano e se organiza sobre bases legais e institucionais próprias”.

Desde então, a economia cubana mantém o setor estatal e o setor não estatal. Com o intuito de organizar a relação entre esses setores, tem-se a regulamentação das obrigações fiscais e do regime de trabalho que deve vigorar nas denominadas empresas mistas. Criam-se assim as *Empresas Pontes* que seriam encarregadas de negociar as condições e relações de trabalho dos trabalhadores cubanos nas empresas mistas, fazendo o papel de selecioná-los, negociar sua remuneração e seus benefícios, garantindo ainda os benefícios concedidos a toda população cubana (FERRIOL, 1998). As empresas mistas caracterizam uma forma particular de propriedade, a propriedade mista, que de acordo com Amenteros (2002, p. 131) trata-se de “[...] uma forma

transicional entre a propriedade privada capitalista e a propriedade socialista”. Entende-se aqui que é a forma de propriedade privada capitalista que deverá tender ao desaparecimento no processo de transição ao socialismo, devendo ser gradativamente substituída por formas de propriedade que visem à apropriação social da produção. Em Cuba, o Governo Revolucionário identificou a necessidade desta forma de propriedade como caminho para potencializar (de maneira regulamentada) a presença do capital estrangeiro no país, sendo esta uma das vias de enfrentamento as dificuldades impostas pelo *Período especial*.

A expansão das atividades por conta própria, a abertura estrangeira e a permissão de funcionamento ao mercado agropecuário, alteraram as formas de propriedade existentes no país.

Diante deste contexto, que conta com a propriedade estatal e outras formas de propriedade, alguns autores irão apontar que se organizou em Cuba um *sistema de propriedade social* sobre os meios de produção. Há autores que denominarão as empresas estatais como *empresas estatais socialistas* e afirmarão que na economia cubana funciona “[...] o setor privado capitalista e o setor socialista, como tipos socioeconômicos, que possuem caráter antagônico [...]” (AMENTEROS, 2002, p.67, tradução nossa). Aqui se percebe uma influência importante do que vigorou por anos na URSS, a ideia de que as formas de propriedade estatal e cooperativa seriam representativas da sociedade socialista, mas as outras formas de propriedade deveriam ser superadas, pois representariam o modo de produção capitalista. O movimento de passagem de um modo de produção a outro deve ser entendido a partir de um processo dinâmico de transição, e, na medida em que se caracterizam elementos como estáticos ou como se funcionassem de maneira concomitante dois sistemas econômicos num mesmo país, esta ideia de movimento e de trânsito, como sendo uma totalidade, se perde.

Conforme já dito, haverá a presença de várias formas de propriedade no processo de transição ao socialismo e isso ocorre exatamente porque se trata da passagem de um modo de produção a outro. Assim, são conservados elementos da sociedade anterior, especialmente os relativos aos avanços da humanidade até aquele momento histórico, ao mesmo tempo em que se nega e supera outros desses elementos (de forma gradativa), dando espaço ao surgimento das novas relações de produção.

Diante dos desafios colocados durante o *Período especial* à Cuba, a partir de 1993¹²¹ o Governo instituiu outras medidas que vislumbravam melhorar a situação econômica do país. Algumas dessas medidas foram: a ampliação de investimentos estrangeiros no país; a despenalização da posse de dólares por cubanos e criação de *tendas de recuperação de divisas*, na qual passam a ser vendidos produtos em dólares, com o intuito de arrecadar divisas para o Governo. Tais aspectos imprimiram uma nova dinâmica na relação entre o acesso à renda e aos produtos para consumo (FERRIOL, 1998; TOGORES; GARCÍA, 2002).

Especialmente as remessas de divisas recebidas do exterior pelas famílias residentes em Cuba, tem gerado um incremento da renda da população desde o início da década de 1990. Sobre as remessas recebidas do exterior, Togores e García (2002, p.7, tradução nossa) irão afirmar que, “[...] se bem não se pode determinar com exatidão sua quantia, por não chegar ao país, em sua maioria, através de transferências bancárias, podemos, ao menos, falar de uma tendência ascendente [...]”, considerando que há uma progressiva ampliação das vendas nas *tendas de recuperação de divisas*. Neste sentido, se evidencia outro desafio importante a ser

¹²¹ Em agosto de 1993 foi aprovado o Decreto-Ley nº140, o qual eliminou a antiga penalização pela posse e uso de divisas, permitindo ainda a abertura de contas em dividas nos bancos nacionais o que facilitou o envio de remessas desde o exterior (CARCANHOLO, NAKATANI, 2002).

enfrentado pelo país, segundo Togores e García (2002, p.7, tradução nossa), “[...] a perda de relevância do salário como fonte de ingressos e estímulo ao trabalho obrigou à implementação de diferentes sistemas de estimulação e a busca por melhores desempenhos [...]”. O trabalho e a produtividade do trabalhador (especialmente no setor estatal) vai progressivamente deixando de ser a via fundamental de acesso à renda e conseqüentemente a diversos produtos. Se comparado com os períodos anteriores, percebe-se que o salário vai deixando de ser a fonte de renda principal das famílias cubanas. Na década de 1970, por exemplo, os salários representavam uma média de 77 % da renda familiar, mantendo-se ao redor de 75 % na década de 1980; sendo que a partir da década de 1990 cai para uma média de 56%. Esta redução vai progressivamente sendo compensada pela entrada de divisas estrangeiras no país.

Neste período, o dólar passa a circular na economia cubana juntamente com a moeda do país, o peso cubano. Já em 1994 foi criada uma nova moeda com valor correspondente ao dólar, o *peso conversível* (CUC), (CARCANHOLO, NAKATANI, 2002). Passam a circular no país essas duas moedas, estando em vigor a *dualidade monetária*, sendo o cambio entre elas de \$ 1,00 (peso conversível) = MN 25,00 (pesos cubanos ou moeda nacional).

Com a expansão do setor de turismo, ampliaram-se os serviços ofertados via atividades por conta própria, sendo que grande parte da população passou a ser remunerada pelo CUC nestes setores, o que difere do setor estatal, no qual a remuneração é realizada pelo peso cubano. Assim, se inicia uma redução dos vínculos de trabalho no setor estatal e uma progressiva expansão dos vínculos junto aos setores que estavam surgindo. Mesmo assim, o setor estatal é responsável até 1997, por 76, 6% dos vínculos de trabalho, (TOGORES; GARCÍA, 2002).

As mudanças implementadas com o intuito de retomar a economia começaram a apresentar pontos positivos no ano

de 1993, ano em que se considerou iniciar a recuperação do *Período Especial*. A partir de 1994 há uma recuperação em relação aos produtos alimentícios, que tem sua oferta ampliada até os anos 2000. Entretanto, não houve uma retomada expressiva da economia no sentido de ofertar produtos como: eletrodomésticos, roupas e calçados; que também eram em sua maioria importados dos países pertencentes ao bloco soviético (TOGORES; GARCÍA, 2002).

Há também particularidades quanto à participação política dos trabalhadores neste período. Este contexto registra um desestímulo ao trabalho nas empresas estatais, sendo estas marcadas pela necessidade de rever sua organização. Nessa linha, já estava indicada a necessidade pela elaboração de um outro sistema de direção da economia, o que estava posto desde o processo de *Retificação de erros e tendências negativas*. Durante o *Período especial* alguns Ministérios adotaram sistemas diversos para organização de suas atividades internas, sendo que se destacou o *Sistema de Perfeccionamiento Empresarial* adotado pelo Ministério das Forças Armadas (MINFAR) desde 1987. Este Sistema está pautado na ampliação da participação política dos trabalhadores nas empresas estatais e foi implantado no MINFAR com a intenção de negar aspectos do centralismo e burocratismo ainda presentes nas decisões tomadas nas empresas estatais.

Após 10 anos dessa experiência no MINFAR e da avaliação positiva sobre sua aplicação, o V Congresso do PCC em 1997 aponta a necessidade por estender o *Perfeccionamiento Empresarial* para os outros ramos da economia cubana. Assim, desde 1998, Cuba passa a expandir este sistema que procura fortalecer mecanismos de participação política e de decisão pelos trabalhadores no âmbito das empresas estatais. Sobre este sistema, apontar-se-ão considerações no próximo capítulo.

3.3 As várias formas de propriedades e os desafios à participação em Cuba a partir da década de 1990

Neste capítulo buscou-se apontar as mudanças realizadas em Cuba nas primeiras décadas após a tomada do poder pelo movimento revolucionário. Desde os primeiros anos, e mesmo diante dos desafios que a transição ao socialismo em Cuba enfrenta, há significativos avanços no país quanto às alterações nas formas de propriedade e na participação política dos trabalhadores nas decisões da sociedade em geral e nas empresas estatais. Estas mudanças ocorrem no sentido de aprofundar o processo de apropriação social da produção.

Muitos são os desafios impostos ao país a partir da década de 1990. O já supracitado *Período especial* oriundo da queda URSS e da ausência de outras revoluções com caráter socialista - até a ascensão de Hugo Chávez na Venezuela¹²².

De acordo com Amenteros (2002), marca ainda o continente Latino americano e caribenho o processo de internacionalização do capital na perspectiva neoliberal, que agravou as contradições do capitalismo neste continente. Reforça-se o domínio dos EUA no que se refere ao poder econômico, político e bélico. Este país é o grande defensor do neoliberalismo como alternativa única para superar as contradições do capitalismo, especialmente na América Latina, fazendo a defesa pela expansão do mercado em todas as esferas da vida social. Na década de 1990, a maior parte dos países da América Latina passou a incorporar os ditames estabelecidos pelo Consenso de Washington¹²³, e, se inicia na

¹²² Não há espaço neste trabalho para avaliar o caráter da Revolução, as mudanças instituídas na Venezuela a partir de Hugo Chávez e depois de seu falecimento. Entretanto, pode-se afirmar que este processo revolucionário se deu em contraposição direta ao Imperialismo estadunidense e numa perspectiva anticapitalista.

¹²³ O Consenso de Washington se baseou no texto do economista norte-americano John Williamson, o qual relacionou um conjunto de medidas que deveriam ser adotadas pelos países periféricos no

região uma onda de privatizações, de demissões, de reestruturação com maior flexibilização das relações de trabalho. Tem-se nestes países a ampliação das desigualdades sociais, do exército industrial de reserva e da condição de pobreza de grande parte dos trabalhadores; se aprofunda a exploração do trabalho, o processo de precarização das relações e condições de trabalho. Desafios estes que tem se aprofundado diante da continuidade da crise estrutural do capital deflagrada na década de 1970 (MÉSZÁROS, 2011).

Após a queda da URSS, a derrota ideológica no sentido da defesa de revoluções com caráter socialista é considerável, pois passou a haver frequente associação, por parte do senso comum em geral, entre o que seria uma sociedade socialista e o que se configurou por “socialismo real”. Assim, o projeto cubano sustentou-se e passou pela década de 1990 e pelo *Período especial* mantendo os avanços fundamentais adquiridos desde a tomada do poder em 1959.

Mesmo assim, após esse período se expressam outros desafios importantes, como: o acesso desigual dos trabalhadores a diversos produtos devido à dualidade monetária e as diferenças de remunerações entre os setores; a redução gradativa de trabalhadores atuando no setor estatal e fortalecendo setores vinculados ao turismo; a baixa taxa de natalidade associada a alta importante na expectativa de vida população, dentre outras questões.

Além dos desafios postos a relação com a produção, e, de caráter mais estrutural, há conseqüentemente desafios importantes relativos ao âmbito da superestrutura, como a manutenção da forma representativa a partir de Partido único e o não reconhecimento de parte dos trabalhadores; a

intuito de superar dificuldades macroeconômicas. Estas medidas referem-se à disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma fiscal, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro com eliminação de restrições, privatização de estatais, desregulamentação das leis econômicas e trabalhistas, direito à propriedade intelectual.

interferência ideológica do capitalismo internacional, junto principalmente a população mais jovem, também em virtude da abertura para o turismo; a presença de elementos do centralismo na participação política e decisões no âmbito das empresas estatais; dentre outras questões.

Refletir-se-á no próximo capítulo sobre estes e outros desafios recentes ao processo revolucionário cubano, com a intenção de analisar a participação política dos trabalhadores nas empresas estatais de Cuba, considerando o contexto de *Actualización del Modelo Económico y Social*. Este ponto não pode ser compreendido fora do contexto maior, de totalidade, que envolve o país, suas particularidades históricas, seu processo revolucionário e a opção por realizar a transição para o socialismo.

4

A CONTEMPORANEIDADE DA REVOLUÇÃO CUBANA E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS ESTATAIS

Neste último capítulo, pretende-se refletir sobre a participação dos trabalhadores nas empresas estatais no contexto mais recente da Revolução Cubana. Após o período especial, e, considerando a permanência da dependência por matérias-primas fundamentais e bens de consumo diversos (condição agravada pela continuidade do bloqueio americano), é importante considerar quais mudanças estão sendo realizadas no país a partir dos anos 2000 com a intenção de sustentar o projeto societário de transição ao socialismo. Para isso, o capítulo que segue será subdividido em mais três itens, sendo que os dois primeiros também possuem subdivisões internas. No primeiro item, apontar-se-ão os aspectos relativos à *Actualización del Modelo Económico y Social cubano*, as particularidades que passam a apresentar as formas de propriedade e o papel da empresa estatal. Já no segundo item deste capítulo, pretende-se refletir sobre a forma política de participação dos trabalhadores no âmbito da sociedade em geral e a participação política dos trabalhadores nas empresas estatais cubanas atualmente, considerando os mecanismos adotados e os desafios à participação no interior das empresas estatais. No terceiro e último item, pretende-se realizar uma reflexão de fechamento do capítulo, alinhando o debate em torno das formas de propriedade com aquele relativo à forma política e a participação política, como elemento fundamental para apropriação social da produção nos processos de transição ao socialismo.

4.1. A *Actualización del Modelo Económico y Social cubano* e as mudanças nas formas de propriedade

Neste item, inicialmente, apontar-se-ão aspectos mais gerais acerca do contexto atual do país, avaliando os desafios dos anos 2000 e também as medidas adotadas para seu enfrentamento. Assim, serão consideradas as medidas internas, as relações internacionais estabelecidas e o processo de *Actualización del Modelo Económico y Social cubano*, iniciado principalmente a partir de 2011, com a aprovação do documento *Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución*. Em seguida, pretende-se realizar uma reflexão acerca das formas de propriedade atualmente presentes no país e o papel destinado a empresa estatal neste contexto.

4.1.1. O contexto de *Actualización del Modelo Económico y Social cubano*

O texto que segue tem por objetivo compreender o atual contexto de *Actualización del Modelo Económico y Social cubano*, considerando as mudanças internas e no âmbito das alianças internacionais, as quais passam a caracterizar a economia cubana a partir deste período.

Durante os anos 2000, o Governo Revolucionário Cubano continuou buscando estratégias para recuperar-se das consequências do *Período Especial*, pois mesmo sendo feitos todos os esforços no sentido de manter os ganhos sociais da Revolução Cubana – como garantir aos trabalhadores os vínculos de trabalho, os salários, as pensões de todos os beneficiários e sustentar a oferta dos serviços de saúde e educação – a escassez de recursos financeiros teve um impacto negativo na oferta de diversos produtos e serviços. Durante o *Período Especial* faltaram alimentos, combustível, o serviço de eletricidade, transporte e comunicação, conforme se apontou no capítulo anterior

(GARCÍA; ANAYA, 2010).

Cuba registra um gradativo processo de envelhecimento de sua população aliado à baixa taxa de natalidade do país, ocasionando a inversão da pirâmide demográfica. Atualmente, a maior parte da população cubana possui idade entre 40 e 59 anos, sendo que em torno de 20% da população possui idade superior a 60 anos (ONEI, 2016). A população de 0 a 14 anos já representa o menor grupo populacional do país, sendo 16,5% da população total (ONEI, 2016). O Governo Cubano indica o envelhecimento populacional como um dos desafios postos ao país atualmente (CUBA, 2016).

Outros desafios recentes identificados pelo Governo Cubano são: o desequilíbrio entre a disponibilidade e a necessidade de divisas; a obsolescência tecnológica; a falta de organização, disciplina e controle; a subutilização da base produtiva; a baixa taxa de natalidade; a migração de trabalhadores para outros países ou para atividades de menor qualificação dentro do próprio país; as limitações para satisfazer as múltiplas necessidades da população, que juntamente com a dualidade monetária e cambiária, tem ampliado as diferenças econômicas e sociais no país (CUBA, 2016). Estas dificuldades se somam à baixa produtividade do trabalho e as “[...] manifestações de corrupção, delitos, indisciplinas e outras formas de marginalidade social” (CUBA, 2016, p.05, tradução nossa). Estes últimos aspectos indicam contradições de ordem moral e ética, apresentando-se também como limites às alterações que se pretende no interior de uma sociedade que tem por projeto transitar para o socialismo.

Outra questão é que a atual geração de jovens não vivenciou o processo revolucionário nem as contradições que potencializaram seu surgimento – especialmente a profunda relação de exploração e opressão dos EUA para com Cuba e a condição de extrema pobreza a que a população da ilha esteve submetida por anos. Esta questão geracional também se

coloca como desafio, pois pode afetar a sustentação ideológica necessária ao movimento revolucionário cubano (em permanência). Conforme aponta Marcos Portal em entrevista à Isabel Rauber, “[...] durante trinta anos [criamos] valores que temos que preservar, sobretudo com a juventude que não viveu a etapa do capitalismo [...]”, (RAUBER, 2003, p.19, tradução nossa). E ainda de acordo com Gonzáles; García e Pérez (2012, p.13, tradução nossa), “[...] em média 95% [dos trabalhadores] começaram sua vida laboral depois de 1959, e por isso não possuem vivências da situação laboral na etapa capitalista e, conseqüentemente, é impossível estabelecer comparações [...]”.

Além destes elementos, Cuba enfrentou outro desafio que foi a passagem de 16 furacões entre 1998 e 2008, ocasionando perdas diversas, especialmente no que se refere à construção civil.

A partir das mudanças iniciadas na década de 1990 – como o fortalecimento das atividades de turismo, a legalização da circulação de divisas estrangeiras, a autorização de remessas de divisas desde o exterior, a ampliação da exportação de serviços profissionais e outras -, tem-se um aumento considerável da entrada de divisas no país, o que possibilitou, em pouco mais de uma década, uma recuperação importante no crescimento econômico. Registrou-se até 2003 taxas médias de crescimento em torno de 2,9%, sendo que entre 2004 e 2008 se alcança uma média anual de 8%, (PÉREZ, 2010).

A taxa de crescimento econômico a partir do ano de 2004 se deve fundamentalmente a relação comercial internacional, pois ao considerar o desempenho do setor produtivo nacional (agricultura, mineração e indústria), tem-se no mesmo período um crescimento econômico que não ultrapassa 1% (PÉREZ, 2010). Portanto, se mantém a contradição principal a ser enfrentada por Cuba, qual seja sua condição de dependência econômica, o fato de ser um país subdesenvolvido e ainda bloqueado economicamente – o

que impôs ao país condições mais difíceis quanto à importação de bens, o acesso a tecnologias e técnicas desenvolvidas em âmbito mundial, dentre outros. Cuba segue então dependente do comércio internacional para acessar produtos diversos.

A título de exemplo, entre 2010 e 2015, Cuba gastou com a importação de bens em média 13.033 milhões de pesos ao ano, e, recebeu com suas exportações de bens em média 5.185 milhões de pesos ao ano. Ou seja, os gastos com a importação de bens são significativamente superiores às exportações, sendo relativamente compensados na balança comercial do país pela relação entre a exportação e importação de serviços, conforme expresso na Tabela 1 abaixo. Estes serviços são especialmente nas áreas de saúde e educação.

Tabela 1. Importação e exportação de bens e serviços em milhões de peso

| Importação e exportação de bens e serviços | | | | | | | |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| Exportação e Importação/ Ano | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | Média |
| Importação de bens | 10.689 | 14.019 | 13.869 | 14.773 | 13.101 | 11.745 | 13.033 |
| Exportação de bens | 4.754 | 6.170 | 5.899 | 5.566 | 5.149 | 3.572 | 5.185 |
| Importação de serviços | 711 | 1.060 | 1.019 | 829 | 764 | 846 | 871,5 |
| Exportação de serviços | 9.765 | 11.149 | 12.760 | 13.027 | 12.663 | 11.369 | 11.789 |

Fonte: ONE, *Oficina Nacional de Estadística e Información, La Habana, 2016.*

Elaboração própria.

A exportação de serviços cubanos para outros países, durante os anos 2000, foi fortalecida a partir do estreitamento das relações com alguns países da América Latina. Em 30 de outubro de 2000 foi assinado o *Convenio Integral de Cooperación* pelos representantes máximos de Cuba e Venezuela à época, Fidel Castro Ruz e Hugo Chávez Frias, respectivamente. Desde então, estes países se comprometeram a executar programas e projetos de cooperação, sendo as ações nas áreas de saúde e educação a maior contribuição do Governo Cubano e melhores preços na

venda de petróleo a Cuba, por parte do Governo Venezuelano.

A partir daí Cuba começa a contribuir com diversas missões na Venezuela. A *Misión Barrio Adentro* pretendeu ofertar serviços de saúde a mais de 17 milhões de venezuelanos. Em abril de 2003 foram atuar na Venezuela 58 médicos cubanos, chegando a participar desta missão mais de 30.000 trabalhadores da saúde até o ano de 2006. Além da atenção primária, foram ofertados serviços de odontologia e de ótica (com a entrega dos óculos). Os médicos atuavam em local específico, onde contavam com medicamentos e equipamentos suficientes para atender em torno de 95% das doenças mais comuns¹²⁴ (GARCÍA; ANAYA, 2010). Através da *Misión Barrio Adentro*, já em 2015, estavam funcionando na Venezuela 568 Centros de Diagnóstico Integral (CDI), 585 Salas de Reabilitação Integral (SRI) e 35 Centros de Alta Tecnologia (CAT), havendo sido distribuídas em todo o país mais de 617 milhões de consultas médicas gratuitas, tendo sido salvas mais de 1 (hum) milhão de vidas¹²⁵.

A partir de 2004 tem-se a formação da *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América* (ALBA). Esta surgiu sob a denominação de *Alternativa Bolivariana para las Américas* e trata-se da união de países da América Latina e Caribe que objetivam realizar cooperação e integração social, econômica e política¹²⁶. A ALBA foi fundada em *La Habana*, em 14 de dezembro de 2004, inicialmente a partir da aliança

¹²⁴ Sobre as diversas Missões específicas e outras informações quantitativas e qualitativas acerca da atuação médica de Cuba na Venezuela, consultar o texto *Relación entre desarrollo social y económico* de Anicia García Álvarez y Betsy Anaya Cruz (2010).

¹²⁵ As informações foram divulgadas pela Telesur em 30 de outubro de 2015, por meio de matéria televisiva e pelo site.

¹²⁶ A ALBA cumpre o papel político de contrapor-se à ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), outro bloco econômico. Este, projetado pelos EUA, está desde os ataques ocorridos em *11 de setembro de 2001* com as negociações para sua realização interrompidas – o que redirecionou a política externa norteamericana para o Oriente Médio.

entre Cuba e Venezuela, havendo sido firmado acordo¹²⁷ entre os dirigentes destes países (CASTRO; CHÁVEZ, 2004). Em 2005 a Bolívia se integra a ALBA, sendo firmado acordo pelo Presidente Evo Morales Amaya. Em 28 e 29 de abril de 2006, os três países assinaram o *Acuerdo para la aplicación de la Alternativa Bolivariana para los pueblos de nuestra América y el Tratado de Comercio de los Pueblos*, onde foram previstas ações a serem realizadas por cada país, bem como ações conjuntas (MORALES; CHÁVEZ, 2006). Atualmente fazem parte da ALBA: Cuba, Venezuela, Bolívia, Nicarágua, Equador, Dominica, Antigua e Barbuda, São Vicente e Granadinas. A partir de 2004, além das relações internacionais com os países integrantes da ALBA, Cuba também fortaleceu relações comerciais e financeiras com outras nações, destacando-se entre elas: China, Vietnã, Rússia, Angola, Brasil e Argélia (CUBA, 2011).

No ano de 2005, ocorreu a primeira Reunião Cuba-Venezuela para implementar a ALBA, na qual se acordou a expansão da *Misión Milagro* para os demais países da América Latina e Caribe. Esta missão surgiu na Venezuela e foi coordenada por médicos cubanos, objetivando possibilitar atenção cirúrgica em Cuba de maneira gratuita a todos os doentes de cataratas e outras enfermidades visuais, garantindo ainda os gastos com passagens e hospedagens do enfermo e seu acompanhante. Já em 2010, mais de 11 países do Caribe haviam se beneficiado com este programa (GARCÍA; ANAYA, 2010). A *Misión Milagro* segue em vigor atualmente e já possibilitou tratamento cirúrgico a mais de 2 milhões e 500 mil venezuelanos doentes de enfermidades visuais, de forma totalmente gratuita¹²⁸.

Na área da educação constituiu-se a *Misión Robison*, iniciada em maio de 2003 na Venezuela e que objetivou

¹²⁷ Denominado de *Acordo entre o Presidente da República da Venezuela e o Presidente de Cuba, para a aplicação da ALBA*.

¹²⁸ As informações foram divulgadas pela Telesur em 30 de outubro de 2015, por meio de matéria televisiva e pelo site.

eliminar o analfabetismo neste país. Cuba contribuiu com livros, equipes, proposta pedagógica e métodos de alfabetização, que foram adequados à realidade venezuelana. Com apenas uma campanha foi possível alfabetizar mais de 1 (hum) milhão e meio de pessoas. O método de alfabetização denominado *Yo sí puedo*, usado na *Misión Robinson* no ano de 2010, estava sendo utilizado por mais 20 países, entre eles a Nicarágua, o México, o Haiti, o Timor Leste, a Nova Zelândia, o Moçambique e a Nigéria (GARCÍA; ANAYA, 2010). Até o ano de 2015, a *Misión Robinson I y II* já havia alfabetizado e formado até o sexto grau mais de 2,8 milhões de venezuelanos¹²⁹.

Cuba e Venezuela já mantêm mais de 16 anos de cooperação internacional, garantindo a continuidade das diversas missões e programas na área social e a colaboração econômica entre os países. Em dezembro de 2016 o Governo Cubano anunciou a continuidade do *Convenio Integral de Cooperación* entre Cuba e Venezuela, o que foi acordado durante a *XVII Comisión Intergubernamental* em Caracas (Venezuela). Durante o evento foi destaque a prioridade dada à atenção médica, a formação de doutores, a oferta de medicamentos e o fomento à produção de medicamentos pela Venezuela¹³⁰.

Outro exemplo de cooperação internacional e da exportação de serviços se deu com a formação do *Contingente Internacional Henry Reeve*, em 19 de setembro de 2005. Trata-se da formação de um grupo de médicos cubanos especializados em situações de desastre e grandes epidemias, destinados a atender em qualquer parte do mundo. Este grupo prestou apoio a diversos países que enfrentaram situações de terremoto, como Peru, Indonésia e Paquistão, além de países atingidos por fortes chuvas e tempestades, como a Guatemala e a Bolívia (GARCÍA; ANAYA, 2010).

¹²⁹ Vide nota de rodapé anterior.

¹³⁰ O anúncio se deu através de matéria publicada no periódico oficial do Governo Cubano, o *Granma*, em 23 de dezembro de 2016.

Neste contexto de novas particularidades quanto à inserção internacional, o Governo Cubano passa a defender um acelerado processo de substituição de importações e de desenvolvimento das bases produtivas do país, visando o aproveitamento máximo das capacidades do setor agrícola, industrial e de serviços, considerando ainda a elevada formação técnica e educacional dos trabalhadores cubanos (CUBA, 2011; CUBA, 2016).

Deste modo, o Governo Cubano vem garantindo suas relações internacionais, sendo estas relações fundamentais ao processo de transição ao socialismo – especialmente em se tratando de países dependentes e subdesenvolvidos, como Cuba. Mesmo considerando que as relações internacionais são importantes para todos os países, há aqueles que são dependentes (como Cuba) desde matérias-primas fundamentais a produtos e tecnologias diversas. Além disso, uma particularidade de Cuba é o fato de ter essas relações guiadas pelo compromisso social com a solidariedade. Nessa linha, a “[...] generosa ajuda que Cuba há brindado por longos anos na esfera social a países pobres [é] manifestação genuína de um dos princípios que tem presidido a transformação social cubana: seu internacionalismo” (GARCÍA; ANAYA, 2010, p.327, tradução nossa). Em toda a América Latina e Caribe, Cuba tem sido exemplo único de solidariedade para com os distintos países do mundo, nas mais variadas situações.

Mesmo assim, e, apesar de Cuba haver ampliado as relações com outros países nos anos 2000 e ter se recuperado da fase mais difícil do *Período especial*, há consequências deste período e a manifestação de outras contradições que seguem impactando as condições de vida dos cubanos.

Neste sentido, identifica-se a volta de um nível de desigualdade social que já havia sido superado pelo país em anos anteriores, o que demandou a elaboração de uma estratégia de intervenção destinada a atender diferentes necessidades e em distintas formas de manifestação. Criou-se

então um conjunto de programas e ações que foram denominados pelo Governo de *Batalha de Ideias*. Esta teve o objetivo de destinar os recursos de acordo com as necessidades dos grupos populacionais mais afetados durante o *Período especial*. Para avaliar dos grupos prioritários retomou-se a formação de trabalhadores sociais¹³¹. Estes passaram a atuar a partir das Brigadas Universitárias de Trabalho Social (BUTS), cujas ações se destinavam a estudar e identificar os grupos populacionais que estivessem mais sujeitos às consequências do período, como idosos e crianças. Dentre os programas e as ações realizadas estavam: o programa de ajuda alimentar para crianças com baixo peso; a reinserção social e atenção a jovens e famílias com maiores demandas sociais e econômicas e crianças com doenças malignas; dentre outros, (GARCÍA; ANAYA, 2010, p. 276).

Em 2004 são retomadas medidas mais centralizadoras no âmbito nacional, especialmente no controle do cambio do país. As mudanças se iniciaram com a aprovação da Resolução 65/2003, a qual estabeleceu o CUC como único meio de pagamento entre entidades cubanas, que até esse período podiam utilizar o dólar ou outra moeda estrangeira. Já com a aprovação da Resolução 80/2004, se estende o uso do CUC para a população em geral, como meio de pagamento e de compra na rede comercial em divisas, também substituindo o uso do dólar e de outras moedas estrangeiras – estando as flutuações do CUC baseadas na do dólar.

¹³¹ A atividade profissional de trabalhador social existia em Cuba antes da vitória revolucionária em 1959, com papel bem similar ao que cumpre na sociedade capitalista. Esta atividade continuou existindo nos primeiros anos após a revolução, vinculada a Federação de Mulheres Cubanas (FMC) e a intervenção técnica na área da saúde. A partir de então, os trabalhadores sociais passaram a assumir compromisso com a defesa da Revolução, atuando nessa perspectiva. Nestes anos após o *Período especial*, os trabalhadores sociais passaram a ser formados para atuar na *Batalha de Ideias*. Outras informações sobre essa atividade profissional em Cuba, vide: *Notas sobre o trabalho social cubano* de José Fernando Siqueira da Silva e Onilda Alves do Carmo (2015).

Atualmente vigoram duas taxas de cambio no país, uma que estabelece 1,00 CUC (peso conversível) = MN 1,00 (pesos cubanos ou moeda nacional), em vigor nas relações entre as empresas, e, 1,00 CUC = MN 24,00 em vigor nas relações de compra e venda nas tendas de recuperação de divisas, utilizadas pela população em geral (DÍAZ, 2010; PÉREZ, 2010).

Neste contexto, os depósitos em dólar diretamente em contas de sociedades mistas ou estrangeiras foram proibidos, com exceção dos casos autorizados pelo Banco Central de Cuba (BCC). A resolução 92/2004 do Banco Central estabeleceu um mecanismo fechado e centralizado de controle dos processos comerciais e financeiros. Neste período criou-se também a Conta Única de Ingressos em divisas do Estado, outra medida importante para estabelecer o controle centralizado dos recursos financeiros do país. Estas medidas de ordem centralizadora cumpriram importante papel no sentido de distribuir os recursos arrecadados pelo país conforme as necessidades da população (PÉREZ, 2010).

O ano de 2008 marcou o início da aplicação de outras medidas no sentido de reduzir alguns impedimentos, como: liberou-se a venda de alguns artigos na rede comercial; permitiu-se o livre acesso a serviços de telefonia celular para toda a população; eliminou-se qualquer restrição de alojamento da população cubana em hotéis antes limitados ao turismo internacional; flexibilizou-se o estabelecimento dos salários¹³² com a Resolução 9/2008 do Ministério de Trabalho

¹³² A questão salarial em Cuba está vinculada aos mecanismos de distribuição da produção social. Entretanto, vale destacar que em se tratando de uma sociedade em processo de transição ao socialismo, a apropriação social da produção contrapõe a forma de apropriação privada da produção (que vigora no capitalismo). Neste sentido, sendo a manutenção do salário necessário ao período da transição, este deverá contribuir com o gradativo processo de apropriação social da produção, cumprindo este papel, não sendo instrumento de exploração do trabalho. Por não ser objeto desta tese, indica-se para

e Seguridade Social; dentre outras (PÉREZ, 2010). Cada unidade produtiva deve considerar suas próprias exigências técnicas e produtivas e os objetivos que pretende alcançar para compor seu sistema de pagamento salarial. Este deve ser pensado com o intuito de conseguir elevar a motivação e a produtividade do trabalho, sendo que as formas de pagamento estão baseadas nos resultados e no tempo de trabalho (CUBA, 2008).

O cenário da década de 1990, o *Período Especial*, os anos 2000 e as diversas mudanças que já vinham sendo implementadas no sentido de recuperar a economia cubana e melhorar as condições de vida da população em geral, levaram a um processo de *Actualización del Modelo Económico y Social*, com o objetivo de “[...] garantir [...] o desenvolvimento econômico do país e a elevação do nível de vida da população, conjugados com a necessária formação de valores éticos e políticos [...]”, (CUBA, 2011, p.6, tradução nossa). Este objetivo está previsto no documento aprovado no VI Congresso do Partido Comunista de Cuba (PCC) denominado *Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución*, de abril de 2011. Os *lineamientos* foram aprovados após seu projeto de texto haver sido submetido a amplo debate popular em várias instâncias de Cuba, como as Assembleias do Poder Popular. O projeto inicial sofreu alterações após esses debates, as quais foram incorporadas em sua versão final (CUBA, 2011). É importante destacar essa forma de participação política direta que se apresenta até os dias recentes na sociedade cubana, a qual permite que uma grande parte da população do país tenha a possibilidade de contribuir diretamente com a elaboração de textos legais e políticos que nortearão as mais diversas atividades do país.

A proposta, discussão e aprovação dos *Lineamientos* também surgem no sentido de responder aos desafios postos a Cuba no processo de transição ao socialismo. Um elemento

o tema que seja consultado o texto: *La Ciencia del Trabajo en la Actualización Económico Social* (2012).

determinante foi o aprofundamento da contradição principal devido à necessidade por enfrentar, sob novas nuances, a condição de dependência e de subdesenvolvimento do país durante e após o *Período especial*.

Os *Lineamientos* preveem ainda uma série de orientações sobre as alterações nas formas de propriedade, as quais ganham orientação e direção unificada a partir deste documento. Além deste, no VII Congresso do Partido Comunista de Cuba (PCC) em abril de 2016 aprovou-se outros dois importantes documentos, quais sejam: a *Conceptualización del Modelo Económico y Social Cubano de Desarrollo Socialista*¹³³ e o *Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social hasta 2030: propuesta de visión de la nación, ejes y sectores estratégicos*. Estes documentos foram aprovados em uma versão inicial que será discutida e possivelmente alterada pela população do país – o que está em andamento desde abril de 2016 e segue durante o ano corrente (2017). O documento prevê ainda ser de responsabilidade do Comitê Central do PCC viabilizar a consulta aos documentos citados por parte dos militantes do partido, da União de Jovens Comunistas (UJC), de representantes das organizações de massa e outros amplos setores da sociedade (CUBA, 2016).

O objetivo fundamental da *Conceptualización del Modelo Económico y Social*¹³⁴ é “[...] explicar e fundamentar

¹³³ Os termos *conceptualización* e *modelo* podem ser entendidos e empregados de várias formas. Da maneira como é utilizado nos documentos do Governo Cubano, *conceptualizar* significa elaborar e definir alguns conceitos para referenciar o que se quer dizer, com o intuito de que não sejam reproduzidas interpretações diversas que possam advir do senso comum. Há relativo consenso em torno de que um *modelo* implica em uma representação da realidade, expressando parte dessa realidade, mas não é a própria realidade. A realidade em si não pode ser reproduzida completamente por nenhum *modelo*, sendo este um instrumento que a simplifica para facilitar sua análise (MONREAL, 2016).

¹³⁴ O texto da *Conceptualización del Modelo Económico y Social*, apesar de apresentar toda sua redação no presente, também se

com clareza e rigor as características principais do Modelo, para contribuir com sua melhor compreensão e servir de guia conceitual para sua atualização [...]” (CUBA, 2016, p.04, tradução nossa). O documento reforça os conceitos básicos, as características fundamentais e os princípios que tem orientado o processo de transição ao socialismo no país desde a vitória da Revolução. O próprio documento ressalta que “[...] a construção do socialismo possui características próprias em cada país e região do mundo, dadas suas particularidades políticas, econômicas, sociais, culturais e históricas [...]”, (CUBA, 2016, p.04, tradução nossa). Está presente no documento a compreensão de que o processo de transição ao socialismo em Cuba é particularizado por suas condições histórico-concretas, o que vai ao encontro da ideia de transição ao socialismo aqui apresentada, de que não há parâmetro de forma ou conteúdo para a realização dessa transição, exatamente por cada processo situar-se no âmbito de um país particular, que apresenta singularidades diversas.

As missões citadas acima foram muito importantes para manter Cuba no cenário internacional, estabelecendo relações comerciais necessárias ao atendimento da demanda interna após a desintegração do denominado “campo socialista” e do avanço do neoliberalismo direcionado pelos EUA sob os países do mundo e, principalmente, sob a América Latina e Caribe; considerando ainda o bloqueio econômico contra Cuba durante mais de 55 anos. O documento sobre a *Conceptualización del Modelo Económico y Social* reforça que Cuba, quanto as relações internacionais, compartilha “[...] o que tem e não o que sobra” (CUBA, 2016,

refere à sociedade que está por vir, levantando aspectos relacionados à sociedade cubana no futuro. Ocorre que, da maneira como a redação está posta, não é possível saber quais características retratam a sociedade cubana de hoje e quais se referem às mudanças que se pretende realizar no país, pois todo o texto se refere apenas ao momento presente.

p.04, tradução nossa).

O outro documento também aprovado no VII Congresso do PCC, o *Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social hasta 2030*, tem por objetivo ser o guia principal do *Sistema Nacional de Planificación*. Este documento prevê os eixos estratégicos que permitiriam estruturar o *Plan de Desarrollo* e o funcionamento do Governo e do *Sistema Empresarial* (CUBA, 2016).

Nestes documentos e nos discursos recentes proferidos pelo atual Chefe de Estado da Revolução Cubana, Raul de Castro Ruz, demonstra-se que o Governo possui plena compreensão dos desafios que a economia cubana e seu processo de transição ao socialismo têm por enfrentar. Em discurso proferido em 27 de dezembro de 2016 – durante a VIII Reunião Ordinária da Assembleia Nacional do Poder Popular – Raul de Castro citou, por exemplo, as dificuldades financeiras do país, a falta de combustível (que se agravou principalmente no segundo semestre de 2016), a proibição de Cuba realizar transações internacionais em dólares e a manutenção do bloqueio norte-americano contra o país. Pontuou também que, em virtude dos diversos desafios postos a Cuba, é preciso dinamizar seus investimentos estrangeiros nos vários setores para ampliar sua produtividade; adquirir petróleo (fonte de energia e de combustível utilizada atualmente pelo país); e acelerar o desenvolvimento de fontes renováveis e próprias de energia, como a energia eólica, solar e de biomassa.

O documento sobre a *Conceptualización del Modelo* prevê que o projeto societário de transição ao socialismo requer de Cuba o desenvolvimento de suas bases produtivas e a ampliação de seu crescimento econômico, assegurando a “[...] prosperidade com justiça social, em harmonia com o meio ambiente, a preservação dos recursos naturais e o patrimônio da nação [...]”, visto que aumentar a produção é fundamental para atender as mais variadas demandas da população em termos quantitativos e qualitativos (CUBA,

2016, p.06, tradução nossa). Entretanto, pensar este “desenvolvimento econômico”¹³⁵ a partir de uma condição de bloqueio, bem como considerando ser o subdesenvolvimento uma face do atual estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista, é um desafio posto ao país.

A previsão do Governo Cubano é eliminar de maneira ordenada e gradual a *Libreta de abastecimiento*, desde que não seja mais necessário manter qualquer forma de racionamento dos produtos ofertados à população, sendo possível o acesso às utilidades em termos qualitativos e quantitativos suficientes ao atendimento das necessidades individuais e coletivas (CUBA, 2011; PÉREZ, 2010).

A indicação também é eliminar a dualidade monetária¹³⁶ e cambiária atualmente em vigor no país, pois mesmo sendo esta fundamental para estimular a entrada de divisas – o fato de existirem um grupo de funções e atividades de trabalho vinculadas e remuneradas em CUC e outras em pesos cubanos, bem como a oferta dos diversos produtos se darem nas duas moedas -, também tem contribuído para o retorno de algum grau de desigualdade econômica e social em Cuba, (CUBA, 2011; CUBA, 2016). Em setores como o *contapropista*, por exemplo, há trabalhadores que recebem em peso conversível e não em peso cubano, obtendo aqueles produtos ofertados em divisas com maior facilidade. Já os trabalhadores que possuem como renda fundamental o pagamento de salário em pesos cubanos, normalmente os

¹³⁵ Este “desenvolvimento econômico” não está inspirado nos moldes do capitalismo, mas ainda assim demanda acessar tecnologias e matérias primas diversas disponíveis no mercado mundial.

¹³⁶ O Granma, jornal oficial do PCC, divulgou em 30 de setembro de 2014 a intenção de realizar essa eliminação e os possíveis procedimentos para este fim. Uma das ações, já em andamento, é a emissão de papel moeda em pesos cubanos em valores mais altos e correspondentes as atuais moedas em CUC. Em 2015 se previu iniciar a circulação dos novos papéis-moedas de 200, 500 e 1.000 pesos cubanos, correspondentes a 8, 20 e 40 dólares, respectivamente. Entretanto, até o momento essas novas moedas não entraram em circulação no país.

vinculados ao setor estatal, encontram maiores dificuldades para acessar os produtos disponíveis em divisas.

Neste contexto de mudanças, mantém-se a defesa pelo trabalho como forma principal de obtenção de renda pela população (CUBA, 2011; CUBA, 2016). Entretanto, hoje outra fonte importante de renda da população cubana é a transferência de divisas do exterior para o país, especialmente de cubanos residentes nos EUA. Acredita-se que a transferência de divisas possa ser a segunda maior fonte de renda da população atualmente, considerando a expansão do item *outros ingressos*, que passa de 1.993,3 milhões de pesos cubanos em 1990 para 12.286,8 em 2011, segundo dados do Banco Central de Cuba. Tendo em vista esse fato, no documento sobre a *Conceptualización del Modelo* se reconhece como legítimas outras fontes de renda não provenientes do trabalho, como remessas vindas do exterior, herança, venda de patrimônio pessoal, dentre outras. Assim, mesmo os documentos reforçando que o trabalho deva ser a fonte principal de bem-estar e de acesso a riqueza socialmente produzida, há recentemente uma expansão dessas outras formas de ingressos não vinculadas ao trabalho (CUBA, 2016).

Há que se considerar que, a permissão recente para a obtenção dessas outras fontes de renda não provenientes do trabalho podem aprofundar os desafios do país quanto ao processo de transição ao socialismo, pois devem levar ao aumento da desigualdade social, por exemplo. Marx e Engels (2009) apontaram o direito à herança como um dos primeiros que deveriam ser eliminados em processos de transição ao socialismo – pensando a realização dessa transição em países com alto grau de desenvolvimento das forças produtivas. Entretanto, há que considerar a contradição principal que marca a realidade cubana e a particularidade de sua transição, a condição de dependência, de país subdesenvolvido, que enfrenta enormes dificuldades quanto à disponibilidade de produtos e serviços para sua população,

em quantidade e variedade suficientes ao atendimento da demanda interna.

Assim, até que o fim da dualidade monetária não se realize, nos *Lineamientos* se prevê avançar na qualidade dos serviços ofertados em pesos cubanos e manter a distribuição dos produtos em pesos conversíveis de acordo com a qualidade e as características dos mesmos. O objetivo principal é estabelecer uma relação entre o acesso a bens de consumo através dos salários e o acesso aos fundos sociais de consumo¹³⁷, estimulando a elevação da produtividade do trabalho. Pois, sem esta, conforme discurso de Raúl de Castro em 2010, “[...] *es imposible elevar salarios, incrementar las exportaciones y sustituir importaciones, crecer en la producción de alimentos y, en definitiva, sostener los enormes gastos sociales propios de nuestro sistema [...]*” (CUBA, 2011; CASTRO, 2010).

Este é o contexto recente em que se encontra o processo de transição ao socialismo cubano. Cuba segue enfrentando os desafios decorrentes do bloqueio econômico norte-americano e as consequências que se seguiram após o *Período especial*. Para isso, iniciou-se o processo de *Actualización del Modelo*, especialmente a partir de 2011, havendo sido aprovados no ano de 2016 mais dois documentos que devem contribuir com as mudanças em curso. Dentre estas mudanças, está o surgimento e a regulamentação de novas formas de propriedade que passam a vigorar no país, e, diante disso, é necessário também considerar o lugar da empresa estatal no contexto recente. Este é o debate que se seguirá no próximo subitem.

¹³⁷ Em Cuba, os fundos sociais de consumo se referem a todos os bens e serviços ofertados à população, com vistas a abastecer as necessidades fundamentais. Por exemplo, os serviços de saúde, alimentação, educação, esporte e cultura (FIGUEROA, 2002).

4.1.2. As particularidades das formas de propriedade e o lugar da empresa estatal na atualidade

Neste subitem pretende-se discutir as alterações recentes nas formas de propriedade em Cuba, identificando aquelas que passaram a ser incentivadas após a aprovação dos *Lineamientos* com intuito de estimular a elevação da produtividade do trabalho. Diante das novas formas de propriedade, objetiva-se ainda neste subitem compreender que lugar ocupa a empresa estatal cubana no processo de transição ao socialismo atual do país.

Os *Lineamientos* definem que o projeto societário cubano de transição ao socialismo continuará baseando-se na “[...] propriedade socialista de todo o povo sobre os meios fundamentais de produção”, a qual será ordenada “[...] pelo princípio de distribuição socialista: de cada qual segundo sua capacidade a cada qual segundo seu trabalho” (CUBA, 2011, p. 05, tradução nossa). O mesmo documento é o primeiro a reconhecer a convivência de várias formas de propriedade na transição ao socialismo em Cuba, prevendo, além das empresas estatais – mantidas como forma de propriedade principal –, as cooperativas, as modalidades vinculadas ao investimento estrangeiro, os pequenos agricultores, os usufrutuários¹³⁸, os arrendatários e os trabalhadores por conta própria. Estas outras formas de propriedade também contribuiriam para elevar a produção da riqueza social (CUBA, 2011).

No capítulo 2 do documento sobre a *Conceptualización del Modelo* de 2016, que versa sobre a *propriedade sobre os meios de produção*, se pontua que a forma de propriedade dominante nas diferentes sociedades determina de modo

¹³⁸ O Decreto-ley 259/ 2008, revogado pela aprovação do Decreto-ley 300/ 2012, regularizou a transferência de terras estatais ociosas, com objetivo principal de ampliar a produção de alimentos no país e reduzir sua importação (CUBA, 2011).

significativo a maneira como estas realizam a apropriação da riqueza social, destacando que em Cuba a forma de propriedade dominante é a “[...] a propriedade socialista de todo o povo sobre os meios fundamentais de produção”. Outras formas de propriedade mais difundidas no país e que convivem com esta, são: a propriedade cooperativa, a propriedade mista, a propriedade privada e as propriedades de organizações política, de massas e outras formas associativas, (CUBA, 2016, p. 8, tradução nossa). Estas diversas formas de propriedade terão suas relações econômicas estabelecidas através de contratos (CUBA, 2011).

A partir dos *Lineamientos* se prevê a possibilidade de separação entre propriedade e gestão da propriedade. Neste contexto, algumas formas de propriedade, que permanecem como propriedade do Governo dos trabalhadores, tem sua gestão transferida. Nas formas de gestão não estatais, não está autorizada a concentração da propriedade em pessoa natural ou jurídica (CUBA, 2011). Nos casos em que a gestão da propriedade não é estatal, o Governo dos trabalhadores está incumbido de definir as condições do contrato de arrendamento, as regras básicas de funcionamento, as atividades principais, o período de vigência do arrendamento, dentre outros aspectos (CUBA, 2016). Em Cuba, a transferência da gestão das propriedades para grupos de trabalhadores organizados de formas variadas indica uma forma de autogestão particular do país, já que a gestão passa a ser transferida e realizada diretamente pelos trabalhadores que atuam naquela unidade produtiva.

A forma de propriedade estatal segue sendo considerada a *propriedade socialista de todo o povo*, pois através do Governo dos trabalhadores toda a sociedade se apropriaria dos meios de produção. Neste sentido, mantém-se o princípio de que a propriedade estatal é “[...] a coluna vertebral de todo o sistema de propriedade da sociedade socialista, pela função preponderante que desempenha [...]” (CUBA, 2016, p.08, tradução nossa). Ainda na

Conceptualización del Modelo se distinguem dois tipos de entidades que representariam a *propriedade social sobre os meios fundamentais de produção*, as *Unidades orçamentárias* e as *Entidades empresariais de propriedade socialista de todo o povo*. As *Unidades orçamentárias* são as que cumprem função estatal e estão sujeitas ao controle popular, contando com coletivos de trabalhadores muito atuantes quanto à elaboração, controle e execução dos planos institucionais, são, por exemplo, os Centros de Saúde de Cuba. As *Entidades empresariais* são “[...] pessoas jurídicas de diferentes escalas, com direitos e obrigações próprias; [...] produtoras de bens e serviços mercantis, gerindo meios de produção de todo o povo” conforme planejamento prévio, por exemplo, a empresa estatal de níquel (CUBA, 2016, p.09, tradução nossa).

A forma de propriedade cooperativa¹³⁹ é também considerada parte do *sistema de propriedade socialista*, devido a estar sustentada em princípios coletivos de produção/distribuição, sendo os trabalhadores atuantes no processo de decisão e controle da produção, se apropriando também dos resultados do trabalho conforme o que foi aportado (CUBA, 2016).

Vale destacar a importância da forma de propriedade cooperativa e estatal nos primeiros anos do processo revolucionário, como se deu no caso cubano, onde foram desapropriadas, nacionalizadas e estatizadas diversas empresas antes privadas, mediante um processo que alterou a forma de propriedade, mas também a forma de apropriação das condições objetivas necessárias à (re) produção social. Mesmo assim, a propriedade estatal ou empresa estatal, bem como a forma de propriedade cooperativa, não devem ser equiparadas à “propriedade socialista”, pois apesar das várias alterações já realizadas nas relações de produção em Cuba,

¹³⁹ Esta forma de propriedade em Cuba apresenta características interessantes a serem investigadas quanto a seus mecanismos internos de participação e decisão sobre a produção, mas que não é objeto de análise neste trabalho.

não há como haver uma “propriedade socialista” em uma sociedade que, em sua totalidade, está em processo de transição para o socialismo.

Com as mudanças nas formas de propriedade e nas relações de produção se inicia o que Engels (2015) denominou de *apropriação social dos meios de produção*, o que também não é sinônimo de apropriação social da produção. Esta é mais abrangente e envolve apropriar-se dos meios de produção, do processo de produção, do processo de trabalho e dos resultados dessa produção. A apropriação da produção pelos trabalhadores depende de diversos elementos para sua concretização, como a forma de propriedade, mas também a participação política e decisão dos trabalhadores no âmbito da sociedade em geral e nas próprias unidades produtivas (inclusive empresas estatais) e as formas de distribuição da riqueza socialmente produzida. Ocorre em Cuba um processo de transição ao socialismo em sua totalidade, que através do movimento de supressão conta com formas de propriedade e elementos herdados da sociedade anterior e que se quer superar, ao mesmo tempo em que se constituem formas de propriedade novas. Estas formas de propriedade compõem uma totalidade multideterminada e contraditória, mas que não podem ser fragmentadas em partes independentes.

Apenas nos textos mais recentes publicados por pesquisadores cubanos¹⁴⁰ se observa ponderações acerca da equiparação entre propriedade estatal e propriedade social ou socialista, sendo ainda identificada a necessidade por manter diversas formas de propriedade no processo de transição ao socialismo. O próprio Governo Cubano, desde a *Actualización del Modelo*, também reconhece a necessidade de várias formas de propriedade ao longo de um processo de transição ao socialismo, entretanto, segue identificando o setor estatal e as cooperativas como formas de propriedade relativas a

¹⁴⁰ Alhama e Brigos (2016); Alhama (2013).

sociedade socialista.

Ainda na *Conceptualización del Modelo*, são pontuadas as condições indispensáveis ao funcionamento do sistema empresarial em Cuba, quais sejam: o comprometimento dos trabalhadores com o processo de transição ao socialismo e com a elevação da produtividade do trabalho; a modernização da estrutura funcional, organizacional e tecnológica; a elevação do compromisso social quanto ao cumprimento do plano e outras diretivas deliberadas pelo Governo; a presença de um mercado regulado, integrado às políticas macroeconômicas e que deverão orientar o desempenho da empresa; a aplicação do princípio da distribuição de acordo com o trabalho aportado, sendo este o critério de diferenciação salarial; a retenção de uma parte das utilidades produzidas para incrementar a produção da empresa e para distribuir aos coletivos que contribuem diretamente com a elevação dos resultados da produção (CUBA, 2016).

Ao tratar do comprometimento dos trabalhadores com a transição ao socialismo e com a elevação da produtividade do trabalho, o Governo espera compromisso moral e ético dos trabalhadores com o processo revolucionário em curso. É importante destacar que isso requer uma elevação no grau de consciência dos trabalhadores em geral sobre as mudanças realizadas pelo país e ao próprio projeto societário, de forma a se constituir uma relação com o trabalho que se distancie gradativamente do estranhamento (e também do fetichismo) que caracterizam a sociedade capitalista que se quer superar. Para isso, é imprescindível que as mudanças estruturais permitam um movimento de apropriação das condições objetivas necessárias à (re) produção social, de modo que o trabalhador se realize em seu processo de trabalho e de produção.

Há também as formas de propriedade relacionadas com o investimento estrangeiro direto, como as *propiedades mistas*, as quais têm por objetivo acessar a capitais, tecnologias mais avançadas, experiências gerenciais, ampliar

os mercados para exportação e criar novas e diversificadas fontes de emprego. Estas devem ainda contribuir para amenizar e solucionar questões relativas à defasagem na estrutura tecnológica e produtiva do país. Na mesma linha, se prevê a criação das *Zonas Especiales de Desarrollo*, espaços específicos que devem potencializar a substituição de importações, ampliar a exportação e estimular a criação de projetos de alta tecnologia e desenvolvimento local (CUBA 2011; CUBA, 2016). O Governo objetiva então fortalecer a inserção do país na dinâmica internacional, mas de maneira vantajosa para sua economia e interesses (CUBA, 2011).

Sobre a importância de se modernizar a estrutura organizacional e tecnológica, é importante destacar que esta deve sofrer mudanças coerentes com um processo de transição ao socialismo. Há aspectos relativos à organização do trabalho, como a hierarquização, a burocratização e centralização, que devem ser progressivamente reduzidos. Já quanto ao emprego de novas técnicas e tecnologias, a mesma avaliação é importante. Considerando que se trata de um processo de conservação, negação e superação de elementos na passagem de um modo de produção a outro, é necessário avaliar a intencionalidade dessas técnicas e tecnologias e ponderar como aplicá-las em um contexto econômico e social que almeja se distanciar do modo de produção capitalista – especialmente quando se pretende acessar técnicas e tecnologias adotadas nas empresas dos diversos países capitalistas. De toda forma e, contraditoriamente, é necessário ao processo de transição ao socialismo, especialmente em países dependentes como Cuba, beneficiar-se do desenvolvimento das forças produtivas atingido pelo capitalismo mundial. Isto contribui para potencializar a economia, para ampliar a produtividade do trabalho do país e a oferta de bens de consumo e de serviços à população, aspectos também imprescindíveis ao processo de transição.

Há também a “propriedade de organizações políticas, de massas, sociais e outras formas associativas”, as quais não

têm “[...] fins lucrativos [...]” e produzem bens e serviços com a finalidade de atender ao interesse público. Estas instituições “[...] canalizam necessidades espirituais, como a atenção a determinados segmentos populacionais, o fomento a cultura, a ciência, o esporte, a amizade e a solidariedade”, (CUBA, 2016, p. 11, tradução nossa).

Reconhece-se ainda, em caráter complementar, a presença da forma de propriedade privada sobre determinados meios de produção, bem como a possibilidade de alguns meios de produção estatal ser geridos por atores vinculados a forma de propriedade privada. Os titulares dessa forma de propriedade podem ser pessoas naturais ou jurídicas, tanto nacionais como estrangeiras. Esta forma de propriedade está prevista com a intenção de reduzir a atuação do Governo em atividades que demandam maior autonomia e independência, bem como ampliar sua concentração em atividades de maior complexidade, (CUBA, 2016). Além disso, deverão existir normas que regulem e limitem a concentração da propriedade privada e da riqueza, para que a presença dessa forma de propriedade não se torne uma ameaça ao processo de transição ao socialismo, mantendo-a dominada pelas outras formas de propriedade (CUBA, 2016).

A presença e inter-relação de diferentes formas de propriedade, gestão e atores a elas vinculados, “[...] condiciona a necessidade objetiva de reconhecimento do mercado, onde eles interatuam subordinados a planificação como via principal de direção da economia [...]”, sendo ainda fundamental neste contexto que a população se reconheça como *proprietários comuns* (segundo termo utilizado pelo Governo Cubano) para que esteja comprometida com o processo de transição ao socialismo do país (CUBA, 2016, p. 07, tradução nossa). Ainda de acordo com Marx e Engels (2009^a), a propriedade privada só será superada ao longo de processos de transição ao socialismo quando o país contar com a quantidade de meios de produção que dispense esta forma de propriedade.

São várias as denominadas *formas de mercado* presentes na economia cubana ao longo do período revolucionário, as quais cumprem a função de distribuição dos produtos produzidos e também importados. Atualmente existem no país: o mercado racionado ou normado (que distribui os produtos através da libreta); o mercado agropecuário, que funciona a partir de preços fixos e livres; o mercado industrial e artesanal; o mercado de trabalhadores/as por conta própria; o mercado em divisas; e o mercado negro (TOGORES; GARCÍA, 2002). Alguns desses mercados operam apenas em pesos cubanos, como é o caso do mercado normado ou racionado; outros operam com ambas as moedas (o peso cubano e o peso conversível) como o mercado de trabalhadores por conta própria; e outros apenas em divisas, como o mercado em divisas. Conforme se apontou sobre a polêmica em torno da presença ou não do mercado e do dinheiro em processos de transição ao socialismo, cabe destacar que estes se mantêm na sociedade cubana, devido, por exemplo, às relações de compra e venda estabelecidas com o mercado mundial.

Outro elemento da transição ao socialismo em Cuba é o atual aumento dos vínculos de trabalho nos setores não estatais, registrando-se uma tendência migratória de trabalhadores das empresas estatais para atividades de trabalho em setores não estatais. Este movimento foi planejado e tem por intenção reduzir o número excessivo de trabalhadores¹⁴¹ nas empresas estatais, os tratamentos paternalistas e a baixa produtividade do trabalho. Há ainda os problemas de ordem moral e ética identificados ainda no período de *Retificação de erros e tendências negativas* e que se agravaram depois do *Período especial*, e, as lacunas na relação

¹⁴¹ A estimativa é de que as empresas cubanas possuem em torno de 30% a 50% mais de trabalhadores do que o necessário para se obter um aproveitamento ótimo da produção (ÁLVAREZ; HARNERCKER; CRUZ, 2011).

entre os salários e o acesso a alguns produtos – estando este último aspecto diretamente vinculado à dualidade monetária (ÁLVAREZ, HARNERCKER, CRUZ, 2011; CUBA, 2011).

Por isso, em 2010 foram encaminhados para outras instituições, especialmente as *Unidades orçamentárias*, mais de 1 milhão de trabalhadores, sendo estes considerados em quantidade excessiva para a necessidade de produção das empresas estatais onde se encontravam (ÁLVAREZ; HARNERCKER; CRUZ, 2011).

Em 1995 o setor estatal respondia por aproximadamente 83% dos vínculos de trabalho, mesmo sendo uma porcentagem majoritária diante dos demais setores emergentes, é inferior aos anos anteriores. Em 1989, por exemplo, o setor estatal respondia por 95% dos vínculos de trabalho em Cuba (ÁLVAREZ; HARNERCKER; CRUZ, 2011). No documento sobre a *Actualización del Modelo* se prevê “[...] ampliar o trabalho no setor não estatal, como uma alternativa a mais de emprego [...]” (CUBA, 2011, p.25, tradução nossa). Com isto, tem-se por objetivo principal ampliar a produtividade do trabalho tanto nos setores não estatais como nos setores estatais.

A perspectiva de aumentar o número de trabalhadores nos outros setores é um movimento presente na economia cubana. Em 2011, aproximadamente 3,5 milhões de trabalhadores cubanos faziam parte do setor estatal da economia, sendo que a soma dos trabalhadores vinculados aos outros setores era de aproximadamente 1,5 milhões de trabalhadores. Já no ano de 2014, do total de trabalhadores considerados ocupados¹⁴², aproximadamente 3,1 milhões atuavam em empresas estatais, e, a quantidade de trabalhadores atuando nos setores considerados não estatais beirava 1,9 milhões. O setor não estatal da economia cubana se refere às cooperativas agrárias, às cooperativas não

¹⁴² Os considerados ocupados são todos os trabalhadores/as vinculados a qualquer uma das formas de propriedade presentes na economia.

agrárias, ao trabalho por conta própria e ao setor denominado privado (ONEI, 2014).

Tabela 2. Trabalhadores/as por setor estatal e não estatal da economia, em milhões de trabalhadores/as.

| Trabalhadores/as por setor da economia | | | | |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Setor/ Ano | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
| Setor estatal | 3.483 | 3.281 | 3.201 | 3.103 |
| Setor não estatal | 1.527 | 1.621 | 1.717 | 1.866 |

Fonte: ONE, *Oficina Nacional de Estadística e Información, La Habana, 2016.*
Elaboração própria.

Estes dados demonstram a tendência à ampliação dos vínculos dos trabalhadores cubanos em formas de propriedades consideradas não estatais, e, uma progressiva redução da presença dos trabalhadores no setor estatal da economia. Ou seja, há uma tendência a redução da atuação dos trabalhadores na forma de propriedade considerada *propriedade socialista* ou da parte *socialista da economia cubana* – para aqueles autores que assim analisam as formas de propriedade organizadas em Cuba e como também sugere em algumas passagens os documentos do Governo Cubano. Aqui cabe destacar os riscos de tal interpretação, pois, mesmo ainda sendo majoritária a presença dos trabalhadores no setor estatal, esta progressiva migração dos trabalhadores para atuar em formas de propriedade não estatais pode levantar questionamentos quanto às estratégias adotadas atualmente pelo Governo Cubano para a transição ao socialismo, já que apenas a forma empresa estatal e a forma cooperativa de propriedades são consideradas “socialistas”.

Entende-se aqui que se trata de uma totalidade de formas de propriedade, inseridas em uma totalidade mais ampla, qual seja a da transição ao socialismo em Cuba. Não há, portanto, que distinguir “formas socialistas de propriedade” das demais, pois todas juntas formam a totalidade das formas de propriedade presentes em Cuba e necessárias ao funcionamento de sua economia no momento

atual. A forma estatal é fundamental em diversos aspectos para potencializar a transição ao socialismo, mas não deve ser única.

É importante destacar que, as mudanças realizadas em Cuba objetivam manter os níveis de igualdade e de oportunidades para toda a população conquistados desde a tomada do poder em 1959. A intenção com as mudanças é também “[...] eliminar as gratuidades indevidas e os subsídios excessivos, tendo por objetivo compensar as pessoas necessitadas [...]” (CUBA, 2011, p.26, tradução nossa). Diante disso, atualmente há em Cuba toda uma discussão em torno da diferença entre igualdade e *igualitarismo* no que se refere à oferta dos serviços e produtos gratuitos. Este debate ressignifica a ideia de igualdade que historicamente subsidiou as ações do país quanto à oferta de serviços e produtos destinados a toda população – independentes, inclusive, da contribuição individual prestada através do trabalho. Esta concessão de serviços e produtos no país atualmente está sendo denominada de *igualitarismo*, sendo assim diferenciado de igualdade. Esta remeteria a uma relação entre os interesses individuais, coletivos e sociais, de forma que cada cubano teria acesso à parte dos serviços e produtos de acordo com sua contribuição para toda a sociedade através do trabalho.

Neste sentido, há diversas mudanças sendo realizadas na economia cubana que objetivam manter o projeto de sociedade em curso. Estas mudanças também visam atender as necessidades e dificuldades histórico-concretas do país e demandam alterar as relações de produção capitalistas e ir constituindo novas relações de produção rumo à sociedade socialista. Este é um processo longo e imprevisível em termos de tempo, bem como apresenta dificuldades particulares determinadas pela realidade cubana.

A intenção é elevar a produtividade do trabalho, para isso, se coloca como fundamental a ampliação da participação dos trabalhadores nos diversos espaços da sociedade, e,

especialmente nas empresas estatais. Apontar-se-á sobre este último ponto no próximo item.

Portanto, neste subitem buscou-se apresentar as particularidades recentes quanto às alterações nas formas de propriedade em Cuba. A presença de novas formas de propriedade e a totalidade de formas de propriedade que podem compor um processo de transição ao socialismo é muito diversa e está vinculada a realidade da transição em cada país. Há que se constituir uma unidade política em relação a essas formas de propriedade. Sendo assim, não cabe distinguir formas de propriedade “socialistas” de outras que não o sejam, pois todas as formas de propriedade compõem uma totalidade em contradição, e que fazem parte de uma totalidade ainda maior, a transição ao socialismo. Este processo marcado ainda pelo movimento de suprassunção, sempre apresentará elementos da sociedade anterior, em superação, associados a elementos da sociedade que se quer constituir.

4.2. A forma política em Cuba e a participação dos trabalhadores nas empresas estatais hoje

Neste item objetiva-se primeiro apresentar os elementos que caracterizam a forma política atualmente em vigor em Cuba e a participação política dos trabalhadores no âmbito da sociedade em geral. Para isso, apontar-se-ão reflexões sobre o processo eleitoral cubano, o Partido Comunista de Cuba (PCC) e as organizações de massa presentes no país. Em seguida, destacar-se-ão os elementos que caracterizam o atual contexto de participação política dos trabalhadores no interior das empresas estatais cubanas, considerando a importância dessa participação para o processo de apropriação social da produção durante a transição ao socialismo.

4.2.1. A forma política e a participação política dos trabalhadores na sociedade cubana

Neste subitem, serão apresentados aspectos sobre a forma política em Cuba e a participação política dos trabalhadores no âmbito da sociedade em geral na atualidade. Tais elementos são importantes para entender a participação na esfera singular da empresa estatal posteriormente.

O PCC segue sendo o único partido, representando “[...] a força dirigente superior da sociedade e do Estado [...]”, devendo expressar a unidade dos trabalhadores em prol da Revolução Cubana (CUBA, 2016, p. 06, tradução nossa). O modelo monopartidário pretende manter a unidade da ação política na defesa do projeto societário de transição ao socialismo em Cuba, representando, na prática, a unidade entre a direção do Estado, do Governo e do Partido (PRIETO, 2016). O PCC também é responsável por impulsionar e controlar o processo de *Actualización del Modelo*.

Entretanto, há trabalhadores que podem requisitar a formação de outros partidos, não porque tenham interesses de classe divergentes, mas por não aceitarem a organização interna do PCC ou as estratégias adotadas, ou ainda devido a questões de outra natureza, conforme se apontou no capítulo anterior. Há que se manter uma unidade no processo de transição ao socialismo, especialmente no caso cubano que possui desafios particulares – como o bloqueio econômico conduzido pelos EUA há mais de 50 anos. Entretanto, estes desafios e a necessidade pela unidade durante o processo de transição não precisam cercear outras formas de organização partidárias que também poderiam representar os trabalhadores do país. Conforme apontou Luxemburgo (2013), a liberdade no exercício da participação deve permitir também a manifestação de quem pensa diferente. O Partido deve ainda potencializar ao máximo seus mecanismos internos de participação e decisão coletiva. Ainda segundo Veiga (2016, p.

25, tradução nossa), [...] qualquer desenho democrático deverá assegurar liberdade suficiente para que a cidadania se expresse e se projete, com intenções razoáveis, em qualquer momento e mais além dos mecanismos pré-estabelecidos [...].

Atualmente, o sistema eleitoral cubano possui duas etapas. Na primeira etapa, ocorre a eleição dos delegados municipais e na segunda a eleição dos delegados provinciais e deputados da Assembleia Nacional. Todos que tenham idade igual ou superior a 16 anos de idade e reúnam os demais requisitos constitucionais¹⁴³ podem eleger delegados. Todos que possuem idade igual ou superior a 16 anos podem ser eleitos, havendo cargos para deputados que requerem idade mínima de 18 anos. Todas as Comissões Eleitorais e Comissões de Candidaturas são formadas por representantes da Central de Trabalhadores de Cuba (CTC), dos Comitês de Defesa da Revolução (CDR), da Federação das Mulheres Cubanas, da Associação de Pequenos Agricultores, da Federação Estudantil Universitária e da Federação Estudantil do Ensino Médio (PIETRO, 2016).

Em Cuba, o voto não é obrigatório, é livre e secreto, sendo direito constitucional a ser exercido de maneira voluntária. Os próprios eleitores propõem, requisitam os candidatos, não sendo esta uma tarefa do Partido. A proposição de candidatos ocorre em assembleias gerais de eleitores conforme as áreas de jurisdição eleitoral. As Comissões são ainda responsáveis por assegurar a divulgação pública das fotografias e das biografias de todos os candidatos. Estes não podem realizar nenhuma atividade em favor de sua candidatura. Os candidatos eleitos como delegados não são remunerados e devem conciliar essa atividade política-militante com sua atividade profissional (PIETRO, 2016). Entretanto, de acordo com Veiga (2016), o atual formato das eleições não permite que os candidatos demonstrem seus pontos de vistas ou propostas para os

¹⁴³ Sendo reconhecidamente cidadãos do país.

eleitores, não expressando também como realizarão essa representatividade, visto que as comissões é que divulgam os candidatos e apenas com base em suas biografias.

Mesmo assim, em Cuba se mantém uma forma de democracia que nega aspectos próprios da democracia burguesa, uma forma de democracia particular de um processo de transição ao socialismo. Além da possibilidade de atuar politicamente no partido, os cubanos podem participar de alguma (ou mais de uma) organização de massa, ou serem indicados pelos demais para exercer a função de delegado nas Assembleias do Poder Popular, a qual possui poder de decisão sobre documentos importantes do país. O sistema eleitoral cubano apresenta uma democracia sob nova forma, visto que os candidatos a delegados são indicados pela própria população, não podem fazer campanhas falaciosas para si mesmos e ainda os eleitos não são remunerados e podem ser revocados a qualquer tempo. Além disso, os órgãos do Estado Cubano funcionam a partir das seguintes regras: todos os órgãos representativos passam por eleições periódicas; os trabalhadores em geral controlam as atividades destes órgãos; cada órgão deve motivar a incorporação das organizações de massa em suas atividades; o previsto por órgãos superiores é obrigatório aos demais; e garante-se a liberdade de discussão, o exercício da crítica e autocrítica (GARCÍA, 2014). É particular também a forma de democracia em Cuba a organização monopartidária, entretanto, questiona-se a impossibilidade de organização de outros partidos (sendo que estes também poderiam ser representativos dos trabalhadores do país) e a ausência de debates entre os candidatos e a população.

No país existe o cargo de Chefe de Estado por mandato constitucional, que não possui o poder de vetar as leis, também não pode dissolver a Assembleia Nacional do Poder Popular (ANPP). O Chefe de Estado preside os órgãos de direção do país em situações excepcionais, chefia todas as instituições armadas e determina sua organização geral, bem

como declara Estado de Emergência nos casos previstos na constituição (PIETRO, 2016).

Raúl Castro Ruz é Chefe de Estado de Cuba desde fevereiro de 2008 – após renúncia de Fidel Castro Ruz por motivo de problemas de saúde. É Raúl Castro o dirigente máximo do país neste contexto de mudanças.

Junto do Chefe de Estado, toda a população deve participar politicamente e decidir sobre as mudanças em curso. O fortalecimento da participação política dos trabalhadores é de extrema relevância para alcançar os objetivos propostos neste contexto de *Actualización del Modelo*. Devido a isso, pontua-se no documento sobre a *Conceptualización*,

A atualização do Modelo exige a participação e preparação de todos, em especial dos trabalhadores, assim como dos jovens, a quem corresponde um papel decisivo para tornar realidade a visão de nosso país como uma nação soberana, independente, socialista, próspera e sustentável, com ênfase no fortalecimento dos valores éticos, políticos e culturais, (CUBA, 2016, p.15, tradução nossa).

No documento que trata da *Conceptualización del Modelo Cubano* se defende a “democracia socialista”, sendo a decisão da população soberana e expressa mediante a participação representativa através das Assembleias do Poder Popular. No eixo estratégico (que versa sobre o Governo) do documento *Plan Nacional de Desarrollo económico y social hasta 2030* está previsto como primeiro objetivo “[...] consolidar o Estado socialista e democrático, fortalecendo a participação popular em todas as esferas [...]”. Dentre os objetivos específicos do mesmo eixo, se prevê “[...] fortalecer a democracia socialista, seus princípios, instituições e procedimentos [...]” (CUBA, 2016, p. 19, tradução nossa). Mantem-se em Cuba diversos mecanismos de participação, decisão e controle por parte da população sobre as várias modificações que vem sendo implementadas no país.

Atualmente, a população cubana está discutindo e realizando propostas de alteração nos documentos *Conceptualización del Modelo Cubano* e *Plan Nacional de Desarrollo*, através das mais diversas instâncias da sociedade, como: espaços de trabalho, organizações de massa, no interior do próprio partido, dentre outros. As discussões em torno da elaboração destes documentos estiveram em andamento durante todo o ano de 2016, sendo que suas versões finalizadas estão previstas de serem aprovadas no primeiro semestre de 2017 (CASTRO, 2016). A elaboração dos *Lineamientos* ocorreu através da participação direta da população também nas mais diversas instâncias da sociedade, ainda antes de seu texto final ser aprovado no VI Congresso do Partido.

Assim, a vontade geral da população se manifesta de forma direta em algumas circunstâncias, mas também através da representação em outras. A vontade geral não é apenas a junção da opinião da maioria, conforme aponta Veiga (2016, p. 27, tradução nossa), “[...] mas sim a integração de todos os critérios que almejam certa representatividade. Para isso, esclareço, é imprescindível criar os mecanismos democráticos necessários [...]”. Os mecanismos de participação representativa devem ainda garantir vínculo estreito entre representantes e os demais trabalhadores.

Ambos os exemplos de elaboração e aprovação destes documentos expressam o processo democrático presente em Cuba, sendo parte importante do processo de transição ao socialismo em curso neste país a experiência de uma nova forma de democracia, que nega e supera em vários aspectos a democracia burguesa.

A democracia neste contexto, deve ainda buscar realizar-se mais por consenso, sendo possível dessa forma manifestar os interesses mais gerais de toda a população, negando a tendência de a representação se realizar a partir de interesses individuais.

Neste sentido, afirma Veiga (2016, p.28, tradução nossa),

[...] sempre que pertinente, as decisões deveriam ser tomadas por meio de um consenso substancial entre as maiorias e as minorias. Isto, repito, poderia aproximar o disposto ao justo e em todo caso lhe concederia maior legitimidade. Por outro lado, quem sabe essa metodologia contribua, assim mesmo, a um exercício mais construtivo da democracia [...].

Avançar na democracia por consenso significaria avançar também no processo de transição ao socialismo, entendendo que desta forma os trabalhadores exercem maior domínio sobre as decisões tomadas no âmbito da sociedade em geral. Assim, se evita que uma minoria de trabalhadores que eventualmente não tenham participado das decisões não as legitimem e assumam posturas contrapostas a elas. Avançar na construção de consensos não significa negar a necessidade pela representatividade em situações variadas e nem as diferentes opiniões, mas sim possibilitar que estas sejam expostas e convergi-las através do debate, sempre que possível (VEIGA, 2016).

O Governo dos trabalhadores em Cuba possui papel importante no que se refere à sustentação das conquistas sociais nas áreas da cultura, educação, esporte, saúde e na formação e sustentação de valores vinculados ao projeto societário de transição ao socialismo. Este Governo se propõe a promover o acesso à ciência, tecnologia e inovação, garantindo ainda a proteção ao meio ambiente (CUBA, 2016).

Na *Conceptualización* se prevê que o “[...] Estado socialista deve garantir a liberdade, a independência, a soberania, a participação e controle populares [...]”, (CUBA, 2016, p.06, tradução nossa). Colocado desta maneira, o Estado pode aparecer como um ente independente dos trabalhadores que o constituem, como se os dirigentes não fossem também trabalhadores. Mesmo que o regime político em vigor em Cuba é o do Governo Revolucionário dos trabalhadores, sendo alguns destes os representantes políticos nas diversas instâncias, o Estado pode ainda

aparentar ser um ente independente das relações de classes, mesmo que, na essência, ele está constituído pelos trabalhadores. A título de exemplo, isto ocorre ao se configurar uma excessiva centralização e burocratização nas decisões, o que acarreta certo distanciamento entre a direção e as massas; outro exemplo em que isso pode se manifestar é quanto ao estabelecimento de vantagens e privilégios excessivos aos representantes estatais em relação aos demais trabalhadores.

Sobre o estabelecimento de vantagens e privilégios excessivos aos representantes estatais, é importante entender como se configuram os estímulos morais e materiais em Cuba hoje. Atualmente, está em vigor a Resolução 48/2007, que versa sobre os estímulos a trabalhadores cubanos promovidos a quadros políticos ou sindicais com caráter profissional no âmbito de seus locais de trabalho. O estímulo previsto nesta resolução é basicamente de caráter material, vinculado à remuneração extraordinária em peso conversível (em CUC), a qual deve ser, em média, equivalente aos demais estímulos recebidos pelos trabalhadores que atuam naquele local. Já a resolução 13/2000 prevê estímulos econômicos (materiais) relacionados aos resultados do trabalho em atividades de auditoria. Diante dos desafios postos ao atual contexto da Revolução Cubana, o estímulo material tem sido mais aplicado que o estímulo moral, sendo o salário o meio principal daquela forma de estímulo. Em Cuba, “[...] o salário não é mais que o reconhecimento material do aporte individual de trabalho para a sociedade” (GONZÁLEZ; GARCÍA; PÉREZ, p.72, 2012, tradução nossa).

Há também a previsão por estímulos morais, regulamentados pela resolução 13/2004. Os estímulos morais, segundo a própria resolução, devem contribuir com o bom clima no local de trabalho, com o desenvolvimento de valores socialistas e incentivar o aumento da produtividade do trabalho e o compromisso social com o trabalho – confluindo interesses individuais com os coletivos e sociais. Os estímulos

morais devem ainda complementar os estímulos materiais (CUBA, 2004b).

Os programas que regulam o reconhecimento através do estímulo moral no âmbito das empresas devem ainda considerar: os resultados do trabalho em relação ao tempo; a permanência e o tempo de serviço prestado; a permanência em cargos de maior responsabilidade; e o compromisso com a transição ao socialismo. Um dos princípios do estímulo moral é garantir a participação política dos trabalhadores na elaboração de seu programa de ação. O reconhecimento moral dos trabalhadores pode se concretizar através: da entrega de cartas e diplomas; de condecorações; de fotos em murais destacados; da publicação de boletins destacando as atividades realizadas; de homenagens através do rádio; do reconhecimento diante dos demais trabalhadores; de reuniões com as organizações de bairro com a presença da família ou em centros de estudos dos filhos e/ou netos; dentre outras. Além disso, um dos mecanismos de estímulo moral é a ampliação da participação dos trabalhadores nos diversos âmbitos de decisão em seus locais de trabalho, o que será abordado no próximo subitem (CUBA, 2004).

É importante destacar que, o debate sobre a associação entre essas duas formas de estímulo, a presença ou não de ambos na economia, acompanha a Revolução Cubana desde seu início. Na perspectiva de Che (1982) sobre esse debate na década de 1960, os estímulos materiais estariam presentes durante o processo de transição ao socialismo, mas haveriam que ser negados e superados ao longo dessa transição. Já os estímulos morais haveriam que ser priorizados, pois eles contribuiriam na formação de uma consciência comprometida com o processo revolucionário e o projeto societário socialista.

Portanto, atualmente Cuba mantém as duas formas de estímulos, e, mesmo frente às críticas aos estímulos materiais, estes ainda são necessários no atual estágio do processo de transição ao socialismo cubano. Isto devido às

particularidades da transição em Cuba, principalmente a condição de subdesenvolvimento e de dependência econômica do país agravada pelo bloqueio americano. Os estímulos materiais são importantes no incentivo à elevação da produtividade do trabalho, beneficiando a alguns trabalhadores diante de situações específicas. Entretanto, contraditoriamente, essa forma de estímulo eleva a desigualdade no país, pois garante privilégios materiais apenas a alguns, constituindo-se também em desafio a ser enfrentado pelo processo revolucionário.

Sobre a Divisão Administrativa, o Estado dos trabalhadores Cubano está organizado através dos Conselhos Provinciais e Municipais que funcionam de forma descentralizada. Estes exercem a função administrativa no âmbito provincial e municipal e devem pautar-se pela auto sustentabilidade financeira. Os Conselhos locais desenvolvem projetos para seu âmbito de jurisdição, voltados especialmente para a produção de alimentos. Diante da tendência à descentralização da atividade econômica a partir da diversificação de formas de propriedade e gestão, conforme se apontou no item anterior, o Governo passa a se concentrar “[...] nas funções que lhe são próprias, dentre as quais se destacam planificar, regular, conduzir e controlar o processo de desenvolvimento econômico e social [...]” (CUBA, 2016, p.07, tradução nossa).

No contexto de *Actualización del Modelo* há uma tendência à descentralização administrativa. Entretanto, esta descentralização não deve significar apenas a transferência de responsabilidades, mas também uma descentralização política.

Assim,

[...] os governos centrais têm tratado de transferir a responsabilidade de determinados serviços para os governos locais, mas não lhes concedem poder para se desenvolverem [...]. Também têm tratado de criar estruturas administrativas, através das quais seguem

mantendo algum tipo de controle que desvirtua a descentralização [...] (VEIGA, 2016, p.67, tradução nossa).

A descentralização deve ainda ser acompanhada da multiplicação de centros para participação política da população, de modo a aprofundar a democracia e o domínio e controle dos trabalhadores sobre a produção da sociedade em geral. Este processo de descentralização também requer minimizar e reduzir a burocratização ainda presente em Cuba nas unidades estatais (VEIGA, 2016).

Uma das formas de unificar os interesses locais com os interesses gerais, relativos a toda a sociedade, é através da planificação. A planificação deve abarcar todos os atores da economia e da sociedade, devendo ser o meio de definir objetivos e as prioridades a serem conduzidas pelo país, concretizando-se em mecanismos para a elaboração de planos – conforme se apontou no capítulo segundo. Desde a *Actualización del Modelo*, a planificação da economia cubana tende a conceder maior autonomia, tanto entre as empresas estatais, como para as demais formas de propriedade que passam a conviver com estas (CUBA, 2011). Neste sentido, a planificação deve articular coerentemente “[...] o Plano da Economia Nacional e o Orçamento do Estado, com equilíbrio monetário e financeiro do país, mediante a integração das políticas Fiscal, Monetária, Cambiária e de Preços [...]” (CUBA, 2016, p.07, tradução nossa). A planificação cubana hoje conta com a presença do mercado na economia, mas busca integrá-lo a direção planificada, estabelecendo leis que regulam e limitam seu funcionamento de acordo com as premissas e interesses previstos no Plano (CUBA, 2011; CUBA, 2016).

Outro elemento que se pode considerar como importante para a participação é a programação dos meios de comunicação. Em Cuba, esta cumpre importante papel quanto à participação popular e à direção do projeto societário do país. Através dos diversos canais de comunicação (televisivo, impresso, internet e outros) há incentivo ao debate

público sobre os mais diversos temas. A informação, o conhecimento e os mecanismos de comunicação em Cuba são bens públicos. O desenvolvimento das tecnologias de informação, de comunicação e outras, deve contribuir com a ampliação da participação política dos trabalhadores, com “[...] a elevação do conhecimento, do nível e qualidade de vida; com a inovação e aperfeiçoamento do Estado, o desempenho da economia nacional e da esfera social” (CUBA, 2016, p.08, tradução nossa). Além disso, a publicidade no país deverá seguir sendo controlada, não devendo, por exemplo, “[...] promover símbolos portadores de mensagens [...] pró-capitalistas [...]” (CUBA, 2016, p. 15, tradução nossa). A título de exemplo, são comuns à televisão cubana programas que tenham um caráter político, que levantem reflexões acerca de fenômenos como: a luta de classes, o imperialismo, o machismo, etc. A maior parte dos programas de informação através de jornais televisivos e impressos também trazem abordagem coerente com a direção revolucionária do país, imprimindo uma perspectiva das classes trabalhadoras e buscando denunciar as contradições do modo de produção capitalista mundial. Todavia, a televisão cubana também transmite programações relacionadas aos países capitalistas e com a abordagem dos mesmos, como novelas, filmes e também jornais, não há, portanto, censura a essas informações.

Diante destes aspectos gerais sobre a forma política e a participação dos trabalhadores na sociedade cubana hoje, a seguir objetiva-se demonstrar as características principais da participação política dos trabalhadores no interior das empresas estatais, identificando as particularidades, mas também os desafios postos ao processo de transição ao socialismo do país.

4.2.2. A participação política dos trabalhadores nas empresas estatais cubanas na contemporaneidade

Neste subitem, objetiva-se demonstrar as particularidades e os desafios da participação política dos trabalhadores no interior das empresas estatais cubanas. A partir das mudanças recentes em Cuba, identifica-se o incentivo à expansão da participação política dos trabalhadores nas empresas estatais com a intenção de elevar a produtividade do trabalho. Assim, se analisará esse movimento considerando os marcos legais do país e alguns dados cedidos pela *Universidad de la Habana*, bem como buscando apreender o processo de apropriação social da produção pelos trabalhadores.

O Governo decide sobre o destino de parte da produção das empresas estatais (os que lhe são repassados como impostos), visto que nessa forma de propriedade o Governo dos trabalhadores é que representa a população em geral como proprietária dos meios de produção. Nas entidades empresariais o salário dos trabalhadores é pago com base no trabalho aportado, podendo o trabalhador se apropriar de parte dos produtos produzidos, segundo os resultados alcançados. Os coletivos de trabalhadores possuem autonomia quanto à gestão e às decisões no âmbito das entidades empresariais, mas devem observar a regulação prevista pelo Governo Cubano. Os mecanismos de participação política e decisão no interior destas empresas devem livrar-se de formalismos, primando pelo incentivo ao interesse coletivo e individual dos trabalhadores em participar e decidir sobre o espaço da produção, com o intuito de que eles estejam mais implicados em elevar a produtividade do trabalho. Mantêm-se os estímulos morais e materiais conforme os resultados e características de cada entidade. O Governo Cubano cumpre ainda a função de decidir sobre as empresas que apresentam produtividade do trabalho abaixo do esperado ou que não conseguem cumprir seu plano de

produção; e ainda avalia, exige e determina os princípios de remuneração dos principais diretores do sistema empresarial (CUBA, 2016, p.09).

A tendência à ampliação da autonomia das empresas estatais, neste contexto de *Actualización del Modelo*, significa uma elevação de suas responsabilidades sobre: a gestão, a produção, a contratação de trabalhadores, o manejo dos recursos materiais e financeiros, os equívocos que possam ocorrer e, sobre o sistema de controle interno, de forma que os resultados respondam ao seu planejamento inicial. Após o cumprimento do pagamento de impostos estabelecidos pelo Governo, as empresas estatais poderão criar fundos destinados ao seu desenvolvimento, a investimentos e a mecanismos de estímulo aos trabalhadores. Os salários dos trabalhadores em geral e também daqueles que estejam em cargos de chefias nas empresas estatais e nas formas de gestão não estatais, estarão relacionados com os resultados obtidos pela empresa. As empresas também terão independência para aprovar sua planilha de cargos. A ampliação da autonomia das empresas possui um limite que são as previsões presentes em seu próprio plano, o qual também está vinculado ao plano nacional da economia, o que também se refere a separação entre funções estatais e empresariais (CUBA, 2007; CUBA, 2011).

De acordo com o documento elaborado pela “*Universidad de la Habana*” – que realizou diagnóstico acerca da implementação do *Sistema de Perfeccionamiento Empresarial* nas empresas estatais – denominado de *Informe del diagnóstico del impacto en el Sistema Empresarial Estatal de las Medidas Aplicadas para su Perfeccionamiento* (2015), a avaliação dos trabalhadores entrevistados sobre as mudanças atualmente realizadas nas empresas cubanas é positiva quanto à eliminação das restrições administrativas para o estabelecimento dos salários, concedendo maior autonomia as empresas neste quesito. A maioria dos entrevistados respondeu que as mudanças em curso incidem

significativamente nesta questão, conforme tabela abaixo. Além disso, 79% dos trabalhadores entrevistados reconhece que recebem o salário conforme o trabalho aportado. Mesmo assim, 60% deles avaliam que não recebem por suas contribuições em matéria de inovação e quanto à qualificação profissional.

Tabela 3. Eliminação das Restrições Administrativas para a formação dos salários

| Eliminação das Restrições Administrativas para a formação dos salários | | |
|---|------------------|-----------------|
| Pouca Incidência | Média Incidência | Alta Incidência |
| 10% | 12,20% | 76,90% |

Fonte: “Informe del diagnóstico del impacto en el Sistema Empresarial Estatal de las Medidas Aplicadas para su Perfeccionamiento”.

Elaboração: própria.

A Resolução 13/2004 prevê ainda como forma de estímulo moral a ampliação da participação política dos trabalhadores nas decisões das empresas cubanas. Esta forma de estímulo pode se concretizar através da:

- Participação dos trabalhadores na discussão e aprovação do plano da entidade e na análise dos resultados de sua gestão, e, participação dos trabalhadores destacados na elaboração de propostas de política, métodos de trabalho e projeção de estratégica e estrutura das entidades.
- Inclusão dos trabalhadores destacados nos órgãos de direção coletiva.
- Participação dos trabalhadores destacados, com reconhecido prestígio e autoridade, em comissões de expertos para análises e solução de determinados problemas [...] (CUBA, 2004, p.03, tradução nossa).

Além disso, a mesma Resolução prevê que a participação dos trabalhadores nas decisões das empresas é um dos elementos que permite mensurar a efetividade da aplicação desta forma de estímulo. Assim, a participação dos trabalhadores nas decisões das empresas não deve se

restringir a alguns trabalhadores, deve se concretizar independente do reconhecimento individual através dos estímulos morais. Os trabalhadores em geral devem estar plenamente integrados à produção do local onde trabalham, participando ativamente das decisões nos diversos âmbitos, visto ser este um dos mecanismos para se concretizar a apropriação da produção pelos próprios produtores. Sobre a necessidade de se aprofundar os mecanismos de participação política no interior das empresas estatais, afirma Monreal (2016, p.30, tradução nossa) que, “[...] a questão central é como os proprietários dos meios de produção socializados (a classe trabalhadora) tem capacidade efetiva, ou não, para tomar decisões [...]”. Os momentos de tomada de decisões são importantes para unificar interesses individuais, com interesses coletivos e sociais.

Ainda de acordo com Monreal (2016, p.28, tradução nossa), a empresa estatal em Cuba “[...] tem uma importante função econômica nos marcos da “Atualização do Modelo”: assegurar o predomínio do setor estatal [...]”, garantindo a elevação da produtividade neste setor, visto ser este o que concentra a maior parte da produção do país. Além disso, outra função da empresa estatal, porém menos mencionada, é ser “[...] espaço concreto de materialização do poder político do trabalhador e de funcionamento da democracia socialista [...]”, (MONREAL, 2016, p.28, tradução nossa).

Sabe-se que a ampliação da participação política no interior das empresas estatais possibilita avançar o processo de apropriação social da produção e conseqüentemente a formação de uma nova consciência social a partir de uma nova práxis, relativa ao processo de transição ao socialismo. Nessa linha, altera-se também a relação entre estrutura e superestrutura, alterando-se os elementos da superestrutura ao mesmo tempo em que ocorrem modificações estruturais (MARX, 2009; MARX, 2009). É neste sentido que irá afirmar Monreal (2016, p.29, tradução nossa) que, pelo menos do ponto de vista teórico, a “[...] empresa estatal cubana deveria

funcionar como o principal centro de formação de uma consciência política socialista, fundada sobre o trabalho “[...]”. Na própria empresa estatal cubana se expressariam as mudanças estruturais e no campo da consciência, de maneira concomitante.

Neste contexto de *Actualización del Modelo*, uma medida adotada no sentido de fortalecer a participação política dos trabalhadores no interior das empresas estatais cubanas foi a expansão do *Perfeccionamiento Empresarial* (PE). Este é um Sistema de Direção e Gestão Empresarial que foi instituído inicialmente no Ministério das Forças Armadas e atualmente está sendo estendido para diversas outras empresas estatais cubanas. O PE tem o objetivo principal de elevar a produtividade do trabalho das empresas através de mecanismos mais descentralizados de participação política e decisão sobre a produção. Para ingressar com o *Perfeccionamiento Empresarial*, as empresas devem elaborar um calendário, um diagnóstico pré-definido e um plano de ação que indique os prazos para solucionar as deficiências previstas na empresa. Isto deverá ser apresentado ao Grupo Governamental, subordinado ao Comitê Executivo de Conselho de Ministros (CECM)¹⁴⁴. O diagnóstico será realizado pelos membros da direção da empresa e por trabalhadores organizados em grupos de profissionais que possuem experiência nas respectivas áreas de trabalho e que conheçam o funcionamento da empresa. O Grupo Governamental aprovará ou não a proposta apresentada pela empresa, que apenas depois disso, poderá começar a aplicar as *Bases Generales del Perfeccionamiento Empresarial* (BGPE) (CUBA,

¹⁴⁴ Os principais grupos responsáveis pela implementação do *Perfeccionamiento Empresarial* são: Grupo Governamental; Comitê Executivo de Ministros; o Conselho de Administração Provincial; a Secretaria Executiva Provincial de *Perfeccionamiento Empresarial*; e as Juntas de Governo. Cada um destes grupos possui funções específicas estabelecidas Pelo Decreto-lei 252/2007, sendo em geral responsáveis pela implementação e monitoramento da execução do plano de ação estabelecido por cada empresa para implantar o PE.

2007; DÍAZ, 2010).

O ponto principal do *Perfeccionamiento Empresarial* é a empresa, sendo previsto por este Sistema todas as mudanças que envolvem a ampliação da autonomia das empresas e seu autofinanciamento. Díaz (2010) registra quatro elementos que podem ser avaliados como novos neste contexto de implantação do PE. Em primeiro lugar, estão as Juntas de Governo, formadas a partir dos níveis superiores da direção empresarial. Estas representam o Governo na análise da elaboração e execução dos planos e quanto ao destino da produção das empresas. Outro ponto que se altera com o PE é a política salarial das empresas. O PE permite que haja variações nos salários a partir da concessão de estímulos, de acordo com o posto de trabalho ou conforme as diferentes qualificações profissionais. Com isto, a intenção é garantir maior vínculo entre o resultado do trabalho e o salário recebido pelos trabalhadores. O terceiro ponto seria o estímulo à relação com o mercado e com a concorrência, desde que as relações estabelecidas com o mercado sejam reguladas por contrato, respeitando ainda os compromissos assumidos com o Governo Cubano. E o último ponto, que se refere aos investimentos como responsabilidade da própria empresa. Sobre este, Díaz (2010, p.38, tradução nossa) explica que “[...] os fundos para reposição, ampliação, ou modernização, se financiam dos recursos extraídos por meios próprios [...]” da empresa.

Um dos documentos que regulam o funcionamento do *Perfeccionamiento Empresarial* é o Decreto-lei 252/2007. Neste se prevê a participação política dos trabalhadores como elemento fundamental para se consubstanciar as mudanças citadas acima, conforme previsto no artigo 3º alínea “s”, “[...] a ativa participação dos trabalhadores em todo o processo é fundamental para alcançar e consolidar os sistemas de gestão [...]. O *Perfeccionamiento Empresarial* deve converter-se em um sistema de participação”.

Na mesma perspectiva, de acordo com Báez (2002, p. 346-347, tradução nossa),

[...] a participação ampla, real comprometida e com profissionalismo [...] é condição decisiva para o êxito do processo de aperfeiçoamento empresarial. Ele requer preparação, persuasão, motivação e compromisso por todos os implicados. Não há recurso mais importante que o ser humano. [...] Quando é limitada, restrita ou cortada a participação dos trabalhadores [...], a eficiência é prejudicada [...].

Entretanto, no documento *Informe del diagnóstico del impacto en el Sistema Empresarial Estatal de las Medidas Aplicadas para su Perfeccionamiento* (2015) foram apontadas as seguintes considerações negativas sobre as mudanças em curso atualmente nas empresas estatais,

Os entrevistados consideraram que a falta de financiamentos, matérias-primas, suporte logístico e pessoal qualificado, assim como a irreal autonomia, a centralização do comércio exterior, o excesso de auditorias, controles e reuniões, a alta flutuação da força de trabalho, a obsolescência tecnológica [...] os baixos salários e *a falta de autonomia na tomada de decisões* [...] são elementos que freiam o adequado desempenho das entidades [...] (LA HABANA, 2015, p.05, grifo e tradução nossa).

A participação política dos trabalhadores na ocasião em que as decisões são tomadas nas empresas é um dos aspectos fomentados no atual contexto de mudanças em Cuba, mas há ainda limites em sua concretização. O Decreto-lei supracitado, associado ao Decreto-lei 281/ 2007, também faz a defesa da ampliação da participação nas empresas estatais em diversos de seus artigos. O *Perfeccionamiento Empresarial* prevê também a aplicação de métodos de direção coletiva, sendo ouvidos todos trabalhadores que possuem o saber, independentemente dos cargos que ocupam ou se

foram promovidos por algum estímulo moral. O PE deve ainda priorizar os interesses do país acima dos interesses coletivos de cada entidade, combinando as decisões tomadas centralmente pelo Governo com o que se delibera no âmbito das empresas. Neste sentido, há uma previsão legal recente que incentiva a ampliação da participação política como elemento fundamental para a elevação da produtividade, o que ocorre devido principalmente à apropriação social da produção (apropriação de seus meios de produção, de seu processo de produção, de seu processo de trabalho e dos resultados da produção) – necessário à transição ao socialismo.

Contudo, 60% dos entrevistados afirmaram não existir uma participação política dos trabalhadores em tarefas fundamentais para a economia do país; 30,3% avaliaram que não há uma ativa participação dos trabalhadores nas decisões no âmbito da direção das empresas onde atuam, somados com outros 33,3% que disseram que não participam da análise dos resultados da gestão de suas empresas (LA HABANA, 2015). Ou seja, uma porcentagem importante de trabalhadores dentre os entrevistados indicaram não fazer parte dos momentos de decisão sobre a produção, o que interfere diretamente no movimento de apropriação da produção por estes trabalhadores, que acabam não se reconhecendo em seus processos de trabalho e de produção.

A planificação faz-se aqui indispensável, pois “as entidades que aplicam este sistema [PE] respondem aos interesses da sociedade, gerando produtos e serviços em função de suas necessidades quanto à quantidade e qualidade [...]”, conforme previsto no artigo 3º do Decreto - lei 252/2007. Para isso, as entidades devem atuar conforme as necessidades da população em geral, previstas através da planificação.

A planificação também deve ocorrer no interior de cada empresa. Na etapa de elaboração, aprovação e controle dos planos de cada empresa é imprescindível que haja a

participação política dos trabalhadores, visto que são estes os responsáveis pela execução do plano. Para a elaboração do plano no interior das empresas deve-se considerar os seguintes elementos fundamentais: a demanda pelos produtos produzidos; o estado dos equipamentos; a quantidade de matéria prima necessária; o nível de organização e de produtividade da força de trabalho (GONZÁLES; GARCÍA; PÉREZ, 2012).

De acordo com o documento *Informe del diagnóstico del impacto en el Sistema Empresarial Estatal de las Medidas Aplicadas para su Perfeccionamiento* (2015), as mudanças realizadas a partir do PE em relação a planificação no interior das empresas foram avaliadas como positiva, pois aproximadamente 70% dos entrevistados responderam que as mudanças em curso são de alta relevância para a planificação.

Sabe-se que as empresas que adotam este Sistema de Direção e Gestão (o PE) apresentam maior grau de produtividade, de disciplina e de organização, devido à aplicação dos novos mecanismos de direção e gestão que permitem alcançar metas superiores. Aproximadamente metade dos entrevistados (51%) indicaram que desde o início da aplicação das novas medidas no interior das empresas estatais tem havido um incentivo à elevação da produtividade do trabalho, (LA HABANA, 2015). O êxito na implementação do *Perfeccionamiento Empresarial* depende primeiramente da ativa participação da direção, do sindicato e dos trabalhadores em todo o processo de diagnóstico e de execução do plano. A ausência do incentivo a ampliação da participação política dos trabalhadores nas decisões da direção da empresa durante a implementação do PE pode também gerar a suspensão deste Sistema de Direção e Gestão (CUBA, 2007). Mesmo assim, de acordo com as entrevistas aqui utilizadas, 70% dos entrevistados afirmaram que não foi, ou foi insuficiente, a participação política dos trabalhadores na reorganização e redimensionamento das empresas de acordo com o PE (LA

HABANA, 2015).

Está também previsto no atual Código do Trabalho de Cuba (2014) a participação dos trabalhadores na produção como um direito. A alínea “f” do artigo 3º deste documento indica que “todo trabalhador tem direito a participar da gestão da produção e dos serviços”. Os sindicatos e a Central de Trabalhadores de Cuba possuem ainda o direito de “participar da elaboração e execução dos planos estatais de desenvolvimento da economia nacional”, conforme previsto na alínea “a” do artigo 16. Ainda de acordo com o Código, os membros sindicais participam ativamente de decisões diversas no âmbito da empresa, representando os trabalhadores.

Conforme se apontou no capítulo segundo, a participação representativa é uma das formas de participação política que pode e deve se manter no processo de transição ao socialismo, aliando-se a formas de participação direta. Desde o início da Revolução Cubana os sindicatos foram mantidos, sugerindo a necessidade de sua permanência. A representação através dos membros sindicais em Cuba ocorre no sentido de serem designados alguns trabalhadores para representar os demais. Tendo estes seus interesses defendidos por seus representantes nas diversas comissões e reuniões em que estejam membros do Governo ou aqueles trabalhadores que estão na direção das empresas. Considerando o movimento de supressão, o desaparecimento do sindicato ou de qualquer outra forma de organização coletiva e de participação política dos trabalhadores relativa ao modo de produção anterior é processual. Os sindicatos, em particular, cumprem importante função representativa junto aos trabalhadores durante a transição ao socialismo, pois ainda não estão constituídas formas de participação direta que permitam o domínio pleno dos trabalhadores sobre a produção, no sentido da autogestão e da total apropriação da produção por seus produtores.

Ainda de acordo com o previsto no artigo 21 do Código do Trabalho (2014),

[...] Os trabalhadores dos diferentes ramos da economia participam ativa e conscientemente da direção das entidades laborais estatais onde trabalham. A forma de participação pode ser individual e coletiva. A forma individual se manifesta de maneira ampla nas assembleias de produção ou serviços [...]. A forma coletiva de participação se canaliza através da organização sindical como representante dos trabalhadores [...].

Portanto, além da forma de participação política representativa através dos sindicatos (considerados também como forma coletiva de participação), há a forma de participação política direta que se realiza através das assembleias de produção ou de serviços que cada empresa deve realizar. Entretanto, há críticas a esta forma de participação, que na realidade, não ultrapassaria o caráter meramente consultivo. O grupo de trabalhadores das diversas empresas, também denominados em Cuba de “Coletivo laboral”¹⁴⁵, são consultados acerca das mais importantes decisões, mas em sua maioria não interferem diretamente nas decisões mais importantes (ALHAMA, s/d.; ALHAMA; GRACÍA, 2016; MONREAL, 2016).

Vale destacar que a participação política no âmbito das empresas estatais requer a interferência dos trabalhadores em seus processos de trabalho e de produção. Os trabalhadores é que devem decidir sobre a organização, sobre o plano da produção e também sobre seus resultados. Em Cuba, em relação aos resultados da produção, há de serem consideradas as prioridades estabelecidas pela planificação

¹⁴⁵ De acordo com Alhama (s.d.) o coletivo laboral é o [...] grupo humano organizado, conformado por todos os indivíduos que intervêm no processo de trabalho de uma entidade, sem distinção de categorias ocupacionais [...], ou seja, trata-se de todos/a trabalhadores/as.

em relação a toda a sociedade, levando em conta os interesses gerais e não apenas os interesses daquele coletivo de trabalhadores. Mesmo assim, destaca-se que a mera consulta não significa de fato participação política direta, pois participar é decidir, é interferir e ter autonomia para mudar os rumos daquela realidade.

A participação política é um mecanismo fundamental (mesmo que não seja o único) para a apropriação da produção pelos trabalhadores cubanos. Sem isto, as mudanças na forma de propriedade e a denominada “socialização dos meios de produção” ou “propriedade social” se tornam jurídico-formais e não se realizam na realidade concreta.

Nessa linha, afirma Monreal (2016, p.35, tradução nossa),

Não seria desejável – desde uma perspectiva socialista – separar a condição de proprietário coletivo dos meios de produção do poder político que tal condição confere ao trabalhador. O melhor espaço social para sincronizar ambas coisas é a empresa estatal. Para dizê-lo de maneira rápida, estamos falando aqui do fundamento do Estado socialista. É o poder político da classe trabalhadora o que essencialmente sustenta o poder de um Estado socialista [...].

Assim, a participação política dos trabalhadores no âmbito da empresa estatal passa pela autogestão, se trata da gestão social, coletiva, sendo os trabalhadores responsáveis pela direção de todas as atividades de suas entidades, através de conselhos ou outros coletivos (ALHAMA, 2013). Dessa forma, os trabalhadores é que definiriam os métodos e mecanismos de controle direto sobre a produção, negando a verticalização das decisões e potencializando a horizontalidade na tomada de decisões. Os exemplos de autogestão que vigoraram no contexto do “socialismo real” podem ser considerados para expandir essa prática no processo de transição ao socialismo em Cuba. Entretanto, cada país deve

construir sua forma e cada empresa formará seus conselhos ou coletivos para decisão, conforme sua necessidade e particularidade.

Neste contexto de *Actualización del Modelo* está previsto para o ano de 2017 a implementação de uma nova lei de empresas. Com esta lei pretende-se aglutinar as diversas mudanças previstas nas várias resoluções para as empresas cubanas em uma lei única. Esta lei deve também fortalecer o incentivo a descentralização e concessão de maior autonomia para empresas e seus coletivos de trabalhadores, o que requer que elas também ampliem seu grau de participação política interna.

A intenção é ampliar a participação política dos trabalhadores na tomada de decisões, sendo reconhecido atualmente pelo Governo Cubano essa necessidade para elevar a produtividade do trabalho. Entretanto, a participação política é condição para a apropriação social da produção, de modo que os trabalhadores se apropriem das condições objetivas necessárias à sua (re) produção, o que é indispensável para a transição ao socialismo.

4.3. A participação política e a apropriação social da produção na transição ao socialismo cubano

Aqui se pretende realizar algumas conclusões relativas a este capítulo, considerando que seu objetivo foi apresentar elementos sobre a Revolução Cubana e a participação política dos trabalhadores nas empresas estatais atualmente.

No primeiro item deste capítulo apontaram-se as principais alianças internacionais de Cuba, especialmente com os países da América-latina e Caribe através da ALBA, demonstrando a importância que possui para a economia do país. Também se apresentou o contexto de *Actualización del Modelo Económico e Social Cubano*, destacando as principais mudanças que vêm sendo implementadas durante os anos 2000, principalmente a partir de 2011 com a aprovação dos

Lineamientos, sendo estas as estratégias recentes para sustentar o projeto de sociedade que vislumbra transitar para o socialismo.

Destacam-se ainda as alterações recentes em relação às formas de propriedade, tanto às mudanças concretas diante da aprovação legal pela existência de novas formas de propriedade, quanto aos elementos que permanecem em termos de retórica. Sobre estes elementos, destacam-se a permanência dos discursos em relação à separação entre formas de propriedade “socialistas” (ou “propriedade social”) e outras formas de propriedade. Ao que aqui se entende por uma totalidade (em contradição) de formas de propriedade relativas ao amplo processo de transição ao socialismo, as quais estão em permanente movimento de conservação, negação e superação.

Neste capítulo também se apresentou informações sobre a forma política em Cuba e a participação política dos trabalhadores no âmbito da sociedade em geral. Sobre isso, destacam-se os avanços em relação à conformação de uma democracia sob nova forma, que nega em sua concepção e em aspectos concretos a democracia burguesa, o que se expressa efetivamente na participação direta da população na elaboração e aprovação de documentos relevantes ao país jurídico e politicamente. Ainda assim, há pontos em debate e questionados, como a impossibilidade de organização de mais de um partido pelos trabalhadores.

O atual contexto também incentiva a ampliação da participação política dos trabalhadores nas empresas estatais. As diversas resoluções e documentos do Governo assinalam essa participação como fundamental para a elevação da produtividade do trabalho. Mesmo sendo essa uma das estratégias recentes do Governo Cubano em relação à transição ao socialismo, há desafios diversos na concretização dessa participação e descentralização das decisões políticas, já que os dados cedidos pela *Universad de la Habana* indicam que parte importante dos trabalhadores ainda não

reconhecem que possuem maior grau de interferência nas decisões no âmbito das empresas. Sabe-se que este é um horizonte pretendido pelo país e que o atual Sistema de Direção e Gestão Empresarial, o *Perfeccionamiento Empresarial* (PE), bem como outras resoluções, indicam nesta direção, mas também limitam a participação política à elevação da produtividade do trabalho.

Portanto, não se pode afirmar que o contexto de *Actualización del Modelo Económico y Social cubano* de fato ampliou a participação política dos trabalhadores nas empresas estatais. Apesar de haver essa previsão em seu marco legal, os dados recentes demonstram que persiste a necessidade por se consolidar mecanismos de participação política dos trabalhadores nessas empresas, de modo que os trabalhadores se apropriem da produção, e que percebam que estão se apropriando das condições objetivas necessárias à sua (re) produção. É preciso avançar com a horizontalização das decisões, o incentivo à autogestão e a garantia de que os trabalhadores possam decidir/ interferir em seus processos de trabalho e de produção. É esta forma participação política na empresa estatal, no âmbito da produção, que contribuirá fundamentalmente com a apropriação da produção pelos trabalhadores, influenciando a formação de uma consciência que negue o estranhamento e potencialize o domínio consciente sobre a produção – o que conseqüentemente irá elevar a produtividade do trabalho -, possibilitando uma práxis que corrobore o processo de transição ao socialismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os diversos processos de transição ao socialismo, e posteriormente ao comunismo, seriam marcados pela constituição de novas relações produção, a partir das quais o homem retomaria, sob nova forma, a apropriação das condições objetivas necessárias à sua (re) produção. Neste sentido, a relação homem/ natureza seria processualmente modificada até que estivesse configurada pela produção de valores de uso destinados ao atendimento das mais variadas necessidades humanas, do *estômago à fantasia*. Estas necessidades não são as mesmas no tempo e no espaço, variando ao longo da histórica e em cada processo de transição em particular.

Quando as condições para a (re)produção do homem são apropriadas por outrem se manifesta uma relação de dominação e de estranhamento para com os variados processos de produção e de trabalho, sendo o homem negado enquanto ser individual e humano-genérico. Esta relação de dominação e de estranhamento assume forma particular na sociedade capitalista, a partir da relação de exploração do trabalho do proletariado pela burguesia e do predomínio da forma de propriedade privada sobre os meios de produção.

Os processos de transição ao socialismo requerem uma ruptura gradual, e normalmente de longo prazo, com os elementos estruturantes do modo de produção capitalista. Neste sentido, em processos de transição ao socialismo há uma progressiva ruptura com a forma de propriedade privada e com a relação de exploração do trabalho, de modo a alterar a contradição principal deste modo de produção, qual seja a produção social em contraposição a apropriação privada da riqueza.

A passagem de um modo de produção a outro ocorre a partir do movimento de *suprassunção*, que se refere a negação, superação e conservação de elementos oriundos da

sociedade que se quer destituir, ao mesmo tempo em que vão se conformando relações de produção novas. A transição entre um modo de produção e outro sempre conserva elementos da sociedade precedente, especialmente aqueles relativos ao grau de desenvolvimento das forças produtivas e técnicas de produção. Esta transição não possui parâmetro de forma ou conteúdo, assumindo forma particular conforme as condições histórico-concretas de cada país.

Um dos aspectos que sofre modificação ao longo da transição ao socialismo é a forma de propriedade predominante. Esta já não pode ser a propriedade privada sobre os meios de produção. Segundo os clássicos, a forma de propriedade predominante ao longo da transição ao socialismo é a propriedade estatal, a empresa estatal. Não que esta empresa seja “socialista” ou se configure em “propriedade social” apenas por se converter em estatal, pois, para isso, deve apresentar modificações graduais em suas relações de produção, principalmente em relação à forma de participação política de seus trabalhadores. Além disso, todas as formas de propriedade presentes em um período de transição são necessárias, por isso se conservam ou são instituídas, compondo uma totalidade de formas de propriedade necessárias aos particulares processos de transição.

Apenas com a constituição da participação política dos trabalhadores no interior das empresas estatais é possível um movimento de apropriação social da produção, de modo que os trabalhadores que produzem também dominem conscientemente sua produção, e possam de fato interferir sobre ela, negando o estranhamento. Portanto, o movimento de apropriação social da produção corresponderia à apropriação dos meios de produção, ou seja, das condições objetivas necessárias à (re)produção humana, mas também da produção em si e de seu resultado.

Pensar a passagem para uma sociedade pós-capitalista é pensar uma sociedade formada por homens e mulheres que produzem a partir do planejamento consciente e destinado a

atender as necessidades humanas não apenas individuais, mas coletivas e sociais. Neste contexto já não haveria a necessidade pela existência do Estado, pois a organização dos trabalhadores se daria de maneira associada, sendo generalizadas formas de apropriação social da produção, de propriedade e de controle dos trabalhadores sobre a produção. Este grau de maturidade da nova sociedade seria antecedido por esse longo período de transição e assumiria forma particular conforme as condições histórico-concretas.

Neste sentido, a participação política dos trabalhadores no âmbito de uma transição ao socialismo também deve ir assumindo nova forma no âmbito da sociedade em geral, sendo a dominação política burguesa (que prima pela passividade das massas) substituída pela iniciativa e domínio dos trabalhadores. Este movimento também se dá mediante a negação, conservação e superação de elementos da sociedade anterior. Assim, a forma política da sociedade em transição ao socialismo se conformará segundo a realidade histórico-concreta, mas em geral sabe-se que apresentará elementos conservados da sociedade anterior, assim como processualmente irá superando estes elementos e constituindo uma nova forma política de organização. Por isso, pode-se dizer que será constituída uma democracia sob nova forma, que não a democracia burguesa. Destaca-se também a importância de se conciliar mecanismos de participação direta com mecanismos de participação indireta (representativa), pois há situações em que a participação direta se torna inviável.

Diante das mudanças na forma política da sociedade em geral, há também as modificações na forma de participação política no interior das unidades produtivas, inclusive nas empresas estatais. O espaço da produção é fundamental para a unidade entre interesses individuais, coletivos e sociais, pois nele o trabalhador produz, mas também planeja (com base no planejamento para toda a sociedade) e decide sobre a produção. As experiências

destacadas de conselhos operários neste texto demonstram a possibilidade de processos de produção autogestionados, a partir da horizontalização das decisões.

A constituição de novas relações de produção no interior das empresas estatais em processos de transição ao socialismo passa fundamentalmente por garantir a participação política dos trabalhadores nas decisões sobre a produção. A partir disso, não se trata apenas de modificar a forma de propriedade, mas, principalmente, de realizar o movimento de apropriação social da produção, de modo que os trabalhadores de fato se apropriem das condições objetivas necessárias à sua (re)produção.

A experiência particular de transição ao socialismo em Cuba, também deve ser analisada a partir de suas particularidades histórico-concretas e não tem parâmetro de forma ou conteúdo a seguir. Contudo, sabe-se que a contradição principal a ser enfrentada pelo país é sua condição de dependência e subdesenvolvimento. Por isso, a transição ao socialismo em Cuba precisa beneficiar-se de técnicas, tecnologias, bens e serviços disponíveis no comércio internacional e necessários ao atendimento das necessidades de sua população interna. Por isso, segue no país uma revolução em permanência.

Na experiência particular de transição ao socialismo em Cuba, registrou-se a expropriação de terras, a desapropriação e estatização (com caráter nacionalizador) das empresas que antes eram privadas, conformando-se assim o domínio da forma de propriedade estatal desde a década de 1960. Além das mudanças na forma de propriedade desde o início do processo revolucionário, há mudanças na apropriação da produção logo nos primeiros anos, caracterizada pela apropriação dos meios de produção, mas também pela apropriação dos resultados da produção através da distribuição social dos produtos, especialmente pelo mecanismo da *libreta de abastecimentos*. A formação das empresas estatais cubanas não se caracterizou apenas por

mudanças na forma de propriedade, mas compôs todo um conjunto de transformações que o país passou a realizar a partir da tomada do poder pelos trabalhadores.

Assim, também há particularidades quanto à forma política da sociedade em geral e em relação à participação política dos trabalhadores nas empresas estatais. Em Cuba, um primeiro fato que evidencia a participação política é o próprio movimento revolucionário através da luta armada e da posterior organização das milícias, visto que participação política é a possibilidade de decidir e interferir em determinada realidade.

Contudo, em relação às decisões no âmbito das empresas estatais, reproduziu-se majoritariamente a centralização e burocratização durante longo período, exceto pela experiência implementada por Che Guevara na década de 1960. Esta experiência primava pelo estabelecimento de uma nova relação com o trabalho a partir do dever social e da aplicação de estímulos morais, considerando o fato de que os trabalhadores cubanos seriam proprietários dos meios de produção e estariam iniciando um movimento de apropriação social da produção. Contudo, muitos foram os desafios dos primeiros anos da experiência revolucionária cubana, dentre eles: o bloqueio norte-americano, a carência por matérias-primas fundamentais, o baixíssimo desenvolvimento das forças produtivas, as incompatibilidades em relação aos produtos e tecnologias recebidas do “campo socialista”, etc. Mesmo assim, Cuba avançou significativamente em relação à atenção a saúde, educação, esporte, cultura e em níveis de igualdade social, mantendo até os dias atuais números incomparáveis com os demais países da América Latina e Caribe.

Além daqueles desafios, identificaram-se ainda inúmeros desafios internos inerentes ao próprio processo de transição ao socialismo em Cuba, que culminou na *Retificação de erros e tendências negativas* na década de 1980. Dentre estes desafios estão: a ampliação da burocracia; a apelação

pelo interesse material; o desvio de recursos estatais e corrupção; a utilização de cargos e funções para obter privilégios; uma baixa produtividade do trabalho; a indisciplina laboral; as ausências consecutivas e a flutuação de trabalhadores; e a atuação de especuladores no mercado livre campesino. A *Retificação de erros e tendências negativas* buscou enfrentar estes desafios mediante o fortalecimento do compromisso dos cubanos com o processo revolucionário.

Entretanto, este período foi imediatamente seguido pelo *Período especial* que se deu após a queda do denominado “campo socialista” e levou Cuba a uma profunda crise econômica. A partir do *Período especial*, Cuba enfrentou dificuldades de acesso a bens de consumo básicos como alimentação, sendo que a quantidade de calorias média ingerida pelos cubanos caiu drasticamente. Registrou-se o retorno da desigualdade social no país, especialmente devido às variações nas formas de propriedade e nas remunerações, de forma que o trabalhador estatal teve sua renda reduzida em comparação com os trabalhadores vinculados ao setor não estatal. Desde então, há relativa migração dos trabalhadores do setor estatal para o não estatal.

Tanto o contexto de *Retificação de erros e tendências negativas* como o *Período especial* influenciaram na participação política dos trabalhadores nas empresas estatais. Tal fato se deu, principalmente, pela implementação do *Perfeccionamiento Empresarial (PE)* no Ministério das Forças Armadas (MIFAR) em fins da década de 1980. O PE passa a ser aplicado em outros ramos da economia a partir de 1998, com a intenção de expandir uma forma de gestão que prime pela participação política dos trabalhadores no âmbito das empresas estatais e conseqüentemente eleve a produtividade do trabalho.

Já nos anos 2000, Cuba consegue estabelecer importantes alianças internacionais, principalmente com países da América Latina e Caribe através da ALBA. Através destas alianças, Cuba retoma seu crescimento econômico,

mas segue em condição de dependência – por ser esta uma face do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo e contradição principal a ser enfrentada por um país que almeja transitar para o socialismo. Em 2011 inicia-se a *Actualización del Modelo Económico y Social* cubano, a partir da qual as diversas mudanças em curso no país passam a ser unificadas e dirigidas pelos documentos que se analisou no último capítulo. Este contexto caracteriza as estratégias recentes da transição ao socialismo em Cuba, as quais englobam as alterações nas formas de propriedade e na participação dos trabalhadores nas empresas estatais.

Neste contexto contemporâneo, não houve significativas mudanças quanto ao papel atribuído à empresa estatal na transição ao socialismo. Esta forma de propriedade segue sendo, junto com as cooperativas, a forma de propriedade considerada “socialista” e/ou “propriedade social” etc., ideia por nós refutada, devido à compreensão de que todas as formas de propriedade atualmente em vigor com Cuba são necessárias a seu processo de transição ao socialismo. As formas de propriedade formam uma totalidade permeada por contradições internas e que está inserida em uma totalidade mais ampla – qual seja a da transição ao socialismo em Cuba, visto ser esta transição caracterizada pelo movimento de *suprassunção*.

Em relação à participação política dos trabalhadores na sociedade em geral, destaca-se que em Cuba alcançou-se uma forma de democracia que nega aspectos da democracia burguesa. Em Cuba há a possibilidade de participação no partido e também em diversas organizações de massa. O sistema eleitoral cubano apresenta particularidades como a indicação de candidatos pela própria população, os quais não fazem campanhas sobre si mesmos, não são remunerados e podem ser destituídos a qualquer tempo. Sobre a forma de partido único, a única ressalva feita neste trabalho é que há trabalhadores que podem requisitar a formação de outros partidos, que não o PCC, o que atualmente não é possível.

Em relação às particularidades e desafios recentes da participação política dos trabalhadores nas empresas estatais de Cuba, destaca-se que o atual marco legal, a partir da *Actualización del Modelo*, prevê a ampliação da participação dos trabalhadores nas empresas estatais do país com a intenção de elevar a produtividade do trabalho, conforme evidenciado ao longo do quarto capítulo. Entretanto, aqui defende-se que a ampliação da produtividade do trabalho é consequência de um processo mais amplo, a apropriação social da produção pelos trabalhadores, a qual tem por elemento fundamental a participação política dos trabalhadores nas empresas estatais. Para que esta apropriação social da produção se concretize, é necessário que os trabalhadores estejam plenamente integrados à produção em seus locais de trabalho, participando de maneira ativa das decisões no âmbito da empresa. Através da participação política se unificam ainda interesses individuais, coletivos e sociais.

Atualmente mantém-se em Cuba o incentivo a utilização de estímulos morais e materiais no âmbito das empresas estatais, com a intenção de elevar a produtividade do trabalho. Os estímulos morais cumprem papel importante em relação ao compromisso dos trabalhadores com o processo revolucionário e os estímulos materiais são necessários no atual estágio da transição ao socialismo em Cuba, mesmo que também apresente contradições, como a influência na desigualdade social do país.

Está entre as medidas recentes para a ampliação da participação política dos trabalhadores nas empresas estatais a expansão do *Perfeccionamiento Empresarial* – novo Sistema de Direção e Gestão Empresarial. A partir da aplicação deste sistema há empresas que têm elevado sua produtividade do trabalho diante de alterações na forma de participação política e de decisão dos trabalhadores no âmbito das empresas. Isto ocorre porque estes trabalhadores se integram de fato aos seus processos de produção e interferem nas decisões de

maneira direta, se apropriando de fato da produção, negando ainda o estranhamento.

Mesmo assim, ainda há desafios quanto à participação política dos trabalhadores nas empresas estatais de Cuba, principalmente quando se considera os dados relativos às entrevistas realizadas com alguns trabalhadores destas empresas. Parte considerável dos trabalhadores respondeu não participar das decisões sobre as tarefas fundamentais da economia do país, outros responderam não participar da análise dos resultados da gestão de suas empresas; grande quantidade dos entrevistados apontou ainda ser insuficiente ou inexistente a participação política dos trabalhadores nas ações para implementação do PE. Há críticas também em relação à organização das assembleias de trabalhadores no âmbito das empresas estatais, de que estas cumpririam função mais consultiva do que de decisão e deliberação. Sobre a planificação, os entrevistados indicaram que as mudanças em curso são de alta relevância para a planificação.

A conjectura inicial dessa pesquisa era que, a partir do contexto de *Actualización del Modelo Económico y Social cubano* se ampliou a participação política dos trabalhadores nas empresas estatais de Cuba, sendo esta participação fundamental para o processo de apropriação social da produção ao longo da transição ao socialismo.

Diante a exposição supracitada defende-se a seguinte tese: desde a *Actualización del Modelo Económico y Social* está em processo a ampliação da participação política dos trabalhadores nas empresas estatais de Cuba, entretanto, a concretização dessa participação ainda apresenta diversos desafios. Ratifica-se também que em Cuba a participação política dos trabalhadores nas empresas estatais é fundamental para a apropriação da produção pelos trabalhadores, de forma que eles possam obter o domínio dos meios de produção, mas também dos processos de produção, de trabalho e de seu resultado. A apropriação social da produção é necessária para corroborar a transição ao

socialismo, devendo ainda destacar que esta transição não possui parâmetro de forma, conteúdo e tempo, mas refere-se à implementação de inúmeras mudanças que visam alcançar essa forma de sociedade.

REFERÊNCIAS

Academia de Ciências da URSS – Instituto de Economia. **Manual de Economia Política**. Tradução de Tradução de Jacob Gorender e Josué de Almeida. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda, 1961. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/manual/index.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

ALHAMA, Rafael Belamaric. **Colectivo laboral como sujeto de la actividad política**. s/d. Disponível em: https://www.nodo50.org/cubasigloXXI/economia/alhama_300914.pdf. Acesso em: 17 abr.2017.

_____. **Breves reflexiones sobre la actualidad económica y social**. La Habana, Cuba: Editorial de Ciencias Sociales, 2013.

ALHAMA, Rafael Belamaric; GARCÍA, Jesús P. Brigos. **Separación de funciones: Estado, empresas y los coletivos laborales**, 2016. Disponível em: <https://www.nodo50.org/cubasigloXXI/economia/alhama_gb_rigos_311212.pdf> Acesso em: 05 marc. 2017.

AMENTEROS, Maria del Carmen Acosta. **El período de tránsito al socialismo en las condiciones del desarrollo desigual del capitalismo**. In_____. Economía Política de la Construcción del Socialismo: fundamentos generales. Colectivo de autores. Habana, Cuba: editorial Félix Varela, p.55-71, 2002.

Anuário estatístico CEPAL, 2015. Disponível em: <http://interwp.cepal.org/anuario_estadistico/anuario_2015/es/index.asp>. Acesso em: 05 fev. 2017.

ANWEILER, Oskar. **Os conselhos na Revolução Húngara de 1956**. In____ Teoria e prática dos conselhos operários. De PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano C. (org). São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.213-226.

BATCHIKOV, Serguei; GLASEV, Serguei; KARA-MURZA, Serguei; ORTIZ, Antonio Fernández. **El Libro Blanco de las reformas neoliberales en Rusia. 1991-2004**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007.

BANDEIRA, Alberto Moniz. **De Martí a Fidel, a Revolução Cubana e a América Latina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.

BEL, José; Délia Luiza, LÓPEZ; Tania, CARAM, 2013. **Documentos de la Revolución Cubana 1965**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2013.

BETTELHEIM, Charles. **Planificación y relaciones de producción**. La Pensée, N° 126, abril 1966, pág. 57-76.

_____. **A luta de classes na União Soviética**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BORON, Atílio. **O socialismo no século 21: há vida após o neoliberalismo?** São Paulo: Expressão popular, 2010.

CARCANHOLO, Marcelo; Paulo, NAKATANI. *¿Socialismo de Mercado o Planificación Socialista?* Revista Economía crítica y desarrollo, Año I, 1, 2002, p.47-71.

CASTRO, Fidel Ruz. **Por el camino correcto**. Compilación de textos, Olívio Colección, La Habana: editora Política. 1988.

_____. **A história me absolverá**. 3ª ed. São Paulo: expressão popular, 2011.

_____. **Discurso fidel safra dos 10 milhões de 1969**. Disponível em: <
<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1969/esp/f271069.e.html> > Acesso em: 24 jun. 2016.

_____. **Discurso proferido no Palácio dos Congressos dos Kremlin**, Moscou, URSS, 22 de dezembro de 1972.

_____. **Por qué um solo partido.** In_____. Documentos de la revolución cubana 1965. p. 15- 25. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2013.

CASTRO, Fidel Ruz; CHÁVEZ, Hugo Rafael Frías. **Acordo entre o Presidente da República da Venezuela e o Presidente de Cuba, para a aplicação da ALBA.** 14 de dez. 2004. Acesso em: 19. dez. 2016. Disponível em: <<http://www.fidelcastro.cu/pt-pt/documentos/acordo-entre-o-presidente-da-republica-da-venezuela-e-o-presidente-de-cuba-para-aplicacao>>

CASTRO, Raúl. Discurso proferido por Raúl Castro, no encerramento da Oitava Sessão Ordinária da Assembleia Nacional do Poder Popular. Disponível em: <<http://www.associacaodeamizadeportugalcula.com/noticias-de-cuba/236-discurso-proferido-por-raul-castro-no-encerramento-da-oitava-sessao-ordinaria-da-assembleia-nacional-do-poder-popular>> Acesso em: 08. mar. 2017.

_____. Hemos adoptado importantes decisiones que constituyen en sí mismas un cambio estructural y de concepto en interés de preservar y desarrollar nuestro sistema social y hacerlo sostenible en el futuro. Discurso en la Asamblea Nacional del Poder Popular, 2011. Disponível em: <<http://www.granma.cubaweb.cu/2010/08/01/nacional/artic22.html>> Acesso em: 10 mai. 2015.

CHE, Ernesto Guevara. **Textos econômicos para a transformação do socialismo.** Volume 8. Coleção América Latina. São Paulo: edições populares, 1982.

_____. **Che Guevara - Política.** São Paulo: expressão popular, 2004.

_____. **Retos de la transición socialista em Cuba** (1961 – 1965). La Habana: Ocean Sur, uma editorial latino-americana, 2009.

CORAZZA, Gentil. **Estado e Relações de Produção**. Ensaios FEE, Porto Alegre, 8(2): 21-30, 1987.

CORTÉS, Olga Rosa Gómez. **Operación Peter Pan: cerrando el círculo en Cuba**. La Habana: Casa de las Américas, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**, 1979. Disponível em: < www.boletimef.org>. Acesso em: 19 set. 2016.

CUBA. **Constitución de la República**. 1976.

_____. **Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución**. 2011.

_____. **Conceptualización del Modelo Económico y Social Cubano de desarrollo socialista. Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social hasta 2030: propuesta de visión de la nación, ejes y sectores estratégicos**, 2016a. VII Congreso del Partido Comunista de Cuba (PCC). Disponível em: < <http://www.granma.cu/file/pdf/gaceta/Copia%20para%20el%20Sitio%20Web.pdf> > Acesso em: 10 de abr. 2017.

_____. **Sobre a transferência de terras estatais ociosas**, Decreto-lei nº 300. 2012.

_____. **Sobre la continuidad y el fortalecimiento del Sistema de Dirección y Gestión Empresarial Cubano**, Decreto-lei nº252. 2007a. In_____. Gaceta Oficial de la República de Cuba, La Habana, 2014.

_____. **Sobre la continuidad y el fortalecimiento del Sistema de Dirección y Gestión Empresarial Cubano**, Decreto-lei nº281. 2014a. In_____. Gaceta Oficial de la República de Cuba, La Habana, 2014.

_____. **Resolución sobre el Proyecto de Conceptualización del Modelo Económico y Social Cubano de Desarrollo Socialista**, 2016b. Disponível em: <http://www.pcc.cu/pdf/congresos_asambleas/vii_congreso/resolucion1.php> Acesso em: 21. Dez. 2016.

_____. **Resolución n° 92 de 2004a**. Disponível em: <<http://www.cubanet.org/htdocs/ref/dis/123004.htm>> Acesso em: 15 de abr. 2017.

_____. **Reglamento General sobre las formas y sistemas de pago**. Resolución 09 de 2008.

_____. **Sobre os estímulos a trabalhadores cubanos promovidos a quadros políticos ou sindicais com caráter profissional no âmbito de seus locais de trabalho**. Resolución n° 48 de 2007b.

_____. **Sobre os estímulos econômicos (materiais) relacionados aos resultados do trabalho em atividades de auditoria**. Resolución n° 13 de 2000.

_____. **Sobre os estímulos econômicos (materiais) e morais**. Resolución n° 13 de 2004b.

_____. **Sobre o CUC como único meio de pagamento entre entidades cubanas**. Resolución n° 65 de 2003.

_____. **Sobre o CUC como meio de pagamento e de compra na rede comercial em divisas**. Resolución n° 80 de 2004c.

_____. **Sobre o trabalho por conta própria em Cuba**. Resolución n° 42 de 2013.

_____. **Código del Trabajo y su Reglamento**, 2014b. Disponível em: <<http://www.mtss.cu/C%C3%B3digo%20de%20Trabajo%20y%20su%20Reglamento>> Acesso em: 02 de març. 2017.

Cuba y Venezuela 15 años de Cooperación. 30 de outubro de 2015. Disponível em: < <http://www.telesurtv.net/news/Cuba-y-Venezuela-15-anos-de-fructifera-cooperacion-20141030-0008.html> >. Acesso em: 23 de fev. de 2017.

Cuba y Venezuela Reforzaran Cooperación Bilateral. 30 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://www.granma.cu/mundo/2016-12-23/venezuela-y-cuba-reforzaran-cooperacion-bilateral-en-el-2017-23-12-2016-01-12-47>>. Acesso em: 23 de fev. de 2017.

DÍAZ, Julio C. Acosta. **Consumo y distribución normada de alimentos y otros biens.** In_____. Cincuenta años de la economía cubana. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2010.

ENGELS, Frederick. **Anti-Duhring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring.** São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **Prefácio a la edición alemana,** 1883. In_____. Manifesto Comunista. 2 de. La Habana: Ciencias Sociales, 2009a.

_____. **Prefácio a la edición inglesa,** 1888. In_____. Manifesto Comunista. 2 de. La Habana: Ciencias Sociales, 2009b.

_____. **Prefácio a la edición alemana,** 1890. In_____. Manifesto Comunista. 2 de. La Habana: Ciencias Sociales, 2009c.

_____. **A origen da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** São Paulo: Editora Escala. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal – 2. s/d.

_____. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã.** Moscovo: Edições Progresso Lisboa, 1982. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/marx/1886/mes/fim.htm> > Acesso em: 02 mai. 2015.

FERRIOL, Angela Muruaga. El empleo en Cuba 1980-1996. In _____. **Cuba crisis, ajuste y situación social 1990-1996.**

FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana.** Editora: T a Queiroz, 1979.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** 5 ed. São Paulo: global editora, 2008

FIGUEROA, Victor Albelo. **Revolución Política y económica y transición extraordinaria desde el subdesarrollo al socialismo.** In _____. Economía Política de la Construcción del Socialismo: fundamentos generales. Colectivo de autores. Habana, Cuba: editorial Félix Varela, p.72-97, 2002.

FIGUEROA, Victor Albelo; FLORES, Bárbara Casamayor; LABRADA, Nelson Fernández. **Las relaciones socialistas de producción y la heterogeneidad económica y social en la construcción del socialismo.** In _____. Economía Política de la Construcción del Socialismo: fundamentos generales. Colectivo de autores. Habana, Cuba: editorial Félix Varela, p.72-97, 2002.

FRANCISCON, Moisés Wagner. **As alterações no rumo das reformas na União Soviética sob Gorbachev.** Revista AMALECTA. v. 1, .n. 11. p. 77-97. jan./jun. 2010. Disponível em: <http://revistas.unicentro.br/index.php/analecta/article/view/File/2295/1950> >. Acesso em: 02 jun. 2016.

GARCÍA, Anicia Álvarez; ANAYA, Betsy Cruz. **Relación entre desarrollo social y económico.** In _____. Cincuenta años de la economía Cubana. p. 274-332. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2010.

GARCÍA, Anicia Álvarez; HARNECKER, Camila Piñero; ANAYA, Betsy Cruz. 2011. **Reestructuración del empleo en Cuba: el papel de las empresas no estatales en la generación de empleo y en la productividad del trabajo.** Centro de estudios de la economía cubana, 2011.

GARCÍA, Jesús Brigos. **Los órganos del Poder Popular: forma de organización del Estado socialista cubano.** Publicado por Matxingune taldea, 2014.

GERRATANA, Valentino. **Estado socialista e capitalismo de Estado.** In _____. A nova política econômica_NEP: capitalismo de Estado, transição e socialismo. p.11-61. São Paulo: Global, 1987.

GONZÁLEZ, Lázaro Rodríguez. **Introducción al estudio de la economía del trabajo.** La Habana: editorial Pueblo y Educación, 1979.

GONZÁLEZ, Lázaro Rodríguez; GARCÍA, Lazara Pilar Labrador; PÉREZ, Yaisel R. Romero. **La Ciencia del Trabajo en la Actualización del Modelo Económico y Social Cubano,** 2012. Disponível em: <https://www.nodo50.org/cubasigloXXI/economia/gonzalezr_310113.pdf>. Acesso em: 16. Abr. 2017.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna, uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 24º ed. São Paulo: Editora Loyola, 2013.

HARNECKER, Marta. **Cuba: democracia ou ditadura?** São Paulo: Global editorial, 1974.

HOBSBAWM, Eric. **Formações Pré-capitalistas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem, do feudalismo ao século XXI.** 22 ed. Rio de Janeiro: LTC.

KEVENHÖRSTER, Paul. **Entre estatismo e autogestão - administração e trabalhadores nas empresas iugoslavas (fragmentos).** In _____. Teoria e prática dos conselhos operários. De PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano C. (org). São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.231-248.

KORSCH, Karl. **O que é socialização? – Um programa de socialismo prático.** In____ Teoria e prática dos conselhos operários. De PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano C. (org). São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.141-170.

KOVANDA, Karel. **Os conselhos operários na Tchecoslováquia (1968-1969) (fragmentos).** In____ Teoria e prática dos conselhos operários. De PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano C. (org). São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.227-230.

KULIKOV, V. **Etapas del desarrollo del sistema económico socialista.** In____ El socialismo como sistema económico. Academia de Ciencias de la URSS. Moscú: Redaccion Ciencias Sociales Contemporaneas, 1986, p. 07-25.

LENIN. Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução.** 2ºed. São Paulo: expressão popular, 2010.

____. **Imperialismo fase superior do capitalismo.** São Paulo: expressão popular, 2012.

____. **Sobre las Cooperativas.** Obras escogidas. Tomo XII (1921-1923). Moscú: edición Progreso, 1973a. p.159-162.

____. **La nueva política económica y las tareas del comité de instrucción política.** Obras escogidas. Tomo XII (1921-1923). Moscú: edición Progreso, 1973b. p.72-79.

____. **La Revolución socialista y el derecho de las naciones a la autodeterminación.** De la colección de folletos: Tres artículos de Lenin sobre los problemas nacional y colonial. 2. ed. Pekin: Ediciones en lenguas extranjeras, 1975. p. 1-19.

____. **La Consigna de los Estados Unidos de Europa.** De la colección V.I. Lenin, Marx, Engels, Marxismo. Pekin: Ediciones en lenguas extranjeras, 1980. p. 357-362.

_____. **?Qué hacer?**. Moscú: Ediciones en Lenguas Extranjeras. *Preparado por la Internet a David J. Romagnolo*, 1998.

_____. **As tarefas imediatas do Poder Soviético. Moscovo: Edições Progresso Lisboa, 1977. Disponível em:** < <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/04/26.htm> > Acesso em: 02 mai. 2015.

_____. **Teses sobre a democracia burguesa e a ditadura do proletariado (fragmentos)**. In____ Teoria e prática dos conselhos operários. De PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano C. (org). São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.77-84.

LINHART, Robert. **Lenin, os camponeses e Taylor**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

LOWY, Michel. **Prefácio**. In____. Lutas de classes na Alemanha. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, György. **O Estado como arma**. In____ Teoria e prática dos conselhos operários. De PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano C. (org). São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.127-140.

LUNA, Sergio Vasconcelos. **Planejamento de Pesquisa: Uma Introdução, elementos para uma análise metodológica**. 1.ed. São Paulo: EDUC, 2002.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Revolução Russa (fragmentos)**. In____ Teoria e prática dos conselhos operários. De PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano C. (org). São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.89-102.

_____. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MAO, Tse-tung. **Sobre a prática & sobre a contradição**. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. 25 ed. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

_____. **Crítica del Programa de Gotha**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2009a.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ªed. São Paulo: expressão popular, 2008b.

_____. **Manuscritos económicos filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. **Carta de Karl Marx à Vera Zasulitch**. In_____ Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos. De FERNANDES, Rubem César (org). Digitalização: Coletivo A FAVOR DA RUA. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **A Guerra Civil na França (fragmentos)**. In_____ Teoria e prática dos conselhos operários. De PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano C. (org). São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.49-58.

_____. **A Guerra Civil na França**. In_____ A Revolução antes da Revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2010b.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____. **Miséria da Filosofia, resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon**. São Paulo: Expressão Popular, 2009b.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010c.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Manifiesto Comunista**. 2 de. La Habana: Ciencias Sociales, 2009a.

_____. **Prefácio a segunda edição Russa, 1882**. In _____. **Manifiesto Comunista**. 2 de. La Habana: Ciencias Sociales, 2009b.

_____. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2009c.

_____. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARTÍNEZ, Fernando Heredia. **Retificación y profundización del socialismo en Cuba**. Buenos Aires: ediciones Dialectica, 1989.

MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Rio Grande do Sul: Artmed, 2004.

MÉSZÁROS, Stván. **Para além do capital, rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Marx: a teoria da alienação**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

_____. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MODROW, Hans. **La perestroika: impresiones y confesiones**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2015.

MONAL, Isabel. **Introducción**. In _____. **Manifiesto do Partido Comunista**. Habana: Instituto Cubano del Libro, 2008.

MORA, Alberto. **Sobre algunos problemas actuales de la construcción del socialismo**. In _____. **El Gran Debate sobre la economía cubana**. Centro de estudios Che Guevara, 2006.

MORALES, Evo Amaya; CHÁVEZ, Hugo Rafael Frías. **Acordo para a aplicação da Alternativa Bolivariana para os povos de nossa América e o Tratado Comércio dos Povos**. Abril de 2006. Disponível em: <<http://www.fidelcastro.cu/pt-pt/documentos/acordo-para-aplicacao-da-alternativa-bolivariana-para-os-povos-de-nossa-america-e-o>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

MORRAY. J.P. **Cuba e o Comunismo**. In _____. Reflexões sobre a Revolução Cubana. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

MONREAL, Pedro. **Desenredando el ovillo de la “Conceputualización del Modelo”**. Cuba Posible, un laboratorio de ideas. Publicación 33, 2016. Disponível em: <<https://cubaposible.com/>> Acesso em: 05 abr. 2017.

NETTO, José Paulo. **Cotidiano conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

OLEINIK, Ivan. **Manual de Economia Política del socialismo**. Parte I. La Habana: Ciências Sociales, 1977.

ONEI. Oficina Nacional de Estadística e Información de la República de Cuba. **Anuário Estadístico de Cuba**. Población. Edición 2016. Disponível em: <<http://www.one.cu/aec2015/03%20Poblacion.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

_____. **Tasa de mortalidad infantil por provincias**, 2013.

PANNEKOEK, Anton. **A organização dos conselhos**. In _____. Teoria e prática dos conselhos operários. De PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano C. (org). São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.171-182.

PÉREZ, Felino. **El Sistema de Dirección y Panificación de la economía en las empresas**. La Habana: ciencias sociales, 1981.

PÉREZ, Omar Everleny Villanueva. **Estrategia económica: medio siglo de socialismo**. In _____. Cinquenta años de la economía Cubana. p. 274-332. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2010.

PINHEIRO, Milton. **A questão dos conselhos operários: uma introdução ao debate**. In _____. Teoria e prática dos conselhos operários. De PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano C. (org). São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.9-48.

PONS, C. Hugo M. Duarte, et al. **Planificación**. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 2006.

PRIETO, Martha Valdés. **Artículos sobre Cuba: enfoque constitucional**, 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2016**. New York: PNUD, 2016. Disponível em: < <http://hdr.undp.org/es/content/download-and-read-latest-human-development-report-2016-human-development-everyone> >. Acesso em: 09 abr 2017.

RAUBER, Isabel. **Romper el cerco**. Colección Economía. La Habana: ciencias sociales, 2003.

RAKOVSKI, Christian. **Os perigos profissionais do poder (fragmentos)**. In _____. Teoria e prática dos conselhos operários. De PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano C. (org). São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.197-200.

REED, John. **A estrutura do sistema soviético (fragmentos)**. In _____. Teoria e prática dos conselhos operários. De PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano C. (org). São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.189-192.

RIVEREND, Julio Le. **Historia económica de Cuba**. Ciudad de La Habana: editorial Pueblo y Educación, 1974.

RODRÍGUEZ, Carlos Rafael. **Sobre la contribución del Che al desarrollo de la economía cubana.** In____. El Gran Debate sobre la economía cubana. Centro de estudios Che Guevara, 2006.

RODRÍGUEZ, José Luis; CARRIAZO, George Moreno. **Erradicación de la pobreza em Cuba.** La Habana, Cuba: editorial de Ciencias Sociales, 1990.

RODRÍGUEZ, José Luis. **La Planificación em el socialismo: su importância y actualidad para nuestra economia (II),** 2016.

ROMEUF, J. **A economia Planificada.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1956.

RÜHLE, Otto. **Os conselhos (fragmentos).** In____ Teoria e prática dos conselhos operários. De PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano C. (org). São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.114-118.

SAENZ, Tirso W. **O ministro Che Guevara, testemunho de um colaborador.** 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SILVA, José Fernando Siqueira da; CARMO, Onilda Alves do. **Notas sobre o trabalho social cubano.** Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo. n° 121. p. 143-162. Jan. mar. 2015. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n121/0101-6628-sssoc-n121-0143.pdf>> Acesso em 14 abr. 2017.

TAIBO II, Pago Ignacio. **Ernesto Guevara, também conhecido como Che.** 3.ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

TOGORES, Viviane; GARCÍA, Anicia. **Consumo, mercados y dualidad monetaria.** CEEC, 2002.

TROTSKY, Leon. **A Revolução Permanente**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **O conselho de deputados operários e a revolução**. In_____ Teoria e prática dos conselhos operários. De PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano C. (org). São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.59-76.

UNIVERSIDAD DE LA HABANA. **Informe del diagnóstico del impacto en el Sistema Empresarial Estatal de las medidas aplicadas para su Perfeccionamiento**. 2015.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **O valor do socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

VEIGA, Roberto González. **República y poder ciudadano: apuntes para um debate**. Cuba Posible, un laboratorio de ideas. Publicación 29, 2016. Disponível em: < <https://cubaposible.com/> > Acesso em: 05 abr. 2017.

ZINOVIEV, Grigori. **Quando e sob quais condições podem ser criados os soviets operários?** In_____ Teoria e prática dos conselhos operários. De PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano C. (org). São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.85-88.